

# Nação Defesa

## Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido

Nº 111

Verão 2005

3ª Série

Raymond Aron e a Teoria da Estratégia  
Abel Cabral Couto

Raymond Aron's Response to Irresponsible Metaphysics  
Aurelian Craiutu

Quelle est la Nouveauté des «Nouvelles Guerres»?  
Jean-Pierre Derriennic

Raymond Aron and the Transatlantic Crisis, 1945-1966  
Christian Malis

The Threat of Danger: Decadence and Virtù  
Miguel Morgado

---

Empresas Militares  
Jorge Silva Paulo

As Empresas Militares Privadas e a Resolução de Conflitos no  
Quadro da ONU  
Ana Magalhães

O Crime Organizado e as Novas Tecnologias: uma Faca de  
Dois Gumes  
Helena Carrapiço

Comunicação e Conflito na Era Digital  
Joam Evans Pim

Instituto da Defesa Nacional

# NAÇÃO E DEFESA

Revista Quadrimestral

---

## *Director*

João Marques de Almeida

---

## *Editor Executivo*

António Horta Fernandes (FCSH-UNL)

---

## *Conselho Editorial*

António Silva Ribeiro, Armando Serra Marques Guedes, Carlos Pinto Coelho, Isabel Ferreira Nunes, José Luís Pinto Ramalho, Luís Leitão Tomé, Luís Medeiros Ferreira, Luís Moita, Manuel Ennes Ferreira, Maria Helena Carreiras, Mendo Castro Henriques, Miguel Monjardino, Nuno Brito, Paulo Jorge Canelas de Castro, Rui Mora de Oliveira, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos, Vitor Rodrigues Viana.

---

## *Conselho Consultivo*

Abel Cabral Couto, António Emílio Sachetti, António Martins da Cruz, António Vitorino, Armando Marques Guedes, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Ernâni Lopes, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, Guilherme Belchior Vieira, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, José Medeiros Ferreira, Luís Valença Pinto, Luís Veiga da Cunha, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Mário Lemos Pires, Nuno Severiano Teixeira, Pelágio Castelo Branco.

---

## *Conselho Consultivo Internacional*

Bertrand Badie (Presses de Sciences Po, Paris, França) Charles Moskos (Department of Sociology, Northwestern University, Evanston, Illinois, USA), Christopher Dandeker (Department of War Studies, King's College London, Grã-Bretanha), Christopher Hill (Department of International Relations, London School of Economics and Political Science, Grã-Bretanha) Filipe Aguero (Dept. of International and Comparative Studies, School of International Studies, University of Miami, USA), George Modelski (University of Washington, USA), Josef Joffé (Jornal Die Zeit, Hamburg, Alemanha), Jurgen Brauer (College of Business Administration, Augusta State University, USA), Ken Booth (Department of International Politics, University of Wales, Reino Unido), Lawrence Freedman (Department of War Studies, King's College London, Grã-Bretanha), Robert Kennedy, Todd Sandler (School of International Relations, University of Southern California, USA), Zbigniew Brzezinski (Center for Strategic International Studies, Washington, USA).

---

## *Assistente de Edição*

Cristina Cardoso

---

## *Colaboração*

Ver normas na contracapa

---

## *Assinaturas*

Ver última página

---

## *Propriedade, Edição e Design Gráfico*

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [publicacoes@idn.mdn.gov.pt](mailto:publicacoes@idn.mdn.gov.pt)

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)

---

## *Composição, Impressão e Distribuição*

EUROPRESS, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.

Praceta da República, loja A, 2620-162 Póvoa de Santo Adrião

Tel.: 21 844 43 40

Fax: 21 849 20 61

---

ISSN 0870-757X

Depósito Legal 54 801/92

Tiragem 2 000 exemplares

---

*O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores*

# Nação Defesa

Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido

Nº 111

Raymond Aron e a Teoria da Estratégia

Abel Cabral Couto

Raymond Aron's Response to Irresponsible Metaphysics

Aurelian Craiutu

Quelle est la Nouveauté des «Nouvelles Guerres»?

Jean-Pierre Derriennic

Raymond Aron and the Transatlantic Crisis, 1945-1966

Christian Malis

The Threat of Danger: Decadence and Virtù

Miguel Morgado

---

Empresas Militares

Jorge Silva Paulo

As Empresas Militares Privadas e a Resolução de Conflitos no  
Quadro da ONU

Ana Magalhães

O Crime Organizado e as Novas Tecnologias: uma Faca de  
Dois Gumes

Helena Carrapiço

Comunicação e Conflito na Era Digital

Joam Evans Pim

Verão 2005

3ª Série

Instituto da Defesa Nacional

## **Política Editorial**

Nação e Defesa é uma Revista do Instituto da Defesa Nacional que se dedica à abordagem de questões no âmbito da segurança e defesa, tanto no plano nacional como internacional. Assim, Nação e Defesa propõe-se constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com problemáticas mais recentes, nomeadamente as respeitantes à demografia e migrações, segurança alimentar, direitos humanos, tensões religiosas e étnicas, conflitos sobre recursos naturais e meio ambiente.

A Revista dará atenção especial ao caso português, tornando-se um espaço de reflexão e debate sobre as grandes questões internacionais com reflexo em Portugal e sobre os interesses portugueses, assim como sobre as grandes opções nacionais em matéria de segurança e defesa.

## **Editorial Policy**

Nação e Defesa (Nation and Defence) is a publication produced by the Instituto da Defesa Nacional (National Defence Institute) which is dedicated to dealing with questions in the area of security and defence both at a national and international level. Thus, Nação e Defesa aims to constitute an open forum for the exchange of ideas and views of the various paradigms and theoretical currents which are relevant to matters of security and defence by making traditional approaches co-exist with more recent problems, namely those related to demography and migratory movements, the security of foodstuffs, human rights, religious and ethnic tensions, conflicts regarding natural resources and the environment.

The publication shall pay special attention to the portuguese situation and shall become a space for meditation and debate on the broad choices which face Portugal in terms of security and defence as well as on important international matters which reflect on Portugal and on portuguese interests.

---

<b>Editorial</b>	5
<i>Director do Instituto da Defesa Nacional</i>	
<b>Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido</b>	
Raymond Aron e a Teoria da Estratégia	7
<i>Abel Cabral Couto</i>	
Raymond Aron's Response to Irresponsible Metaphysics	27
<i>Aurelian Craiutu</i>	
Quelle est la Nouveauté des «Nouvelles Guerres»?	59
<i>Jean-Pierre Derriennic</i>	
Raymond Aron and the Transatlantic Crisis, 1945-1966	81
<i>Christian Malis</i>	
The Threat of Danger: Decadence and <i>Virtù</i>	93
<i>Miguel Morgado</i>	
<hr/>	
Empresas Militares	113
<i>Jorge Silva Paulo</i>	
As Empresas Militares Privadas e a Resolução de Conflitos no Quadro da ONU	155
<i>Ana Magalhães</i>	
O Crime Organizado e as Novas Tecnologias: uma Faca de Dois Gumes	175
<i>Helena Carrapiço</i>	
Comunicação e Conflito na Era Digital	193
<i>Joam Evans Pim</i>	

---



Os primeiros cinco artigos do número 111 da *Nação e Defesa* são dedicados ao pensamento de Raymond Aron e foram apresentados publicamente no colóquio sobre o autor francês, realizado no Instituto da Defesa Nacional no passado mês de Abril. Raymond Aron foi, indiscutivelmente, um dos intelectuais mais importantes do século XX. Viveu os grandes momentos políticos da primeira metade do século passado, desde a subida de Hitler ao poder, como estudante na Alemanha, até à Segunda Guerra Mundial, como refugiado em Londres. Acompanhou a Guerra Fria, analisando-a e estudando-a até à sua morte, como académico, como comentador e como um intelectual que nunca fugiu das questões mais incómodas, nem abandonou as suas convicções, mesmo quando estas o condenavam ao isolamento. Aron tratou os grandes temas políticos do século XX. No plano ideológico, reflectiu sobre a democracia liberal e os totalitarismos. No campo da filosofia e da sociologia política, sublinhou a importância de autores fundamentais como Montesquieu, Tocqueville, Marx, Durkheim, e Weber. Por último, nas relações internacionais, o seu trabalho estendeu-se desde a teoria, com “Paz e Guerra entre as Nações” e os estudos sobre Clausewitz e a guerra, até aos assuntos que ainda hoje são relevantes, como a natureza da hegemonia norte-americana, a relação transatlântica, as relações entre os países europeus e as suas antigas colónias, a segurança de Israel, e a integração europeia.

Os cinco contributos aqui publicados tratam de questões tão distintas como a estratégia e a filosofia política. O General Cabral Couto diz-nos que Aron foi o “último dos clássicos da estratégia” e que a sua obra “continua incontornável” num conjunto de aspectos decisivos para a estratégia militar e diplomática dos Estados. O Professor Jean-Pierre Derrienic da Universidade Laval, no Canadá, discute as “novas guerras” à luz do pensamento de Aron, argumentando que compete ao “Estado limitar a violência na cena internacional”. O Dr. Christian Malis, um investigador francês, analisa o modo como Aron abordou a história das crises transatlânticas entre 1945 e 1966, nomeada-

mente em relação à questão do rearmamento alemão, à crise do Suez e ao grande debate nuclear sobre a defesa do Ocidente.

No plano da teoria política, o Professor Aurelian Craiutu, da Universidade de Indiana, apresenta o pensamento de Aron como o “exemplo de um julgamento político lúcido”, em oposição às tendências radicais e totalitárias de muitos intelectuais contemporâneos, irresistivelmente atraídos pelas “metafísicas irresponsáveis”. O Dr. Miguel Morgado, do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, trata dos temas da decadência e da protecção da civilização, no contexto das reflexões de Aron sobre a “decadência da Europa” e do Ocidente. No balanço final, o conjunto destes cinco artigos demonstra o significado de uma das heranças mais importantes de Aron: um intelectual comprometido com o destino do mundo em que viveu.

A segunda parte do número 111 trata ainda de outros três temas. O Comandante Jorge Silva Paulo e a Doutora Ana Magalhães estudam o caso das empresas militares. O primeiro analisa o caso do mercado europeu de serviços de segurança e defesa, avisando no entanto contra os perigos da privatização da defesa militar, nomeadamente “pondo em causa o monopólio da violência legítima do Estado”. O segundo artigo discute os benefícios e as desvantagens das empresas militares privadas para as operações das Nações Unidas, introduzindo uma distinção fundamental entre empresas militares e mercenários.

Os últimos dois artigos debruçam-se, respectivamente, sobre o crime organizado e a comunicação e conflito. No primeiro caso, a Dra. Helena Carrapiço, investigadora no IDN, explica o modo como as redes de crime organizado utilizam as novas tecnologias para prosseguirem os seus objectivos com maior eficácia. Por fim, Joám Evans Pim, Director do Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, na Corunha, examina o uso da Internet pelos participantes em conflitos internacionais, incluindo governos, ONG’s e outros tipos de actores.

João Marques de Almeida



# Raymond Aron e a Teoria da Estratégia\*

Abel Cabral Couto

*Ten. Gen. (Ref)*

## Resumo

O presente artigo tem como foco a obra de Raymond Aron enquanto epistemólogo e teorizador da Estratégia, tendo em conta que o pensador francês, não tendo sido um estratega, foi um eminente estrategista. Raymond Aron terá sido o último dos clássicos da estratégia, restringindo esta última ao vector militar, diferentemente de Beaufre, o primeiro dos modernos neste domínio. Não obstante, a sua obra continua incontornável num conjunto de aspectos que se prendem com as capacidades, limites e condições de emprego do vector militar; a da inserção deste vector no Estado; a das relações entre a estratégia (militar) e a política; a da distinção entre ganhar e não perder; a da dialéctica entre forças morais e forças materiais; a da rejeição de concepções deterministas, bem como de quaisquer listas de receitas, nos domínios político e estratégico.

## Abstract

*The present article focus on the work of Raymond Aron as epistemologist and strategy theorizer, seeing that the French philosopher, although not really being a strategos, was an eminent strategist. Raymond Aron may have been the last of the strategy classics, restricting the latter to the military vector, unlike Beaufre, the first of the modern thinkers on this field. Nevertheless, his work remain unsurpassable in many of the aspects that link with capacities, limits and conditions of the employment of the military vector; the insertion of this vector in the state; the relations between military strategy and politics; the distinction between winning and not losing; the dialectic between moral forces and material forces; the rejection of determinism conceptions as well as any prescribed lists in the political and strategical fields.*

---

\* Intervenção proferida no âmbito da Conferência Internacional “Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido”, que decorreu no IDN, Lisboa em 14 e 15 de Abril de 2005.



## 1. Introdução

- a. Cabe-me, talvez, a parte mais árida e, certamente, a mais esotérica deste Seminário, pelo que tenho consciência de que abusarei da paciência de V. Ex<sup>as.</sup>, do que me penitencio. E como a minha exposição girará, em grande parte, em torno de conceitos, nem sempre de interpretação pacífica, parece-me conveniente, à partida, começar por delimitar o objecto do que vou dizer.

Aron nunca foi um *estratega*, isto é, um chefe ou líder que concebe, decide, age e faz agir no domínio da estratégia. Mas, mesmo sem ter sido um conselheiro do “príncipe”, ou elemento dum estado-maior, foi um notável *estrategista*, ao longo de três décadas, em grande parte gastas a analisar e a comentar, através de variadas formas de expressão, a conjuntura e a problemática político-estratégica do seu tempo, como espectador comprometido. Mas esta exposição tem como foco a obra de Raymond Aron como *epistemólogo* ou *teorizador* de estratégia, na qual reflecte sobre a essência deste fenómeno, estabelece e justifica conceitos e as suas inter-relações e define categorias que delimitam e caracterizam o mesmo fenómeno.

- b. A produção escrita de R. Aron é multifacetada, dirigida a todos os grandes problemas do seu tempo – filosóficos, políticos, estratégicos, económicos e sociais – e torrencial, traduzindo-se em milhares de páginas escritas. E uma questão que, de início, se poderá colocar a um leitor comum parece-me ser a seguinte: como é que uma personalidade com as suas características – um filósofo, um homem sobretudo de reflexão, um pacifista militante na sua mocidade, um docente por atracção e, talvez, por vocação – acaba por dedicar grande parte da sua vida (e, atrevo-me a dizer, apaixonadamente) ao estudo da guerra, tornando-a ingrediente “sine qua non” duma teoria das Relações Internacionais, ao arrepio de concepções meramente historicistas, economicistas ou jurisdicistas até então predominantes, pelo menos na Europa? E donde veio a sua atracção pela forma mais arrepiante duma potencial guerra, isto é, pelo facto nuclear?

A resposta à primeira questão é dada pelo próprio Raymond Aron nas suas *Memórias*<sup>1</sup>, quando diz:

“Comecei a interessar-me pela guerra, como sociólogo, durante os anos de Londres. Como noutras circunstâncias, o remorso ou, pelo menos, o arrependimento esti-

---

1 R. ARON - Memoirs - Paris, Julliard, 1983, p. 451.

veram na base da minha decisão. Com que direito exprimi, antes da guerra, juízos categóricos sobre a diplomacia, quando nada ou muito pouco sabia sobre a matéria militar, relações de forças, oportunidades de vitória ou riscos de derrota? Eu tinha estudado economia, a fim de fundamentar, com rigor, as minhas opiniões sobre o capitalismo e o socialismo. Porquê ter negligenciado o que os alemães chamaram “ciência da guerra?”

Quanto à segunda pergunta, refere na mesma obra<sup>2</sup>: “A aparição da bomba atômica encheu todos os espíritos de espanto e de terror. Impunha-se, tanto a civis como a militares, a seguinte questão: como inserir, no jogo tradicional dos Estados, este instrumento de destruição, duma potência sem paralelo com a das armas que passavam a ser chamadas clássicas ou convencionais?”

Não posso deixar de salientar a postura intelectual de Raymond Aron, que contrasta singularmente com a de tantos que, sem pudor, discorrem sobre assuntos militares ou temas estratégicos sem conhecerem, no mínimo, a “basesinha” de que falava o Eça ...

- c. Para bem saber da “coisa” militar, Aron leu atentamente os grandes clássicos e, destes, acaba por se fixar, com particular atenção, em Clausewitz e Delbruck, que lê no original, dado o seu perfeito domínio da língua alemã; quanto ao pensamento contemporâneo, explora as relações privilegiadas que, logo após o fim da 2ª. Guerra Mundial, estabeleceu com os principais centros americanos de reflexão estratégica e mesmo com segmentos significativos do aparelho de Estado dos EUA.

A leitura da obra “Da Guerra”, de Clausewitz, surpreende-o, num primeiro tempo, porque nela encontra, não as habituais reflexões sobre a organização, o armamento e as formas de emprego dos meios militares, sobre a escolha do terreno, as disposições antes do combate, os tipos de manobras, etc., etc., mas um verdadeiro discurso filosófico sobre a guerra, erigido em torno de um conceito ideal – o de “guerra absoluta” –, a partir do qual Clausewitz conseguiu explicar, não só a diversidade histórica e concreta das várias formas de guerra, – ou seja, o carácter camaleónico desta –, mas também articular os vários níveis conceptuais de compreensão da guerra, e identificar e definir conceitos intemporais.

---

2 Idem.

Num segundo tempo, é seduzido por aquela leitura: em Clausewitz encontra Aron um verdadeiro método para pensar um qualquer domínio da acção social, vendo nele como que um precursor das teses de Max Weber, que lhe eram caras. De facto, do conceito ideal, abstracto, de “guerra absoluta”, Clausewitz passa à realidade e estabelece uma nova concepção para as “guerras reais”, de que a “guerra absoluta” seria apenas um caso limite. Ora, como salienta P. Hassner<sup>3</sup>, “a preocupação teórica permanente de Aron, já reflectida na sua tese de doutoramento, é a das relações entre conceito e realidade, entre a racionalidade abstracta e o sujeito histórico”. A aceitação de um desfasamento ou diferenciação irreductíveis entre pensamento ou conceito e a realidade opõe-se à concepção hegeliana da História e da Ideia, que identifica aquela como uma marcha inelutável no sentido da concretização dessa Ideia Absoluta, conduzindo a um determinismo, que Aron rejeita. Ora Clausewitz não pretende absolutizar o conceito ideal, nem pretende, bem pelo contrário, formular qualquer doutrina capaz de estabelecer receitas aplicáveis em todas as circunstâncias. Conforme é superiormente demonstrado por C. Malis, a matriz intelectual de Clausewitz radica em Kant e não em Hegel.

Finalmente, num terceiro tempo, Clausewitz acaba por se tornar, por assim dizer, uma personalidade de culto de Raymond Aron. De facto, depois de ter sido o autor mais citado e alvo de vários artigos e conferências, é objecto da sua última grande obra - “Pensar a Guerra, Clausewitz” - por muitos considerada a sua obra-prima, na qual, após originais trabalhos de investigação, traça uma notável biografia de Clausewitz, reconstitui, tão quanto possível, a sua produção escrita e a génese da sua obra fundamental, avança com teses sobre o processo de revisão do tratado “Da Guerra” e procede, à luz duma aplicação cerrada das concepções clausewitzianas, à análise dos grandes conflitos do século XX, bem como da conjuntura político-estratégica de então. E é o próprio Aron a afirmar que, na altura, seria mais expectável, e mais de acordo com a sua formação académica, um trabalho de fundo sobre Marx...

Parece-me, assim, adequado que, antes de nos centrarmos nas principais linhas de força do pensamento de R. Aron, no domínio da teoria da estratégia, recordemos os traços fundamentais das concepções clausewitzianas, pesem embora as insuficiências e limitações inerentes a qualquer tentativa de síntese duma síntese.

---

3 ARON, R. - Sur Clausewitz - Bruxelles, Eds. Complexe, 1987, p. 9

## 2. Síntese das Concepções Clausewitzianas

- a. Depois de tomar o duelo como modelo, Clausewitz define a guerra como “um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”<sup>4</sup>. Como toda a acção provoca uma reacção, qualquer esforço ofensivo dum das partes é contrariado por um esforço defensivo da outra parte que, para ser superado, exige um acréscimo do esforço ofensivo, que será novamente contrariado por um acréscimo do esforço defensivo e assim sucessivamente. Este jogo de parada e resposta, de acção e reacção de intensidades crescentes, gera uma espiral de violência, que tende a ascender aos extremos. Por outro lado, cada adversário é obrigado a seguir a lei do outro: aquele que pretende não recorrer a determinados meios ou instrumentos disponíveis acaba por recear que o adversário tire vantagem de tal facto, se não tiver os mesmos escrúpulos. Como refere Clausewitz, “Enquanto não tiver batido o adversário, mantenho-me receoso de que ele me abata. Eu não sou senhor dos meus actos, visto que o adversário me dita a sua lei, como eu lhe dito a minha”<sup>5</sup>. Esta situação tende a originar que a exasperação da violência seja, não só intensiva, mas também extensiva. Este é o conceito de “guerra absoluta”, ideal ou abstracto, que traduz as necessidades intrínsecas da guerra, ou seja a tendência para uma luta de morte, sem limites, até ao completo aniquilamento da resistência ou desarmamento do adversário.
- b. Na vida real, o fenómeno passa-se de forma diferente. E assim, estabelecida numa primeira fase a essência racional da guerra, Clausewitz considera progressivamente cinco factores que a reconduzem à diversidade do real: o *espaço*; o *tempo*; a *assimetria entre o ataque e a defesa*; a combinação da racionalidade assente num *cálculo de probabilidades* com os elementos de *incerteza* e com a influência do *azar ou acaso*; e a *política*.
- Quanto ao espaço, um Estado dispõe dum *território* (com determinadas características que facilitam ou dificultam as operações militares, com maior ou menor espaço de manobra, com recursos abundantes ou escassos, etc., etc.), dum *população* (mais ou menos numerosa, com os seus valores, crenças e nível cultural,

---

4 CLAUSEWITZ, C. Von - Da Guerra - Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, p. 73

5 CLAUSEWITZ, C. Von, op. cit., p. 76.

que é fonte do recrutamento militar, etc.) e de um *Governo* (mais ou menos eficaz e respeitado pela população, com uma ideologia e com variadas instituições, incluindo as forças militares, etc.), tudo isto influenciando, evidentemente, o desenrolar da guerra.

Quanto à influência do tempo, basta notar que a guerra não se decide num único instante. Há tempo para desenvolver novas capacidades pela mobilização de recursos, para criar ou desfazer alianças, estabelecer outros objectivos, comunicar, directa ou indirectamente, com o adversário, etc.

Quanto à assimetria entre o ataque e a defesa, embora só uma atitude ofensiva possa conduzir à vitória, a defesa é a forma mais forte de fazer a guerra, na medida em que a escolha do terreno mais favorável para se bater e a sua organização atempada podem, por si sós, alterar profundamente a relação de forças a favor do defensor, obrigando o adversário à concentração de meios muito superiores. O enorme esforço exigido ao atacante em condições menos favoráveis (por exemplo, de protecção) faz com que, em regra, o efeito do atrito seja naquele mais acentuado. E, em consequência, qualquer esforço ofensivo exige tempo para a sua preparação e tem uma entropia que leva ao seu esgotamento; se não tiver obtido resultados decisivos, há que reconstituir uma nova capacidade para a realização de um novo esforço ofensivo, o que exige tempo. Por conseguinte, em virtude da assimetria anteriormente referida, a guerra não é um “continuum”, mas uma sucessão de pausas ou paragens, entrecortada por explosões de violência. E essas pausas permitem uma eventual reformulação dos objectivos prosseguidos, a avaliação e ponderação de custos, eventuais diligências junto de sectores afectos ou desafectos, ou o envio de “sinais” ao adversário, etc.

Na guerra, há factores passíveis de uma avaliação mais ou menos rigorosa, o que pode permitir um cálculo de probabilidades. Mas, por mais aperfeiçoados que sejam os sistemas de informação, são múltiplos os factores de incerteza (desde logo, sobre as reais intenções do adversário). Por outro lado, a guerra é do domínio do imponderável, do acaso, do azar (a morte súbita do chefe político adverso, por exemplo).

Finalmente, a guerra não é um fim em si mesma. Nasce de uma situação política, visa um objectivo político e constitui um acto político. A política não acaba quando a guerra começa: a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios (ou com a mistura de outros meios). O adversário pode visar objectivos limitados e, conseqüentemente, a sua eventual vitória não significará sempre um desastre

irreparável. E, aspecto fundamental, o adversário raramente é um inimigo “puro”, isto é, entre os beligerantes existem, evidentemente, interesses em conflito, mas existem também, em regra, interesses comuns.

Assim, desde que se façam intervir estas considerações múltiplas, que reflectem o contexto real, a guerra muda de natureza, tornando-se as guerras reais, normalmente, limitadas. Por conseguinte, o conflito puro, susceptível de conduzir à “guerra absoluta”, é um caso especial, historicamente raro: esta é como que uma assíntota das guerras reais.

c. E, conseqüentemente, em contraponto com a concepção inicial, Clausewitz conclui que, na realidade, a guerra é não só como um camaleão, que modifica a sua aparência, tomando formas variadas conforme as circunstâncias, mas também, pelas suas tendências principais, uma *surpreendente trindade*<sup>6</sup> em que se combinam:

- a violência originária, de ódio e de animosidade, que deve ser considerada um *cego impulso natural*;
- um jogo de probabilidades e de azares que transformam a guerra numa *livre actividade da alma*;
- e, finalmente, a sua natureza de instrumento da política que a submete à *pura razão*.

A primeira destas três facetas relata-se particularmente ao povo; a segunda, ao chefe militar e ao seu exército; a terceira, sobretudo ao governo.

As paixões que se inflamam na guerra devem já estar latentes na população; a amplitude que tomará o jogo da coragem e do talento com o azar ou acaso e suas vicissitudes depende do carácter do chefe militar e do seu exército; quanto aos objectivos políticos, apenas o governo decide.

d. A estas trilogias correspondem uma outra trilogia - a *táctica*, a *estratégia* e a *política* - ou seja, de forma muito sintética, a finalidade **na** guerra (consecução do objectivo militar, pela vitória no combate); a finalidade **da** guerra (consecução do objectivo político); e a definição do objectivo político e a mobilização das forças materiais e morais, ao serviço dos fins.

---

6 CLAUSEWITZ, C. Von, op.cit., p. 89.



Para Clausewitz, a estratégia tem uma dimensão exclusivamente militar e circunscrita ao que se chama “estratégia operacional” e ao planeamento da guerra. E como, elaborados os planos de guerra, só há estratégia na guerra, aquela é algo de descontínuo, ausente no tempo de paz ou, preferivelmente, de não-guerra.

- e. Uma outra concepção, pouco referida, de Clausewitz, que causou fortes engulhos a Raymond Aron e que com o surgimento do facto nuclear adquiriu especial relevância, é a relativa à aparente imprescindibilidade da prova de força ou combate no fenómeno da guerra. De facto, se a guerra é um acto de violência, só há guerra se a violência for exercida, isto é, se se verificar a prova de força efectiva. É o que leva Clausewitz a dizer<sup>7</sup> “a decisão pelas armas é, em toda a operação de guerra, grande ou pequena, o que o pagamento em espécie é nas transacções financeiras”.

### 3. A Contribuição de Raymond Aron

- a. As obras de Raymond Aron, com maior relevância estratégica, são, por ordem cronológica, *O Grande Cisma*, *As Guerras em Cadeia*, *Paz e Guerra entre as Nações*, *O Grande Debate* e *Pensar a Guerra*, *Clausewitz*. As duas primeiras, de 1947 e 1951 (anteriores, portanto, à primeira arma termo-nuclear) são de menor importância teórica. Todavia, é logo na primeira que surge a expressão talvez mais citada de Aron – “Paz impossível, Guerra improvável” – e que sintetiza a inevitabilidade da guerra fria entre as duas superpotências. Desta forma, é nas três últimas que se encontram as mais importantes reflexões teóricas sobre a guerra e a estratégia, sendo que *O Grande Debate* é um verdadeiro pequeno tratado de estratégia nuclear. Em todas estas últimas obras, Aron respeita e defende toda a conceptualização de Clausewitz, com a qual se identifica, inclusive quanto ao conceito de estratégia, sendo desta forma um dos mais notáveis neo-clausewitzianos.
- b. Conforme Raymond Aron assinala<sup>8</sup>, há duas leituras da obra de Clausewitz: uma, paroxística, privilegia a noção de “guerra absoluta”, a ascensão irresistível aos

---

7 CLAUSEWITZ, op. cit., p. 100

8 ARON, R. - *Memoirs*, op. cit., p. 647

extremos, a busca incessante da vitória, a valorização da ofensiva, a batalha de aniquilamento ou a batalha decisiva, o sangue como preço da vitória, etc., etc.; a outra leitura, moderadora, coloca no centro do pensamento a concepção trinitária da guerra; a guerra como imersa na política e como instrumento político; as guerras reais, na sua maioria, como guerras limitadas; a subordinação do chefe militar ao chefe político; a estratégia ao serviço da política; a prudência como ingrediente essencial da arte militar, etc., etc. A primeira leitura, mais superficial e adaptável a uma “vulgata”, foi a que predominou no Alto Estado-Maior Alemão e nos respectivos estabelecimentos de ensino militar até ao fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, acabando por contribuir para o descrédito de Clausewitz junto de muitos pensadores da problemática da guerra e da estratégia; a segunda leitura, mais exigente, foi a defendida e aprofundada por Raymond Aron, e que vai pôr à prova analisando a sua adequação à problemática da época, com o advento das armas de destruição maciça, a aceleração da evolução tecnológica, a oposição sem compromisso entre ideologias e a proliferação de guerras subversivas e revolucionárias.

- c. Aron toma também, como base de partida, o conceito ideal da guerra. Mas, no processo de passagem à concepção trinitária, isto é, do conceito abstracto à realidade, vislumbra três níveis de compreensão do fenómeno da guerra:
- (1) O nível teórico, o do conceito racional, centrado numa análise da guerra ideal, em consequência das suas características intrínsecas.
  - (2) O nível sociológico, que analisa a guerra como um fenómeno social, colocando-a portanto, num dado contexto social, o que explica a diversidade de formas da guerra.
  - (3) E, finalmente, o nível histórico, centrado no carácter único e singular de cada conflito.

Registe-se que estes três níveis de compreensão da guerra são também os que Aron utilizou na sua teoria das Relações Internacionais, correspondendo à forma como está articulada a obra “Paz e Guerra”, completada com um quarto nível, o da praxeologia, que se situa para além da teoria propriamente dita.

- d. Aron esmiúça a distinção entre força e poder e, quanto a este, associa-o apenas à capacidade de coagir ou resistir à coacção de outrem. Analisa, também, em profundidade a distinção entre poder real ou efectivo e poder potencial ou putativo e entre potencial militar imediatamente disponível e potencial teórico ou mobilizável.

Evidencia ainda a questão da inutilidade ou inaplicabilidade de certas forças ou elementos do poder em função das situações concretas, o que explica o facto de, em tempo de paz ou de não-guerra, com frequência, o fraco bater o pé às exigências do poderoso, acabando por o vencer nessa prova de vontades. Analisa também, desenvolvidamente, as diferenças entre “poder ofensivo” e “poder defensivo”.

- e. Em contraponto ao “País”, “Poder Militar” e “Vontade” de Clausewitz, Aron condensa o que podemos chamar factores do potencial estratégico em três grandes rubricas: o *meio*, os *recursos* e a *capacidade de acção colectiva*. Assinala-se que a capacidade de esquematização e de síntese de Aron se evidencia através de várias outras trilogias, entre as quais:
- o *poder*, a *glória* e o *triunfo duma ideia*, como objectivos abstractos de política externa;
  - o *espaço*, os *homens*, as *almas*, como objectivos concretos;
  - o *corpo*, o *coração*, o *espírito*;
  - *dissuasão*, *persuasão*, *subversão*, como grandes modos de acção;
  - a paz pelo *equilíbrio*, pelo *terror*, pela *satisfação*.
- f. As questões das relações entre a guerra ou a estratégia e a política, da inserção das forças armadas na organização do Estado, da subordinação dos chefes militares ao poder político, da política como inteligência do Estado e da relação entre os fins e os meios, são grandes preocupações teóricas de Aron, que as analisa repetitiva e profundamente em variadas oportunidades, transformando-as em verdadeiros cavalos de batalha.
- g. Para Aron, a pluralidade dos objectivos políticos a todo o momento prosseguidos por um Estado e o carácter trinitário da guerra, tornam impossível, no domínio da política, da estratégia ou da guerra, qualquer decisão *racional*, no sentido de solução única e exclusiva, ditada pela razão, e independente do decisor. Por conseguinte, segundo Aron, aquilo a que se pode aspirar, com o recurso à teoria, é a um leque de opções *razoáveis* (“*raisonnables*”), no duplo sentido de justificáveis pela razão e de ponderadas. Assim, a teoria não pode ir além do estabelecimento de um certo número de conceitos fundamentais e das relações entre os mesmos, da definição das categorias que caracterizam o sistema ou

subsistema em apreço e da formulação de certas hipóteses sobre o seu funcionamento, desta forma podendo servir de suporte a um leque de escolhas razoáveis. Na óptica de Aron, não há lugar para pretensões deterministas, normativas ou moralistas.

- h. Como já referido no campo teórico, uma das grandes questões da reflexão de Aron foi a das relações entre a estratégia e a política e a de saber em que medida o facto nuclear vinha ou não alterar o significado dos dois termos e aquelas relações, ou a relação entre os fins e os meios da Política.

A dificuldade política clássica é a da escassez dos meios relativamente aos objectivos desejados. Com o facto nuclear, surgiu um problema inverso: o da ausência de objectivos para a potência dos meios. Por outro lado, numa situação de “equilíbrio do terror” não há objectivos que possam ter como preço a destruição do actor. Em consequência, o problema fundamental da estratégia sofreu como que uma inversão: enquanto outrora visava a busca dos melhores caminhos e meios para travar a guerra, ao serviço da política, passou a visar, prioritariamente, a procura da melhor forma de se evitar um determinado tipo de guerra (a nuclear). E cedo se tornou evidente que, pelo menos em áreas vitais, um primeiro tiro com armas convencionais podia, pelo processo analisado por Clausewitz, acabar por conduzir aos extremos. Assim, o facto nuclear apontava a uma rotura, não só epistemológica, mas também praxeológica. E daqui a excepcional importância da problemática da dissuasão nuclear.

Mas, esta assenta em várias situações ambíguas ou paradoxais. Por um lado, pretende-se que as AN não tenham outra função que não a de evitar o seu efectivo emprego; por outro lado e simultaneamente, só podem cumprir aquele papel se houver possibilidade de serem empregadas. Além disso, como a dissuasão se baseia num jogo de ameaças e de sinais, quanto mais terrível for a ameaça menos credível se poderá tornar e, em contrapartida, quanto menos terrível for a ameaça mais a guerra se torna racionalizável e, portanto, mais possível.

Uma outra questão respeita à relação entre o ataque e a defesa. No passado, os meios militares, que serviam para dissuadir, preservando a paz, serviam, em tempo de guerra, quer para atacar, quer para defender. Ora, as forças nucleares só servem ou para dissuadir ou para atacar: não há defesa ao nível nuclear e, por conseguinte, não existe a pausa nas operações que, como referimos, era elemento vital para a potencial moderação da violência, pela troca de sinais que podia proporcionar.

Finalmente, põe-se, em termos clausewitzianos, o problema do combate, do “pagamento em espécie”. Como é que esta tese se coaduna com a dissuasão? Há uma estratégia de dissuasão?

Sobre estas questões, diferentes pontos de vista foram emitidos pelos teóricos da estratégia. Referirei apenas os mais significativos.

Para uns, os meios nucleares não são “armas”, isto é, artefactos com poder de destruição, mas cujos efeitos são controláveis e geríveis. Desta forma, são a-estratégicas, não havendo lugar para uma estratégia nuclear, de dissuasão ou de emprego. E, nas concepções mais extremistas, as AN não têm qualquer utilidade prática, tudo se passando como se não existissem.

Outros consideram que, a haver uma guerra nuclear, esta seria inevitavelmente absoluta, quase instantânea, sem duração e, portanto, sem margem para qualquer moderação política. Mas, conforme já reconhecido por Clausewitz como uma contradição (que considerou aparente), há guerras que foram decididas sem combate ou batalha, ou seja, pela manobra (ou ameaça de batalha em condições muito desfavoráveis). Desde que, em relação às AN, se considere a ameaça do seu emprego, tal constituiria uma manobra, pelo que a estratégia pode integrar aquelas armas, embora essencialmente sob a forma de uma estratégia negativa, de dissuasão. Outros ainda consideram que, em face da evolução do Mundo, as guerras previsíveis serão de morte, resultantes de um ódio visceral, por razões ideológicas, raciais, religiosas ou mesmo civilizacionais. E, conseqüentemente, independentemente de esses ódios se poderem servir de meios de destruição maciça, não há lugar para qualquer racionalização política moderadora e todo o sistema clausewitziano é considerado ultrapassado, ou melhor, do mesmo apenas subsistiria a visão ideal da guerra, o que, no fundo, corresponde às concepções hegelianas sobre a identificação da realidade com o conceito.

Raymond Aron procede a uma profunda análise da problemática suscitada pelas AN e da proeminência da estratégia de dissuasão, assente em ameaças. Ao longo da sua análise procura encontrar respostas para as seguintes perguntas fundamentais: quem dissuade quem? De que se dissuade? Como se dissuade? Dissuade-se de uma forma estável ou precária? A primeira pergunta conduz à análise das condições a satisfazer para se ter capacidade de dissuasão; a segunda, à fixação das possíveis doutrinas ou métodos de dissuasão; a terceira e quarta perguntas remetem para o problema da manobra de dissuasão e da interacção entre os níveis da guerra fria, da guerra convencional e da guerra nuclear. A dissuasão é o produto de uma

capacidade e da credibilidade ou plausibilidade da ameaça, pelo que envolve um discurso, que tem de ser coerente, e outros jogos de sinais, tudo consistente com o contexto político-estratégico em que se insere, pelo que não se reduz a um simples cálculo militar.

Em face dos meios de destruição existentes, o problema fundamental era o de se evitar uma guerra entre os blocos, através do eficaz funcionamento da dissuasão nuclear; mas, para Aron, era também importante que, no caso de a dissuasão falhar, a guerra fosse decidida no mais baixo patamar de violência possível. Por conseguinte, no plano teórico-prático duas questões se colocavam. A primeira respeitava à necessidade de (contrariamente à opinião de muitos intelectuais da época) se preservar a credibilidade (isto é, a possibilidade de emprego) das AN, condição fundamental para se garantir a eficácia da dissuasão nuclear e, em consequência, a não-eclosão de uma guerra de qualquer tipo entre os blocos. A outra questão, que Aron considera essencial para a extensão das concepções de Clausewitz ao domínio nuclear, é a de saber se, mesmo neste campo, é possível moderar racionalmente o processo de escalada, mantendo-a politicamente controlada e evitando a ascensão inelutável aos extremos. Uma das potenciais alavancas para o efeito é, como vimos, a substituição do combate pela ameaça; uma outra via é desenvolver capacidades e mecanismos que, no caso de a dissuasão nuclear falhar, reduzam a guerra ao nível convencional ou, no mínimo, a contêm numa guerra nuclear limitada, através dum adequada articulação entre forças convencionais, armas nucleares táticas e armas nucleares estratégicas. Consequentemente, Aron tornou-se um defensor da doutrina americana da resposta flexível e um crítico da doutrina nuclear francesa, embora fosse partidário dum força nuclear francesa, ao serviço da defesa da Europa.

- i. Eis, numa síntese muito incompleta, o que me parece de mais relevante na contribuição de Aron para a teoria da estratégia.

#### **4. Actualidade de Aron**

- a. Como têm resistido as concepções de Aron, no domínio da teoria estratégica, à marcha do tempo? Para manifestar uma opinião, creio convir uma pequena digressão sobre o que tem sido a evolução do conceito de estratégia.

- b. Considero “clássicas” as concepções que, fieis à etimologia da palavra, restringem a estratégia ao domínio militar, como ciência ou arte do general ou chefe militar em operações. Segundo estas concepções, a estratégia só existe na guerra ou no planeamento desta, pelo que tem apenas uma dimensão operacional e um carácter descontínuo (não fora o fenómeno da dissuasão nuclear).

Designo por “modernas” as concepções que centram a análise na finalidade da acção, a de fazer valer uma vontade, por imposição ou capacidade de oposição à de outrem, na consecução de objectivos em oposição, e que, conseqüentemente, deslocam o objecto da estratégia da guerra para a hostilidade entre as partes. Desta forma, consideram que os meios militares são, essencialmente, um instrumento de constrangimento ou de coacção, mas que, hoje em dia, existem outros instrumentos de coacção, distintos e crescentemente eficazes, em consequência do progresso científico-tecnológico e da evolução política, económica e social do mundo. Há, assim, além da tradicional coacção militar, a coacção económica, psicológica, diplomática, etc., cada uma dando origem a uma estratégia geral, devendo todas elas ser devidamente articuladas numa única estratégia integral. Estas concepções consideram ainda que, no mundo real, o ambiente é uma mistura, em graus continuamente variáveis, de hostilidade e harmonia, entre dois limites ideais, o da “paz absoluta” e o da “guerra absoluta”. Conseqüentemente, a estratégia lança mão de vários instrumentos, que não apenas o militar; desenvolve-se de forma permanente e contínua; ao nível do Estado, tem um carácter interdepartamental; não se resume a uma dimensão operacional, incluindo também dimensões genética e estrutural; e, finalmente, como refere o general Beaufre, tem dois modos, como a música: o modo directo, que privilegia o instrumento militar (ou “hard power”, como é moda dizer-se) e o modo indirecto, que coloca o acento tónico nos instrumentos não militares (ou “soft-power”). E, tal como na música acontece com os modos maior e menor, também na estratégia os modos directo e indirecto devem harmoniosamente combinar-se, fundir-se e, eventualmente, alternar. Em face duma situação conflitual grave, pretender resolvê-la, por ignorância ou arrogância, só pelo vector militar, sem o apoio e perfeita articulação da estratégia indirecta ou, pelo contrário, por tibieza ou impotência, pensar resolvê-la através duma estratégia apenas assente no “soft-power” é condenar-se, perdoe-se-me o plebeísmo, a uma “estratégia de manetas”...

Considero “pós-modernas” as concepções que transcendem as concepções inter-estaduais e atendem a que o sistema internacional já não é um sistema de Estados, como nas concepções clássicas e modernas, nele agindo, com relevância crescente, e para além dos Estados, um número crescente de organizações internacionais e transnacionais, de movimentos políticos de base territorial ou não, de organizações clandestinas, etc., pelo que o sistema internacional é actualmente um sistema complexo, heterogéneo e heteromorfo.

Neste sistema, crescentemente promíscuo, com subsistemas de fronteiras flutuantes e fluidas, os vários actores visam fins variados, adoptam grelhas de leitura da realidade muito diferenciadas, obedecem a diferentes éticas, valores e critérios de racionalidade e utilizam sistemas e regras operacionais também muito variados. Neste contexto, as novas concepções da estratégia, além de absorverem os conceitos das concepções modernas, alargam ainda a estratégia a qualquer organização que actue num universo agónico, hostil ou competitivo, no qual se jogue a sua sobrevivência.

- c. Ora Raymond Aron, por formação intelectual e pela sua profunda empatia em relação a Clausewitz, manteve ao longo da sua obra uma concepção da estratégia restrita ao vector militar. É certo que, em alguns escritos mais tardios, é possível detectar um certo mal-estar com as críticas crescentes de vários sectores à forma, quase a-estratégica, como encarava a guerra fria e à aparente oposição que estabelecia entre estratégia e diplomacia, o que não deixa de ser estranho em quem, muito cedo, cunhou a expressão “Paz impossível, Guerra improvável” ou recorreu, com frequência, à expressão “Paz belicosa”. Além disso, num artigo intitulado “Sobre a expressão *estratégia política*”<sup>9</sup> aproveita, habilmente, a contradição intrínseca de uma expressão pouco feliz, bem como o emprego frequente do termo estratégia a propósito de tudo e de nada, para se furtar às questões essenciais que tornavam a moderna concepção de estratégia de aceitação crescente nos mais variados centros de reflexão e, dessa forma, continua a defender a restritiva concepção clausewitziana, através duma argumentação que considero lateral e pouco ou nada convincente. Fica-se com a impressão que Aron receava, sobretudo, que qualquer brecha aberta no modelo

---

<sup>9</sup> In R. Aron - Sur Clausewitz, op. cit., p. 151.



clauswitziano pusesse em causa todo o quadro conceptual em que se apoiou. Ora Clausewitz estuda, sobretudo, a guerra e não se põem em causa os traços fundamentais do seu sistema intelectual se se admitir que o risco de uma ascensão aos extremos não exige, no mínimo, um primeiro tiro, podendo começar com um primeiro insulto... Regista-se, ainda, que Aron nunca cita, que me lembre, Sun Tzu que, julgo, aborda a missão do general ou o papel do soberano numa forma muito mais subtil, plástica e menos ambígua que Clausewitz e, paradoxalmente, mais próxima da modernidade, no meu entender.

Assim, considero que o homem que, pela sua envergadura intelectual, vastíssima cultura e argúcia foi, pelo menos na Europa, o primeiro dos modernos na área da teoria das Relações Internacionais, foi, no campo da teoria da estratégia, o último dos grandes clássicos. Curiosamente, o primeiro dos teóricos modernos é, em minha opinião, um outro francês, o general Beaufre, contemporâneo de Aron (e que, além de teórico, foi também estratega, ao nível militar), e que também nunca vi citado por Aron, talvez por ser um dos mentores da doutrina nuclear francesa, que Aron tanto criticava.

- d. Significa esta opinião que considero Aron um autor ultrapassado, no domínio da teoria estratégica? Longe disso, desde logo porque ser clássico é também ser actual, na medida em que se é intemporal. Em segundo lugar, o fim da bipolaridade político-estratégica remeteu para um segundo plano a anterior proeminência da dissuasão nuclear, recolocando à boca da cena a estratégia operacional militar. A guerra voltou a ser racionalizável e o vector militar tornou-se, novamente, um instrumento útil da política, de maneira afirmativa e sob vários racionais: Clausewitz e a problemática da guerra voltam a ser actuais. Finalmente, creio que permanece de pé a parte mais substantiva da análise que Aron faz e das conclusões a que chega relativamente a um conjunto de questões teóricas fundamentais: a das capacidades, limites e condições de emprego do vector militar; a da inserção deste vector no Estado; a das relações entre a estratégia (militar) e a política; a da população como factor de potencial, ou como objectivo estratégico, ou como actor estratégico ou como palco da acção estratégica ou como emissora duma opinião (pública) crescentemente condicionadora da acção; a das condições duma estratégia de dissuasão nuclear e da sua sustentabilidade; a da distinção entre ganhar

e não perder; a da dialéctica entre forças morais e forças materiais; a da rejeição de concepções deterministas, bem como de quaisquer listas de receitas, nos domínios político e estratégico; a dos limites dos modelos, matemáticos ou não, de reprodução e tratamento da conjuntura; etc., etc. Considero, ainda, relevante o magistério que, ao longo de toda a sua produção intelectual, faz da prudência, na política e na estratégia, como parte integrante da sagesa, e que não deve ser confundida com tibieza. E, finalmente, em face da incontornável relevância da problemática estratégica para o futuro dos Povos e da Humanidade (os erros pagam-se muito caro) é crescentemente impositiva a mensagem, implícita, que lançou aos decisores políticos: “Estudem-na! Façam como eu, apesar de não ter responsabilidades de decisão política e de apenas pretender emitir opiniões fundamentadas e avisadas”.

### Bibliografia

**ABREU, F.** - *Estratégia - o Grande Debate: Sun Tzu e Clausewitz* - Lisboa, Ed. Colibri, 2000

**ARON, R.** - *Paix et Guerre entre les nations* (3ª. Ed.) - Paris, Calmann-Lévy, 1963

“ - *Le Grand Débat* - Paris, Calmann-Lévy, 1963

“ - *Penser la guerre, Clausewitz* - Paris, Gallimard, 1976

“ - *Memoirs* - Paris, Julliard, 1983

“ - *Sur Clausewitz* (Col) - Bruxelles, Ed. Complexes, 1987

**CLAUSEWITZ, C.** - *Da Guerra* - Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976

**COUTO, A. C.** - *Elementos de Estratégia* - Lisboa, IAEM, 1988

“ - Da importância de uma teoria - in ABREU, F. - *Fundamentos de estratégia militar e empresarial* - Lisboa, Ed. Sílabo, 2002

“ - Posfácio - in FERNANDES, A. H. e Abreu, F. (Ed) *Pensar a Estratégia: Do político-militar ao empresarial* - Lisboa, Ed. Sílabo, 2004

**FERNANDES, A. H. e ABREU, F.** (Ed) - *Pensar a Estratégia: Do político-militar ao empresarial* - Lisboa, Ed. Sílabo, 2004

**HOFFMANN, S.** - *The State of War* - New York, Praeger, 1965

“ - Raymond Aron et la Théorie des Relations Internationales - *Politique Étrangère*, n°. 4/83 - Paris, IFRI

**JEAN, C.** - Carl von Clausewitz's Theory of War and Strategic Thought - *Rivista Militar*, May-June e Jul-Ago - Rome, 1990

**MALIS, C.** - Critique de la raison strategique à la lumière de Clausewitz - *Stratégie*, n°. 62 - Paris, Institut de Stratégie Comparée (ISC), 1997

“ - Aron, Clausewitz, un débat continue - *Stratégie*, n°. 78/79 - Paris, ISC, 2001

**V.V.V.** - *Commentaire*, n°. 28-29, Hiver 1985 - Paris, Julliard



# Raymond Aron's Response to Irresponsible Metaphysics\*

Aurelian Craiutu

Assistant Professor, Department of Political Science, Indiana University.

## Resumo

Os livros de Raymond Aron apresentam-se como um exemplo de um julgamento político lúcido numa época de extremos em que muitos intelectuais se afastaram da moderação e foram atraídos para várias formas de metafísicas irresponsáveis e de radicalismo político. Extraindo uma seleção representativa dos escritos de Aron que cobrem mais de três décadas da sua vida, este *paper* concentra “no observador comprometido” (*spectateur engagé*) a resposta de Aron às metafísicas irresponsáveis. Eu também apresento e comento as opiniões de Aron acerca do papel, virtudes, limites, e possibilidade de moderação na vida política. Embora Aron jogasse brilhantemente o papel do “observador comprometido”, nunca deu uma indicação teórica clara acerca deste tema. Consequentemente, é preciso reconstruir o retrato intelectual do observador comprometido, peça a peça, usando introspecções dispersas dos livros de Aron em que ele descreveu o seu próprio compromisso político no contraste com o compromisso de pessoas como Sartre, Althusser e Merleau-Ponty.

## Abstract

*Raymond Aron's books stand out as an example of lucid political judgment in an age of extremes in which many intellectuals shunned moderation and were attracted to various forms of irresponsible metaphysics and political radicalism. By drawing on a representative selection from Aron's writings covering more than three decades of his life, this paper concentrates on the "committed observer" (spectateur engagé) as Aron's response to irresponsible metaphysics. I also present and comment on Aron's views on the role, virtues, limits, and possibility of moderation in political life. Although Aron brilliantly played the role of the "committed observer," he never gave a clear theoretical statement on this issue. Therefore one has to reconstruct the intellectual portrait of the committed observer piece by piece by using scattered insights from Aron's own books in which he described his own political engagement in contrast with the engagement of people like Sartre, Althusser, and Merleau-Ponty.*

---

\* Intervenção proferida no âmbito da Conferência Internacional “Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido”, que decorreu no IDN, Lisboa em 14 e 15 de Abril de 2005.

I would like to thank Daniel Mahoney, Andrew Sabl, Jeffrey Isaac, Russell Hanson, Steven Gerencser, Richard Boyd, Brian-Paul Frost, Erin Wroblewski, Tom Hoffman, Sheldon Gellar, Christopher Morris, Judith Lichtenberg, Karol Soltan, and Dina Spechler for their comments on earlier drafts of this essay.



*"Let us pray for the arrival of the skeptics so that they may extinguish fanaticism"* (Raymond Aron)

Raymond Aron's books stand out as examples of lucid political judgment in an age of extremes in which many intellectuals shunned moderation and were attracted to various forms of radicalism and irresponsible metaphysics. As an engaged spectator raised in the tradition of Cartesian rationalism, Aron (1905-1983) produced an impressive body of writings that include not only sophisticated reflections on abstract topics such as philosophy of history, the philosophical underpinnings of modernity, and the virtues and limitations of liberal democracy, but also systematic and well-informed commentaries on concrete issues such as the war in Algeria, the student's revolt of May 1968, American foreign policy, and the Soviet Union. Aron's most important works, in particular *Peace and War*, *The Opium of the Intellectuals*, *Main Currents of Sociological Thought*, *Essays on Liberties*, and *Clausewitz*, along with his writings on Marx and his followers, shaped the intellectual climate in France and gained wide recognition in the United States five decades ago or so. It is important to remember that Aron was one of the few Frenchmen who really understood and appreciated America and never succumbed to the temptation of anti-Americanism that has always loomed large in France<sup>1</sup>.

In this essay I comment on Aron's political moderation in contrast to the immoderate political agenda of radical spirits such as Sartre, Merleau-Ponty, and Althusser. After offering an overview of the main themes of Aron's works that relate to the issue of moderation<sup>2</sup>, I turn to the metaphor of the committed observer (*spectateur engagé*) that was central to Aron's understanding of political judgment and distinguished his political involvement from that of Sartre and his followers. If Aron brilliantly played the role of a *spectateur engagé* for more than four decades,

---

1 For an excellent intellectual portrait of Aron, see Pierre Manent's essay "Raymond Aron - Political Educator," in Raymond Aron, *In Defense of Liberal Reason*, ed. Daniel J. Mahoney (Lanham: Rowman & Littlefield, 1994), pp. 1-23. Raymond Aron's memoirs are another key source of information for any interpreter of his works.

2 For a detailed analysis of Aron's political theory, see Daniel J. Mahoney, *The Liberal Political Science of Raymond Aron* (Lanham: Rowman & Littlefield, 1992); Nicolas Baverez, *Raymond Aron* (Paris: Flammarion, 1993); Stephen Launay, *La pensée politique de Raymond Aron* (Paris: PUF, 1995); Brian Anderson, *Raymond Aron: The Recovery of the Political* (Lanham: Rowman & Littlefield, 1997). A discussion of Aron's "morality of prudence" can be found in Daniel J. Mahoney "Raymond Aron and the Morality of Prudence: A Reconsideration," *Modern Age*, 43 (2001): 243-52. Also worth consulting are the articles on Aron published in *Commentaire*, 28-29 (1985) and *European Journal of Political Theory*, 2 (2003).

he never gave a clear theoretical statement regarding the main characteristics of the “committed observer.” Hence one has to reconstruct the portrait of the latter piece by piece by using scattered insights from Aron’s own books in which he described his own political engagement and reflected on the shortcomings of radical forms of political engagement and irresponsible metaphysics.

None of Aron’s works seems better suited to this task than *Le spectateur engagé* (recently reedited in the United States as *Thinking Politically*), featuring the dialogue between Aron and two younger interlocutors, Dominique Yolton and Jean-Louis Missika. Aron himself expressed a particular liking for this book that was favorably received by the French press in the early 1980s<sup>3</sup>. In addition to this volume, I also use Aron’s *Memoirs, The Opium of the Intellectuals*, and a few important essays such as *Fanaticism, Prudence, and Faith* (republished as an appendix to the 2001 new English edition of the *Opium*), “History and Politics,” and “Three Forms of Historical Intelligibility.”

### French liberalism: an oxymoron?

Arguably, the choice of a French author might surprise given the radical legacy of the French Revolution and the high propensity to extremes displayed by the French over the past three centuries. As Tocqueville once argued in *The Old Regime and the Revolution*, France has always been – and, one might add, has remained to this day – a country of paradoxes, “more capable of heroism than of virtue, of genius than of common sense, ready to conceive vast plans rather than to complete great tasks”<sup>4</sup>. What other country has simultaneously given the world the *Declaration of the Rights of Man and of Citizen* and the Terror of 1793? What other country had produced spirits as different as Descartes and Bossuet, Montaigne and Pascal, Rousseau and Constant, Robespierre and Napoleon, Sartre and Aron? In all its incarnations,

---

3 For more details, see Baverez, Raymond Aron, pp. 496-500. For the English edition, see Raymond Aron, *Thinking Politically*, eds. Daniel J. Mahoney and Brian Anderson (New Brunswick: Transaction Publishers, 1997). In commenting on the intellectual profile of the committed observer, I espouse an approach similar to the one used by Michael Oakeshott in his posthumously published book, *The Politics of Faith and the Politics of Skepticism* (1996), in which the issues of moderation and political judgment occupy a central place.

4 Alexis de Tocqueville, *The Old Regime and the Revolution*, edited by François Furet and Françoise Mélonio, trans. Alan S. Kahan, Vol. I (Chicago: University of Chicago Press, 1988), p. 246.



France emerged as “the most brilliant and dangerous nation of Europe, and the best suited to become by turns an object of admiration, of hatred, of pity, and of terror, but never of indifference”<sup>5</sup>.

“I have never met a Frenchman who was a liberal,” the literary critic Émile Faguet once argued. What seems today to be a mere *boutade* was a commonplace in France a century ago. On both the left and the right, liberal principles were rejected as inadequate or hypocritical, and liberalism was seen as a mere oxymoron or an exotic eccentricity. This attitude has deep roots in French political culture. For example, in the 1830s, Tocqueville declared himself a “liberal of a new kind” and claimed at the same time that the liberal party to which he belonged... did not exist. Much has changed in France in the last three decades of the twentieth century. As a result of a velvet revolution, liberalism became almost overnight a fashionable political ideology, signaling a momentous intellectual change. Leading French political philosophers, historians, and sociologists such as Raymond Aron, François Furet, Pierre Rosanvallon, and Pierre Manent, began drawing upon a rich tradition of nineteenth-century French political thought that had either been ignored or systematically distorted by unsympathetic commentators. Thus France eventually managed to exorcise the specter of its illiberal past and its intellectuals, who once believed that Marxism was the unsurpassable horizon of our times, came to defend traditional liberal values and liberal institutions. The last three decades marked the end of a long tradition of political illiberalism and the birth of a “centrist republic” (Furet).

Nonetheless, in spite of this liberal Renaissance, French liberalism has not fully shed away some of its peculiar features that have made it different from its counterpart across the Channel or the Ocean. The complex legacy of the French Revolution and its internal contradictions explain why French liberals grappled with a particular set of issues and why their solutions were often found to be unorthodox and unconventional when compared to those advanced by English liberals across the Channel or American thinkers. It has been noted that in France, liberal principles such as limited power and the rights of man were rooted in its moment of origin and associated with the “movement of rage” of 1789. While the ideas of French thinkers were reputed for their rich theoretical imagination, their political theories were often found wanting by more pragmatic spirits, concerned with the practical implications of ideas and principles. French ideas and slogans such as the famous

---

5 Tocqueville, *The Old Regime*, p. 247.

*Liberté, Fraternité, Égalité* were bold and marvelous creations of the human mind, but they were often used to legitimize political regimes which proved to be inimical to individual freedom and happiness. Too often, French thinkers forsake moderation and opted instead for various forms of radicalism that shunned prudence and displayed a disquieting propensity for excess and radical perfectionism. Where are, one might rhetorically ask, the French equivalents of Benjamin Franklin, George Washington, or James Madison?

As Edouard Laboulaye, a leading nineteenth-century French liberal, once acknowledged, the taste for logic and perfectionism had always characterized French political culture. "We easily go to extremes and thus risk missing the goal. We had more than one opportunity to regret not having held to a *juste milieu*"<sup>6</sup>. French intellectuals put a great emphasis on style and form and paid special attention to the rhetoric of their discourses. A seventeenth-century writer, B at-Louis de Muralt, candidly acknowledged: "Style, whatever it expresses, is an important thing in France. Elsewhere, expressions are born of thoughts ..., here it is the reverse; often it is the expressions that give birth to thoughts"<sup>7</sup>. A century later, Tocqueville conveyed a similar idea in his *Recollections*, in which he argued that the French display an unusual propensity for radicalism by looking for "what is novel and ingenuous rather than for what is true; in preferring the showy to the useful; in showing one's self very sensible to the playing and elocution of the actors without regard to the results of the play; and, lastly, in judging by impressions rather than reasons"<sup>8</sup>.

Time has proved Tocqueville right again and again. In the last century, disenchanted with the "decadent" bourgeois world in which they lived, and thirsting for new certainties that were expected to free them from the shackles of the "inhuman" capitalist world, French intellectuals often indulged in vitriolic critiques of Western liberal democratic regimes and exaggerated the accomplishments of Soviet-style communism. Of course, none of the *bien-pensant* intellectuals moved permanently to Moscow or Beijing to enjoy "live" the marvelous accomplishment of the "actually existent communism."

---

6 Eduard Laboulaye, "Introduction," in Benjamin Constant, *Cours de politique constitutionnelle*, ed. E. Laboulaye. Paris: Guillaumin, 1861, p. xlvii.

7 B at-Louis de Muralt as quoted by Tony Judt *Past Imperfect: French Intellectuals, 1944-1956*. Berkeley: University of California Press 1992, pp. 248-49. The reader will find a comprehensive discussion of the limitations and virtues of French intellectuals in Judt, pp. 229-74 and Judt, *The Burden of Responsibility: Blum, Camus, Aron and the French Twentieth Century*. Chicago: University of Chicago Press 1998, pp. 3-27.

8 Alexis de Tocqueville, *Recollections*, trans. A. Teixeira de Mattos. New York: Meridian, 1959, p. 70.

Instead, they continued to enjoy their leisure in Paris, spent long hours chatting in the pleasant cafés on Boulevard Saint-Michel, and paid occasional visits to their heroes in the East when they became bored by the “unbearable lightness of being” in the decadent capitalist world.

Tony Judt once claimed that France lacks blocks of a genuine liberal political vision such as the emphasis on individual rights or the separation between the public and private sphere. French thinkers often succumbed to the seductions of civic virtue, civic duties, and statism. As Judt argued, the language of rights underwent an important conceptual transformation. From a protective device designed to defend individuals against the encroachment of state institutions it evolved into the basis for justifying the claims, actions, and whims of the authority against its citizens. The enjoyment of civil liberties and rights was linked to the conservative notion of social and political order. Thus abstract or natural rights were displaced in favor of positive and concrete rights that could be forfeited in exceptional or emergency situations. To speak of natural rights or rights against society or about rights against the state interference was never a favorite topic in France. Moreover, the French also displayed a strong propensity toward a strong executive power that in turn engendered a particular type of liberalism *through the state*, not against the state as in the Anglo-American liberal tradition. The habit of looking to the state for assistance was accompanied by a nuanced form of skepticism toward individualism and utilitarianism and a certain distrust of the market.

Finally, in his recent *L'individu effacé ou le paradoxe du libéralisme français*, Lucien Jaume attributed the shortcomings of French liberalism to the alleged domination of a statist type of liberalism over rights-based liberalism. “France,” Jaume argued, “did not have a philosophic resource to think through a liberalism comparable to Locke in England”<sup>9</sup>. French thinkers, Jaume concluded, were too often inclined to speculate on concepts such as the sovereignty of reason or “*gouvernabilité*” and downplayed equally important issues such as individual rights, the economic market, and the separation of powers.

---

9 Lucien Jaume, *L'individu effacé ou le paradoxe du libéralisme français*. Paris: Fayard, 1997, p. 14.

### Aron's political moderation

Appearances notwithstanding, the French political tradition offers an excellent case-study to anyone interested in studying the virtues and limitations of political moderation and the limits within which one can be at once an objective spectator and an effective actor. It is precisely because France has had a long record of radicalism in politics that it also developed a certain tradition of political moderation in response to various forms of political extremism. As Ran Halévi demonstrated, moderation became a mean of promoting courageous reforms in eighteenth-century France and those who praised the English constitution used moderation and constitutionalism as powerful tools for criticizing absolute monarchy of Louis XIV and his heirs<sup>10</sup>.

Raymond Aron's unique intellectual trajectory illustrates both the virtues and limitations of political moderation while his writings on the philosophy of history and the relationship between history and politics are a gold mine for any student of political judgment and *phronesis*<sup>11</sup>. It is because he was so attentive to the specific nature of the political that Aron understood what is so peculiar (and difficult) about political judgment. In Aron's view, there is no recipe for good political judgment. Applying principles of rational analysis and logical inference from natural sciences to politics amounts to a serious misunderstanding of the political sphere. In politics it is highly important to know when to act and when to refrain from acting, along with being able to perceive and understand novelty in history. Exceptional circumstances do matter and human actions have many unintended consequences<sup>12</sup>.

Aron was both blessed and condemned to live in the "most brilliant and dangerous nation of Europe" at a point in time when the survival of European civilization itself was in doubt. In many ways, as Aron acknowledged in his memoirs, his writings contained the

---

10 Ran Halévi, 'La modération à l'épreuve de l'absolutisme. De l'Ancien Régime à la Révolution française,' *Le Débat*, No. 109, March-April 2000, p. 73.

11 I agree with Richard Ruderman that "prudence is not an altogether satisfactory translation of *phronesis*." While the latter suggests a certain pragmatic posture toward politics, it also has a qualitative component that, according to Aristotle, allows one to live well. For more details, see Richard S. Ruderman, "Aristotle and the Recovery of Political Judgment," *American Political Science Review*, 91 (1997): 409ff.

12 In this regard, Aron followed in the footsteps of Guicciardini, although he was probably unaware of his affinity with the Florentine historian and friend of Machiavelli. In his *Ricordi*, Guicciardini wrote that "if you attempt certain things at the right time, they are easy to accomplish. ... If you undertake them before the time is right, not only will they fail, but they will often become impossible to accomplish even when the time would have been right (Francesco Guicciardini, *Maxims and Reflections* [Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972], p. 61).

aspirations and doubts "that filled the consciousness of a man who was impregnated by history"<sup>13</sup>. Aron's career and writings teach us important lessons about a particular face of moderation, the committed observer, whose values, choices, and predispositions differ from those of the romantic intellectual eternally dissatisfied with the order of things and always prone to be seduced by broad visions of the world.

At first sight, one might be tempted to say that the position of a committed observer fits best what we usually call the public intellectual who lives half-way between the ivory tower of academia and the bustling space of the agora. Or, it might be argued that Aron's committed observer bears striking similarities with Michael Walzer's connected social critic, in spite of their different political allegiances<sup>14</sup> Aron was highly skeptical of intellectuals rushing to get involved in politics or overzealous to comment on political life. Based on his first-hand experience with his fellow French colleagues who sought to mix Marxism and existentialism in order to create a new ethics of authenticity, Aron argued that it is characteristic of intellectuals in general not to seek to understand the social and political world, its institutions and practices. Instead, what they most often want is to denounce the social and political order in which they live because they feel overwhelmed by its complexity and murkiness. Aron criticized this tendency of intellectuals to denounce too quickly the capitalist civilization as excessively rationalistic and anti-heroic without attempting to understand *sine ira et studio* the functioning of its institutions. He took to task those who, without knowing the basics of economics and sociology, indulged in endless diatribes against the rationalization of the soul and the (bourgeois) enthusiasm for efficiency and productivity and pretended to offer a solution to the alienation of the working classes<sup>15</sup>.

As Aron noted in *The Opium of the Intellectuals*, the limitations of industrial civilization, the power of money, and the price of economic success tend to offend the susceptibilities

---

13 Raymond Aron, *Memoirs: Fifty Years of Political Reflection*, trans. George Holloch (New York: Holmes & Meier, 1990), p. 470.

14 See, for example, Michael Walzer, *Interpretation and Social Criticism* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987), pp. 38-40.

15 In this regard, Aron's argument bears some affinities with Hayek's or Nozick's explanations for the intellectuals' general hostility to capitalism. In turn, Schumpeter pointed out that "Industrial and commercial activity is essentially un-heroic in the knight's sense - no flourishing of swords about it, not much physical prowess, no chance to gallop the armored horse into the enemy, preferably a heretic or heathen - and the ideology that glorifies the idea of fighting for fighting's sake ... withers in the office among all the columns of figures" (Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism, and Democracy* [New York: Harper & Row, 1950], pp. 127-28).

of intellectuals who become over-emotional in preaching a strange form of intellectual and political evangelism while claiming at the same time to be more competent than ordinary citizens in judging the flaws of society<sup>16</sup>. Moreover, the obscurity and compromise inherent in political life offend their aesthetic sensibilities, which can hardly accept that the best is often the enemy of the better. Thus, intellectuals tend to refuse to think *politically* and “prefer ideology, that is a rather literary image of a desirable society, rather than to study the functioning of a given economy, of a parliamentary system, and so forth”<sup>17</sup>. They prefer to eschew real political responsibility and come to think that their only responsibility is to vituperate, being all too ready to leave the other practical questions to the care of so-called experts whose language they often do not understand and with whom they are not engaged in a sustained dialogue. As a result, intellectuals tend to form opinions based on emotions and moral imperatives rather than a careful analysis of each particular situation and often come to conceive of their political engagement only (or primarily) as a pretext for self-aggrandizement.

### Rediscovering the “political”

What is particularly remarkable in Aron’s works is his lucid and meticulous analysis of the politically pernicious effects of the excess of speculative intelligence, sometimes accompanied by a good dose of “irresponsible metaphysics,” that is often the cause of immoderation and poor political judgment<sup>18</sup>. Three key principles defined Aron’s political outlook. The first is the rejection of any dogmatic interpretation of politics and society. As Aron wrote in his essay “Fanaticism, Prudence and Faith,” any student of politics ought to take into account the plurality of considerations on which political and economic actions depend. In so doing, he must be aware of the inevitable conflict between ideas and principles such as economic growth and equality of justice. Rather than seeking a fictitious harmonization between all these values and principles, responsible politicians must achieve a reconciliation or

---

16 On this topic, see Raymond Aron, *The Opium of the Intellectuals*, eds. Daniel J. Mahoney & Brian Anderson (New Brunswick: Transaction Publishers, 2001), pp. 213-35.

17 Aron, *Thinking Politically*, p. 154.

18 Chapter Four of Brian Anderson’s book is entitled “Antinomic Prudence” and offers a nuanced interpretation of Aron’s political moderation (Raymond Aron, pp. 121-68). On this issue, also see Mahoney, *The Liberal Political Science of Raymond Aron*, pp. 92, 111-28, 137-46.

compromise between them and ought to be aware that this solution is only a temporary one<sup>19</sup>. The second key principle is the rejection of any global determinism of history such as Marxist historical materialism that deprives politics of its own autonomy. The third principle concerns the conditions of political action as defined by choice and decision in an environment that is in constant flux and is characterized by uncertainty.

What these principles have in common is the emphasis on the complex nature of the "political," that represents one of the most important contributions of Aron to modern political thought. As already mentioned, Aron claimed that intellectuals tend to distrust politics and often misunderstand or misrepresent the nature of the political sphere. In *The Opium of the Intellectuals*, Aron made a seminal distinction between three types of social criticism that have different agendas and philosophies. The first type is "technical criticism" that suggests practical measures which seek to attenuate the evils of society and regards its limitations as inevitable consequences and constraints of political action. Different from technical criticism are two other types of criticism, moral and ideological, which reject the present society in the name of an imaginary society, whose contours remain after all fuzzy and imprecise<sup>20</sup>. Aron was skeptical toward the last two forms of criticism because in his opinion, they tend to distort political judgment. In his memoirs, Aron candidly acknowledged that he, too, had occasionally practiced his own type of ideological criticism, albeit in a different manner than Sartre and his followers. What Aron particularly disliked was the tendency to sketch out a blueprint of a radically different order against which existing institutions are likely to be found defective. In his view, this type of criticism was highly impressionistic and lacked solid grounding in reality, as did utopian speculations and all forms of "literary politics" that ignore reality, remain at the level of abstract theory, and end up by misunderstanding the political.

In his essay "Three Forms of Historical Intelligibility," Aron went to great length to demonstrate the intrinsic shortcomings of all attempts to find higher forms of intelligibility in history. Such endeavors, he wrote, are doomed to fail because most political matters are uncertain and cannot be decided with the exactitude characteristic of natural sciences. Aron criticized Hegel, Marx, and their followers for their obsession with finding higher forms of intelligibility in history. Aron recognized, however, that it is necessary and possible to search for distinct forms of historical

---

19 See, for example, Aron, "Fanaticism, Prudence, and Faith," in *The Opium of the Intellectuals*, p. 346.

20 On this issue, see Aron, *The Opium of the Intellectuals*, pp. 210-12 and Aron, *Memoirs*, pp. 214-25.

and political intelligibility that are derived from and linked to particular contexts. But to speak of the “goal of History” as if one were endowed with a mystical vision that would allow him to comprehend this historical totality from a privileged Archimedean point makes little sense<sup>21</sup>. Moreover, this is a dangerous enterprise because it might foster a particular form of fanaticism trying to justify the worst cruelties in the name of noble ideals. Aron’s defense of “probabilistic determinism”<sup>22</sup> was based on his belief that, far from advancing inexorably toward a certain goal, the actual development of history forces the responsible philosopher to take note of the plurality of values and principles underlying human action as well as of the unique nature of each political situation and context.

Aron made clear what the political analyst must take into account in order to grasp the multifaceted nature of politics. This was precisely what the proponents of various forms of political radicalism and irresponsible metaphysics refused to do. To understand the forces at work in political life and be able to make informed judgments, one must pay attention not only to structural factors that limit our freedom but also to contingency and human nature. Here is a revealing passage that sheds light on Aron’s understanding of the prerequisites of political judgment:

One must consider (1) the plurality of goals, from short-term to distant, from tactics to strategy; (2) the actor’s knowledge of the situation, as well as the relative effectiveness of means; ... (3) the nature, lawful or unlawful, praiseworthy or not, of the end or means in relation to religious, mythological, or traditional beliefs; and (4) the duly psychological motivations of the act, which is sometimes appropriate but sometimes apparently irrational with respect to the actor’s objective<sup>23</sup>.

In other words, one must take into account the plurality of goals and perspectives of political actors and must seek to understand the functioning of political and economic institutions such as Parliament, the market, interest groups, and political parties. In turn, this requires an adequate perception of the wide range of available choices for reforming these institutions.

---

21 In his essay “The Dawn of Universal History,” Aron wrote: “As for the philosophy of history, whether it derives from Bossuet or Hegel, Marx or Toynbee, it is at best regarded more as a literary than a scientific exercise, fit perhaps for writers but not for respectable thinkers” (Aron, “The Dawn of Universal History,” in *The Dawn of Universal History*, [New York: Basic Books, 2002], p, 463).

22 Raymond Aron, *Politics and History: Selected Essays*, ed. and trans. Miriam B. Conant (New York: The Free Press, 1978), p. 61.

23 Aron, *Politics and History*, pp. 48-49.



While being aware of the importance of rational and scientific analysis, Aron never went so far as to believe, like Hobbes and his contemporary followers, that a political science *more geometrico* would ever be possible and desirable. Aron understood that not all types of claims in political and social life can or must be demonstrated and defended rationally<sup>24</sup>. Moreover, he always searched for the right tone for addressing qualitatively different matters. For example, he insisted that analyzing economic matters requires a different tone than writing about international relations. When addressing economic issues, Aron sought to be clear and factual and avoided any sentimental tone that would have been inappropriate. On political topics, he wrote as a man who observed, reflected, and sought the best solution for the welfare of the entire community. In the end, argued Aron, thinking politically amounts to making a fundamental decision: "To think politically in a society, one must make a fundamental choice. This fundamental choice is either the acceptance of the kind of society in which we live, or its rejection. ... From this fundamental choice flow decisions"<sup>25</sup>.

### Aron's politics of responsibility

Aron justified his allegiance to liberalism (in the European meaning of the term) by resorting to a complex and nuanced sociological analysis of modern society that sought to determine and evaluate critically the economic and social conditions that permit freedom and pluralism to survive in modern society. In so doing, he spent a great deal of time and energy studying various aspects of modern society: economics, social relationships, class relationships, political systems, and relations among nations. He rejected the once famous theory of the convergence of capitalism and communism and believed that capitalist liberal societies could be peacefully reformed in spite of their inherent shortcomings. It will be recalled that Aron wrote in his usually balanced, non-partisan, and moderate style even when treating events that he disliked or disapproved of or when he faced tragic events such as the Algerian crisis<sup>26</sup>. He was aware that anyone

---

24 For two interesting and well-informed perspectives on political judgment, see Peter Steinberger, *The Concept of Political Judgment* (Chicago: University of Chicago Press, 1993), pp. 1-88, 281-304, and Ronald Beiner, *Political Judgment* (Chicago: University of Chicago Press, 1983), pp. 1-10, 129-67.

25 Aron, *Thinking Politically*, p. 44.

26 One such example was the Vichy regime. While clearly rejecting the regime, Aron refused to think in black-and-white terms when judging the degree of guilt of Marshal Pétain. This was certainly not a case of moral indecision on Aron's part; as both a Jew and a French citizen, he could have never endorsed a regime that had in fact been imposed by the Nazis. For more details, see Aron, *Thinking Politically*, p. 82.

who writes about political crises must always ask the fundamental question: “What would I do if I were in the place of the statesman?”

Furthermore Aron believed that even in difficult times, one can (and ought to) be committed to reason by upholding the idea of a decent society while also being fully aware of the inherent imperfections and antinomies of our political and social world. This idea was Raymond Aron’s guiding principle and pole-star. Although he lived in dark times, Aron retained confidence in rational inquiry and the individuals’ ability to see the difference between illusions, emotions, hopes, and demonstrable truths. He refused to despair of any man, even though his century and contemporaries gave him many reasons to despair<sup>27</sup>. “I was a disciple of Kant,” confessed Aron, “and there is in Kant a concept to which I still subscribe: it is the idea of Reason, an image of a society that would be truly humanized. We can continue to think, or dream or hope - in the light of the idea of Reason - for a humanized society”<sup>28</sup>. Aron’s moderate optimism rested on his awareness of the frailty and fallibility of human condition (did not Kant, after all, speak about the crookedness of human nature?) as well as on recognizing the concrete possibilities for effective and reasonable action in our imperfect world.

While being fully committed to such principles as freedom, pluralism, and rule of law, Aron opposed the dogmatic interpretation of these values and realized that the endorsement of the principles underpinning Western liberal democratic societies was not supposed to be a synonym for complacent conservatism. Although strongly opposed to single-party rule and totalitarianism, Aron was never an ideologue of capitalism like, say, Ayn Rand or Milton Friedman. “I have tried to serve the same values in different circumstances and through different actions,” wrote Aron. “Having political opinions is not a matter of having an ideology once and for all; it is a question of taking the right decisions in changing circumstances”<sup>29</sup>. Our opinions must be based on careful consideration of facts and should take into account the ways in which changing circumstances affect our decisions, strategies, and goals.

His famous critique of freedom as negative liberty is a case in point. It will be recalled that the concept of negative liberty was at the core of the theories of liberty

---

<sup>27</sup> See *ibid.*, p. 46.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 263.

<sup>29</sup> See *Thinking Politically*, p. 150; for more details on Aron’s method, also see pp. 201, 250. Another interesting text is Aron’s essay, “History and Politics,” originally published in 1949 (an English translation can be found in Aron, *Politics and History*, pp. 237-48).

advanced by European Cold-war liberals such as Berlin, Popper, and Hayek. While agreeing with their general political outlook, Aron did not shy away from showing the inadequacies of the definition of liberty as freedom from interference as the fundamental principle of liberal democratic society. At a point in time when the very notion of citizenship was related to "positive" liberty, Aron who was no friend of totalitarian systems, chose to affirm the importance of citizenship in modern society. "Individuals in a democracy," he argued, "are at once private persons and citizens. What bothers me most is that it seems to me almost impossible in France to have courses in citizenship in the schools. ... Our societies, our democracies, are citizens' countries"<sup>30</sup>. It was this belief that led Aron to emphasize not only the centrality of mores to the sustenance of liberal democracy (a lesson he learned from Tocqueville and Aristotle), but also the need for a distinctive type of liberal civic education meant to cultivate certain traits of character suitable to citizens living in modern liberal democracies<sup>31</sup>.

This view ran against the conception of freedom defended by another prominent twentieth-century liberal and contemporary of Aron, Friedrich von Hayek, who in Aron's opinion, was a "doctrinaire" advocate of economic liberalism. In "Fanaticism, Prudence, and Faith," Aron defined "doctrinairism" as the tendency to attribute universal value to a particular doctrine and considered as one of its manifestations the idea that the principles of the ideal order are identical only with a certain set of institutions<sup>32</sup>. In his 1961 review of Hayek's *Constitution of Liberty*, Aron put forward a different theory of freedom that rejected the idea that a free society is defined only by free elections, the free market, and the rule of law. Aron also believed that a moderate welfare state is not incompatible with political freedom and the rule of law. He expressed reservation toward that tradition of liberal thinking that equates liberty above all with obedience to laws in order to reduce as much as possible the potentially arbitrary control exercised by individuals over their fellow citizens. Liberty, affirmed Aron, depends on the universality of the law, but it is also much *more* than absence of constraint: "All power involves some element of the government of men by men; liberty is not adequately defined by sole reference to the rule of law: the manner in which those who hold this power are

---

30 Aron, *Thinking Politically*, p. 248.

31 On this issue, see Aron's classic two-volume work *Main Currents in Sociological Thought*. A recent English edition has been published by Transactions (1998, 1999).

32 See Aron, *The Opium of the Intellectuals*, pp. 332-34. A more elaborate treatment of this topic can be found in chapter 2 ("Formal Freedoms and Real Freedoms") of Aron's *An Essay on Freedom*, tr. Helen Weaver (Cleveland: The World Publishing Company, 1970), pp. 49-99.

chosen, as well as the way in which they exercise it, are felt, in our day, as integral parts of liberty<sup>33</sup>. Liberty and power have a variable character that defines the adequate and historically shifting limits of the individual sphere that must be protected against the interference of the state. The upshot of this view is that there can be no objective, eternally valid definition of constraint, and consequently of liberty, since general rules, too, can sometimes be oppressive in one way or another. Aron believed that for all the brilliance of his analysis, Hayek neglected this point when drawing a radical distinction between obedience to persons (which he equated with unfreedom) and submission to abstract and universal rules (which he equated with freedom)<sup>34</sup>. Interestingly, a similar critique was advanced by Oakeshott, who wrote: "This is, perhaps, the main significance of Hayek's *Road to Serfdom* – not the cogency of his doctrine, but the fact that it is a doctrine. A plan to resist all planning may be better than its opposite, but *it belongs to the same style of politics*"<sup>35</sup>.

Aron's middling, non-dogmatic position is also evidenced by his attitude toward Marx, perhaps the most controversial modern thinker, capable of eliciting either uncritical admiration or outright rejection. Aron carefully read all of Marx's works, in particular *The Capital*, which he regarded as one of the greatest sociological works ever written. In this regard, it can be argued that Aron knew Marx much better than most of his own critics on the Left, who often referred to Marx without having carefully studied his works. Aron never converted to Marxism primarily because he understood early on the internal contradictions of Marx's economic, social, and political thought and could not come up with a solution that would resolve these contradictions<sup>36</sup>. He saw Marxism for what it was, that is a global interpretation of history predicated on two main ideas: the preeminence of class struggle and priority of the relations of production compared to the forces of production. Aron perceptively noted that from the materialistic interpretation of history Marx drew a radical conclusion unsupported by logic or facts:

---

33 Aron, *In Defense of Liberal Reason*, p. 85; also see p. 83. For an interpretation of this topic, see Mahoney, *The Liberal Political Science of Raymond Aron*, pp. 73-90.

34 On Aron's attitude toward Hayek, see Mahoney *The Liberal Political Science of Raymond Aron*, pp. 87-88, 118-19.

35 Michael Oakeshott, *Rationalism in Politics and Other Essays*, 2nd enlarged edition, ed. Timothy Fuller (Indianapolis: Liberty Fund, 1991), p. 26; emphasis added.

36 For more details on this topic, see Raymond Aron, *Le Marxisme de Marx*, eds. Jean-Claude Cassanova and Christian Bachelier (Paris: Fallois, 2002). Also see Aron's analysis of the future of secular religions in Aron, *The Dawn of Universal History*, pp. 177-202. For a detailed analysis of Aron's critique of Marx, see Mahoney, *The Liberal Political Science of Raymond Aron*, pp. 33-38, 74-80; Mahoney, "Aron, Marx, and Marxism," *European Journal of Political Theory*, 2 (2002): 415-27; and Anderson, *Raymond Aron*, pp. 61-87.

that every progressive spirit must be on the side of the proletariat (the children of the light) in the fight against the bourgeoisie (the children of darkness and forces of evil). The endpoint of history, argued Marx, is socialism and one must embrace it to be on the side of progress. Aron was uncomfortable with this (dogmatic) conclusion because he saw in it a leap of faith that he was not able to make in spite of his appreciation for Marx' genius as a perceptive critic of nineteenth-century capitalism. "After having studied Marxism for almost an entire year," affirmed Aron, "I concluded with regret that, in this form, it was not acceptable. The analysis of history does not permit one to determine the policy to follow and to foresee, as an end result, a society from which contradictions among men would be eliminated... Even today, I am interested in the Marxism of Marx, but not in that of Brezhnev, which is very boring. But Marx's Marxism is very, very interesting"<sup>37</sup>.

The departure from Marx is further illustrated by Aron's nuanced position on determinism and probabilism in history. While refusing to admit that forces of production determine history, he acknowledged the importance of ideas, forces of production, and contingency in determining the course of history. He did not think that this question permits a precise response, but pointed out that the story of mankind is an unfinished and unpredictable one. Every political situation, argued Aron, "always allows for a margin of choice, but the margin is never unlimited"<sup>38</sup>. Hence, he went on, political theorists should attempt to elucidate the goals that societies should pursue as well as the means that they have at their disposal. But they ought to investigate the realm of the possible by also taking into account prior goals, preferences, and principles. To study these goals in a vacuum, concluded Aron, would be absurd because ideas arise out of specific political, cultural, social, and economic contexts that always limit the range of the possible.

Another example of Aron's political judgment was the highly controversial episode of the Algerian independence. This issue had polarized the entire French public opinion and generated sentimental and violent reactions that often made dialogue difficult if not utterly impossible. Aron recognized early on that denying Algeria's independence would be both morally illegitimate and economically unfeasible. Although he was not blind to moral considerations, he defended Algeria's independence on economic rather than moral grounds, without professing loudly his love for humanity or his defense of the independence of the Third World as many others did. Aron foresaw

---

37 Aron, *Thinking Politically*, p. 41.

38 Aron, *Politics and History*, p. 237.

that denying the independence of Algeria would have involved a military and economic commitment that France was unable to sustain at that point in time (the whole decade of the 1950s marked the decline of France's military power). On this topic as on many others, Aron preferred to think *politically* rather than in moral terms and resorted to an ethics of responsibility rather than one of absolute ends. He had a clear sense of proportions: "I based my policy on reality. ... The policy that I recommended could just as easily have been based on moral principles, because they were compatible. ... My purpose was to analyze a political problem in order to demonstrate that a given solution was the least bad. ... the avoidance of a national tragedy, that is, a civil war, depended upon the courage of the politicians"<sup>39</sup>.

The same "politics of understanding" underlay Aron's realist position toward the Munich accords of 1938 and the students' revolts of 1968. While acknowledging that the Munich accords were not honorable, he argued that in terms of *Realpolitik* it is open to discussion whether the opposite approach would have saved lives given Hitler's personal irrational agenda and the balance of power in Europe in the late 1930s. "In any case," opined Aron, "it seems to me unjust and egregious to make a clear-cut distinction between good people and bad people, according to whether they were for or against Munich"<sup>40</sup>. The turbulent events of May 1968 in Paris showed another face of Aron, the trimmer, concerned with keeping the ship on an even keel in times of social and political unrest<sup>41</sup>. Aron found himself isolated between the two camps with which he had strong disagreements, but he realized that the students' revolutionary fervor fueled the discontent of the Parisian workers (who launched a massive strike following the student's demonstrations) and was thus threatening the very foundations of the French Republic. Although Aron's relations with Charles de Gaulle were notoriously ambiguous and tense, during the final week of May 1968 he declared his support for the President when the survival of the regime was threatened by the most radical demonstrators. Aron also rejected the radicalism of Sartre as illustrated by his famous claim that the President had launched a "call for murder"<sup>42</sup>.

---

39 Aron, *Thinking Politically*, pp. 162; 164-66; also see pp 170-71. For an analysis of this issue, see Tony Judt, "Introduction," in Aron, *The Dawn of Universal History*, pp. xvii-xx.

40 Aron, *Thinking Politically*, p. 51.

41 The classical definition of the "trimmer" was given by Halifax in *The Character of a Trimmer*: "This innocent word Trimmer signifieth no more than this: That if Men are together in a boat, and one par of the company would weigh it down on one side, another would make it lean as much to he contrary; it happeneth there is a third Opinion of those, who conceive it would do as well, if the Boat went even, without endangering the passengers" (Halifax, *Complete Works*, ed. J. P. Kenyon [London: Penguin, 1969], p. 50).

42 See Aron, *Memoirs*, pp. 326-28 and Aron, *Thinking Politically*, p. 209.

Aron commented ironically: "Not even a vulgar demagogue would have used such an expression in reference to General de Gaulle, to a government that had tolerated the 'demos,' the semi-riots that had gone day by day"<sup>43</sup>.

Aron adopted a similar trimming attitude afterwards when he was invited to comment on the governance of the universities. "Whenever I discussed the future or questions of reform at university meetings," remembered Aron, "I was always on the side of the reformers. But as soon as I saw that honorable and decent teachers were being treated in a shabby manner, I defended them. I didn't agree with them, but I defended them"<sup>44</sup>. In spite of his outright rejection of the violent means chosen by demonstrators, Aron acknowledged that the pseudo-revolution of May 1968 also had a few positive unintended effects. French society became more aware of the problems created by low wages, universities were granted greater autonomy, and the predominant views about economic growth were revised.

### The solitary center

Aron's moderation marginalized him in the middle and his balanced and detached position irritated sensibilities on both ends of the political spectrum. He once described himself as "a man without party, who is all the more unbearable because he takes his moderation to excess and hides his passions under his arguments"<sup>45</sup>. To be sure, Aron paid a lot of attention to the ideas of those who opposed his principles (Sartre was the most famous example). Seeking to promote empathy for others' points of view, Aron attempted to make people understand that those who disagreed with them were not necessarily enemies or traitors. Yet, he was far from successful in this regard. As Aron himself acknowledged, he found himself once again isolated, the usual destiny of an authentic liberal (in the European sense of the word). This was a paradoxical situation, because he spent his entire life going to the Left, while speaking the language of the Right, and going

---

43 Aron, *Memoirs*, p. 327.

44 Aron, *Thinking Politically*, p. 215.

45 The phrase is from Aron's speech on the occasion of his admission to the Institute (Academy of Moral and Political Sciences) in 1965 (apud Baverez, Raymond Aron, p. 338). Also see the following statement of Aron: "My passion for analysis has led me to criticize almost everyone in politics, even including those who, in general terms, think as I do. ... Oddly enough, although I write in moderate terms, it frequently happens that I do so in a wounding way or at least in a way considered irritating" (Aron, *Thinking Politically*, p. 301).

to the Right, while speaking the language of the Left<sup>46</sup>. Sometimes, for example on the Algerian war, Aron's positions were closer to the Left than to the Right. On Stalinism, he was seen as a man of the Right because he denounced Stalinism and communism in unambiguous terms.

Aron saw himself as an intellectual of a rather peculiar breed and one could say, paraphrasing Tocqueville, that the liberal party to which he belonged did not exist during this time<sup>47</sup>. Aron was rarely in agreement with those he had voted for and the best example was his uneasy relation with Charles de Gaulle. While sharing with the latter the same strong commitment to the values of the French Republic, Aron never became a Gaullist, a confidante of the General upon whom the latter could always rely. Aron went so far as to criticize on more than one occasion what he called a certain form of "Gaullist fanaticism" that went against the main principles of his own philosophy. "To be truly Gaullist," claimed Aron, "it was necessary to have faith in de Gaulle and to be ready to change one's opinions to agree with his. I could not do it, but that didn't prevent me from being André Malraux's *directeur de cabinet*"<sup>48</sup>.

Under the Fifth Republic, Aron's attitude toward de Gaulle was defined by the principle "Solidarity in times of crisis and independence in normal times." While in Aron's view de Gaulle's foreign policy – "*la politique du joyeux célibataire international*," to use Pierre Hassner's words<sup>49</sup> – was sometimes unnecessarily provocative, its main initiatives were in line with the general interests of the French Republic and the free world. At the time of the Liberation, noted Aron, General de Gaulle's government was "much the best and ... it was necessary to support it." A decade later, de Gaulle's return to power, "even though the circumstances were unpleasant, was rather desirable"<sup>50</sup> because, thanks to

---

46 See Aron, *Thinking Politically*, p. 257. The same point was made by a friend of Sartre and critic of Aron, Michel Contat, in an article published in *Le Monde* in 1980: "[Aron] still belongs to the family of the left, and, in a certain sense, this has always been true, even when he joined the opposition, because his arguments are always directed to the left, as though he wanted to remove their blinders" (quoted in Aron, *Memoirs*, p. 460).

47 It is not a mere coincidence that Aron was responsible for the revival of interest in Tocqueville in France in the 1950s. For more details, see the chapter on Tocqueville published in Raymond Aron, *Main Currents in Sociological Thought*, Vol. I, eds. Daniel J. Mahoney and Brian Anderson (New Brunswick: Transactions, 1998), pp. 237-302.

48 Aron, *Thinking Politically*, p. 101.

49 Pierre Hassner's words were quoted by Pierre Manent in a recent dialogue with Nicolas Baverez, "Raymond Aron, le dernier philosophe des Lumières," published in *Le Figaro*, October 17, 2003 on the occasion of two decades from Aron's death.

50 Aron, *Thinking Politically*, p. 101.



his prestige, he had a better chance than anyone else to find a solution to the Algerian crisis. As the latter degenerated, the General "had dirtied his hands as little as possible"<sup>51</sup>. Moreover, de Gaulle wished to and fought hard to restore a democratic republic, even if his constitutional plan gave the President the opportunity "to exercise an absolute and limited power"<sup>52</sup>. In Aron's view, he was "a perfect example of the charismatic leader who had "historic ambitions comparable to those of Washington"<sup>53</sup>. In an article published on the first anniversary of de Gaulle's return to power, Aron concluded: "The Fifth Republic exists, and in present-day France, General de Gaulle is the best possible monarch in the least bad of possible governments. He possesses personal power, but he restored the Republic in 1945. He manipulated the 1958 revolution in order to produce an authoritarian republic, not fascism nor a military despotism. He wants to save the remnants of the French empire, but he has granted the territories of black Africa the right to independence"<sup>54</sup>.

If Aron was a moderate of a peculiar breed with a keen sense of intellectual and political independence, he took, however, a firm and clear stance on all the great questions of his time: Fascism, the Soviet Union, decolonization, Algeria, May 1968, the role of the United States in the world, and the famous press conference of de Gaulle on the Jews from 1967 in which he described the Jews as "an elite people, sure of itself and overbearing." That on all these issues Aron was more or less "right" is certainly remarkable given not only the complex nature of political events but also the number of brilliant intellectuals who chose to defend the indefensible (the crimes of Communism). But it would be even more important to try to understand how Aron arrived at his conclusions, what enabled him to take a correct stance when others seemingly failed to do so. To make him an infallible judge would certainly be absurd and would moreover contradict the spirit in which Aron himself conducted his entire public life. At the same time, it would be difficult to deny that he was a far more reliable judge of modern politics and society than Sartre, Merleau-Ponty, Kojève, Foucault, and other famous philosophic and literary figures.

Aron's moderation and lucid political judgment played a key role in this regard. He constantly affirmed the superiority of free society over any form of totalitarianism and chose the "preferable" over the "detestable." When really great issues were at stake, when situations arose in which, politically or existentially, it was vital to be on one side or the

---

51 Aron, *Memoirs*, p. 255.

52 *Ibid.*, p. 256. The phrase is taken from an article of Aron in which he commented on de Gaulle's constitutional plans. The expression "absolute and limited" comes from Maurras.

53 *Ibid.*, p. 258.

54 *Ibid.*, p. 258.

other, Aron took a firm and lucid stance. His reasoning was surprisingly simple, unencumbered by futile existential anxieties that plagued Sartre's political works: "I have chosen the society that accepts dialogue," remarked Aron. "As far as possible, this dialogue must be reasonable; but it accepts unleashed emotions, it accepts irrationality. ... The other society is founded on the refusal to have confidence in those governed, founded also on the pretension of a minority of oligarchs that they possess the definitive truth for themselves and for the future. I detest that; I have fought it for thirty-five years and I will continue to do so. The pretension of those few oligarchs to possess the truth of history and of the future is intolerable"<sup>55</sup>. He could have never have said, with Merleau-Ponty, that "there is as much 'existentialism' in the stenographic record of the Moscow debates as in all of the works of Koestler." Nor could Aron have ever affirmed, with Francis Jeanson (speaking for Sartre against Camus) that "we are simultaneously against [Soviet Union] and for it"<sup>56</sup>. Aron was unwilling to gloss over the fact that in the name of lofty ideals millions of people were sent to concentrations camps or left to starve. In his eyes, one had to either break with communism or embrace its ideology: *tertium non datur*.

Aron's analysis of the major political events of his time shows that he did not take refuge behind cold or neutral concepts even if, as he once put it, he sometimes took his moderation to excess and hid his passions under his arguments. Instead, he analyzed each situation with a mixture of calm attachment and detachment, reason and passion, without giving arrogant advice of the sort "Let me tell you what you should do." He was aware of his own fallibility and limited knowledge and considered himself a well-informed amateur who did not feel obliged to tell others what they should think or do. As an editorialist for *Le Figaro* for thirty years, he believed that a well-informed journalist must not seek to indoctrinate his readers, but ought to give them at least the basic facts the ministers should also use in making their decisions. When appropriate, he shared with his readers his own beliefs, but he did it with his characteristic "icy clarity"<sup>57</sup> and detached attachment. Last but not least, he realized that he did not possess the qualities necessary to exercise power or to advise princes. Prudent in his writings, he had a difficult time controlling his speech and often found himself incapable of adopting a neutral diplomatic language. What Aron lacked

---

55 Aron, *Thinking Politically*, p. 252.

56 Aron's reference to Merleau-Ponty can be found in Aron, *Memoirs*, p. 215; for his critique of Jeanson's ambiguous position, see p. 221.

57 I borrow this phrase from Judt's *The Burden of Responsibility*.

was a certain capacity for performance that he acknowledged as an important prerequisite of success in politics. As he put it in his memoirs, "Intelligence, knowledge, and judgment are not enough. Performance is also required, of which I would have been most probably incapable"<sup>58</sup>. But is it possible for a committed observer to "perform" in a moderate manner in politics and public life?

### The committed observer

This question prompts us to ask what would be the "right type of intelligence" or the proper mindset of the committed observer that makes one capable of correctly understanding the fundamental antinomies and constraints of political life. Such a person would have to be aware of the general trends of his time and would refuse the temptation to judge absolutely and unconditionally, a position that suits better the prophet than the committed observer. The latter seeks to understand the complexity of political and social phenomena by cherishing it rather than seeking to ignore it or simplify it. The committed observer attempts "to disintoxicate minds and to calm fanaticism, even when it is against the current tendency"<sup>59</sup>. While being aware of the importance of passions, he continues to believe in the power of reason and works to make reasonableness and lucidity triumph even in the midst of terrible events. As such, he is convinced that when it comes to analyzing political phenomena, one must divest oneself of any sentimentality and should strive to be as lucid as possible<sup>60</sup>.

As such, to borrow Weber's famous dichotomy, the committed observer prefers the ethics of responsibility to the ethics of conviction, or to use Aron's own words, he engages in the "*politics of understanding*" as opposed to the "*politics of Reason*" (with "R"). This is not to say that the committed observer distrusts reason *per se* or that he no longer believes in the power of rational inquiry. While acknowledging the virtues of reason, the committed observer resists the temptation of idolizing Reason. His goal is to maximize the presence of reason and moderation in a world dominated by human passions, cruelty, and an eternal competition for scarce resources. The engaged spectator understands that politics involves the inevitable exercise of power for maintaining

---

58 Aron, *Memoirs*, p. 476.

59 The phrase belongs to Camus and is taken from Albert Camus, *The Plague* (New York: Modern Library, 1974), p. 121.

60 For more details, see Aron, *Thinking Politically*, p. 262.

order and security, with all its ensuing risks and costly choices made in an environment fraught with uncertainty and in constant flux. Because he refuses to think of politics as a means of implementing radical reforms or changing human nature, he shuns the idea of government or any one single agency being the chief agent in the pursuit of perfection. Improvement and perfection mean, however, two different things and, as already mentioned, Aron's position was in fact compatible with support of incremental reform<sup>61</sup>.

Like Dr. Rieux in Camus' *The Plague*, the committed observer (as described by Aron) is inclined to say: "Salvation is just too big a word for me. I don't aim so high. I'm concerned with man's health; for me, his health comes first"<sup>62</sup>. His position is characterized by a fundamental modesty that teaches him a sound order of priorities. He seeks to help his fellow citizens understand better their political environment and is committed to "truth and liberty, the love of truth and the horror of lies"<sup>63</sup>. If the committed observer is somewhat detached from the actual game of politics, his is a form of detached attachment because, as Aron points out, he loves his country and puts the survival and security of the community above everything else. That is why when the danger of civil war looms large he does everything in his power to avoid the worst<sup>64</sup>. But, while understanding the importance of order and social peace, the committed observer also grasps that "there is a barbarism of order no less to be avoided than the barbarism of disorder"<sup>65</sup>. He distrusts not only those anarchists who fail to understand the necessary prerequisites of political life in modern society, but also those who praise order only because their view of the world is too narrow.

Above all, the engaged spectator refuses the posture of a seer or prophet. His is not a politics of faith, but, to use Michael Oakeshott's dichotomy, one of skepticism. Those who espouse the politics of faith understand the activity of governing as instrumental in achieving the perfection of social and political order and have almost unlimited confidence in human reason. On the contrary, the proponents of the politics of skepticism

---

61 On this issue, also see Michael Oakeshott *The Politics of Faith and the Politics of Skepticism*, ed. Timothy Fuller (New Haven: Yale University Press, 1996), p. 53. It is worth pointing out that in this respect Aron's liberalism was different from Oakeshott's more conservative stance. Yet, they both shared a certain skepticism that made them immune to any forms of political radicalism.

62 Camus, *The Plague*, p. 17.

63 Aron, *Thinking Politically*, p. 261.

64 See, for example, the following statement of Aron: "As always in the most difficult situations, I try to find a way to avoid the worst - and the worst thing that can happen to a country, as far as I am concerned, is civil war. ... I was always obsessed with the need to avoid civil war, and I lived in an era when we were always close to it" (*ibid.*, p. 74).

65 I borrow here a phrase from Oakeshott, *The Politics of Faith and the Politics of Skepticism*, p. 35.

view the activity of governing as detached from the pursuit of perfection in this world and claim that the most important aim of politics is to reduce as much as possible the intensity of conflict in the world. This explains why Aron's committed observer does not have the pretension of knowing the future, nor does he claim to know the direction in which mankind will inevitably evolve. He only has a certain imperfect understanding of reality without ever pretending to fully understand it. He tries to remain as close as possible to the facts themselves for fear of being carried away from them and losing sight of reality. He accepts that both the world and the vocabulary with which we try to make sense of it are essentially and irreducibly ambiguous, heterogeneous, and infinitely complex, susceptible of various interpretations.

Hence, the committed observer views with skepticism the initiatives of those who embrace the ethics of absolute ends, who claim to have a clear and infallible knowledge of the future, and make their decisions based on this final station and on what they think necessary to attain this distant goal. Working with a simplified Manichean view of politics, the enthusiast partisans of the politics of faith see themselves as confidants of Providence and have the illusion of knowing the denouement of the drama of history. The committed observer rejects these ambitious claims because he is skeptical toward any vision of politics that has a messianic or soteriological ring.

His commitment, however, is of a particular nature that deserves special attention. To be true to his vocation as *spectateur engagé* he needs both knowledge and judgment, that is to say "knowledge of the polarity of the politics within which he moves, and judgment to recognize the proper occasions and directions of movement"<sup>66</sup>. While being aware of the limits within which one can be at once an objective spectator and an effective actor, the engaged observer believes that objectivity is not at all incompatible with commitment to a set of principles and values<sup>67</sup>. He realizes, however, that these values and principles do not always form a harmonious whole. Hence, what distinguishes his position from that of the romantic type is the ability to grasp and to correctly interpret the antinomies at the heart of human condition and modern society, the inescapable trade-offs that people face in their daily lives. The committed observer distrusts simplicity as well as any attempt to reduce the complexity of social world to a few basic

---

<sup>66</sup> Ibid., p. 124.

<sup>67</sup> Here is a revealing passage from Aron: "I had decided to be a committed observer. To be at one and the same time the observer of history as it was unfolding, to try to be as objective as possible regarding that history, and to be not totally detached from it - in other words, to be committed. I wanted to combine the dual role of actor and spectator" (Aron, *Thinking Politically*, p. 257).

elements that would fit our black-and-white categories and concepts. In order to grasp the inevitable constraints of social and political world, he studies not only the ideas, choices, and actions of real political actors but also the institutions that shape and limit their actions. He acknowledges that “when one analyzes present-day societies, one is so aware of the constraints that weigh as much on those who govern as on those governed that it is difficult to dream or invent as you suggest”<sup>68</sup>.

Hence, when acting in an environment that does not fit his categories and concepts, the committed observer does not seek refuge in the comfort of an imaginary perfect society. He is not bothered by the nuances of gray that characterize the political sphere; on the contrary, he believes that gray, too, can be beautiful under certain circumstances. That is why he does not aspire to angelic purity<sup>69</sup> and does not dream of building a world purified of all traces of impurity or evil. He acknowledges that the relationship between politics and morality is a notoriously difficult one that cannot be properly studied by borrowing and applying concepts from ethics in a rigorous manner. Moreover, he admits that even “political thought is essentially impure, equivocal”<sup>70</sup> and must remain so. Because politics involves constraint and a certain level of violence, it combines elements of morality and immorality in such a way that it makes often difficult to apply an unambiguous criterion for deciding upon the best course of action. Hence, the committed observer admits that political activity is by nature impure and cannot always be judged against the precepts of Christian morality; in other words, “politics is not coterminous with the activities of good Samaritans”<sup>71</sup>.

Above all, the engaged spectator as described by Aron is aware that “politics is never a conflict between good and evil, but always a choice between the preferable and the detestable”<sup>72</sup>. That is why he rejects perfectionism in unambiguous terms: “In political affairs, it is impossible to demonstrate truth, but one can try, on the basis of what one knows, to make sensible decisions”<sup>73</sup>. He recognizes that in times of great misfortunes, even truth may be “prosaic and insufferable”<sup>74</sup>. Sometimes, he is not afraid of relying on intuition rather than on incontestable facts<sup>75</sup>. He does not ask

---

68 Ibid., p. 251.

69 “I have never aspired to angelic purity, otherwise I have renounced studying political matters” (ibid., p. 242).

70 The phrase is taken from Aron, *Politics and History*, p. 237.

71 Aron, *Thinking Politically*, p. 244; also see p. 33.

72 Ibid., p. 242.

73 Ibid., p. 264.

74 Ibid., p. 82.

which ideology is appropriate in each case, but ponders what should one do to save the state from ruin if one were at the helm of the state. He refuses to think in terms of black-and-white categories and does not see the world through ideological blinders that inevitably end up distorting the facts themselves. On the contrary, he prefers to *explain* reality and its contradictory facts rather than reinvent them. Respect for facts is a supreme value for the committed observer. In the name of realism, he rejects cheap tirades of indignation and vituperation that might cloud or affect his perception of reality. His reasoning is simple and straightforward: if a political system causes in reality the suffering of millions of individuals, this is an undeniable fact that unambiguously condemns it in the face of history.

Despite his image as a hesitant spirit, the engaged spectator (again, as described by Aron) is capable, however, of espousing firm positions and making clear decisions. He is not neutral when neutrality is inappropriate and is not afraid of recommending tough measures when circumstances require them. But he is not likely to rush to act even when he has the determination to see and to seize upon truth and reality. While being aware that "to think politically in a society one must make a fundamental choice"<sup>76</sup>, his motto remains "neither Dionysius nor Apollo, but each in his place and season"<sup>77</sup>. In other words, although his judgment closely follows specific events, it is not entirely driven by them. On the contrary, it is integrated into a larger vision that ensures that his choices are based not on wishful thinking, but on a realistic assessment of each particular situation. He has the ambition to form his own viewpoint on the main issues of the day and refuses to embrace the ideas held by others without first questioning their accuracy.

It is the almost religious respect for facts that explains why the committed observer is neither a political activist nor a moralist. He does not find difficult to accept that other people's arguments are as plausible as his own opinions and refuses to believe that those who disagree with him do not have a moral stance worth respecting. But the engaged spectator is not a mere pragmatist either. If he pays due respect to facts, he does not idolize them either. Moreover, he does not believe that political action is a mere game or an arena for expressing personal preferences and choices that are equally valuable. His tone is often sharp and critical. He does not shy away from

---

<sup>75</sup> See *ibid.*, p. 267.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>77</sup> I borrow this phrase from Oakeshott, *The Politics of Faith and the Politics of Skepticism*, p. 124.

criticizing those in power when making serious mistakes, nor is he reluctant to criticize those in opposition when they are in error. Nonetheless, he has the unfair reputation for being someone who analyzes and dissects facts (*ad nauseam*) with an icy clarity and “dramatic dryness,” that is to say someone who does not take sides and rarely puts forward helpful solutions<sup>78</sup>.

Finally, the committed observer refuses to overemphasize that politics is Manichean. He is aware that nothing is so evil that it does not contain some good, just as nothing is so good that it does not contain some evil. No choice is clear, perfect, or cost-free, and every decision requires careful thinking and evaluation of alternative paths. That is why his sober style does not seek for cheap rhetorical victories and retains a certain decency of expression that prevents him from being carried away by temporary emotions that he would later regret. His conduct is guided by the belief that it is neither his habit nor his duty to make strong moral judgments of other people, even if he is allowed to register his moral disagreement with their ideas and principles.

What is of paramount importance is that the committed observer as described by Aron refuses to consider himself a moral authority entitled to give lessons to his fellow citizens. His rejection of any moral posturing is also motivated by his own self-doubt and self-questioning that are the sources of his modesty. While acknowledging the need for difficult and costly trade-offs in politics, he is perfectly aware that there are rarely heroes on one side and villains on the other. Because he believes that there has always been in politics a mixture of heroism and cruelty, saints and monsters, progress and reaction, reason and passions, he seeks to work with what is given rather than attempting to reform the world according to a utopian or perfectionist blueprint. As a moderate, the engaged spectator understands and accepts that liberal democracy is by nature an “eternal imperfection, a mixture of sinfulness, saintliness, and monkey business”<sup>79</sup>, a regime that, in spite of its patent shortcomings, is capable of improvement and needs constant nurturing. Furthermore, the moderate committed observer does not believe in the existence of a general sense of history, yet he retains a certain degree of optimism and believes that there still remains a certain degree of maneuver and liberty even in the face of adverse circumstances. He accepts the fact that there is no

---

78 A phrase from Aron’s dialogue with Wolton is revealing in this regard. “You make choices,” argued Wolton, “but you give the impression of not adhering to them” (Aron, *Thinking Politically*, p. 81). I borrow the phrase “dramatic dryness” from Aron, *The Opium of the Intellectuals*, p. 344.

79 I borrow the phrase from Adam Michnik, *Letters from Freedom* (Berkeley: University of California Press, 1998), p. 326. On this issue, also see Aron, *Thinking Politically*, p. 263.



progress without a negative side and seeks to give due consideration to both the bright and dark sides of progress, while remaining a moderate and unbiased advocate of piecemeal reform.

More importantly, the committed observer does not deduce the desirable solutions from a body of first principles laid down once and forever. Instead, he applies discretion and considers each problem separately, step by step, taking inspiration sometimes from history, sometimes from theory, experience, and the discussions with his fellow citizens<sup>80</sup>. Sound political judgment requires the capacity to understand the unique nature of political phenomena and actors' intentions. The committed observer knows that it is a great error to speak of political things "absolutely and indiscriminately and to deal with them, as it were, by the book"<sup>81</sup>. Instead, he insists that in nearly all things one must make prudent distinctions and exceptions because circumstances change and new circumstances always require new approaches. To judge by the book would amount to a serious misunderstanding of political life, because every tiny difference in each case always has significant, large-scale effects. Or, to discern these small differences requires a perspicacious eye and sound discernment, since political affairs cannot be judged from an Archimedian point away from the sound and fury of the world, but ought to be resolved and considered day by day, step by step, here and now.

### **An Aronian school of moderation?**

By examining Aron's writings we have seen a moderate mind at work navigating prudently between the ideological temptations of his times. Starting from the assumption that politics is rarely to be described in Manichean terms, Aron understood that political life is characterized by choices between what is preferable and what is detestable rather than between good and evil. In this regard, he was a much more reliable political guide than many of his contemporaries who embraced various forms of political radicalism and succumbed all too easily to the charming songs of sirens, left or right.

Aron's writings contain important reflections on the chief task of the political philosopher in modern society. By remaining nonpartisan, he must seek to moderate the always overheated and biased positions of political actors and must do his best to prevent

---

80 See Aron, *Thinking Politically*, p. 303.

81 Guicciardini, *Maxims and Reflexions*, p. 42.

the outbreak of civil war. Through his own moderation and balanced judgment, he must also attempt to contribute to the civic education of his fellow citizens, as was the case with ancient political philosophers<sup>82</sup>. A responsible political philosopher does not always have the possibility of acting efficiently, but he is always expected to speak out against injustice in unambiguous terms:

Whether he meditates on the world or engages in action, whether he teaches obedience to laws or respect for authentic values, whether he urges revolt or encourages persistent effort toward reform, the philosopher fulfills his calling inside and outside of the polity, sharing the risks but not the illusions of his chosen party. He would cease to deserve the name of philosopher only on the day that he came to share the fanaticism or skepticism of ideologues, the day he subscribed to inquisition by theologian-judges. No one can blame him for using the language of those in power if it is the price of his survival. ... But if he turns away from the search for truth or encourages the mindless to believe that they hold the ultimate truth, then he abjures his calling. The philosopher no longer exists - only the technician or the ideologue<sup>83</sup>.

In many ways, this passage accounts for Aron's own intellectual trajectory that, in turn, leads us to ask if there is there a school of moderation and if moderates, marginalized in the middle, can ever have disciples. At first glance, one might argue that there is no Aronian school of thought. It will be recalled that many Frenchmen believed that it was better to be wrong with Sartre than right with Aron. As Nicolas Baverez pointed out, there is no doctrine associated with Aron's name<sup>84</sup>, a fact confirmed by Aron himself. "In adopting certain positions," he once said, "I have been a man very much alone in the face of history"<sup>85</sup>. His intellectual trajectory shows that the practice of moderation can lead to a peculiar form of exile. Yet, although the moderate is not destined to be the leader of any sect, he is perhaps in the best position to teach us how to love freedom and democracy well. This point

---

82 For a classical view, see Strauss' essay "On Classical Political Philosophy," in Leo Strauss, *An Introduction to Political Philosophy. Ten Essays by Leo Strauss*, ed. Hilail Gildin (Detroit: Wayne State University Press, 1989), pp. 59-80.

83 Aron, *Politics and History*, p. 259.

84 Nicolas Baverez and Pierre Manent, "Raymond Aron, le dernier philosophe des Lumières," published in *Le Figaro*, October 17, 2003.

85 Aron, *Thinking Politically*, p. 253.

was clearly made by Etienne Mantout who once told Aron: "You have shown us ... that one can admire democracy without failing to recognize its faults, that one can love liberty without being sentimental, and that 'he who loves well punishes well'"<sup>86</sup>. Yet, it is undeniable that Aron's ideas influenced an important number of friends and disciples who had subsequently risen to positions of political prominence in France<sup>87</sup>. The fact that political luminaries such as Henry Kissinger and Charles de Gaulle paid heed to Aron's analyses is another proof of the enduring significance of his works.

Aron was aware of the antinomies, paradoxes and tragic choices in politics and understood that some conflicts are irreconcilable, require firm decisions, and may sometimes have tragic and unintended consequences. Among the clearly identifiable features of Aron's moderation are: reason, prudence, perceptive understanding of the antinomies<sup>88</sup> of the political sphere, rejection of political prophecy, opposition to determinism, and a distrust of any form of moral posturing. The committed observer strives to have a good knowledge of history, grasps the irreducibly complex nature of politics, and is aware not only of the tragic nature of political events but also of the inevitable plurality of social, moral, and political values and goods. The ideal proposed by the Aronian tradition of moderation is the political philosopher who understands well the seminal role played by passions in politics and is convinced that "to reflect upon politics, one must be as rational as possible, but to be active in them, one must inevitably play upon the emotions of other men"<sup>89</sup>. He also has the ability to understand the way others think because, as a critical thinker, he remains independent and detached. As such, Aronian skepticism designates a form of philosophical reflection on politics that does not let the intellectuals' characteristic romantic (or utopian) attitude toward politics to get the better of their sense of reality.

To conclude, it is Aron's moderation that makes him relevant today, in an eclectic age when doctrines and ideas are again mixed, after having lost their previous sharp

---

86 Ibid., p. 346.

87 The creation of the Raymond Aron Center of Political Research at the prestigious École des Hautes Études en Sciences Sociales in Paris illustrates the enduring influence of Aron's works. This institution has been at the center of the "new French thought" in the 1980s. Among the best known representatives of this trend are Pierre Manent, Alain Besançon, Pierre Rosanvallon, and Marcel Gauchet.

88 On this issue, see Anderson, Raymond Aron, pp. 139, 170-72.

89 Aron, *Thinking Politically*, p. 33.

contours and identities. The age of extremes, one can hope, is over, and with it also disappears the notion of politics as the pursuit of certainty. The principles of liberal democracy properly understood can immunize the body politic against the seductions of perfectionism and the tyranny of abstractions in politics. Yet, because of their many imperfections, to love liberty and democracy well or, to put it differently, to fall in love with the subtle beauty of gray, is no easy task. It demands not only passion, but also moderation and prudence. Modern society, Aron once argued, must be analyzed and appreciated for what it is worth, without unjustified enthusiasm or utter indignation that would affect one's vision and understanding. If Raymond Aron's works are of interest to today's readers, it is because of his belief that one must remain constantly vigilant to limit the intensity of political conflict and to preserve and nurture the pluralism of ideas, principles, and interests that are essential to freedom in modern society.

# Quelle est la Nouveauté des «Nouvelles Guerres»?\*

Jean-Pierre Derriennic

*Professeur Agrégé. Département de Science Politique. Université Laval, Québec, Canada.*

## Resumo

O tema das “novas guerras” que se teriam multiplicado desde do fim da guerra fria, resulta de uma percepção errada do passado. A nossa época caracteriza-se pelo declínio das guerras regulares entre Estados nacionais mais do que por um aumento das guerras civis ou dos conflitos violentos não-estatais. A análise aroniana das guerras privilegiou de início as guerras entre Estados, depois as guerras civis ideológicas e de secessão, que podem ser analisadas em termos de relações racionais entre política e estratégia. Ela integra mais dificilmente as formas de violência colectiva que se observa nos Estados em ruínas, como a China de 1920 e o Congo da actualidade, e nos conflitos de criação de Estados como os Balkans do início e do fim do século XX. O método aroniano conserva, no entanto, a sua pertinência para alertar contra certos erros políticos: a sobrestimação da ameaça terrorista, a tentação de alargar um conflito a partir de preocupações militares quando a razão política recomendaria a sua limitação, a subestimação da importância dos Estados para preservar a igualdade e limitar a violência.

## Résumé

*Le thème des «nouvelles guerres», qui se seraient multipliées depuis la fin de la guerre froide, résulte d'une perception erronée du passé. Notre époque est caractérisée par le déclin des guerres régulières entre États plutôt que par une montée des guerres civiles ou des conflits violents non-étatiques. L'analyse aronienne des guerres a privilégié d'abord les guerres entre États, puis les guerres civiles idéologiques et de sécession, qui peuvent être analysées en termes de rapports rationnels entre politique et stratégie. Elle intègre plus difficilement les formes de violence collective qu'on observe dans les États en ruine, comme la Chine de 1920 et le Congo d'aujourd'hui, et dans les conflits de création d'États, comme dans les Balkans du début et de la fin du XXe siècle. La méthode aronienne conserve cependant sa pertinence pour mettre en garde contre certaines erreurs politiques : la surestimation de la menace terroriste, la tentation d'étendre un conflit à partir de préoccupations militaires alors que la raison politique commanderait de le limiter, la sous-estimation de l'importance des États pour préserver l'égalité et limiter la violence.*

---

\* Intervenção proferida no âmbito da Conferência Internacional “Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido”, que decorreu no IDN, Lisboa em 14 e 15 de Abril de 2005.



Dans les dernières pages de *Paix et Guerre*, Raymond Aron énonce trois conditions pour que l'histoire devienne moins violente: «*que les armes thermonucléaires (ou les armes équivalentes) ne soient pas employées, que la répartition équitable des ressources soit assurée, que les races, les peuples, les nations, les croyances, s'acceptent et se respectent*»<sup>1</sup>. Depuis 1989 des progrès importants ont été faits quant à la première de ces conditions. Les armes nucléaires sont toujours une menace et pourraient être utilisées dans une guerre limitée et pourtant catastrophique qui ferait plusieurs millions de victimes. Mais le danger qui existait il y a vingt-cinq ans, celui d'une guerre cataclysmique qui anéantirait l'humanité, a beaucoup diminué. Sur les deux autres points notre situation n'est guère brillante, mais elle n'est peut-être pas aussi mauvaise que le pensent les théoriciens des «nouvelles guerres».

La fin de la guerre froide et la disparition de l'Union soviétique auraient sûrement réjoui Aron, et l'auraient surpris comme la plupart de ceux qui ont eu la chance d'en être témoins. En revanche, le relatif pessimisme des analyses de la période suivante n'aurait pas étonné l'auteur des *Désillusions du progrès* et celui qui écrivait en 1962 : «La moitié ou les deux tiers de l'humanité seraient en révolution même si Moscou et le marxisme-léninisme n'existaient pas»<sup>2</sup>. Pour la vision pessimiste aujourd'hui très répandue, la fin de la guerre froide aurait laissé le champ libre à de «nouvelles guerres», caractérisées par des formes plus diffuses et plus anarchiques de violence, un déclin du rôle des États et de la distinction entre combattants et non-combattants<sup>3</sup>.

Dans ce texte je vais tenter de montrer que cette vision des choses correspond dans une assez large mesure à une erreur de perspective historique, que certains aspects de l'œuvre de Aron ont pu contribuer à cette erreur de perspective, mais que cette œuvre contient aussi des règles de pensée et des conseils de prudence encore pertinents face aux menaces d'aujourd'hui.

### Une image partielle du passé

Le thème des «nouvelles guerres» ne résulte pas d'une perception erronée du présent mais d'une ignorance de certains aspects du passé. Il est facile de le montrer

---

1 Paix et guerre entre les nations, Paris, Calmann-Lévy, 1962, p. 741.

2 Ibid., p. 683.

3 Kalevi J. Holsti, *The State, War, and the State of War*, Cambridge University Press, 1996; Michael Ignatieff, *The Warrior's Honor. Ethnic War and the Modern Conscience*, Toronto, Viking, 1998; Mary Kaldor, *New and Old Wars. Organized Violence in a Global Era*, Stanford University Press, 1999.

à partir d'une observation ponctuelle assez étonnante. Dans un des livres qui a développé ce thème, on peut lire :

«At the beginning of the twentieth century, 85-90 per cent of casualties in war were military. In World War II, approximately half of all war deaths were civilians. By the late 1990s, the proportion of a hundred years ago have been almost exactly reversed, so that nowadays approximately 80 per cent of all casualties in war are civilian.<sup>4</sup>»

Avec des chiffres un peu différents, on retrouve la même affirmation dans une étude de la Banque mondiale :

«At the beginning of the 20th century about 90 percent of the victims were soldiers, but by the 1990s nearly 90 percent of the casualties resulting from armed conflict were civilian.<sup>5</sup>»

Sans doute à cause de la diffusion de cette étude, la même affirmation est devenue une idée reçue pour de nombreux media, par exemple *The Economist* du 24 mai 2003. La proportion de 80 ou 90 pour cent de victimes civiles dans les conflits armés les plus récents est une estimation plausible. L'hésitation entre les deux chiffres est facilement explicable, puisque la distinction entre soldats et civils est souvent incertaine: beaucoup de combattants ne sont pas des militaires au sens propre du terme, et certains sont même des enfants.

En revanche, estimer à 10 ou 15 pour cent les victimes civiles, ou plus exactement non combattantes, des guerres du début du vingtième siècle est certainement une erreur. Cette proportion n'est proche de la réalité que pour une seule des guerres de cette période sur un seul théâtre d'opérations: la Première Guerre mondiale à l'ouest. C'est seulement là qu'est exacte l'observation, par exemple, de Holsti :

«But except for submarine warfare and the economic blockade between 1914 and 1918, civilians remained mostly the innocent victims of nearby military campaigns featuring long distance artillery.<sup>6</sup>»

---

4 Mary Kaldor, op. cit., p. 100.

5 Breaking the Conflict Trap, Civil War and Development Policy, World Bank et Oxford University Press, 2003, p. 17.

6 Kalevi J. Holsti, op. cit., p. 35.



La Première guerre mondiale a tué environ neuf millions de soldats. Les batailles les plus meurtrières ont eu lieu dans le Nord de la France, où les civils tués ont été beaucoup moins nombreux que les soldats. Mais la situation était bien différente en Russie, en Serbie et dans l'Empire ottoman, où la guerre a fait mourir plus de civils, au moins quatre millions, que de soldats. Pour trois raisons principales: ces pays étaient plus pauvres que la France ou l'Allemagne et leurs habitants plus vulnérables à la misère économique causée par la guerre; les opérations militaires ont été moins statiques que sur le front occidental; et la guerre extérieure a été accompagnée dans l'Empire ottoman de nombreux conflits internes, révoltes encouragées ou non par les gouvernements des pays ennemis, répression brutale et massacres délibérés<sup>7</sup>.

Certains des phénomènes qui semblent aujourd'hui typiques des «nouvelles guerres», le nettoyage ethnique en Croatie, en Bosnie-Herzégovine ou en Azerbaïdjan, l'insécurité et la misère généralisées en Sierra Leone, au Congo ou au Soudan, sont présents presque sans interruption dans l'Empire ottoman entre 1914 et 1918, ou plutôt entre 1912, le début de la Première Guerre balkanique, et 1922, la fin de la Guerre gréco-turque<sup>8</sup>. Par conséquent, si on tient compte de tous les pays qui ont été engagés dans la Première guerre mondiale, la proportion de civils dans l'ensemble des morts qui ont été victimes de cette guerre a très probablement été plus proche de 30% que de 10%.

Cette proportion est très probablement encore plus élevée dans les autres conflits du début du siècle: les guerres de conquête et de répression coloniales, les guerres balkaniques de 1912-1913, accompagnées de nettoyages ethniques qui ont fait fuir des centaines de milliers de personnes, et les grandes guerres civiles qui commencent au Mexique et en Chine en 1911 et en Russie en 1917. Dans toutes les guerres du premier tiers du vingtième siècle, il y a très probablement eu à peu près autant de civils tués que de soldats. La majorité d'entre eux n'ont pas été des victimes directes des opérations militaires, mais de la misère économique aggravée par la guerre, ou de ce que Rummel a appelé des «démocides», c'est-à-dire des politiques gouvernementales ayant pour but de détruire des populations entières, par massacre direct ou en les privant délibérément de leurs moyens de subsistance<sup>9</sup>. C'est pourquoi les grands nombres de victimes civiles du début du vingtième siècle ne se trouvent pas dans les pays développés engagés dans des guerres interétatiques, mais dans des territoires coloniaux

---

7 Ahmed Emin, *Turkey in the World War*, Yale University Press, 1930.

8 Arnold J. Toynbee, *The Western Question in Greece and Turkey*, New York, Howard Fertig, 1970, première édition en 1922.

9 R. J. Rummel, *Death by Government*, New Brunswick, Transaction Publishers, 1994.

et dans des pays moins développés en situation de guerre civile ou de chaos intérieur. C'est dans le même type de pays que se trouvent les grands nombres de victimes civiles des conflits d'aujourd'hui, et ils ont le même type de causes économiques et politiques.

Dans la Seconde guerre mondiale, la proportion des victimes civiles approche les deux tiers. Contrairement à une idée reçue aussi tenace que fautive, les bombardements aériens n'en sont pas l'explication principale. Sur les 30 millions de civils morts dans cette guerre (chiffre très approximatif), environ un million ont été tués par des avions<sup>10</sup>. Tous les autres ont été victimes des opérations militaires terrestres, des guerres civiles qui ont accompagné la guerre interétatique, notamment en Yougoslavie et en Chine, et surtout de démocides, massacres délibérés qui résultaient moins de la guerre que de la nature du régime politique de l'Allemagne, et aussi de ceux de l'URSS et du Japon.

Depuis 1950, le nombre d'êtres humains morts à cause des guerres a été d'environ 30 millions, contre 75 millions (chiffres très approximatifs) pour la première moitié du siècle. Cette diminution est encore plus remarquable, si on se souvient que la population mondiale est deux fois plus nombreuse en 1975 qu'en 1925, et quatre fois plus nombreuse aujourd'hui qu'en 1900. Le nombre des soldats tués a diminué de façon encore plus marquée, peut-être 30 millions avant 1950, et peut-être 5 millions depuis cette date. La proportion des civils parmi les victimes a donc effectivement beaucoup augmenté, mais il ne faut pas se tromper sur la nature du phénomène: les guerres ne sont pas devenues plus meurtrières pour les civils, elles le sont devenues beaucoup moins pour les soldats.

Cette évolution a deux explications techniques. La première n'est pas surprenante: les services médicaux ont fait des progrès importants et sont capables de sauver beaucoup plus de blessés. La seconde est paradoxale: avec des armes plus complexes les soldats adoptent des méthodes de combat qui augmentent leurs chances de survie, phénomène que Montesquieu avait déjà noté à son époque<sup>11</sup>. Elle a aussi deux explications politiques. Les gouvernants et les chefs militaires des pays les plus développés sont devenus très prudents avec la vie des soldats. Les guerres interétatiques sont devenues plus rares; celles qui ont encore lieu sont très brèves ou restent limitées à un petit nombre de participants.

Plusieurs éléments de cette évolution étaient déjà présents entre 1939 et 1945, puisque des pays modernes et démocratiques dont les territoires n'ont pas été envahis,

---

10 George H. Quester, *Deterrence before Hiroshima*, New York, John Wiley and Sons, 1966, p. 157 et 171.

11 *Lettres persanes*, Lettre CVI.

la Grande-Bretagne ou le Canada, ont eu moins de soldats tués qu'entre 1914 et 1918. Les États-Unis en ont eu davantage, parce qu'ils ont participé aux combats pendant plus longtemps dans la deuxième guerre mondiale que dans la première. Cette tendance atteint une limite indépassable à la fin du siècle, quand l'armée américaine s'efforce de faire la guerre sans subir de pertes humaines, et y parvient contre la Yougoslavie en 1999. Les armées des pays pauvres subissent encore des pertes importantes, mais leurs guerres sont rares. Depuis la fin de la Guerre de Corée, la guerre la plus meurtrière pour les soldats a sans doute été celle qui a opposé l'Irak et l'Iran entre 1980 et 1988, parce qu'elle a duré plus longtemps que les autres guerres conventionnelles du dernier demi-siècle.

Les guerres civiles n'ont pas connu le même recul que les guerres interétatiques. Elles sont même devenues plus nombreuses, mais la raison principale en est que le nombre des États reconnus comme indépendants a beaucoup augmenté au cours du siècle dernier, à cause du démembrement des empires coloniaux et des empires continentaux européens, Autriche-Hongrie et URSS. Les pays en guerre civile sont plus nombreux aujourd'hui qu'au début du siècle dernier, mais ils sont plus petits et moins peuplés. En 2005 le Soudan représente 0,5% de la population mondiale. En 1920, les Chinois, dont le sort était aussi terrible que celui des Soudanais d'aujourd'hui, étaient le quart de l'humanité.

Les phénomènes qui semblent aujourd'hui typiques des nouvelles guerres étaient tous déjà présents au début du vingtième siècle dans l'Empire ottoman, en Chine ou en Colombie: États en ruine, incapables d'exercer une souveraineté effective sur leur territoire, nettoyages ethniques, dans lesquels les populations civiles sont les cibles prioritaires de l'action violente, groupes armés maintenus en activité non par des objectifs politiques mais par l'habitude acquise de vivre de prédation. Ces phénomènes ont leur place marquée dans la théorie aronienne, qui comporte un certain nombre de notions permettant de les situer dans l'ensemble des phénomènes belliqueux. Mais ils n'y sont pas analysés de manière élaborée, comme le sont les guerres interétatiques et les grandes guerres civiles idéologiques.

### **Les conditions de l'analyse rationnelle des guerres**

Dans *Paix et guerre*, la réflexion porte principalement, sinon exclusivement, sur la politique des États. Elle a pour point de départ l'affirmation d'une «différence essentielle entre politique intérieure et politique étrangère»<sup>12</sup>. La même idée sera réitérée dans *Les*

---

12 *Paix et guerre entre les nations*, p. 19.

*désillusions du progrès* de manière peut-être encore plus catégorique: «L'humanité unie sous une seule souveraineté n'aurait plus d'ennemi [...], mutation *de* l'histoire et non pas mutation *dans* l'histoire»<sup>13</sup>. Dans ses *Mémoires*, Aron s'en fera lui-même la critique: «On peut me reprocher – et on l'a fait – de ramener le monde d'aujourd'hui à celui du passé et de me concentrer sur l'interétatique aux dépens du transnational ou international ou supranational. Certes, j'ai de quelque manière contribué à ces distinctions, mais je n'en ai guère tiré parti»<sup>14</sup>. Son étude sur Clausewitz présente déjà les choses de manière plus nuancée ou plus complexe.

En analysant les rapports entre attaque et défense chez Clausewitz, et la place faite par celui-ci à l'armement du peuple parmi les ressources possibles de la défense, Aron précise une série de distinctions qui sont indispensables pour analyser certaines situations de conflits interétatiques et surtout de guerres civiles. Les «francs-tireurs», combattants sans uniformes deviennent des «partisans», au sens qu'a pris ce mot au vingtième siècle, dès lors qu'un parti les organise et définit les objectifs de leur lutte<sup>15</sup>. Les «guerres révolutionnaires» sont des guerres d'anéantissement, au sens de Clausewitz, puisque le but des insurgés est de détruire le pouvoir d'un gouvernement et de prendre sa place. Cependant leur logique enjoint de bien traiter les soldats ennemis prisonniers, puisqu'il est possible de les inciter à changer de camp<sup>16</sup>. Dans les «guerres de libération nationale», comme en Algérie entre 1954 et 1962, des insurgés sont en lutte contre le gouvernement d'un État dont l'existence n'est pas en danger, et ils peuvent atteindre leur objectif politique sans détruire ce gouvernement mais en lui résistant jusqu'à ce qu'il abandonne la lutte: «il suffit aux partisans de ne pas perdre pour gagner»<sup>17</sup>.

Avec ces notions, on est bien équipé pour analyser la guerre civile chinoise entre le Parti communiste et le Guomindang, ou les guerres de décolonisation. Mais il y a au vingtième siècle au moins deux autres types de situations de guerres civiles, qui diffèrent nettement de celles-ci. Le premier correspond à la Chine des «seigneurs de la guerre», entre 1916 et 1927 environ, après l'effondrement de l'État central et avant que la violence interne se polarise entre deux adversaires principaux, situation de conflits multiples qui préfigure celle qu'on retrouve aujourd'hui en Somalie, au Congo ou en Colombie.

---

13 *Les désillusions du progrès*, Paris, Calmann-Lévy, 1969, p. 202.

14 *Mémoires*, Paris, Presses Pocket, 1985, tome II, p. 642.

15 *Penser la guerre, Clausewitz II L'âge planétaire*, Paris, Gallimard, 1976, p. 100, 103, 121.

16 *Ibid.*, p. 105, 114, 187.

17 *Ibid.*, p. 187, 193, 200.

Le second type est celui des guerres de création d'États qui ne correspondent pas au schéma aronien de la guerre de libération. Il s'agit de conflits dans lesquels au moins deux partis recrutés au sein de populations différentes par la langue, la religion ou tout autre critère d'identification nationale, cherchent à établir des États rivaux sur le même territoire. Il y a alors une symétrie des enjeux entre les adversaires, et la guerre tend à être une guerre d'anéantissement, où pour ne pas perdre il faut gagner. Parfois, la guerre d'anéantissement politique tend à devenir une guerre d'extermination, puisque, à la différence de ce qui arrive dans une guerre civile dont l'enjeu est la forme d'un État commun, on ne cherche jamais à convertir les combattants ennemis, seulement à les tuer ou à les faire fuir. C'est ce type de conflit qu'on observe dans les Balkans en 1912, en Asie Mineure en 1920, en Palestine en 1948 et en Bosnie-Herzégovine en 1992.

Le fait que ces conflits restent en dehors du champ de perception théorique aronien me semble résulter de plusieurs caractéristiques de celui-ci: le parti pris de rationalité, la place centrale des États dans l'analyse, et l'insistance sur la possibilité de la violence pour caractériser les relations entre eux.

Le parti pris de rationalité est moins un présupposé sur la réalité qu'un préalable épistémologique, qui, en précisant le sens des mots, délimite l'espace conceptuel étudié: «Rappelons-nous le sens exact des mots: la guerre est le choc de conduites organisées, l'épreuve de force entre des «équipes» dont chacune essaie de l'emporter sur l'autre en multipliant par la discipline la vigueur de chaque combattant»<sup>18</sup>. Ou encore: «le concept de guerre suppose à la fois l'*intention politique* et le *recours aux armes*»<sup>19</sup>. Dans cette perspective, les «nouvelles guerres» ne seraient pas des guerres du tout, mais des formes de violence très anciennes, qui réapparaissent au premier plan quand les enjeux véritablement politiques perdent leur importance aux yeux des humains et ne sont plus capables de susciter leur organisation en «équipes»:

«Le jour où la violence individuelle, les attentats, le terrorisme indiscriminé, les bombes dans les cinémas et les train, les prises d'otages ou les détournements d'avion ne s'organisent plus selon les ordres d'un parti en vue de la libération ou de la révolution, la parenté matérielle entre les procédés de la guérilla et ceux du banditisme réapparaît en pleine lumière. Dans la guerre illégale conçue par les patriotes, les officiers garantissaient la légalité; les commissaires communistes ensuite remplirent

---

18 Paix et Guerre, p. 349.

19 Penser la Guerre, Clausewitz II, p. 270.

la même fonction. Quand s'évanouissent les uns et les autres, la guérilla se distingue de moins en moins de la criminalité et le partisan retrouve sa figure médiévale: non plus le paysan sur sa terre, non plus le révolutionnaire professionnel [...], mais le hors-la-loi qui, par la violence, proteste contre le monde qu'il ne peut pas changer»<sup>20</sup>.

La rationalité des conduites collectives suppose l'existence d'une direction. Et cette direction, chez Aron, est toujours soit celle d'un État soit celle d'un groupe qui aspire à créer un État ou à en prendre le contrôle. Les guerres entre États sont la forme la plus achevée du phénomène belliqueux, celle à partir de laquelle on peut analyser les autres formes de guerre, qui restent intelligibles dans la mesure où elles ne s'éloignent pas trop de ce que Weber appelait un idéal-type. Le caractère *essentiel* de la différence entre politique intérieure et politique étrangère conduit Aron à celles de ses conclusions qui semblent aujourd'hui les plus sérieusement remises en cause par les faits.

À la fin du chapitre de *Paix et Guerre* intitulé «Nations et régimes», il arrive à une conclusion incroyablement modeste, ou pessimiste: «s'il est des sociétés ou des régimes dont la vocation est la conquête ou la guerre, il n'en est pas dont la vocation soit la paix»<sup>21</sup>. Il est sans doute incontestable que la pluralité des souverainetés entraîne, en elle-même, la possibilité de la guerre, et qu'il n'existe pas de forme d'organisation politique qui garantisse absolument contre ce risque. Mais il existe bien des régimes politiques dont la préoccupation dominante, sinon la «vocation», est la paix intérieure, l'ordre public ou la prospérité. Quelques pages avant la phrase qu'on vient de citer, Aron écrit: «Croire que l'unité européenne serait pacifique alors que les nations étaient belliqueuses serait reproduire l'erreur de ceux qui croyaient que les nations seraient pacifiques alors que les rois avaient été belliqueux»<sup>22</sup>.

On peut voir assez facilement ce qui ne va pas dans ce parallèle. Les unités allemande et italienne du 19<sup>e</sup> siècle ont été réalisées par des hommes dont la préoccupation première n'était ni la démocratie ni la prospérité économique mais le rapport de forces militaires avec des grandes puissances déjà établies, France et Autriche. Ils ont créé de nouvelles unités politiques qui se sont révélées immédiatement, surtout dans le cas de l'Allemagne, plus efficaces pour faire la guerre que les petits États qu'elles avaient

---

20 Ibid., p. 208-209.

21 *Paix et Guerre*, p. 307.

22 Ibid., p. 300.

absorbés. L'unification européenne avait pour but premier de mettre fin au risque de guerre entre les États membres, et aussi de favoriser leur prospérité et de stabiliser leurs institutions démocratiques. La préoccupation de la puissance diplomatique ou militaire tournée vers l'extérieur y a joué un rôle très secondaire, soit parce que la sécurité militaire était assurée dans un cadre différent, soit parce que les différents gouvernements ne s'accordaient pas sur l'exercice de cette puissance.

Dans *Les désillusions du progrès*, Aron analyse très justement les raisons pour lesquelles les structures de la communauté européenne rendent celle-ci peu apte à une politique de puissance, et il conclut: «une fédération sans fédérateur, par consentement mutuel, serait probablement pacifique et raisonnable, mais le serait-elle par résolution ou par impuissance?»<sup>23</sup> On peut penser qu'il n'est pas toujours indispensable de connaître la réponse à cette dernière question. Il peut être dangereux pour une entité politique d'être pacifique par impuissance dans un monde où il existe des États belliqueux, ce qui était, par exemple, la situation du Danemark de 1940; mais une structure politique incapable d'entreprendre ou de conduire une guerre peut cependant être qualifiée légitimement de pacifique.

La distinction entre politique intérieure et politique extérieure érigée en différence essentielle est aussi, très probablement, à l'origine de l'erreur de prévision de Aron concernant l'avenir de la guerre froide. Cette erreur est banale, puisque presque personne n'avait prévu, avant 1983, comment celle-ci prendrait fin, mais elle est quand même remarquable parce que Aron était parfaitement capable de voir et d'analyser les faiblesses du fonctionnement interne de l'Union soviétique. Dans le *Plaidoyer pour l'Europe décadente* de 1977 il dresse même un portrait très gorbatchévien de ce que pourrait être un programme de réforme: «Faisons un rêve: demain à la surprise de tous le Premier secrétaire du bureau politique du parti communiste de l'URSS annonce une «nouvelle politique économique»...»<sup>24</sup>. Mais il persiste cependant dans une estimation assez pessimiste de l'évolution du rapport de forces entre l'Occident et l'Union soviétique, et manifeste une certaine impatience envers ceux qui croient voir venir la «chute finale» de celle-ci<sup>25</sup>.

À partir de là, on peut voir où se trouve le point partiellement aveugle de la théorie. Il porte sur tout ce qui met en cause l'unité des centres de décision, ou d'«entendement politique», parce que cette unité est ce qui permet à l'analyste de comprendre rationnellement

---

23 *Les désillusions du progrès*, p. 247-248.

24 *Plaidoyer pour l'Europe décadente*, Paris, Pluriel, 1978, p. 286.

25 *Ibid.*, p. 288; *Les dernières années du siècle*, Paris, Gallimard, 1984, p. 119, 175, 238.

les décisions politiques ou stratégiques qui ont été prises dans chaque situation historique particulière. Dans une guerre interétatique, il faut que chaque gouvernement tende à se comporter comme une intelligence unique plutôt que comme une structure complexe animée par ses luttes internes ou paralysée par son manque de cohérence; et, dans une guerre civile, il faut qu'on sache qui exerce la direction des partis en lutte l'un contre l'autre.

Les phénomènes typiques des «nouvelles guerres» ont tous en commun soit la faiblesse soit la multiplicité de ces centres de décision: les gouvernements d'États en ruine n'ont plus aucun moyen d'exercer une véritable souveraineté; la multiplication de groupes armés irréguliers aux préoccupations plus économiques que politiques produit des situations de concurrence violente sur des «marchés» de prédation; les solidarités ethniques de proximité remplacent la citoyenneté et les solidarités idéologiques comme bases de la recherche de la sécurité par les personnes et comme cadres des mobilisations collectives.

Aron était peu réceptif aux modes intellectuelles et très attentif aux continuités historiques. Il serait abusif de lui imputer une responsabilité dans l'illusion de nouveauté qui caractérise le thème des «nouvelles guerres». Mais on a sans doute le droit de penser que la lecture de ses livres n'était pas de nature à mettre en garde contre cette illusion.

### Les règles de la prudence

Il y a une autre façon d'envisager la pertinence de Aron pour réfléchir aux formes les plus déroutantes des violences collectives, anciennes ou récentes: en abordant sa pensée dans une perspective politique et normative plutôt que descriptive ou explicative. Ces deux ordres de préoccupations ont toujours été étroitement liés chez Aron, qui écrivait déjà dans *l'Introduction à la philosophie de l'histoire*: «les causes que l'on a besoin d'analyser se confondent avec les termes sur lesquels on a les moyens d'agir»<sup>26</sup>.

La pertinence politique de la méthode aronienne a été mise en évidence récemment par Stanley Hoffmann, dans un article qui établit un parallèle entre l'analyse que faisait Aron dans *La Tragédie algérienne* et l'impasse américaine aujourd'hui en Irak<sup>27</sup>.

---

26 *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*, Paris, Gallimard, 1948, p. 322.

27 «Out of Irak», *The New York Review of Books*, October, 21, 2004, p. 4-7.



Comme les Français de 1957, les dirigeants américains de 2004 poursuivent des objectifs qui ne peuvent pas être atteints, et s'entretiennent dans l'illusion que la patience est la condition du succès: à condition de persévérer assez longtemps dans la direction où ils sont engagés ils croient qu'ils parviendront à obtenir une amélioration notable de la situation sur le terrain. La plupart de ceux qui, aux États-Unis, les critiquent commettent le même type d'erreur. Ils croient que l'occupation militaire, même si elle a été décidée pour de mauvaises raisons, doit se poursuivre jusqu'à ce que la situation intérieure irakienne devienne moins instable. Au contraire, pour Hoffmann, c'est la présence militaire étrangère qui est la cause principale de la violence dans ce pays, et c'est seulement en y mettant fin rapidement qu'on pourrait donner à des Irakiens une chance sérieuse de reconstruire des institutions et de rétablir un minimum de sécurité publique. Le moment où s'achèvera le retrait américain sera particulièrement dangereux, mais ce danger ne peut qu'augmenter si l'échéance en est sans cesse retardée.

Depuis que cet article a été publié, des élections ont eu lieu en Irak le 30 janvier, dans des conditions qui pourraient faire penser que ses conclusions étaient exagérément pessimistes. En fait, la critique de la confusion entre la patience et la prudence reste entièrement justifiée. Les élections irakiennes auraient pu être tenues un an plus tôt, comme le réclamaient certains dirigeants religieux. Elles auraient eu lieu dans un contexte un peu moins violent et auraient produit sans doute le même type de résultat. Depuis le 30 janvier, beaucoup de temps a été perdu avant de mettre en place un nouveau gouvernement, en partie à cause des règles inutilement compliquées de la constitution provisoire. Et les dirigeants américains ne semblent pas pressés de laisser plus de marge de manœuvre à des dirigeants irakiens afin de pouvoir amorcer leur propre retrait. La logique de l'impasse décrite par Stanley Hoffmann est toujours en vigueur.

Au delà de l'Irak, il est sans doute possible de faire une analyse aronienne de l'ensemble des réactions des gouvernements concernés par la lutte contre le terrorisme. Comme très souvent, Aron est une bonne source de définitions: «Est dite terroriste une action de violence dont les effets psychologiques sont hors de proportion avec les résultats purement physiques»<sup>28</sup>. Il replace le phénomène ainsi défini dans son contexte historique:

«Le mot terreur a été employé, à notre époque, au moins dans quatre contextes: par les Allemands pour désigner les bombardements de villes, par les conservateurs

---

28 Paix et Guerre, p. 176.

d'un pouvoir établi, autorités allemandes d'occupation en France ou autorités françaises en Algérie, pour stigmatiser l'action des résistants ou des nationalistes, par tous les auteurs pour caractériser un des aspects des régimes totalitaires, enfin par l'usage pour désigner la relation de double impuissance entre les deux grands armés de bombes thermonucléaires. Ces emplois différents du même mot révèlent certains traits profonds de notre époque et la parenté des trois stratégies d'aujourd'hui»<sup>29</sup>.

On trouve là les trois modalités d'exercice des stratégies qu'on peut qualifier de «terroristes» conformément à la définition: terrorisme interétatique pratiqué au cours d'une guerre par une armée contre la population d'un pays ennemi; terrorisme répressif exercé par une armée d'occupation ou même par un gouvernement contre sa propre population; terrorisme insurrectionnel visant à affaiblir ou renverser un pouvoir en place. Le langage courant médiatique ou politique utilise presque toujours le mot «terroriste» pour désigner ceux qui pratiquent la troisième modalité, mais il ne faut pas se tromper sur la gravité relative des phénomènes. Au cours de l'histoire lointaine ou récente, le terrorisme répressif est de très loin celui qui a fait le plus grand nombre de victimes et produit les effets politiques les plus importants. Par conséquent, dans le cas du terrorisme, la lecture de Aron peut constituer un antidote à l'illusion de nouveauté.

Le thème du terrorisme a connu une inflation dans les années 1970 et de nouveau depuis 2001, en partie à cause de la fréquence ou du caractère spectaculaire d'actes de terrorisme insurrectionnel, et en partie à cause de la façon dont des gouvernements ont choisi d'y répondre. Pour évaluer la rationalité ou la prudence de cette réponse, il faut distinguer au moins deux niveaux d'analyse de la menace: celui de la vulnérabilité des sociétés modernes complexes au terrorisme insurrectionnel, quels qu'en soient les objectifs politiques; et celui de la lutte contre une entreprise politique particulière qui a recours à un moment donné à des méthodes terroristes.

Au premier niveau d'analyse, la formule de la «guerre au terrorisme» est gravement trompeuse. Le terrorisme en général est sans doute un problème ou une menace, il n'est pas un ennemi clairement identifié contre qui on pourrait mener et gagner une «guerre». Lutter contre le terrorisme, comme contre n'importe quelle autre forme de criminalité, veut dire prendre un certain nombre de mesures préventives et répressives pour en réduire l'incidence dans la société. Mais la «guerre contre le terrorisme» ne

---

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 175.

peut pas davantage être gagnée que la «guerre contre la drogue», par exemple, cet autre slogan trompeur.

Le caractère politique des motivations de ceux qui utilisent des stratégies terroristes est une des spécificités de cette forme de criminalité, dont on doit tenir compte pour lutter efficacement contre elle. Une organisation de militants politiques violents partage les conditions d'existence d'autres organisations criminelles. Elle a besoin d'armes, de faux papiers, de planques, d'argent, parfois obtenu par des méthodes criminelles ordinaires. À certains égards, la lutte contre le terrorisme se confond donc avec la routine de l'action policière. Mais, à d'autres égards, elle présente des difficultés spécifiques, car les criminels politiques sont souvent des idéalistes, inconnus des services de police parce qu'il n'ont commis aucun délit avant de participer à une opération particulièrement meurtrière.

Les cibles potentielles d'actions terroristes sont parfois identifiables à l'avance et peuvent être l'objet de mesures de protection, par exemple les diplomates ou les avions de ligne de certains pays. Mais le propre des stratégies terroristes est de viser en priorité l'effet psychologique sur des victimes indirectes, les spectateurs, et donc d'avoir une très grande marge de manœuvre dans le choix des victimes directes. Du point de vue de ceux qui veulent se protéger contre le terrorisme, l'attentat le plus spectaculaire n'est pas forcément celui qui correspond à la menace la plus grave.

Pour réaliser les attentats du 11 septembre 2001, il a fallu réunir un faisceau de conditions exceptionnelles: une vingtaine d'hommes capables de s'y préparer pendant des mois sans qu'aucun d'eux trahisse l'entreprise volontairement ou par inadvertance; plusieurs d'entre eux devaient apprendre à tenir les commandes d'un avion, et accepter à l'avance la certitude d'y laisser leur vie. Il fallait enfin avoir l'idée tactique qui a créé l'effet de surprise et rendu toute l'opération possible: puisque les règles de sécurité ont pour effet de désarmer les équipages et les passagers d'un avion, il est possible d'en prendre le contrôle en utilisant comme armes des objets qui ne sont pas habituellement considérés comme des armes. La même méthode ne pourra probablement jamais être utilisée de nouveau à l'identique; ceux qui voudront réussir un coup aussi spectaculaire devront inventer autre chose pour recréer un effet de surprise.

Les attentats du 11 mars 2004 dans des trains espagnols sont beaucoup plus banals. Pour cette raison, ils seraient moins difficiles à répéter et représentent un danger beaucoup plus grave. On paralyserait complètement les grandes métropoles européennes s'il fallait fouiller tous ceux qui montent dans les trains de banlieue, comme on le fait depuis longtemps pour les passagers des avions. Dans la mesure où les médias

ont souvent pour effet de définir l'ordre de priorité des préoccupations des politiciens, il existe un risque sérieux de confusion entre le spectaculaire et l'important. La vulnérabilité des sociétés modernes face au terrorisme tient à plusieurs des caractéristiques de celles-ci: la taille des concentrations urbaines, la complexité des systèmes techniques, le rôle des médias, les difficultés de l'action policière. Ces éléments de vulnérabilité ne peuvent être réduits que de façon marginale, et sont les mêmes face à tous les groupes susceptibles d'adopter des stratégies terroristes, quelles que soient leur origine ou leurs motivations.

Au deuxième niveau d'analyse, la lutte contre une organisation terroriste à peu près clairement identifiée se rapproche davantage de quelque chose qu'on peut appréhender en utilisant des catégories empruntées à l'étude des guerres, comme les rapports entre objectifs et moyens, et entre politique et stratégie. Deux éléments de la réflexion aronienne sur la genèse de la Première guerre mondiale me semblent pertinents pour analyser la situation présente.

Aron montre comment les doctrines stratégiques du début du siècle, notamment en France, ont développé une vision erronée du rapport entre attaque et défense<sup>30</sup>. L'erreur était double, elle portait sur la compréhension de l'œuvre de Clausewitz et sur l'anticipation des effets des armes et des moyens de transport de l'époque. Il en a résulté une surestimation de la possibilité de remporter une victoire offensive rapide. La crainte que l'ennemi profite de cette possibilité a conduit les chefs militaires, au cours de la crise de l'été 1914, à exercer des pressions sur les gouvernements pour hâter les préparatifs militaires<sup>31</sup>. Il en a résulté un cas dramatique de «ruse de la raison»<sup>32</sup>: la croyance en l'avantage de l'attaque a conduit les gouvernements à s'engager avec précipitation ou fatalisme dans une guerre qu'ils croyaient devoir être courte, et qui sera longue et immensément coûteuse parce que l'état des techniques rendait l'avantage de la défense sans doute plus grand qu'à aucun autre moment au cours de l'histoire des guerres.

Aron montre aussi comment les chefs militaires allemands ont systématiquement méconnu la subordination clausewitzienne de la guerre à la politique. Ils ont imposé à leur gouvernement, à partir de préoccupations purement stratégiques, des décisions qui auraient dû être prises à partir de considérations politiques<sup>33</sup>. Ces décisions ont eu

---

30 Penser la guerre, Clausewitz, II, p. 31-32.

31 Paix et Guerre, p. 303.

32 «La Ruse de la Raison traduit [...] le décalage entre les buts des acteurs et les suites de leurs actes.» Introduction à la philosophie de l'histoire, p. 323.

33 Penser la Guerre, Clausewitz II, p. 41.

pour conséquence d'élargir le conflit, alors que la position géographique et les ressources de l'Allemagne ne lui permettaient d'espérer une victoire qu'à la condition que la guerre reste limitée dans son extension géographique et dans ses enjeux.

Aujourd'hui aux États-Unis, l'influence des chefs militaires sur les gouvernements n'est certainement pas aussi grande qu'elle l'était en France ou en Allemagne au début du siècle dernier. Mais le risque existe que des décisions soient prises à partir de perceptions exagérées de la gravité des menaces, et d'estimations fausses de ce qui peut ou non être réalisé par la force armée. Depuis 1991 les États-Unis sont une puissance militaire sans rivale. Ils sont aussi la première puissance du monde dans les domaines économique, financier ou technologique, mais leur supériorité sur des rivaux potentiels dans ces secteurs d'activité est beaucoup moins grande que dans celui des armes les plus modernes et les plus puissantes. Cette situation crée naturellement la tentation de comprendre les problèmes politiques comme des conflits et d'y envisager en priorité des solutions militaires. Aron observait déjà, avant la fin de la guerre froide, cette tendance, chez certains analystes américains<sup>34</sup>.

La question qu'analyse Aron dans le cas de la Première Guerre Mondiale se pose à tous les décideurs dans toutes les situations de guerre ou de risque de guerre: pour améliorer les chances d'atteindre le but politique, vaut-il mieux chercher à élargir ou à limiter le conflit? La réponse prudente n'est pas toujours la même. De Gaulle et Churchill en 1940 croyaient inévitable et souhaitaient l'élargissement de la guerre contre l'Allemagne. Face à un groupe qui utilise une violence spectaculaire en vue d'un objectif extraordinairement ambitieux, comme les nationalistes serbes à Sarajevo en 1914 et les islamistes violents à New York en 2001, ceux qui ont pour but de défendre le *statu quo* n'ont jamais intérêt à faire escalader le conflit. Il vaut mieux traiter les terroristes en criminels qu'en ennemis, et les isoler de leurs alliés potentiels plutôt que de proclamer: qui n'est pas avec nous est contre nous.

Les décisions prises à Washington depuis septembre 2001 ont été moins imprudentes que celles prises à Vienne et à Berlin en 1914. Des efforts rhétoriques ont été faits pour éviter de traiter tous les musulmans américains en suspects ou en ennemis potentiels. L'intervention militaire en Afghanistan pouvait apparaître comme une riposte raisonnable, parce que les talibans étaient les alliés déclarés des organisateurs de l'attentat,

---

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 128 et 279.

et parce qu'existait dans le pays la force politique capable de les renverser avec une aide extérieure, et de former un gouvernement encore très imparfait mais nettement moins désastreux.

En revanche, la décision d'envahir ensuite l'Irak ressemble fort à une tentative pour élargir le conflit d'une façon qui risque d'en accroître les dangers pour ceux qui ont décidé cet élargissement sans y être obligés. Cette décision est apparue à beaucoup d'alliés des États-Unis comme arbitraire, et toutes les justifications qui en ont été données se sont révélées fictives l'une après l'autre. Surtout, les chances sont plus faibles en Irak qu'en Afghanistan que s'établisse un gouvernement à la fois favorable aux intérêts américains et capable de contrôler le pays. Après le renversement de Saddam Hussein, le parti ou le groupe le plus capable de former un gouvernement à Bagdad sera nécessairement contrôlé, soutenu ou au moins accepté par le clergé chiite, qui a une autorité sociale traditionnelle probablement très grande et n'a pas été l'allié ou le complice du dictateur. Ce gouvernement, au moins au début, cherchera à établir d'assez bonnes relations avec l'Iran. La politique américaine bute sur cette perspective depuis quinze ans. C'est pour cette raison qu'en 1991 les opérations militaires ont été arrêtées avant que la révolte populaire parvienne à renverser Saddam Hussein. C'est probablement pour la même raison que les élections réclamées par les dirigeants religieux dès l'été 2003 ont été retardées jusqu'en 2005.

Il apparaît probable aujourd'hui que l'occupation de l'Irak, loin de constituer une victoire pour les États-Unis dans la «guerre contre le terrorisme», est devenue au contraire un des meilleurs arguments de recrutement et un des meilleurs terrains d'action pour les islamistes violents. Le danger représenté par ces derniers résulte pour une part, comme nous l'avons vu plus haut, de la vulnérabilité des systèmes techniques, ce qui est complètement indépendant de ce qui fait leur spécificité sociale ou idéologique. Il résulte aussi de l'utilisation politique que les islamistes violents peuvent faire des nombreux conflits dans lesquels sont impliquées des populations musulmanes. S'il est à la rigueur possible de présenter la lutte contre Ben Laden ou contre les talibans comme une «guerre», il serait absurde de définir ainsi les précautions qui doivent être prises pour assurer la sécurité des transports aériens et des centrales nucléaires, ou l'aménagement des relations avec l'ensemble des musulmans. Dans ce dernier cas, il serait désastreux de le faire.

Un grand nombre des conflits du monde d'aujourd'hui sont liés à la cohabitation de musulmans et de non musulmans sur le même territoire: Bosnie-Herzégovine, Kosovo,

Tchéchénie, Azerbaïdjan, Palestine, Chypre, Cachemire, Indonésie, Philippines, Soudan, Nigeria, sans parler des banlieues de certaines villes européennes. Ces conflits ont été produits par des histoires spécifiques et peuvent avoir des explications assez diverses. Mais la communauté de religion a permis le développement d'un véritable internationalisme de l'islamisme politique, des militants originaires de nombreux pays allant combattre d'abord en Afghanistan contre les Soviétiques, puis en Bosnie, en Tchéchénie, au Cachemire et, depuis 2003, en Irak. La possibilité de tarir le recrutement des groupes islamistes violents dépendra dans une large mesure de la persistance ou de l'apaisement de ces conflits.

Les conflits de cohabitation entre musulmans et non musulmans ont des causes diverses, mais ils ont aussi des éléments explicatifs communs qui sont, très brièvement, les suivants. Dans les pays musulmans les autorités traditionnelles ont mis en place des structures de tolérance inégalitaire pour les adeptes des autres religions, ce qui a favorisé l'hétérogénéité du peuplement de ces pays, hétérogénéité qui devient gravement conflictuelle au 19<sup>e</sup> siècle avec la montée des idées de nation et d'égalité. Pendant très longtemps, les musulmans sunnites ont été habitués à vivre dans des pays où le pouvoir politique s'exerçait au nom de leur religion et se chargeait d'en administrer les institutions. Ils ont de la difficulté à savoir comment s'adapter à la condition de minoritaires ou aux règles d'un État laïc.

Pour ces raisons, les situations de cohabitation entre musulmans et non musulmans sont fertiles en conflits, et ces conflits interagissent les uns sur les autres. Pour se défendre contre eux il est essentiel d'éviter de faire la même simplification. À la fin de *Paix et Guerre*, Aron écrivait :

«Dire que nous devons suivre l'ennemi sur tous les terrains ne signifie pas que nous devons prendre modèle sur lui. Au contraire, qu'il s'agisse de stratégie ou de tactique, de persuasion ou de subversion, l'asymétrie est fatale. Nous ne voulons pas détruire celui qui veut nous détruire, mais le convertir à la tolérance et à la paix. Nous ne voulons pas persuader les hommes que nos institutions offrent seules un espoir, mais, au contraire, persuader nos ennemis comme les tiers que l'humanité, mis à part le respect de certains principes, a vocation de diversité.<sup>35</sup>»

---

35 *Paix et Guerre*, p. 686.

Ce texte a été écrit à propos de la lutte contre la subversion communiste. La modération et l'acceptation de la diversité qu'il recommande sont encore plus nécessaires aujourd'hui. Nous savons que le marxisme-léninisme a été un phénomène idéologique assez éphémère contre lequel une victoire complète était possible. La religion musulmane est évidemment un phénomène culturel plus profond et plus durable qu'une idéologie politique, et la seule victoire possible contre les islamistes violents est de pacifier les relations entre musulmans et non musulmans là où elles ont besoin de l'être. Le problème politique représenté par ces relations a peut-être pour notre avenir commun une importance comparable à celle des relations entre les pays communistes et les pays démocratiques il y a un quart de siècle. Mais le terrorisme d'aujourd'hui est une menace minuscule par rapport à ce qu'était l'équilibre de la terreur nucléaire. Il ne deviendra une menace majeure que s'il incite les gouvernements des grands États à multiplier les décisions imprudentes.

Avant de terminer cette réflexion sur la pertinence de l'œuvre de Aron pour nous aider à réfléchir aux formes de violence collective dans le monde d'aujourd'hui, je veux aborder un dernier point, qui m'a frappé en le relisant pour préparer ce texte. Chaque fois qu'il aborde la question du déclin de l'importance des frontières et de la dévalorisation de la souveraineté des États, il le fait avec réticence et l'accompagne de mises en garde contre le risque d'exagérer la portée du phénomène<sup>36</sup>. L'importance qu'il accorde aux États n'est pas seulement au centre de son analyse des faits sociaux, elle correspond chez lui à une conviction politique, voire morale: «Renier la nation moderne, c'est rejeter le transfert à la politique de la revendication éternelle d'égalité»<sup>37</sup>. Dans *Les désillusions du progrès*, ce thème de l'égalité est central. Le libéralisme de Aron est en cela assez éloigné de celui qui semble triomphant aujourd'hui, fait de fatalisme économique et d'acceptation sans remords des inégalités.

Les formes de violence collectives dans lesquelles certains croient voir de «nouvelles guerres» ont des causes multiples. Une des plus évidentes est l'existence d'États très affaiblis ou en ruine devenus incapables de contrôler leur propre territoire et d'assurer à leurs habitants un minimum de sécurité. Les grands États qui dominent le système international déplorent ce phénomène et se sentent menacé par lui, et favorisent en même temps une structure des échanges économiques qui

---

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 392; Les dernières années du siècle, p. 21-22.

<sup>37</sup> Paix et guerre, p. 299.



limite la capacité d'action des États les plus faibles. Nous vivons donc sans doute dans un monde où la capacité d'action des États a décliné par rapport à celui dans lequel a été écrit *Paix et Guerre*. Mais cela ne diminue pas la pertinence de la conviction politique, qui était très probablement celle de Raymond Aron, que les États ont une fonction essentielle à remplir pour préserver l'égalité et limiter la violence.



# Raymond Aron and the Transatlantic Crisis, 1945-1966\*

Christian Malis

Antigo aluno da École Normale Supérieure. Paris

## Resumo

Para analisar a percepção de Aron acerca das crises transatlânticas entre 1945 e 1966, o foco deve ser posto sobre três “*pommes de discorde*” principais durante este período – a questão do rearmamento alemão (1945-1954), a crise do Suez (1956), o Grande Debate Nuclear (1959-1964). Aron foi desde o início favorável ao rearmamento da Alemanha, apesar da longa relutância oficial francesa, principalmente porque o considerou inevitável para a defesa militar da Europa, e porque tratar a Alemanha como um verdadeiro aliado era a melhor maneira de evitar que a Alemanha ficasse mais perto da URSS para obter a reunificação. Isso porque finalmente, após longa hesitação, apoiou a CED, opondo-se assim a de Gaulle. O Suez alargou realmente a abertura entre Aron e de Gaulle, e no caso de Aron esta discrepância é enraizada na análise muito profunda não somente do papel da França no jogo transatlântico, mas também da natureza das armas nucleares. Aron extraiu da crise do Suez diversas lições: 1 – “a aliança não escrita entre os dois super-poderes contra a Guerra Total” era mais importante, sob o ponto de vista e prática dos EU, do que a solidariedade com aliados europeus. 2 – A estratégia massiva de retaliação deixa o oeste desarmado face “às ameaças secundárias” nas suas fronteiras. 3 – As armas atômicas não seriam suficientes para restaurar o poder anterior de França ou da Grã-Bretanha: um esforço europeu é necessário. Durante o Grande Debate Nuclear, a nova política militar francesa, oficialmente expressa por de Gaulle no seu discurso na *École Militaire* em Novembro 1959, colidiu directamente na renovada estratégia e política militar de Kennedy e McNamara. Aron tentou jogar o papel de um *ombudsman* entre Kennedy e de Gaulle, em vão: se ele achava a doutrina militar Francesa da “*Força de frappe*” anacrónica, e apoiava a estratégia da “resposta flexível” de McNamara que restaurou a relação clauswitziana entre estratégia e política, advogou também a partilha de tecnologia nuclear pelos EU com os seus aliados. De facto, Aron como de Gaulle perseguiu a vontade de restaurar a independência estratégica da Europa, na sua mente, o melhor meio para alcançar um dia um acordo negociado e a reunificação do Velho Continente. Mas este objetivo pareceu-lhe alcançável somente a médio-longo prazo, e antes através da unificação europeia do que por estratégias puramente nacionais.

## Abstract

To analyze Aron's perception of transatlantic crisis between 1945 and 1966, focus must be put on three main transatlantic “*pommes de discorde*” during this period – the issue of German rearmament (1945-1954), the Suez crisis (1956), the Great Nuclear Debate (1959-1964). Aron had from the onstart been favourable to rearming Germany, despite French official long reluctance, mainly because he thought it unescapable for Europe's military defense, and because treating Germany as a true ally was the best way to avoid Germany get closer to the USSR to obtain reunification. That's why he finally, after long hesitation, backed EDC, thus opposing to de Gaulle. Suez actually widened the gap between Aron and de Gaulle, and in Aron's case this discrepancy is rooted in very deep analysis not only of France's role in the transatlantic game, but also of the nature of nuclear weapons. Aron drew from the Suez Crisis several lessons: 1 – “the unwritten alliance of the Two Superpowers against Total War” was more important, in the US view and practise, than solidarity with European allies. 2 – Massive retaliation strategy leaves the West disarmed against “secondary threats” at its borders. 3 – Atomic weapons wouldn't suffice to restore former power of France or Great-Britain: a European effort is necessary. During the Great Nuclear Debate, the new French military policy, officially expressed by de Gaulle in his speech at the *École Militaire* in November 1959, directed collided into Kennedy and McNamara renewed military policy and strategy. Aron tried to play the role of an *ombudsman* between Kennedy and de Gaulle, unsuccessfully: if he found military French doctrine of the “*Force de frappe*” anachronistic, and supported McNamara's “flexible response” strategy which restored the clauswitzian relation between strategy and politics, he also advocated sharing of nuclear technology by the US with its allies. Actually, Aron like de Gaulle pursued the aim to restore Europe's strategic independence, the best mean in his mind to reach one day a negotiated settlement and the reunification of the Old Continent. But this goal seemed to him reachable only in the mid – or long term, and rather through European unification than purely national strategies.

\* Intervenção proferida no âmbito da Conferência Internacional “Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido”, que decorreu no IDN, Lisboa em 14 e 15 de Abril de 2005.

I chose to reduce as much as possible the number of footnotes: for this whole contribution, please refer to my book, Raymond Aron et le débat stratégique français, Paris, Economica, 2005, 821 p., passim.



In the current climate of misunderstanding between the United States and some European countries regarding world affairs, it is particularly interesting to have a look back at Raymond Aron's positions in similar past circumstances.

Aron's perception is all the more interesting to analyze as he had a good personal knowledge of the four main protagonists of transatlantic crisis, having even shared with three of those countries tragic moments of their history: Germany, where he had observed the rise to power of Nazism in 1930-1933, as he was a teaching assistant in Berlin; the United Kingdom, where he spent four years, with the *France Libre* of general de Gaulle, in 1940-1944, building up his most fundamental concepts in the field of strategy; United States, thanks to his numerous trips as a scholar and his academic friendships (Kissinger, Stanley Hoffmann,...) from 1950 and beyond, and his personal connections with some of Kennedy's closest advisers (Mc George Bundy, Robert Bowie, A. Enthoven) at the beginning of the 60's; and France, of course.

Aron, in his own country, has still the reputation to have been a fierce Atlanticist. A careful historic study, focussing on three main transatlantic "pomes de discorde" between 1945 and 1966 - the issue of German rearmament, the Suez crisis, the Great Nuclear Debate", shows that the reality was much more complex.

### **Rearming Germany: The German Issue from the aftermath of World War II to the Paris Agreements (1954)**

In 1946-1947, the rise of the Soviet threat, materialized by the Iron Curtain (Coup of Prague, Berlin Blockade) and the fact that the Soviet Army was kept on a war footing, brought about actions by the Western powers to organize themselves under the umbrella of a common defense strategy. This rapidly raised the issue of the German rearmament, which antagonized France. With the Marshall Plan (*European Recovery Program*, 1947), an economic response had been initiated to restore Western European wealth, so as to thwart internal communist-led efforts to destabilize democratic governments, especially in France and Italy. The Pact of Brussels (1948), through which France, Great-Britain and the Benelux countries agreed for a mutual defense, was complemented in 1949 by the Washington Treaty and the NATO organization, which commit the United States to the military protection of Europe. The goal however was mostly dissuasive, it was to ensure the USSR of a US intervention - an atomic one - in case of invasion of Western Europe. With the Korean War (June 1950), invasion looked now imminent:

Aron, columnist in *Le Figaro* and having analyzed the mechanisms leading to all-out wars in *Les Guerres en chaîne*<sup>1</sup>, advocated a strong and urgent military buildup, even at the expense of economic rebirth: the participation of Germany to continental defense could not be averted anymore, despite France's reluctance, and is raised by the US supported by the United Kingdom. This will be the main issue of controversy between France and the US, up to the signature of the Paris Agreements in 1954.

Regarding Germany, Aron had always stood in a sharp opposition to French official posture. The French Government, following de Gaulle's legacy after his departure from power in January 1946, obdurately opposed to the restoration of Germany's unity despite US and UK pressure, and demanded three measures seen as security guarantees against an aggressive comeback: economic supervision of the Ruhr region, removal of the Sarre and of the Rhine regions from German political control. For Aron, as early as 1945, this pertained to an outdated view the German Issue, which had *muted* in the context of the aftermath of WWII. As a matter of fact, the issue was not anymore the German threat as such, but the risk that a reunified Germany could join the Soviet camp, thus creating a potentially decisive strategic imbalance in Europe. In this respect, the US military presence in Europe was key to prevent such an evolution.

Actually, the French view gradually converted to this approach, secretly shared by some diplomats already in 1946, accepting the creation of a Western unified German State in June 1948 (London Agreements). But the Rearmament issue, decisively triggered by the Soviet Bomb in 1949 and especially the Korean War in 1950, proved much more touchy and uneasy to accept by France and the French public opinion, remembering of three German invasions of France in 1870, 1914, 1940. However for Aron in October 1950, "nothing less than an allout military effort is now able to save us".

Aron had soon been favourable to German rearmament. Firstly, because to his eyes firmly linking Germany to the Western camp was vital; secondly, because Continental Europe had to bear more largely the burden of its own defense, if it was to avoid what was called at this time the "Peripheral Strategy" by the US and the UK. That meant indirect defense of Europe against a Soviet invasion, mainly through nuclear strategic bombing rather than direct defense on the land. Some high military officials in France shared those views, afraid that Germany could dedicate the whole of its resources to economic build-up while France would exhaust itself bearing alone the

---

1 Paris, Gallimard, 1951, 502 p. Soon translated in English under the title: *The Century of Total War*.

burden of continental defense. As a kind of compromise between opposite fears, the project of a European common Defense came out under the shape of the *European Defense Community*, E.D.C. Presented by René Pleven in the end of 1950, inspired by Jean Monnet who had already invented the C.E.C.A.<sup>2</sup> concept, the E.D.C. Plan was a response to American proposal to set up 12 German divisions in the framework of NATO. The E.D.C. negotiation actually lasted four years, triggering a dramatic controversy in France, provoking the US to exert increasingly political pressure so as to obtain ratification of the Treaty by the French Parliament in 1953-1954.

Despite this official “conversion,” Aron remained sceptical for a long time regarding a European Defense, for several reasons. Certainly, he was convinced that a French-German alliance, in the framework of a more united Western Europe, should definitely be the cornerstone of the Continental resistance to the Soviet *hegemon*. But first he doubted that European military unity could be created “from scratch”, ignoring traditional patriotic feelings of European people. Actually, Aron knew well Jean Monnet and some of his closest advisers, like Robert Marjolin, a former fellow student at the Ecole Normale Supérieure and a writer in the Free French *La France Libre* review in London that Aron had directed during World War II: Monnet’s team tendency towards abstract and purely legal constructions offended his intimate sense of the long-lasting trends of History, by which he was close to de Gaulle’s own philosophy. Moreover, Aron disliked a French proposal primarily motivated by distrust towards Germany, rather than trust and true spirit of reconciliation.

However, Aron in 1954 ended up by backing EDC, for fear that no other solution could be found to reinforce military strength of Europe, and to avoid a maybe deadly crisis of the Atlantic Alliance in the framework of increased American political pressure. In this critical occasion, he finally opposed to the Gaullist propaganda against the treaty, although he had been a supporter and even a prominent member of de Gaulle’s party, the R.P.F. (*Rassemblement du Peuple Français*) from 1947 to 1953. Politicians like Michel Debré or Jacques Soustelle campaigned on a nationalistic and anti-American mode, they affected to believe in a new “Soviet course” after Staline’s death that in Aron’s eyes was purely tactical<sup>3</sup>. De Gaulle’s own position had indeed evolved: considering that atomic weapons already created some kind of mutual deterrence dramatically reducing the risk of an all-out war, and in the framework of the “dégel”

---

2 Communauté Européenne du Charbon et de l’Acier.

3 Cf. his book of 1953, *La Coexistence Pacifique*.

following Staline's death, he advocated for France the recovery of national sovereignty and its "own way" to bring about Détente between East and West. This opposition to Gaullism was actually a prelude to Aron's position during the Great Nuclear Debate.

### The Suez Crisis

Suez actually is the missing link between Aron's position towards Gaullism in 1954, and in 1962-1963. Invisibly, by the conclusions that were respectively drawn from the humiliation of France and Great-Britain, Suez widened the gap between Aron and de Gaulle, and in Aron's case this discrepancy is rooted in very deep analysis not only of France's role in the transatlantic game, but also of the nature of nuclear weapons. But in addition, we also find in Aron's judgment about Suez the roots of its criticism of US military policy at the end of the Fifties and at the beginning of the Sixties.

Aron drew from the Suez Crisis three military lessons<sup>4</sup>. The first one was actually both strategic and diplomatic: what Aron called "the unwritten alliance of the Two Superpowers against Total War" was more important, in the US view and practise, than solidarity with European allies. Second lesson: having put all its eggs in the nuclear basket, due a strategy mostly based on massive retaliation threat by the US Strategic Air Command (SAC), the West was totally disarmed to cope with "secondary threats" at its borders (Corea, Indochina, Suez, etc.): in this respect the United States was predominantly guilty, because of its nuclear secrecy policy which compels close allies like the United Kingdom to reinvent the whole path towards nuclear capability at the expense of conventional forces, just to be able to "exist" besides America.

Third military lesson of the Suez Crisis: faced with a Soviet military strategy which was aggressive and offensive "short of war", Eisenhower's diplomacy, with its moralistic style and its emphasis on a mostly defensive military strategy, was inadapted and dangerous: it fostered Soviet tendency to adventures which might well lead to a "war by misunderstanding". By the way it accelerate the secretly-led French military nuclear program, initiated by de Gaulle in 1945 with the creation of the C.E.A.<sup>5</sup> and then pursued by the Fourth Republic governments. In Aron's view:

---

4 The postface of *Espoir et peur du siècle* is very illustrative of Aron's view at this time.

5 Commissariat à l'Énergie Atomique.



*“Les Etats nationaux d’Europe doivent s’adapter à une structure des relations internationales radicalement originale par rapport à celle du début du siècle (...). Ils sont [maintenant] intégrés à des coalitions que dirigent des Etats partiellement ou entièrement extra-européens. Dès le temps de paix ils renoncent à leur autonomie militaire. Cet abaissement peut paraître transitoire: l’arme atomique, qui accentue la différence de nature entre Etats nationaux et super-Etats, sera, d’ici dix ou vingt ans, à la disposition de tous. Pour l’essentiel, l’évolution n’en sera pas moins irréversible (...). L’Europe occidentale devra être une, au moins de l’Atlantique à l’Elbe (ou à l’Oder ou à la Vistule) pour être à l’échelle des géants du XXe siècle.”*<sup>6</sup>

Even the possession of the atomic weapon wouldn’t suffice to restore European national states former rank and grandeur, for three reasons: 1 - In 1956 Great-Britain was a nuclear weapon, but that did not enable her to exert sufficient pressure on the United States. 2 - atomic weapons are almost of no use as a mean of an offensive diplomacy, which requires «conventional» forces. 3 - Finally, it is overall weakness of national European states, rather than any specific military feature, that forbids to oppose to Superpowers when they choose to act together. Conclusion: a common European effort is necessary. Aron never considered American military presence in Europe as an ultimate state, much to the contrary: restoring economic and military strength of the Old World had always, in his view, been a prerequisite to a negotiated settlement putting an end to the situation inherited from the aftermath of World War II, which itself was mainly due to American premature demobilization. In this respect a European deterrent would bring a decisive factor in the political-strategic equation. In addition, it would reinforce the US nuclear commitment credibility, that soon-to-come vulnerability of America to Soviet ballistic missiles should deteriorate.

Those views were close to the American vision, except on one critical point. Regarding nuclear matters, the Eisenhower Administration was at this time favourable to “nuclear sharing” with the Europeans (hence the deployment of US-controlled

---

6 «Nations et empires», in L’Encyclopédie française, t. XI, Paris, 1957, p. 11. (European national states must adapt to a structure of international relations which is radically new towards what prevailed at the beginning of the 20th Century (...). They are now incorporated inside coalitions led by States, which are partially or totally extra-European. Already in peacetime they must renounce military autonomy. This decay might seem provisional: the atomic weapon, by widening the gap between national States and Super-States, will be, in 10 to 20 years from now, accessible to all. For the main part however the trend will not be reverted (...). Western Europe will have to be united, at least from the Atlantic Ocean to The Elb river (or the Oder or the Vistula river) in order to compare with 20th Century giants).

nuclear weapons in Europe); it was ready too to discuss about a concerted decision mechanism for the use of those weapons, demanded by the French since 1954. *But* it still refused to share technical know-how to manufacture nuclear devices. As many in France, Aron advocated for a militarily stronger Europe able to emancipate from US strategic tutorship.

### **The Great Nuclear Debate**

The Great Nuclear Debate knew its peak in 1963-1964, but originated rather in 1960, when new French military policy, officially expressed by de Gaulle in his speech at the Ecole Militaire in November 1959, directed collided into Kennedy and McNamara renewed military policy and strategy.

The Great Nuclear Debate directly followed what commentators named the “NATO crisis” at the end of the Fifties: France strongly resented US attitude during Suez and its reluctance to associate the French to the strategic direction of the Alliance; in the meantime, US leadership on the Western camp was generally felt as eroding, due to a set of reasons: Europe’s economic rebirth and nascent unification, Soviet dramatic military reinforcement, Eisenhower’s lack of authority in foreign affairs compared with Truman’s...With Kennedy in America and de Gaulle in France began a new course and a symmetric effort to redefine military strategy and decision-mechanisms of the Alliance. On the US side, schematically, the “Dulles doctrine” of “massive retaliation” was given up and replaced by McNamara’s “flexible response” doctrine (Ann Arbor speech, 1962), taking into account the new fact of US strategic vulnerability to Soviet ICBMs, highlighted by the launch of Sputnik in 1957. To better associate Allies (Great-Britain, France and Germany especially) to the use and decision to use strategic atomic weapons, the concept of MLF was promoted, whereas national independent “strike forces”, British as well as French, were discouraged (the Nassau Agreements in 1962 more or less incorporated UK’s nuclear capability inside the US one). Finally, a disarmament agreement with the USSR was forcefully sought for, especially after the Cuba Crisis, up to the Limited Test Ban Treaty of 1963 (August 5, 1963, banning nuclear weapons testing in the atmosphere, in outer space, and under water). To complement this view of Kennedy’s policy, the proposal of a “transatlantic partnership”, creating a large free-trade zone between Europe and America, must be mentioned.

De Gaulle had come back to power in 1958 with the collapse of the Fourth Republic, unable to handle the Algerian War. He revealed his strategic conceptions in November 1959: rupture with the principle of the integration of French forces inside NATO; building of a fully independent national "Force de Frappe" (based upon 50 strategic aircrafts "Mirage IV" operating with A-Bombs and aimed to be operational in 1964), eventually coordinated for its use with US and UK strategic forces; worldwide responsibilities for France and request for a "3 Powers Directorate" of the Alliance (France, Great-Britain, United States). The French Government subsequently quarrelled with the US Government, asking vainly for technical help in nuclear matters, criticizing the Nassau Agreements, refusing the "Transatlantic Partnership" and the admission of Great-Britain inside the European Community (January 1963), as well as to sign the Nuclear Test Ban Treaty.

With the Great Nuclear Debate Aron delivered his finest performance as an intellectual combining in a unique way the skills of a scholar, a journalist, and a political advisor. Having rejoined the Academic world by becoming Professor at La Sorbonne in 1955, he could devote time and effort to theoretical work on foreign policy and strategic issues in the modern era. This culminated with his masterpiece, *Paix et guerre entre les nations*, in 1962, significantly influenced by American academic strategic thinking as regards nuclear matters. At the same time he became one of the most prominent French and even transatlantic columnists in *Le Figaro* and fuelled the debate with polemic essays, especially *Le Grand Débat* in 1963. Last but not least, due to his numerous academic contacts and friendships in the entourage of Kennedy: McGeorge Bundy, Dean of Harvard and National Security Advisor, Alain Enthoven, Robert Bowie (inventor of the "MLF (MultiLateral Force)" concept), Marshall Shulmann, Max Millican, Jerome Wiener, Fred C. Iklé), he had direct access to the highest level of the US Administration: for the first and last time of his career, although without any official French mandate, he tried to influence directly the political process by proposing ways to conciliate American and French opposing views.

Aron supported French nuclear effort, actually initiated by the Fourth Republic, but not the interpretation de Gaulle gave for it. Main critics by Aron of de Gaulle's military policy were the following: 1 - the search for military independence was anachronistic, especially if based on a second-rank - if not obsolete! - atomic capability which could form the basis for an offensive diplomacy; 2 - national resources were insufficient for a country of medium size like France: Great Britain itself, as the failure to develop the "Blue Streak" missile had proved, couldn't do it; 3 - atomic weapons

could not replace conventional forces as a diplomatic instrument (cf. Suez), and sacrificing those forces to the Bomb would deteriorate NATO deterrence power in Europe; 4 - French attitude would foster atomic "proliferation" which Aron, in accordance with the US, feared. 5. Last hidden but decisive argument: French nationalistic way could encourage Germany to search for nuclear status, which Aron, like his American friends, feared would be a *casus belli* with the USSR.

What did Aron positively recommend? Actually, having thoroughly deepened the theoretical basis of nuclear strategy from 1955 and beyond, Aron agreed with the Americans that "Massive retaliation" doctrine had to be replaced by a "flexible response posture" leaving room for the use of conventional forces and avoiding the potentially deadly "all-or-nothing" which could bring about a "war by misunderstanding" in Europe. The fundamental basis for this approach was the rediscovery of the clausewitzian dependency of strategy towards politics<sup>7</sup>: contrary to most commentators, Aron thought that Clausewitz's view were rejuvenated, and not abolished, in the nuclear world. Henceforth he rejected the French theories of "dissuasion proportionnelle". But he also reproached the US to refuse nuclear sharing. His preference actually went, *in the short term*: to a system of double-key to control nuclear weapons yielded to Europe by the US; *in the longer term*, to a European deterrence, the idea of which should be initiated by Great-Britain, and to which French nuclear arsenal should be only an introduction.

### Conclusion fear

From this short overview of Aron's positioning towards transatlantic crisis and misunderstandings, 3 lessons might be drawn.

*Continuity and globality of his Weltanschauung and primacy of politics.* Aron's strategic thought of course evolved and got richer due to a year-after-year effort to analyze problems and changing conditions, but the intellectual foundations were laid in 1945. They originated in his experience of the war from which he derived a complete and overall view of military problems in the modern age: insertion of military matters inside a broader social framework, demonstrated by Hans Delbrück,

---

<sup>7</sup> Penser la guerre, Clausewitz, in 1976, will in this respect be the coronation of Aron's 40 years-long meditation on strategy.

and dependency of strategy to politics, asserted by Clausewitz, were the most stable basis for all subsequent works.

*A unique intellectual method.* Aron continuously went back and forth from day-to-day analysis of pending problems in *Le Figaro* or review articles, to the most abstract effort to theorize international relations and strategic policy in the nuclear policy: this always ensured both concrete and well-thought approaches.

*Balanced Atlanticism.* Aron was a strong patriot: when opposing his country's policy, he also severely criticized US certainties. Actually, his long term goal was not foreign to de Gaulle's concern: he also pursued the aim to restore Europe's strategic independence, the best mean in his mind to reach one day a negotiated settlement and the reunification of the Old Continent. But this goal seemed to him reachable only in the mid - or long term, and rather through European unification than purely national strategies.



# The Threat of Danger: Decadence and Virtù\*

Miguel Morgado

*Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa*

## Resumo

A decadência e a protecção da civilização são temas recorrentes no pensamento de Raymond Aron. Em particular, no final da sua carreira, Aron reflectiu acerca da condição do mundo ocidental e no significado da palavra “decadência”. A este respeito, Aron achou o trabalho de Maquiavel extremamente útil, ao ponto de igualar a decadência com a falta do que Maquiavel nomeou *virtù*, ou “vitalidade histórica”. Este *paper* tenta examinar o conceito Maquiavélico de *virtù*, de forma a compreender a noção de Aron de decadência e em que aspecto se pode falar “de Europa decadente”. A decadência é um problema sobretudo político; logo, envolve uma reflexão detalhada no questionamento político bem como nas obrigações, limites e fins da acção política enquanto tal. A decadência torna-se mais transparente quando se considera o relacionamento entre, por um lado, civilização e liberdade, e por outro, a ameaça do perigo. Este *paper* tenta também dirigir-se a algumas das causas da decadência europeia identificadas por Aron.

## Abstract

*Decadence and the protection of civilization are recurring themes in Raymond Aron's thought. In particular, at the end of his career Aron reflected on the condition of the Western world and on the meaning of the word "decadence". In this regard, Aron found Machiavelli's work to be immensely helpful, to the point of equating decadence with the lack of what Machiavelli named virtù, or "historical vitality". This paper tries to examine Machiavelli's concept of virtù in order to understand Aron's notion of decadence and in what regard one can speak of "decadent Europe". Decadence is a thoroughly political problem; therefore it involves a comprehensive reflection on the question of the political as well as on the demands, limits, and ends of political action as such. Decadence becomes more transparent when one considers the relationship between, on the one hand, civilization and liberty, and on the other, the threat of danger. This paper also tries to address some of the causes of European decadence as they were identified by Aron.*

---

\* Intervenção proferida no âmbito da Conferência Internacional “Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido”, que decorreu no IDN, Lisboa em 14 e 15 de Abril de 2005.





*More congruent with the facts is to think that there is no safe progress, no evolution, without the threat of involution and retrogression. Everything, everything is possible in history – both triumphal and indefinite progress and periodic retrogression. For life, individual or collective, personal or historical, is the only entity in the universe whose substance is danger. Life is composed of incidents. It is, rigorously speaking, drama.*

Ortega y Gasset<sup>1</sup>

Raymond Aron was one among several thinkers who have been noticed for their awareness (in the case of Aron, a melancholy awareness) of the frailty of what we can call “civilization”. Today we might be suspicious of the relevance of such a word, “civilization”. What is “civilization”? In the words of a great contemporary of Aron, “the term civilization designates at once the process of making man a citizen, and not a slave; an inhabitant of cities, and not a rustic; a lover of peace, and not of war; a polite being, and not a ruffian”; it is the “conscious culture of humanity, that is to say, what makes a human being a human being”. Essentially, “civilization” is the “conscious culture of reason”. Therefore, the “twin pillars” of “civilization” are theoretical and practical reason or “morality” and “science”<sup>2</sup>. “Civilization”, then, seems worthy of protection; it seems to be the good which allows the enjoyment of all remaining goods. It seems to be another word for the conditions which allow the good life. Aron could add that, consequently, one of civilization’s main elements is freedom, namely “the freedoms we enjoy in the West”. Liberal and democratic freedoms, or Western freedoms, are indeed “humanity’s most precious” “acquisitions”; but they are also their most “tenuous” acquisitions<sup>3</sup>. Threatened by dangers never completely eliminated, “civilization”, which shelters and protects man, depends on constant care, and on an always realistic disposition. Confronting reality means to understand that human solutions to human problems, whether one means the “technical” problem, the “political” problem or the “economic” problem, are always imperfect and provisional. More

---

1 La rebelión de las masas, (Madrid: Alianza Editorial, 1995), p. 102.

2 Leo Strauss, “German Nihilism”, Interpretation, Spring 1999, vol. 26, no. 3, p. 365.

3 Cf. In Defense of Decadent Europe, Stephen Cox (trans.), (New Brunswick: Transaction Publishers, 1996), p. xxviii.

often than not, those solutions incorporate in themselves more or less unstable contradictions, something that sooner or later becomes a threat to the institutions that represented what was thought to be the definitive solution. The forgetfulness of danger (to use in my own way a very famous expression) or the forgetfulness of threat as such may be due to excessive confidence, to anomic apathy, or to a process of devaluation of civilizational structures (what someone like Ortega y Gasset would call “ingratitude”<sup>4</sup>), which in turn can be put in motion by traumatic experiences or by waves of bad conscience. But whatever its origin or psychological explanation, politically speaking, the forgetfulness of danger is always a synonym for crisis. Aron liked to quote (his once teacher) Alain: “civilization is a thin film that can be torn apart by a single blow; and barbarism enters through the breach”<sup>5</sup>. In this regard, historical experience is a precious teacher: “those who lived in the time of Hitler and Stalin know that the worst is always possible”<sup>6</sup>. One of the main lessons of the events of May, 1968, was precisely the “fragility of the modern order”. All societies, whether “pluralist” or “non-pluralist”, “incorporate elements of weakness”<sup>7</sup>. Civilization requires care, it resists ingratitude only with great difficulty and it dies at the hands of contempt. Above all, without “historical vitality”, that is, without the ability and will to identify and accept the inevitability of the enemy<sup>8</sup>, political regimes, namely the moderate ones, put their survival at risk.

In this regard, Aron’s comments on Alain are noteworthy, for they indicate the spirit of the “eternal left”. Alain, said Aron, represented the “eternal left”, that is “the left that never holds power, since it is defined by the resistance to power, which by its very essence leads to abuses and corrupts those who hold it”<sup>9</sup>. Of course Aron would never admit (nor would any intelligent person for that matter) that the forgetfulness of danger is a fault monopolized by the left. But the comment on Alain and the spirit of the “eternal left” can be read as saying that the latter fears (and denounces) power as such. Now, danger has to be met, not exclusively, but nevertheless unavoidably, with the use of power. Or to put it more rigorously: danger has to be met with the readiness to use power. It has to be said that Aron was not blind to the misuses of power. On the very contrary, he spoke very eloquently on the misuses of power even by the most

---

4 La rebelión de las masas, p. 86.

5 Memoirs. Fifty Years of Political Reflection, George Holloch (trans.), (New York: Holmes and Meier, 1990), p. 452.

6 In Defense of Decadent Europe, pp. xxvii-xxviii.

7 La révolution introuvable. Réflexions sur les événements de Mai, (Paris: Fayard, 1968), pp. 15, 45.

8 Cf. Daniel Mahoney, Introduction to the Transaction edition, In Defense of Decadent Europe, p. ix.

9 Memoirs, p. 29.

well-intentioned of men. He condemned the misuse of power whenever he had the chance to do so. However, Aron knew that politics implies the use of power. Political existence as such implies the use of power against enemies. An important part of Max Weber's ethics of responsibility, which Aron took very seriously, said that the *dictum* "do not resist evil by force" had to be refused as apolitical. The responsible statesman must say instead "you should resist evil by force, otherwise you are responsible for its triumph"<sup>10</sup>, or, as Machiavelli would say, "an evil should never be allowed to persist out of consideration for a good if that good can easily be overwhelmed by that evil"<sup>11</sup>. For evil will not simply go away. As the French historian-statesman François Guizot taught: "To see what is, is the first and excellent character of the political spirit"<sup>12</sup>. The amount of good and evil in the world does not change according to our dreams. Evil has to be fought by the word and, unfortunately, sometimes by the sword. The fight against evil must be balanced, on the one hand, by the knowledge that "antagonisms" will never be eliminated, and, on the other hand, by the belief that the worst is possible, but "not always certain". Some readers of Aron may suspect the use of the word "evil" here. After all, Aron argued that "politics is never a conflict between good and evil". However, by saying that "politics is never a conflict between good and evil", Aron did not mean that politics is outright immoral or that morality is radically separated from politics. He was arguing that political conflict is never about "pure" causes, but rather that political battles are "equivocal". Because politics, and especially foreign policy, is always a conflict, elements of immorality inevitably creep in. "Pure" causes in politics must compromise with reality. Thus, politics becomes a "choice between the preferable and the detestable". But the distinction between the "preferable" and the "detestable", although it is in part contingent, is solidly based on what is evil and what is not. One could say, like Hobbes, that although the *summum bonum* is (metaphysically, epistemologically, and politically speaking) something enclosed by great difficulties, one can at least agree on what the *summum malum* is. The basis for our knowing what in the concrete situation is "preferable" and what is "detestable" is not arbitrary, neither is it a question of pure convenience. This is what it means to "think and act politically"<sup>13</sup>.

---

10 Cf. Max Weber, *Le Savant et le Politique*, Raymond Aron (ed.), (Paris: Librairie Plon, 1959), p. 170. Note the example of the "pacifist" described by Weber.

11 Machiavelli, *Discorsi*, III.3.

12 François Guizot, *La démocratie en France*, (Paris: Victor Masson, 1849), p. 142.

13 *Thinking Politically. A Liberal in the Age of Ideology*, James McIntosh, Marie McIntosh (trans.), (New Brunswick: Transaction Publishers, 1997), pp. 242-243.

During the Cold War, Aron reflected on the situation of Europe and he started by questioning the adequacy of the words “decline” and “decadence” to describe it. “Decline” is more, let us say, value-neutral<sup>14</sup>. It seems to limit itself to coldly record a reduction in relative power or a reduction of the “contribution of a collectivity to the great works of humanity”. “Decline” is a concept that can be submitted to quantitative determinations. During the Cold War one could argue that Western Europe was “declining”, but one could also plausibly argue that it was *not* “declining”. For example, in the 1970’s, from the point of view of demography or military strength, Western Europe was unquestionably declining. But “decline” was by no means evident from the point of view of economic prosperity. From the 1950’s to the 1970’s Western Europe could show better economic statistics than the United States, not to mention the rest of the world, especially the communist bloc and the Third World. One could say that indeed until the beginning of the 1980’s it was usual to speak of *American* decline in comparison to (yes) Europe and Japan and Southeast Asia. As a concept, “decline” is not useless, but it seems to fail to capture the reality of Europe. As a concept, “decline” is “entirely relative”<sup>15</sup>. Another term that could be applied is, of course, “decadence”. What is “decadence”? Instead of giving a ready answer, Aron preferred to resort to Machiavelli, one of the thinkers *par excellence* of “decadence” and “rebirth”. To the question “what is decadence?”, Aron replied: “Machiavelli would have answered: the loss of *virtù*, or the loss of historical vitality”. “Decadence” means, therefore, a loss of *virtù* or historical vitality. Machiavellian *virtù*, according to Aron, means “the capacity for collective action and historic vitality”; indeed, *virtù* is “the ultimate cause of the fortune of nations and of their rise and fall”<sup>16</sup>. Thinking of England at the end of the 1970’s, Aron understood “decadence” to imply “the inability of a nation to shake off its indolence”<sup>17</sup>. “Decadence”, in contradistinction to “decline”, involves strong value-judgments.

At the very end of *In Defense of Decadent Europe* Aron concluded: “But rejecting servitude is not enough: one must also recognize the dangers, and face up to them”<sup>18</sup>. Some may say that Aron was merely referring to the Red Army’s divisions ready to assault Western Europe. And, of course, he was. But the sentence has a

---

14 Cf. *In Defense of Decadent Europe*, p. xxv.

15 *Memoirs*, p. 424.

16 *In Defense of Decadent Europe*, p. xxvii.

17 *Memoirs*, p. 424.

18 *In Defense of Decadent Europe*, p. 263.

universal content; it is a general reflection typical of a political philosopher. Notice that Aron emphasized the need to recognize danger *and* the will (as well as the ability) to stand up to it. When Aron was asked if there still existed “collective resolution” in Europe, he replied straightforwardly: “no longer”<sup>19</sup>. The crisis of Europe is many-faced and complex, but one of its elements is, according to Aron, its loss of “collective resolution”, of “historical vitality”, of awareness of danger, of readiness to face up to danger; in a word, Europe lacks *virtù*. It might sound strange to us Europeans, who take pride in having been cured of Machiavellianism, as Montesquieu would say<sup>20</sup>, to learn that we suffer from a *lack* of Machiavellianism.

But to mention *Machiavellianism* is one thing; to face *Machiavelli's thought* may be another. Aron never mistook Machiavelli's complex and open-ended thought for “vulgar” Machiavellianism, which is the doctrine taken from his writings by Machiavelli's “unfaithful disciples”. Even if one wishes to refer to Machiavellianism there is still an intelligible and moral difference between a “civilized Machiavellianism” and the “vulgar disciples of Machiavelli”<sup>21</sup>. Since the sixteenth-century, “vulgar” Machiavellianism has been enjoying a successful career in Europe. It has been used to promote a conception of politics which claims a necessary distinction between leaders and masses, reveals contempt for the people, allows the people only passive obedience, and produces power as the sole end of every means available to the ruler(s). It affirms the right to rule in favour, not of those who are intellectually or morally superior, but of those who have a superior “capacity for violence”. As its first impulse comes to be felt, “vulgar” Machiavellianism stands for “indifference towards spiritual values”; but with the realization of its full consequences, it proclaims an outright reversal of the “traditional scale of values”. Underlying its conception of politics, there is a conception of history without “meaning” or “end”, driven only by force. Force in history manifests itself through the mortal struggle between men, and “above all between peoples”. In practical terms “vulgar” Machiavellianism in nothing more than a “technique of power” at the service of internal domination, but also of “imperial conquest”. In other words, “vulgar” Machiavellianism has been used as a legitimizing theory of *tyranny*. As imperial tyrannies, communism, national-socialism, and fascism, may be seen as obvious heirs of “vulgar” Machiavellians.

---

19 Thinking Politically, p. 245.

20 Cf. De l'Esprit des Lois, XXI.20.

21 Machiavel et les tyrannies modernes, (Paris: Éditions de Fallois, 1993, pp. 60-61; Peace and War. A Theory of International Relations, (New Brunswick: Transaction Publishers, 2003), pp. 298, 609.

Although Aron knew perfectly well that one must separate Machiavelli's thought from what his "vulgar" disciples took from it, he was not blind to the fact that the "classical answer" to "vulgar" Machiavellianism is insufficient. It is not enough to answer that "the technique of tyranny is not equivalent to the eulogy of tyranny". One does not solve Machiavelli's ambiguities, nor does one understand his strange inheritance, by stating this "logically indisputable" but unsatisfactory answer<sup>22</sup>. It cannot be denied that Machiavelli himself wrote, not exclusively, but nevertheless intentionally, for tyrants. Every reader of Machiavelli knows that to be an "adviser of the Prince" is to be an adviser also of tyrants<sup>23</sup>. The free republic won Machiavelli's preference, but the necessity of tyranny in politics is considered to be unavoidable, especially when legitimacy becomes a nebulous notion. Twentieth-century's enemies of freedom may be called "Machiavellians" for they inherited what Aron called a Machiavellian "attitude", that is, they "spontaneously conceive[d] politics upon a Machiavellian mode"<sup>24</sup>. But they were the children of extremist - and also "vulgar" - Machiavellianism. There is another way of learning with Machiavelli and thereby acquiring a deep sense of political reality: a way that presupposes a *critical* reading of Machiavelli, rendering the Florentine philosopher's teachings more moderate or "civilized". There is consequently a moderate or "civilized" Machiavellianism, in contradistinction to an extremist and "vulgar" Machiavellianism, which generates important insights concerning the political world, not to mention the protection against "illusions" and thus against prophetism<sup>25</sup>.

The difference between "absolute" Machiavellianism and "moderate" Machiavellianism became the main point of Aron's critique of Jacques Maritain's politics. In the *End of Machiavellianism* Maritain had argued, for several reasons (both moral and political), for the end of *every form* of Machiavellianism. Aron agreed that "absolute" Machiavellianism, with its emphasis on the quest for power as the sole objective of politics, leads to the idolatry of the state, which inevitably produces the unlimited state and, as a result, the violation of individual rights. "Absolute" Machiavellianism,

---

22 Machiavel et les tyrannies modernes, pp. 72, 120, 121, 75.

23 Cf. "Machiavel et Marx" in Machiavel et les tyrannies modernes, p. 262.

24 [René Avord], "Le Machiavélisme, doctrine des tyrannies modernes" in Machiavel et les tyrannies modernes, p. 194.

25 See "Machiavel et Marx", p. 273. Aron also denounced the tendency of Machiavellian "pessimism" for giving in to the "temptations of conservatism", as well as its propensity for constructing a base image of man incompatible with his essential dignity.

said Aron agreeing with Maritain, is not able to stand without collapsing into a sort of nihilism which denies every form of reality that is not recognized as a condition of power or as an object of power. It opens the door to a fury of violence and declares all wars to be wars of extermination or, in the conditions of modern society, total wars<sup>26</sup>. But this specific agreement with Maritain's vision of politics did not prevent Aron from criticizing the former's "naïve optimism" regarding the practical realities of rule. It is naïve to expect that a statesman's responsibility towards his community can be fulfilled without resorting to some dubious methods. The good intention of rejecting Machiavellianism is not enough for the statesman who will never have "a free choice of means". The fundamental conditions of political action, as well as human nature's imperfection, combine to deny eternal coherence between efficacy, on the one hand, and moral imperatives, on the other. It is impossible to apply a general moral rule regarding the use of dubious political means. The determination of what separates legitimate from illegitimate force, legitimate from illegitimate deception, depends on the "analysis of particular cases", through a "sort of casuistry of political morality"<sup>27</sup>. It could be argued that the need for determining such delicate borderline only comes out in full force in "extreme situations"; "normal" political life does not evolve around "necessary evils". Aron would agree. But he would point to the sad fact that it is "very difficult to find moments where there are no extreme situations". Furthermore, he would note that to accept the different demands of "extreme" and "normal" situations, regardless of their relative frequency, is tantamount to accepting at least the occasional need for "moderate" Machiavellianism. It is to "moderate" Machiavellianism that the responsible statesman turns to whenever the "extreme" situation arises. The responsible statesman strives to uphold "peace and the good", but he "cannot forget the permanent risk, the risk of destruction"<sup>28</sup>.

---

26 Aron acknowledged that Machiavelli's thought was directly responsible for some of the traits exhibited by "absolute" or extremist Machiavellianism. In particular, Aron was very critical of a philosophy which does not recognize ulterior dimensions of human life other than the political. In Machiavelli's theory "what is essential is not only the amoral consideration of political means, nor the open suggestion of the necessity of immoral means, but the extension of pragmatism to the whole of human reality, thereby reduced to the status of means. Means in view of what? Of the social order, in itself a means of power. But this power of states, towards what does it tend? Having no other end besides itself, does not politics become meaningless?" (*Machiavel et les tyrannies modernes*, p. 82).

27 [René Avrond], "La querelle du Machiavélisme", pp. 391-392.

28 "Sur le Machiavélisme: Dialogue avec Jacques Maritain" in *Machiavel et les tyrannies modernes*, pp. 430-435.

Accepting the priority of the common good is indisputable, as long as it is also accepted that power is an “indispensable condition” of the actualization of the common good. Given the conditions of political action, one must face the necessity of the acquisition of power, as a *subordinate end*, that is to say, subordinate to the ultimate end, the common good of the community. However, the acquisition of power and its exercise call for different political methods in comparison to the political task of creating a just society. Aron knew that the contradiction between the “quality of means” and moral ends is not without risks. “Too often, cynicism at the service of the ideal degenerates in pure and simple cynicism”. This possibility is not to be underestimated, but it does not change the reality of man’s political existence, which never loses its dramatic or tragic character. And yet, this is what gives political life its “sombre greatness”: statesmen act often with the use of means they detest because “they believe themselves to be, in their soul and conscience, responsible for the common destiny”<sup>29</sup>. Perhaps this is what it means to be a “liberal disciple” of Machiavelli<sup>30</sup>.

With these qualifications in mind, let us, then, accept Aron’s invitation to read Machiavelli and let us take seriously the diagnosis of Europe as having little or no *virtù*.

Machiavelli’s *virtù* can be examined through several angles. But I do not wish to go through all of them; that would take me too far. Nevertheless, let me try to offer an analysis of Machiavelli’s *virtù* relevant enough to understand Aron’s comment on Europe. Machiavelli became famous, among other reasons, for radically distinguishing goodness (*bontà*) from virtue (*virtù*). According to Machiavelli, something is called “good” if it is done out of a benevolent, altruistic, and “pure” intention, regardless of what the final outcome is. A “good” deed is done out of concern with moral symmetry between means and ends. To be considered “good” a man must not compromise his ends with dubious means. He must abstract, as it were, from the imperatives of efficacy. To the “good” man, the good is always the most useful and the most convenient. It is only the “bad” man who separates those categories, and then chooses convenience over “goodness”. But as Machiavelli put it “there is such a gap between how one lives and how one ought to live that anyone who abandons what is done for what ought to be done learns his ruin rather than his preservation: for a man who wishes to profess

---

29 [René Avrond], “La querelle du Machiavélisme”, pp. 394-395.

30 See “Machiavel et Marx”, p. 267.



goodness at all times will come to ruin among so many who are not good. Hence it is necessary for a prince who wishes to preserve himself to learn how not to be good, and to use this knowledge or not to use it according to necessity"<sup>31</sup>. The reality of necessity is incompatible with constant and universal "goodness". In the world of necessity to abide by the rules of goodness is to invite disaster. It is the "human condition" itself which forbids that one lives by all the good qualities that the life of goodness demands. In Machiavelli's work, in order to think politically, one "must presuppose that all men are evil and always prone to exercise the malice in their minds whenever opportunity gives them free rein"<sup>32</sup>. In the world of necessity something more adequate and fierce than goodness is necessary. *Virtù* is necessary as a way to respond *affirmatively* to necessity. I think I shall not be very far from the truth if I say that, to Machiavelli, "necessity" may be understood as another word for danger. But perhaps it is safer to say that necessity does not arise without danger<sup>33</sup>. For Machiavelli, *virtù* is the only adequate response to danger. Either danger is opposed by *virtù* or it brings servitude and destruction.

*Virtù* is a sort of practical wisdom, or, to avoid confusion, of *political* wisdom. It is a quality of action. It is in acting that one shows one's *virtù*. But if Machiavelli used the word *virtù* to denote political wisdom in action, then one is forced to conclude that it includes not only proud and brave action, but also deceitful action. Virtuous "princes" are those who can be both the "lion" and the "fox". Whether one should be either the "lion" or the "fox" depends on circumstances. But in order to understand if circumstances demand one or the other animal the ability to read circumstances correctly is required. *Virtù*, then, provides also a hermeneutics of reality. Virtuous princes recognize their occasion or opportunity. *Virtù* is the ability to know the times we live in, to know its opportunities and dangers. *Virtù* not only allows one to correctly see opportunities and dangers but it is also that creative energy (or "vitality") one needs in order to respond to opportunities and dangers<sup>34</sup>. But *virtù*, it has to be said, is neither fury nor war-mongering; it is only the acceptance of war, and of war-like virtues, *when there is no other alternative to war*. Fury is disproportionate, irrational, unambiguously violent, sterile, blind, and barbaric; *virtù* is disciplined, balanced, reasonable, fecund, mindful of consequences, and prudent<sup>35</sup>.

---

31 Machiavelli, *Il Principe*, XV.

32 Machiavelli, *Discorsi*, I.3.

33 *Discorsi*, I.2.

34 *Il Principe*, XVIII, VI; *Discorsi*, II.13, 29.

35 Cf. *Discorsi*, III.36.

Nevertheless, if danger is, by definition, violent and menacing, and if *virtù* is the only adequate response to danger, then *virtù* is also a disposition for violence, or, rather, for disciplined violence.

Neither of us knows what Machiavelli would have said about contemporary Europe for Machiavelli is not alive. But we all know that Aron regretted contemporary Europe's lack of *virtù*. Is it at least probable that Machiavelli would agree with Aron? No one can give a definitive answer. But we do know what Machiavelli said about the disgraced Piero Soderini. In fact the portrait of Soderini made by Machiavelli captures some of the traits that may be associated with a Europe without *virtù*: "[Soderini] believed that with time, goodness, his good fortune, and benefits to some, he could eliminate envy; (...) he believed that he could overcome those remaining men who opposed him out of envy without any disturbances, violence, and uproar. He did not know that time waits for no one, goodness is not enough, fortune changes, and ill will finds no gift that will placate it"<sup>36</sup>.

In a certain sense, it may be said that Americans today, at the beginning of the twenty-first century, agree with Aron in criticizing Europe's loss of "historical vitality". Indeed, it appears to be one of the great differences between America and Europe. This disparity among members of the same civilization is a remarkable fact, since Aron himself, in the 1970's, was becoming increasingly apprehensive for America's own loss of "historical vitality". Aron asked: "Faced with an increasingly powerful and militant Soviet Union, do the Americans still have the same resolution they did thirty years ago?"<sup>37</sup> In the 1970's both Europe and America seemed to be on the path of "decadence", although in different degrees. This means that in the last thirty years great changes occurred in America, if not in Europe. Europe, both the "Old" and the "New", still stands for more or less the same abstract principles that America also shares; both have more or less the same strategic interests. That is why, in spite of everything, America and Europe are still allies, not enemies. But Americans tend to see Europeans, at least the "Old" Europeans, as lacking in *virtù*, or in resolve to act. If one looks at both sides of the Atlantic dispassionately, it is easily noticed that American self-confidence in what respects the willingness and ability to rise up to the challenge of its enemies is in much better shape than Europe's. One sees the virtue of patriotism being cultivated in America in a way that astonishes many Europeans. But

---

<sup>36</sup> Discorsi, III.30. See also, III.3.

<sup>37</sup> In Defense of Decadent Europe, preface to the American edition, p. xix.

patriotism is precisely that quality which makes concrete citizens out of men. Patriotism deepens the distinction between the citizen and the stranger, especially if the stranger is identified as an enemy. It is in need when the occasion for collective action arises and when sacrifices are demanded. Patriotism is one of those “ideas or prejudices that hold a community together”; it cannot lose its strength without undermining the “capacity for collective action”<sup>38</sup>. On the other hand, Europeans tend to denounce America’s so-called *virtù* as plain *hybris* bred by excessive power. Europeans tend to see America’s self-assertion, not as a sign of “historical vitality” – which would be tantamount to admitting their own inferiority – but as a dangerous form of collective selfishness coupled with an incomprehensible thirst for power. To Europeans, patriotism is much more ambivalent a virtue than it would appear to Americans. Be that as it may, it is difficult not to recognize that Europe wishes to dismiss the need for *virtù* in a way that America does not. In this particular sense, it may be said that America of today is better prepared than Europe to fight off “decadence”.

The loss of “historical vitality” has an immediate political consequence, which is the loss of resoluteness, or the ability to choose decidedly. According to Machiavelli, “the worst quality that republics have is irresoluteness, so whatever course of action they take, they do of necessity; and any good that happens to be done to them they do out of necessity and not out of their wisdom”<sup>39</sup>. In politics, as in life, there is no such thing as a non-choice; even when we refuse to choose we are already choosing. But Machiavelli was trying to warn us that the tendency to not choosing, or delaying choice until there is no alternative, is fatal. Sometimes we hate the exclusiveness of a given choice, that is, the fact that by deciding on a given course of action one excludes other possible courses of action. In this case, according to Machiavelli, the worst to be done is to try to have it both ways, that is, to try to come up with an irresolute course of action which apparently does not exclude other ends. But to decide thus is just another manifestation of irresoluteness. One recalls Aron’s admonition of Europe’s policy during the 1970’s of remaining America’s allies and engaging the Soviet Union in a friendly relationship. One could say in a Machiavellian way that Europe’s policy could only incur the suspicion of its ally and the scorn of its enemy; the former was beginning to lose its trust and the latter would never feel respect towards countries in which a structural weakness could be detected<sup>40</sup>. Decisions of this sort, Machiavelli would say, “arise either from

---

38 Memoirs, p. 423.

39 Machiavelli, Discorsi, I.38.

40 Compare Discorsi, II.14.

weakness of courage and armed forces or from the ill will of those who have to decide”<sup>41</sup>.

Machiavelli famously recommended a remedy for the “renewal” of political communities threatened by “decadence”. According to him, a republic “has to be taken back frequently towards its beginnings/principles”. Machiavelli wished to indicate the need for a polity to be taken back toward its “origins” in order to accomplish its own renewal. To be taken back to its “origins” or “beginnings/ /principles” means to remember the good things incorporated in each polity at its “origins”, and that became inscribed as “principles”, and then re-enact that remembrance. Moreover, Machiavelli emphasized that, in order to fight off “corruption” or “decadence”, the return to the *principio* must mean the regaining of the awareness of danger. Because the memory of danger dies out, it has to be recovered politically. Otherwise, forgetful men will become “idle” men<sup>42</sup>. Does contemporary Europe need to be taken back toward its *principio* in order to regain “historical vitality” or *virtù*? America, it seems, is more willing to be periodically taken back to its *principio*, namely to the principles of its Founding. But Europe is more ambivalent toward its past, among other reasons because its past is much more ambivalent than America’s. According to this Machiavellian rationale, contemporary America seems to retain more easily its capacity for “renewal” than Europe. Europeans are more ambivalent than Americans in what regards the things worthy of being remembered and “renewed”. But Machiavelli makes Europeans despair, for in order to proceed to a return to its *principio* a community, or at least some of its citizens, must already possess some *virtù*. So Europe seems to be trapped between its lack of *virtù* and the lack of will and ability to overcome its loss of *virtù*. Because Europe lacks *virtù* it has little or no “historical vitality”, and, at the same time and for the same reason, it denies itself the remedies to regain “historical vitality”.

For many people, the loss of *virtù* may seem no great loss; it may even appear to be a sign of moral “progress”. After all, we all have renounced heroic politics for a long time. Aron, a thinker of impeccable liberal and democratic credentials, knew that democracy is the only regime that “confesses”, or rather, that “proclaims that the history of states is and ought to be written not in verse but in prose”<sup>43</sup>. In Aron’s

---

41 Discorsi, II.15.

42 Discorsi, III.1, 22. The Italian word *principio* is somewhat ambiguous.

43 Introduction to Max Weber, *Le Savant et le Politique*, p. 23.

thought, this liberal-democratic trait is an immeasurably precious antidote against lyrical or literary politics. It is an important element of soberness in politics, which is a realm of human activity where the interference of “poetry” and “lyrical exaltations” necessarily generates catastrophic effects. But, as Aron argued so many times, liberal-democratic politics is always threatened. The freedoms which our civilization proudly claims need to be defended in order for them to be enjoyed. Freedom needs *virtù*. However, Europe in the 1970’s was “reduced to the enjoyment of its own well-being and freedoms”, since it was “incapable of defending itself” and had “no great plan in common”. Above all, Europe (and also America) was described as a “hedonistic” society, that is, a society of “self-centered enjoyment”. In this sense, “hedonistic” society is a society whereby individuals devote themselves completely to the private enjoyment of their pleasures and pursue their own conceptions of happiness. But because such a society tends to become obsessed with the present moment and “loses interest in the future”, Aron thought that it thereby “condemns itself to death”. In spite of being the motherland of historicism, Europe seems to live in what could be called an “eternal present”: it feels uncomfortable with its past and stands in an indifferent relationship with its future. Ironically, Europe’s common consciousness is averse to *historical* reason whenever it has to face its most urgent challenges. The life in the “eternal present” becomes more fully revealed as the life of the individual enclosed in himself or, in other words, the self-sufficient life in the pursuit of one’s incommensurable conception of happiness. Lost in the absolute moment of the present, Europe asks of someone who questions its capacity for renewal: *what do we have to supply us with the resources necessary for renewal? What is there to renew? In view of what should this putative renewal be accomplished?* These questions become transparent only from the point of view of historical reason. But historical reason is contradictory with life entrenched in the “eternal present”. Hence, the questions remain unanswered. Moreover, they risk becoming unintelligible. A total morality of pleasure and individual happiness, with no regard for “civic virtues” puts, in Aron’s words, “survival in doubt”<sup>44</sup>. Thus understood, “hedonistic” life seems to play the same role in Aron’s concerns as “idleness” plays in Machiavelli’s thought. “Idleness” is the condition of men who are incapable of *virtù*. An easy life without some political effort to *create* habits of sacrifice and duty breeds “idleness”. In order to balance the tendency for “idleness” generated by too easy circumstances,

---

44 In Defense of Decadent Europe, pp. xx, 251; Thinking Politically, p. 247.

other set of circumstances have to be politically created in order to counter those malign effects<sup>45</sup>. “Idle” men are effeminate men; they are easy prey to enemies and tyrants<sup>46</sup>.

*Virtù* is the opposite of “idleness”. Whereas “idleness” makes men weak, *virtù* makes them good defenders of freedom. “Idleness”, then, makes the defense of freedom impossible<sup>47</sup>. And this is precisely Aron’s point. A radically individualistic and hedonistic society not only makes increasingly painful the acceptance of “civic virtues”, but it creates a strongly apolitical environment for human existence. Civic duties, which imply some sacrifice of self-centered enjoyment of private pleasures, are a reminder that man is also a citizen, and that he must be “ready to fight in order to conserve the opportunity to enjoy their pleasures and their happiness”. “Civic virtues”, “civic duties”, and “civic traditions” are an indispensable moral equipment to allow men to become genuine citizens. They are part and parcel of the psychological and moral conditions “required to safeguard the chances for the pursuit of happiness so passionately desired by everyone”. Europe risks becoming, not a political community, which presupposes an understanding of what is common, which presupposes a *common* good pursued through some form of “collective action”, but a collection of private individuals bearers of rights with no duties attached besides the obvious one of paying high taxes. If Europe, said Aron, had become a radically “hedonistic” and “individualistic” society, then “we are both brilliant and decadent”<sup>48</sup>. Either “hedonistic” society integrates some measure of “civic” consciousness, which is a way of referring to the assimilation of the perception of danger, or it will fall. As Machiavelli said, “a people completely permeated by corruption cannot live free at all”<sup>49</sup>. In other words, a decadent people cannot defend its freedoms for very long. Even the Romans in the end “grew sure of their freedom and thought they no longer had any enemies to fear”<sup>50</sup>.

As I have mentioned, many people will not regret the loss of *virtù*. They will consider that it is Europe’s sole moral triumph to live according to other principles or standards. Some Europeans may believe that to think exclusively in terms of “human rights” and “equality” is enough in order to think politically. But that would be their

---

45 Machiavelli, *Discorsi*, I.1, 3.

46 *Discorsi*, I.6.

47 *Discorsi*, II.2.

48 *Thinking Politically*, p. 247.

49 Machiavelli, *Discorsi*, I.16.

50 *Discorsi*, I.18.

mistake: one should not, like Léon Blum before the Second World War, “confuse an abdication with the sign of a new world”<sup>51</sup>. In the conditions of modern democracy, obsession with equality is not only “contrary to the survival of a liberal-spirited society”, but it is also conducive to hostility to the political order as such<sup>52</sup>. This passion for equality is strengthened by an intellectual vogue that seems to be a reaction to “the madness of Hitler’s racism”. As an ideology, it is an extreme response to political extremism of a different variety. In our times, the voice of extreme equality rises up against the brute ideology of extreme inequality. As ideologies, both are blind in the face of constant facts. In the case of the ideology of equality one witnesses the “forgetting that the inequality of individual gifts is the least contestable of all facts”<sup>53</sup>. The obsession with equality forgets that in modern society the relation between equality and hierarchy is dialectic. Modern society puts itself under two great imperatives: to maximize production and to accomplish equality among individuals. Equality is the “supreme norm”, but the other purpose of conquering and mastering nature renews the need for hierarchy and discipline. On the other hand, modern society is still a *political* society. Now, the political problem is founded on “two constant facts”: the physical and intellectual inequality among individuals and the necessity of “discipline in collective action or existence”<sup>54</sup>. Thus, obsessive concern with equality is a form of (conscious or unconscious) denial of the conditions for the accomplishment of the tasks that modern democratic – that is, egalitarian – society sets for itself. But because some of those conditions are common to *all* decent political orders, one may say that the obsession with equality goes against the grain not only of modern society’s demands, but also of every *political* community.

But there is another obsession shared by both Americans and Europeans: the obsession of “the need to defend human rights”. Aron read this obsession as another means to stop thinking politically, as a way to avoid the political, to escape from it. To think solely in terms of human rights is to avoid the typical political reasoning of examining which *political regime* best protects human rights<sup>55</sup>. To think solely in terms of human rights is an expression of that desire for immediacy so dear to modern

---

51 *Memoirs*, p. 98.

52 *In Defense of Decadent Europe*, p. 246.

53 *Peace and War*, p. 753.

54 Cf. *Les désillusions du progrès. Essai sur la dialectique de la modernité*, (Paris: Gallimard, 1969), pp. xxiii, 21, 14, 10.

55 *Thinking Politically*, pp. 241-243.

democratic societies. On this particular subject, Pierre Manent has been one of the most profound writers. It is probably no coincidence that he was also a student of Aron's. According to Manent, the reigning understanding of equality and human rights in modern democracy makes the political order resemble the state of nature. If we take what the several conceptions of the state of nature had in common, we conclude that the state of nature can be defined by a "state of independence, freedom, and equality". But modern democratic man wants to be independent, free, and equal. He desires the "immediacy of experience", or to put it more rigorously, he desires the immediacy of his particular, individual experience. He wants to be free and equal in order to be able to live the experiences of his particularity with the minimum amount of mediation. Modern democratic society seems to exist solely to protect this individual desire. Any other ends or purposes that go beyond the protection of this desire are interpreted as being unnecessary and illegitimate demands on individual existence. That is why modern democratic man affirms his "independence" *against* the political order. "Humanitarian" politics, with its exclusive emphasis on equality and rights, is a kind of politics that wants to make the political disappear<sup>56</sup>. The contractarian variant of liberalism, both the old and the new, is oblivious of the fact that it is not the agreement of individual wills that generates society. In fact, any agreement of individual wills presuppose the existence of society, of something common in which human beings develop the necessary abilities and habits for agreements to occur. And contractarian liberalism avoids the question of knowing where the objects of agreement come from. Society, understood as a common historical space where the contents of life gain substance and consistence, is essentially the living *together* of men who relate to each other through speech, and who make this living together a subject of their speech. Aron thought that particularly in Europe this apolitical conception of democratic society was reaching a very dangerous point. "Europe must remember that individuals in a democracy are at once private persons and citizens", and that "our civilization, to the extent that it is a liberal one, is a citizen's society and not simply one of consumers or producers"<sup>57</sup>. Before the Second World War, Aron wrote that Europe "recognizes the particularities of expressive creations and of individual existences, at the moment when it threatens to destroy unique values"<sup>58</sup>. Aron showed

---

56 Pierre Manent, *Cours Familier de Philosophie Politique*, (Paris: Fayard, 2001), pp. 227, 335-336.

57 *Thinking Politically*, p. 248.

58 Quoted in *Memoirs*, p. 81.



us that this problem is not accidental. It is derived from a certain conception of human life, including political life, congenial to Europe's temper. But he also demonstrated that this problem is not a historically neutral question; it is a *threat* to some of Europe's most precious goods.

As Aron saw it, the West at the beginning of the 1980's faced a most subtle challenge: the "danger" came, not so much from the "totalitarian temptation", but rather from the "exorbitance of liberal ambitions", and the "impetuosity of egalitarian demands"<sup>59</sup>. The problem was (and is) both political and intellectual. For political thought that rests *exclusively* on the concern with equality and rights is really not *political* thought; for it is a way of thinking which avoids the political, and examines individual existence without concern for individuals' relations to each other. Most importantly for our purposes here, this way of thinking is a way to avoid facing danger. It constructs an ideal of "citizenship" (conceding that the word makes sense in this context) that abstracts from the political conditions of human existence and wants to make this abstraction a concrete reality. It is a way of thinking that forbids the question concerning danger. Aron would never forget what his former teacher, Léon Brunschvicg, had told him: "Fortunately my political opinions have no consequences". In these words, Aron read a symptom of weakness, or maybe even of intellectual duplicity. To Aron there was no alternative: "it is easy to think about politics, but on one condition: recognition of and submission to its rules"<sup>60</sup>.

---

59 In *Defense of Decadent Europe*, note H, p. 284.

60 *Memoirs*, p. 96.



# Empresas Militares

Jorge Silva Paulo

*Capitão-de-Fragata. Professor de Economia da Empresa*

## Resumo

Os europeus têm cada vez mais fins e tarefas a que afectar os seus recursos, e a competição sobre os mesmos e a menor percepção de ameaças aumentaram a escassez sentida pelos militares, que passaram a ter de fazer missões de gestão de crises e apoio humanitário (Missões de Petersberg), quando a defesa do estado contra ameaças externas é a vocação natural das FA, meio polémico e economicamente ineficiente de efectuar aquelas missões. A eficiência económica será mais bem servida por contratos com privados para missões com baixa intensidade de violência, mas pondo em causa o dogma weberiano de monopólio da violência legítima do estado. Este dogma já foi superado em funções de segurança interna, com uma adequada e sólida regulação, com ganhos consensuais; pode assim inspirar a mudança no nível externo, que passa por incentivar a criação e sustentabilidade de empresas de serviços de segurança e defesa, substituindo o modelo incerto e desregulado de recurso *ad-hoc* a mercenários ou empresas de fachada. Existe um mercado de serviços de segurança e defesa, com oferta e procura, ainda que não seja claramente reconhecido, e ele pode servir para melhorar a afectação de recursos na Europa, desde que seja bem regulado e funcione onde tem vantagem sobre as FA.

## Abstract

*The tasks to which the Europeans are assigning their resources are growing, and the competition on them and a lesser perception of threats have increased the scarcity felt by the military, who are now asked to do crisis management and humanitarian relief tasks (Petersberg Missions), unlike state defense against external threats, the primary concern of the military, a contentious and economically inefficient resource to employ in many of these tasks. Economic efficiency may be better served by contracting with the private sector tasks with low intensity of violence, albeit at the cost of the weberian dogma of the state monopoly of legitimate violence. This dogma has been superseded in internal security tasks, with an adequate and solid regulation, whose gains are consensual; it can thus inspire a change on the external level, by incentivating the creation and sustainability of private security and military firms, replacing mercenaries and false firms as the supply in the market. The market of security and defense exists, it has supply and demand, although it is not widely acknowledged, and it can help improve the allocative efficiency in Europe, as long as it is well regulated and works where it has advantage over the military.*



## Introdução

São cada vez mais escassos os recursos financeiros e as pessoas necessários para realizar operações militares, o que exige cada vez maior eficiência na sua afectação. As sociedades modernas têm cada vez mais fins, objectivos e tarefas a que afectar os seus recursos, gerando uma intensa competição sobre os mesmos, que são sempre finitos e, por consequência, escassos. Não é nova a competição por recursos escassos, mesmo nas funções básicas do estado - é velho o “dilema da manteiga e dos canhões”. Novas serão a intensidade da pressão concorrencial sobre os recursos a afectar às Forças Armadas (FA), pela falta de ameaças percebidas pela população na Europa, e sobretudo as soluções tecnológicas e jurídicas para necessidades antigas, em geral cada vez mais caras.

É neste enquadramento de fundo que tem de ser vista a questão actual da privatização da violência legítima, cristalizada no recurso a empresas militares e de segurança, pelos governos, para desempenhar funções que é tradicional associar apenas ao estado. De tal modo é assim, que o seu antecessor, o mercenário, embora tendo uma tradição mais longa do que as FA nacionais, tem hoje uma conotação negativa, devido a factos com poucas décadas.

Neste artigo analisa-se esta questão, recorrendo em larga medida ao raciocínio económico, e numa perspectiva positiva. Conclui-se com a proposta de considerar o emprego destas empresas, em vez das FA nacionais, em missões de baixa intensidade de violência - de gestão de crises e de manutenção de paz -, sujeitas a uma regulação realista, mas que será desejável criar.

## As Forças Armadas: uma solução racional e económica para a defesa

Existe um espaço legítimo para as empresas militares no mundo actual. Para o provar, há que entender a natureza das FA nacionais, matéria que se explora a seguir.

*Preferência por soluções nacionais<sup>1</sup>*

A defesa tem as propriedades de **bem<sup>2</sup> público<sup>3</sup>** (de **não-exclusão<sup>4</sup>** e de **não-rivalidade** ou **indivisibilidade<sup>5</sup>**), o que justifica a provisão pelo estado, devido ao **problema da boleia<sup>6</sup>**, ou **borlismo**. Dado que são os cidadãos de um estado que procuram e usufruem da defesa é justo que sejam eles a suportá-la, o que fazem pelos impostos e pela conscrição.

Entretanto, a defesa pode ser produzida por operações militares, as quais são específicas, complexas e envolvem altos riscos; basta isso para tornar muito oneroso e difícil, se for viável, formar bons contratos para o efeito com privados, ou estados estrangeiros, todos com interesses e preferências próprios, pois:

- Está em causa a sorte e o futuro duma sociedade, valores quase absolutos. A remuneração pedida por quem defenda outros medir-se-á em território, incluindo

---

1 Segue de perto Paulo (2002) pp. 33-52.

2 Não necessariamente por ser tangível, mas por ser procurado e apreciado pelas pessoas. Por analogia, define-se mal público com as mesmas propriedades do bem público, só que é activamente rejeitado (isto é, merece procura negativa) pelas pessoas; cf. Samuelson, Nordhaus (1992) p. 377. Contudo, dada a natureza intangível, a defesa é um serviço e não um bem.

3 Os bens privados gozam das propriedades opostas: são divisíveis e é possível excluir do consumo individual quem não o pague. Note-se que não é por servir a muitas pessoas que algo se torna em bem público: os bens públicos distinguem-se dos privados pela natureza objectiva das características dos bens e não pela utilidade que dão às pessoas; assim, a evolução tecnológica pode fazer com que bens públicos deixem de o ser; cf. Barbosa (1997) pp. 11-12. Por exemplo, o pão serve à grande maioria das pessoas, não é bem público puro nem impuro, mas privado: é divisível, o consumo por uma pessoa exclui o de outra e é possível pagar o consumo individual.

4 Não é comportável excluir do seu consumo quem não pague directamente por eles; por isso, a defesa é (em geral) suportada por impostos. Cf. Barbosa (1997) p. 9.

5 Uma vez disponíveis para consumo por uma pessoa, podem ser consumidos por mais sem nenhuma perder por isso; isto é, é zero o custo marginal de servir mais um consumidor, e que se mantém até haver congestionamento; cf. Barbosa (1997) pp. 8-10. Este critério é muito restritivo, o que lhe retira utilidade prática; por isso, mesmo em análises teóricas, tende a aliviar-se definindo-se bens públicos puros e bens públicos impuros - estes servem uma grande parte do publicum, mas não todo. A defesa será um dos bens públicos menos impuros que há.

6 O problema da boleia consiste em usufruir dos benefícios de um produto sem suportar os custos correspondentes. Quem consome sem pagar tem um almoço grátis; mas, dada a escassez de recursos, há sempre quem paga o que é grátis para outros. Consumir à espera que outrém pague será imoral e não deverá ocorrer; mas ocorre e é importante para a manutenção e a coesão de uma comunidade resolver os problemas de boleia que nela ocorrem. Faltam incentivos ao sector privado para produzir bens públicos como a defesa, pois o borlismo torna difícil obter receitas (da venda aos respectivos consumidores) que cubram o custo de produção, e em que os custos indirectos são elevados e muito rígidos à baixa. A produção privada de bens públicos para oferta no mercado faz-se em quantidade subóptima, tornando o mercado uma opção economicamente ineficiente; há uma falha do mercado. Ver Barbosa (1997) p. 28.

riquezas naturais, ou perda de autonomia política<sup>7</sup>, pois sabe que quem procura está disposto a pagar muito.

- Depois, as operações militares exigem a disponibilidade da própria vida. Não há muitas pessoas com essa disponibilidade, pois o risco de morrer reduz a utilidade esperada por quem defenda outros por remuneração terrena, e que a pode tornar inútil; já Machiavelli alertava para o provável fraco empenho dos guerreiros profissionais em combate<sup>8</sup>:

“As [tropas] mercenárias e auxiliares<sup>9</sup> são inúteis e perigosas; e o príncipe cujo governo descansa em soldados mercenários não estará nunca seguro nem tranquilo, porque estão desunidos, porque são ambiciosos, desleais, valentes entre os amigos, mas cobardes quando se encontram frente aos inimigos; por que não têm disciplina [...]; [...] não têm outro amor nem outro motivo que os leve à batalha que o pagamento do príncipe, o qual, pelo seu lado, não é suficiente para que desejem morrer por ele.”

E mais à frente<sup>10</sup>:

“Estas tropas [dos aliados] podem ser úteis e boas para os seus senhores, mas para quem as chama são quase sempre funestas; posto que, se perdem, ficam derrotados, e se ganham, ficam seus prisioneiros. [...] Conclui-se daqui que todo aquele que não queira vencer não tem mais do que servir-se dessas tropas, muitíssimo mais perigosas do que as mercenárias, porque estão perfeitamente unidas e obedecem cegamente aos seus chefes [...]. Por isso, todo o príncipe prudente [...] preferiu perder com as suas [tropas] a vencer com as outras [aliadas] considerando que não é vitória verdadeira a que se obtém com armas alheias.”

E, por fim<sup>11</sup>:

“Porque não há nada melhor para conservar - se se quer conservar - uma cidade acostumada a viver livre do que fazer com que seja governada pelos seus próprios cidadãos.”

---

7 Não tem que se tratar de perda de independência ou de soberania, cristalizada na perda dos símbolos formais da nação (como a bandeira ou o hino nacional); basta que os dirigentes tenham que consultar outra entidade externa antes de tomarem as suas decisões.

8 Cf. Machiavelli (1996) p. 77 (tradução livre).

9 Machiavelli chama auxiliares às tropas dos aliados.

10 Cf. Machiavelli (1996) pp. 82-83 (tradução livre).

11 Cf. Machiavelli (1996) p. 54 (tradução livre).

Em contrapartida, a decisão de arriscar a própria vida pode custar menos caso se baseie no patriotismo ou na fé religiosa, cuja 'remuneração' não é terrena, e pode ocorrer só após a morte<sup>12</sup>.

A contratação da defesa a aliados de circunstância pode ainda trazer custos no longo prazo, pois quem preste serviços a um estado numa ocasião pode vir a prestá-los a um vizinho noutra, e pode passar-lhe informação vital que colocará o primeiro em risco; se for possível em tempo útil, uma política de defesa e de redução do risco pode sair muito mais cara do que a auto-suficiência.

Enfim, o modelo da nação em armas apela ao povo para a defesa do que é seu, e faz sentido - ainda que seja discutível - defini-lo como um sacrifício (um custo distribuído por todos), a favor do bem-comum. De resto, custa mais (em sentido lato) remunerar terceiros pela produção da sua defesa do que ter FA nacionais (apenas profissionais ou recorrendo à conscrição); por isso, a maioria dos estados entendem que a provisão da defesa nacional, pública e por nacionais, é mais económica<sup>13</sup>.

#### *Produção pública verticalmente integrada*<sup>14</sup>

A integração vertical - isto é, a unidade de produção e direcção - na realização de operações militares, por oposição à aquisição descentralizada de serviços individuais no mercado, é uma questão afim da anterior e a considerar neste âmbito<sup>15</sup>.

Muitas organizações adquirem no mercado de produtos acabados (*off-the-shelf*) ou caso-a-caso por **contratualização** (*outsourcing*<sup>16</sup> ou *contracting-out*<sup>17</sup>) os recursos de que necessitam para as suas actividades produtivas, pois os **custos de transacção**<sup>18</sup> e os **custos**

---

12 Note-se, contudo, que está implícito um cálculo racional, de custos e benefícios individuais.

13 Embora poucos estados tenham capacidade suficiente para opor-se a ameaças e reduzirem riscos que concluem existirem; a grande maioria suprirá as lacunas por contratos com entidades privadas ou por meio de alianças.

14 Segue de perto Paulo (2002) pp. 33-52.

15 Ver a descrição do modelo hipotético de obtenção descentralizada de defesa, proposto por Abba Lerner em 1942 em Hitch McKean (1960) pp. 221-224. Embora indirectamente, a presente subsecção analisa as debilidades do referido modelo descentralizado, aliás nunca colocado em prática.

16 Aquisição de serviços no exterior da organização.

17 Contratação com entidades privadas de serviços antes prestados pelo estado.

18 Custos de colocação ou obtenção dos produtos no mercado: "search and information costs, bargaining and decision costs, policing and enforcement costs", cf.Coase (1960) p. 6. Na defesa, os custos de transacção



de agência<sup>19</sup> devidos aos contratos a fazer com os fornecedores superariam os custos da produção interna<sup>20</sup>:

*"[...] although production could be carried out in a completely decentralized way by means of contracts between individuals, the fact that it costs something to enter into these transactions means that [organizations] will emerge to organize what would otherwise be market transactions whenever their costs were less than the costs of carrying out the transactions through the market. The limit to the size of the [organization] is set where its costs of organizing a transaction become equal to the cost of carrying it out through the market."*<sup>21</sup>

A eficiência na afectação de recursos e o ganho na contratualização exigem dos contratos:

- Muitíssimo pormenor, explicitando clara e inequivocamente resultados a obter, controlos e limites a observar, prémios e penalidades.
- Complexidade, porque está em causa a aplicação da violência sobre pessoas.
- E falta de uniformidade, pois têm de ser específicos para cada operação.

Ou seja, bons contratos terão de ser completos, claros e à medida do cliente – e, no caso da defesa, muitíssimo difíceis de conceber previamente; por isso, as alianças fazem-se com estados com valores civilizacionais e culturais afins, e que assegurem uma relação boa e duradoura.

Além disso, a negociação desses contratos envolve discussões entre as partes, cuja duração e dificuldade é mais do que proporcional à complexidade da matéria; isso faz com que os custos de transacção excedam o somatório dos custos individuais dos contratos<sup>22</sup> (as organizações que os têm de negociar e gerir são mais complexas e mais difíceis de coordenar, logo mais caras).

---

são os custos da procura e da remuneração dos fornecedores, e os custos de especificação e negociação dos contratos. Para uma caracterização mais detalhada, ver Williamson (1985).

19 Custos de acompanhamento, inspecção e solução de conflitos sobre os contratos.

20 Na análise económica, estas comparações fazem-se sobre extensos períodos, como o longo prazo e ciclo-de-vida, e inclui todos os custos e benefícios relevantes, e não só aqueles inseridos numa dotação orçamental.

21 Cf. Coase (1960) p. 6.

22 Devido à Lei dos Grandes Números; cf. Barbosa (1997) pp. 31-36 e pp. 39-41.

Também os custos de agência crescem mais depressa do que o número de contratos, com a agravante do **risco moral** (*moral hazard*<sup>23</sup>); de facto, mesmo que a rivalidade entre fornecedores limite os preços, os custos de agência podem não baixar, devido ao risco moral, sob a forma de **oportunismo pós-contratual**<sup>24</sup>. Para evitar que o fornecedor abuse da sua vantagem é necessário fiscalizar apertadamente as suas actividades, com elevados custos; no fim, a fiscalização pouco se distingue da realização das operações pelo cliente-contratante, que é o que este visa evitar.

Para baixar os custos de transacção e de agência há que reduzir o número de contratos: só um contrato com um fornecedor (*prime contractor*), que aceite ser responsável por subcontratar e integrar os vários serviços especializados e os bens intermédios. Isto é, o povo delega nos órgãos do seu estado (de direito democrático) a responsabilidade de organizar e dirigir as suas FA, como entidade unitária nacional, para que elas o defendam de ameaças externas (mesmo que planeadas e concretizadas internamente, terão, no mínimo, um forte apoio externo<sup>25</sup>), através de operações militares; raramente um povo confia a sua defesa a estrangeiros, ou descentralizada-

mente. Além disso, quando, como no caso da defesa, existem elevados riscos e incerteza, activos humanos específicos e valores superiores, a unidade e o **poder de direcção**<sup>26</sup> são vitais. A maior qualificação das pessoas pode permitir realizar actividades mais complexas e até com alguma autonomia, mas é sempre essencial existir quem, desde um centro de informações e tomando em conta os impactos das actividades, actualize os objectivos, reduza a incerteza de quem executa e assuma a responsabilidade pelos resultados, perante o nível superior de decisão e, em última análise, perante o povo, de quem deriva a legitimidade para a actuação em causa<sup>27</sup>:

---

23 “O problema do *moral hazard* aparece quando existe informação assimétrica e [...] diz respeito ex-post à celebração do contrato, em que uma das partes tenta esconder ou manipular uma das características do bem (ou serviço) para seu benefício ou exerce um comportamento que pode ser prejudicial para a outra parte. Por outras palavras, o problema do *moral hazard* surge quando as probabilidades dos eventos podem ser influenciadas pelas acções do agente”; cf. Mateus, Mateus (2002) p. 655.

24 Assumir uma postura cobarde, como sugeria Machiavelli, com o efeito de aumentar a duração do contrato.

25 Uma localização externa ou à distância é essencial para que quem ameaça possa efectuar um planeamento menos sujeito a observação e potencial esvaziamento pelos alvos.

26 “O poder de direcção consiste na faculdade de o superior dar ordens e instruções, em matéria de serviço, ao subalterno”; cf. Amaral (2000) p. 641; e acrescenta que este poder é “inerente ao desempenho das funções de chefia” (p. 642).

27 Cf. Drucker (1997) p. 4.

*“Precisely because there will be so much ambiguity, so much flexibility, so many variations, far more clarity will be needed in respect to mission, values and strategy; in balancing long-range and short-range goals; in defining results. Above all, absolute clarity will be needed as to who makes ultimate decisions and who is in command in a crisis”.*

### *As grandes exceções*

Mas importa reconhecer que há duas grandes exceções: as alianças militares, como a NATO ou com um estado estrangeiro (**islandiização**); e privados<sup>28</sup>. Estes casos trazem a situação de provisão pública e (para o estado beneficiário) produção privada. Pode achar-se chocante admitir sequer o tema<sup>29</sup>, mas basta pensar em estados cujas FA se desagregaram numa guerra civil, para quebrar o dogma e admitir que mercenários ou empresas militares poderão ser a única forma de pacificar regiões nas quais governos estrangeiros não queiram intervir.

### *A mudança*

Depois de a guerra ter começado pelo combate corpo a corpo, no qual era essencial a bravura e a capacidade físicas, a necessidade de reunir e articular muitos combatentes criou necessidades de coordenação e comando, e exigiu a **divisão do trabalho**, a fim de aproveitar a **vantagem comparativa**<sup>30</sup> dos actores. Com esta, e a necessidade de aprofundar técnicas e aumentar a eficácia e a eficiência das actividades bélicas, surgiram a especialização e a profissionalização<sup>31</sup>. A profissionalização e a correspondente remuneração das actividades bélicas atingem um ponto alto na Europa do século XVIII, marcada pelo conceito de soberania dos estados, governados por monarcas absolutistas<sup>32</sup>:

28 É ‘privado’ para um estado, pois um estrangeiro, neste contexto, também não visa os seus fins comuns e gerais.

29 Nesse sentido, ver Silverstein (1997); Wrigley 1999); Markusen (2001); Leander (2002a); ICIJ (2002a); ICIJ (2002b).

30 Para a caracterização deste conceito, ver Krugman, Obstfeld (1997) pp. 13-35.

31 Ver Rapoport (1974) p. 211.

32 Cf. Rapoport (1974) p. 217.

*“To the monarchs, war was a normal, legal instrument in pursuit of specified, limited goals. To the generals it was the practice of a profession. Civilian populations were little involved (patriotism had not yet been invented).”*

O modelo dos **mercenários**<sup>33</sup>, ou profissionais *free lancer* da guerra, tem custos, pecuniários e não só, significativos, dado que o seu treino e manutenção eram caros, e a colecta de impostos era reduzida. Mas era a norma até ao século XIX<sup>34</sup>, e muitos estados os usaram<sup>35</sup>:

*“England, France, Germany, Switzerland, Ireland, Canada, the United States, Japan, China, Mexico, Chile, Greece, and a host of others all had their emerging national destinies shaped by mercenary soldiers.”*

Em especial, ficaram muito famosos os *condottiere* das repúblicas italianas contemporâneas de Machiavelli, e no qual este se baseia para tirar as conclusões abaixo citadas. E ainda é famosa, hoje, a **Guarda Suíça**<sup>36</sup>:

*“The Pope is protected by the Swiss Guard, the evolution of a regiment hired in 1502 to fill out the forces of Pope Julius II.”*

A Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688) e, sobretudo, a Revolução Francesa (1789) e as Guerras Napoleónicas (1793-1814) politizaram e difundiram causas<sup>37</sup> pelas massas. A lealdade a estas causas e ao seu país, o **patriotismo** ou **nacionalismo**, deram origem ao direito e ao dever de cada um defender a sua pátria, a sua nação e o seu estado; esse direito e esse dever tornaram-se factores mobilizadores das populações<sup>38</sup>:

*“[...] the year 1792, and the country France, might be set as its date and place of birth [of nationalism]. For it was the French Revolution that established the People as a self-conscious unit; foreign attack upon the Revolution created the Nation in arms [...]”*

---

33 “O militar que se alista numa força armada, fora do seu Estado ou Nação, mediante retribuição estipulada por contrato”; cf. Mercenário, VELBC (1972); vol.13, col. 371.

34 Para uma narrativa crítica de vários casos, desde a Antiguidade Clássica aos nossos dias, ver Schelling (1966); Fawcett, editor (1999); Davis (2000); e Singer (2003).

35 Cf. Davis (2000) p. 172.

36 Cf. Singer (2003) p. 27.

37 Como a ideia de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, de “la patrie”, ambas em França, e de “volk” na Prússia.

38 Cf. Herz (1951) p. 68.

A **nação em armas**<sup>39</sup> passou então a constituir a principal fonte (e também a mais barata, pecuniariamente) de recrutamento de militares<sup>40</sup>:

*“Above all, because the French soldier was not a product of many years of arduous training designed to inhibit his natural reactions, he was more expendable. Bonaparte’s armies could be continually and quickly replenished.*

*Bonaparte was defeated when the patriotic fervor of other populaces was awakened and turned against him, [...]”*

Porém, Machiavelli já defendia no século XVI a superioridade da ideia de nação em armas<sup>41</sup>:

“[...] um principado ou uma república devem ter as suas milícias próprias; que, num principado, o príncipe deve dirigir as milícias em pessoa e exercer o cargo de comandante; e nas repúblicas, um cidadão; [...]”

A invenção do patriotismo ‘democratizou’ a guerra, ao torná-la (apesar dos pacifistas) uma questão da nação: esta intervém não só no combate mas também na preparação, planeamento e apoio logístico – daí a ideia de **guerra total**. Neste quadro, apesar de ser a excepção histórica, a nação em armas satisfaz bem os requisitos que lhe deram origem.

Claro que a conscrição tem gozado da preferência de muitos governos, porque, para eles, é pecuniária e orçamentalmente mais barata – a remuneração dos conscritos é mais baixa do que a dos profissionais –, e mais simples – procurar e recrutar voluntários tem um grau de incerteza que o recrutamento obrigatório elimina. Mas a análise de custos-benefícios deve considerar mais do que as dotações orçamentais directas, para incluir todos os custos e benefícios sobre a sociedade.

39 Modelo assente no recrutamento obrigatório e na exclusão de estrangeiros para as FA, de acordo com o princípio de que quando existem ameaças à segurança de um país – ou santuário – devem ser, por direito e por dever, os respectivos cidadãos a tratar da sua defesa.

40 Cf. Rapoport (1974) p. 218.

41 Cf. Machiavelli (1996) p. 78 (tradução livre). “Na tradição, o maquiavelismo ficou a designar o conjunto de procedimentos amorais que visam adquirir e manter o poder, e o próprio analista adquiriu a imagem da amoralidade. Não parece justa esta consequência, porque Machiavelli distinguiu aquilo que lhe parecia a realidade da competição política, da apologética que também faz a favor de um Estado constitucional, com divisão e equilíbrio de poderes [...]”; cf. A. Moreira (1997) p. 28.

A nação em armas retirou espaço ao mercenário, que se tornou apenas num combatente por conta própria ao serviço duma organização militar distinta das FA do seu país<sup>42</sup>; à luz de certos instrumentos de direito internacional (ver abaixo) isto passou a ser um modelo ilegítimo de uso da violência. Os conscritos e os militares podem ser bem remunerados, e serem tão ou mais repugnantes ou violentos que os mercenários, mas o seu mau nome actual deve-se às acções de alguns, especialmente mas não só nos anos 1960-70<sup>43</sup>, contra a autodeterminação de povos e apoio a ditaduras, por vezes contra as FA dos seus próprios estados de origem, envolvendo um grosseiro desrespeito dos direitos humanos, e pela sua colaboração em ingerências nos assuntos internos de estados<sup>44</sup>. Contudo, é de notar que estas acções se dão no contexto da Guerra Fria.

Mas esta trouxe a mudança dos requisitos do uso da violência na política (a defesa da pátria, da nação que sobre ela vive e do estado): hoje, incluem a intervenção onde a vida humana esteja a ser destruída em massa, ou haja grande probabilidade de vir a ser. Não custa imaginar que danos ecológicos venham a constituir razão de intervenção pela violência num futuro próximo.

Acresce ainda que, apesar do seu fim pacífico, as novas missões são muito mais onerosas do que pode parecer, e não deixaram de ter custos humanos. E se as pessoas afirmam em sondagens que é necessário 'alguém' acorrer a resolver crises humanitárias e guerras civis, poucas mostram compreensão e tolerância com os custos humanos, especialmente se forem sociedades distantes e pobres<sup>45</sup>. Se é possível detectar algum egoísmo e dualidade de valores nestas posições, não é de desprezar a dificuldade que um governo tem de explicar, a pessoas livres e respectivas famílias (compondo um grupo significativo de eleitores), que fronteiras ou que pessoas vão defender e pelos quais poderão ter que morrer<sup>46</sup>. E não será muito mais fácil explicar e convencer militares profissionais e respectivas famílias, um conjunto também significativo de eleitores,

---

42 Os Gurkha nepaleses e os estrangeiros das Legiões Francesa ou Espanhola não são considerados mercenários pelo direito internacional, pois são membros das FA, respectivamente, do Reino Unido, da França e da Espanha.

43 "When President Mobutu hired Serbian mercenaries to save his government in Zaire in 1997, the Serbs murdered so many Congolese that even the president's loyal army units turned on them."; cf. Davis (2000) p. 182.

44 Cf. O'Brien (2002) p. 8. O mau nome deveu-se às acções de pessoas como o irlandês Mad Mike Hoare, o belga Christian Tavernier, ou o francês, Bob Denard, em guerras civis e golpes de estado em África.

45 Ou se nem for fácil encontrar uma língua geral comum.

46 Para usar a expressiva frase do Professor Adriano Moreira.

e que também tende a ser facilmente referenciável pela comunicação social, por se concentrarem em determinados aglomerados urbanos.

Por outro lado, não custa demonstrar que é economicamente mais eficiente e socialmente menos polémico resolver um conflito antes dele deflagrar em pleno<sup>47</sup>. Mas há intervenções que serão menos onerosas se realizadas por privados<sup>48</sup>:

*“UN intervention in Angola cost \$1 million a day – \$365 million in one year – and achieved absolutely nothing. The South African PMC, Executive Outcomes, charged the Angola government \$80 million over two years and got UNITA to the conference table, putting an end to the war in a matter of months.”*

Ou, segundo outro exemplo que foi amplamente debatido em público<sup>49</sup>:

*“Executive Outcome’s total fee for the nineteen months in Sierra Leone, was \$35 million against more than \$600 million for the current number of troops [of ECOMOG].”*

Como é sabido, não é elevada a eficácia das operações da ONU<sup>50</sup>:

*“From the first disastrous mission in the Congo in 1961 through to the present, [2000] the ‘Blue Helmets’ have yet to end a war.[...]*

*Why have the UN peacekeepers been so uniformly unsuccessful? Because history has shown us quite clearly that soldiers and armies can win battles and defeat their enemies, but they cannot end wars. That must be a political function.”*

Só que a redução dos dispositivos e das despesas militares nos estados ocidentais<sup>51</sup> diminuiu a capacidade das suas FA acorrerem às novas crises, ao ritmo a que elas têm surgido após o fim da Guerra Fria (1990). São problemas a mais para os recursos que as sociedades ocidentais estão dispostas a afectar à sua solução e que os políticos se sentem capazes de defender<sup>52</sup>:

---

47 Ver Brown, Rosecrance (1999) pp. 221-226.

48 Cf. Spicer (1999) p. 23.

49 Cf. Shearer (2001).

50 Cf. Davis (2000) p. 173.

51 Além destes são totalmente excepcionais e circunstanciais os exemplos de outros países capazes de realizar estas missões; importa citar uma dessas excepções: a Nigéria.

52 Cf. Spicer (1999) p. 16.

*“The world’s political leaders are afraid of political or military involvement in the world’s endemic conflicts because they don’t want the bodybags coming home as in Vietnam or, more recently, Somalia, or because they don’t want to take risks or to be blamed if matters go awry, or, rather less creditably, because they simply want to be popular and garner votes at home.”*

Poderá diminuir-se o valor da anterior citação por ter origem numa pessoa com interesses materiais no sector, já as seguintes mostram que esta conclusão tem mais apoio:

*“[...] little evidence suggests that the leading powers will militarily re-engage in regions unless they have strategic importance.”<sup>53</sup>*

*“If the great powers, collectively or individually, are not willing to take up the role of global police in unlikely or unrewarding places, it is equally certain that others will fill that vacuum for good or for ill. In the end, the issue of mercenaries comes down to a question of deciding what kind of world we want and are willing to pay for, both in blood and money.”<sup>54</sup>*

Além disso, o emprego de FA em missões na fronteira entre operações de polícia e operações militares de baixa intensidade é uma forma ineficiente de afectar recursos, já que a preparação, o apoio logístico e de meios materiais muito mais sofisticados das FA<sup>55</sup> são muito dispendiosos e, frequentemente, em total desproporção face às necessidades concretas<sup>56</sup> (como sugere a citação sobre Angola). Sem esquecer que a mobilização das FA das bases para os teatros de operações, dado o volume de equipamento a deslocar e o sistema de apoio logístico a estabelecer, demoram, por vezes até mais do que a situação toleraria.

Tal desproporção poderá até induzir um **dilema de segurança**<sup>57</sup> local: as pessoas afectadas pela crise humanitária (situação típica que justifica uma intervenção militar de

---

53 Cf. Singer (2003) p. 231.

54 Cf. Adams (1999) p. 115.

55 Em linguagem económica, as missões militares (onde o emprego da força tem média ou alta intensidade) são muito mais capital-intensivas do que as acções de baixa intensidade e policiais.

56 Sem dúvida que as situações implícitas nesta análise são muito voláteis e, mesmo quando parece imperar a calma, pode estar em fermentação alguma crise, cuja expansão pode não ser controlável senão por FA.

57 O paradoxo ou dilema da segurança (security dilemma) cuja formulação original se pode encontrar em Herz (1951) e aprofundada em Jervis (1976) e Jervis (1978), consiste em as iniciativas tomadas por uma entidade para aumentar a sua segurança, não deixarem indiferentes os vizinhos: estes formam uma percepção do aumento de protecção da primeira, e concluem se esse aumento só visa a defesa ou se pode ter fins ofensivos; neste caso, procuram armar-se e gera-se uma corrida aos armamentos, ou mesmo um conflito armado. Por exemplo, é de admitir que numa missão de manutenção de paz, as populações locais vejam as forças estrangeiras como uma ameaça, sobretudo quando estas estejam muito armadas e a sua presença seja muito intrusiva - condições estas que são hoje típicas e necessárias para a protecção das FA modernas.



baixa intensidade) podem sentir que as FA, em princípio pacificadoras, são uma ameaça à sua segurança; pensarão que irão resolver pequenos conflitos e erros menores com uso excessivo da força – os militares são treinados para a usar, e não para ser pacientes e confiarem nas virtudes do diálogo – e os meios que têm quase excluem alternativas<sup>58</sup>; e se nada fazem, para evitar a ideia de desproporção de meios face aos problemas, acabam por permitir a desordem e dar espaço aos desordeiros. Além disso, não é fácil expelir a ideia, formada pelos locais, duma força militar ser ocupante.

Há ainda outras mudanças sociais e tecnológicas que forçam a uma evolução:

- O desenvolvimento tecnológico e o nível de sofisticação dos sistemas exigem um nível profundo, mas eclético, de profissionalização para atingir eficácia e eficiência (elevados padrões de desempenho a custos aceitáveis).
- As populações dos estados de direito democráticos não sentem ameaças externas e, ainda mais, duvidam que a defesa nacional se possa fazer longe dela ou preventivamente.
- O avanço das privatizações e da obtenção de bens e serviços fora das FA tem alargado a dependência destas em relação a entidades privadas; de certa forma, era de prever que a privatização chegaria a áreas mais sensíveis da segurança e da defesa.
- Por fim, o colapso dos estados colectivistas e o aprofundamento do estado de direito tem vindo a delimitar mais finamente a esfera de autonomia individual – e, a par, têm vindo a ser postos em causa os pressupostos filosóficos da conscrição. É especialmente difícil de justificar o recurso à conscrição numa sociedade livre e em paz<sup>59</sup>.

## Operações militares por privados

### *O papel tradicional do estado*

A vocação das FA nacionais para defender um estado de ameaças externas, obriga-as a ser capazes de dissuadir e retaliar, até nos mais altos níveis de intensidade da violência;

---

58 Nesse sentido, ver Bronson (2002).

59 Ver Warner, Asch (1995) pp. 373-379; e Paulo (2003).

é essencial não perder de vista que o poder militar resulta da capacidade de infligir custos e causar danos<sup>60</sup>:

*"[...] military force can be used to hurt. In addition to taking and protecting things of value it can destroy value. In addition to weakening an enemy militarily it can cause an enemy plain suffering [...]"*

**Max Weber** e outros<sup>61</sup> reconhecem-no implicitamente, quando consideram que um estado tem como característica constitutiva o **monopólio da violência legítima**<sup>62</sup>:

*"[...] une entreprise politique de caractère institutionnel lorsque et tant que sa direction administrative reventique avec succès, dans l'application des règlements, le monopole de la contrainte physique légitime."*

Nesta lógica, só ao estado deve caber a aplicação legítima da violência: as actividades de milícias privadas, mercenários ou empresas militares (ainda que sejam legais) são consideradas ilegítimas e prejudiciais às sociedades. Esta lógica não se confunde com as visões colectivistas, que afirmam estas posições (excepto quando se trata de grupos amigos, designados de libertação ou opostos ao capitalismo, e à 'globalização'; nestas condições, no passado, como hoje, até pode haver, para estas correntes, mercenários bons - mas com outro nome, politicamente correcto).

### *Os preconceitos do lucro e da privatização*

Também para muitos, privatização e lucros são conceitos que não conseguem associar a FA e a serviços públicos, mais por preconceito do que com razões sólidas<sup>63</sup>. Por isso, é fácil encontrar na comunicação social expressões como 'privatizar é entregar a alguns o que é de todos', nem custará imaginar outras como 'serviços de defesa significa mercenários e mercenários/'soldados da fortuna'/*dogs of war* significa mau. Mas a prática insistente do 'ser' ou do 'dizer alto' não cria o 'dever ser';

---

60 Cf. Schelling (1966) p. 2.

61 Nesse sentido, ver Leander (2002b). Também Joseph Stiglitz defende que os dois elementos essenciais do estado são os poderes de coerção e os fins gerais; cf. Stiglitz (1993) p. 37.

62 Cf. Weber (1995) p. 97.

63 Trata-se de uma discussão fascinante, mas deslocada neste ensaio.

nem devem confundir-se meios com fins: se o que se visa é defesa e segurança, há que procurar a melhor solução com espírito aberto, dentro dos valores culturais e civilizacionais, sem excluir nenhuma dogmaticamente. O facto dos exemplos concretos se localizarem neste ou naquele continente, ou terem algo de inusitado, não deverá obstar a tentar perceber o que está em causa e que méritos e aplicabilidade têm. Seja como for, quem procure provar o contrário não deixa de enfrentar uma audiência adversa<sup>64</sup>:

*"[...] privatized security highlights a clash between some basic deeply-held values. There are tensions between the goals of security and profit, revolving around both (1) whether regime perpetuation or revenue maximization should take precedence and (2) whether coercive force should be a market commodity or a prerogative of the state."*

Contudo, o fim lucrativo é um meio, de eficácia comprovada, para motivar as pessoas e obter eficiente afectação de recursos e crescimento da riqueza; por isso mesmo, cada vez mais pessoas reconhecem a validade noutras organizações de numerosos aspectos da gestão de **empresas**<sup>65</sup>. E isso contribui para afirmar que a privatização tem um lugar na mudança que abaixo se propõe, aliás com um suporte razoável de literatura jornalística, técnica e científica<sup>66</sup>, e propostas sérias<sup>67</sup>:

*"[...] An overall global pattern is emerging, one of growing reliance by individuals, corporations, states, and international organizations on military services supplied not just by public institutions but also by the nonsovereign private market. [...] The emergence of a privatized military industry may well represent the new business face of warfare."*

O *outsourcing*, o *contracting out* e a privatização são políticas que envolveram muitas reacções negativas, mas têm sido assimiladas pelas sociedades, por se reconhecerem os ganhos que trazem. A privatização tem avançado desde os anos 1980 em muitos

64 Cf. Mandel (2000) p. 147.

65 Uma empresa é "uma organização que combina capital, trabalho e técnica para produzir bens e serviços, a fim de serem vendidos num mercado mediante um preço, com vista a obter lucro"; ver Amaral (2000) p. 366.

66 Nesse sentido, ver Micklethwait (1982); Harker (1998); Keegan (1998); Shearer (1998); Zarate (1998); Brauer (1999); Isenberg (1999); Fabricius (2000); Forsyth (2000); Isenberg (2000); Lilly (2000b); Marguin (2000); Mbogo (2000); Schulhofer-Wohl (2000); M.dos Santos (2001); Creehan (2002); HC (2002); Selba, Jobarteh (2002); Smith (2002); Bourge (2003); Fidler, Catán (2003); Sidos (2003); e Singer (2003).

67 Cf. Singer (2003) p. 18.

sectores (na Europa, tradicionalmente dependentes dos governos), por se ter concluído que a produção pelo sector público é, muitas vezes, ineficiente e ou ineficaz.

Também as FA já abandonaram, na maioria dos estados ocidentais, a produção interna de bens e serviços, e a ideia de auto-suficiência, em favor da exploração da divisão do trabalho e dos princípios da vantagem comparativa e da vantagem competitiva – quer dizer, no caminho da eficiência económica. Deixaram de ser contestadas a existência e a legitimidade de mercados de factores, nos quais as FA obtêm recursos para a sua actividade produtiva. Analogamente, já não é contestada a prestação de serviços de segurança de instalações e de pessoas por entidades privadas (em países como a Dinamarca e o Reino Unido, é quase igual o número de polícias e de agentes privados de segurança<sup>68</sup>); já nem as funções das polícias são apanágio exclusivo do estado, se é que alguma vez o foram<sup>69</sup>.

O paralelo com a segurança privada de instalações não pode deixar de ser invocado: a antiga ideia de monopólio da violência legítima no estado (neste caso, através das polícias), há muito que foi quebrada e criaram-se numerosas empresas de segurança de bens e pessoas (sujeitando-as a regulação não-asfíxiante), integrando-as na vida normal das sociedades<sup>70</sup>, e aumentando o emprego. Apesar de ter havido reacções, não se pode dizer que isso tenha causado convulsões nem grave turbulência social, e os problemas que existem com pessoas nessas áreas surgiram, provavelmente, no estado, pois a causa estará mais na natureza violenta das pessoas em questão. De facto, hoje existem unidades militares, até em Portugal, cuja segurança é feita por empresas civis, tão bem e mais barata.

### *Privados em acção*

Por outro lado, sem a privatização da segurança estariam em risco bastantes missões privadas de apoio humanitário, ou a segurança de trabalhadores e instalações de

---

68 A fracção de efectivos públicos sobre o total de agentes de segurança é: EUA, 42%; Reino Unido, 53%; Dinamarca, 55%; Alemanha, 60%; Portugal, 74%; França, 76%; Espanha, 78%; Itália, 86%; e Grécia, 95%. Cf. Beauvau (2002) p. 10.

69 Nesse sentido, ver Beauvau (2002) pp. 10-12.

70 Claro que existem abusos e crimes cometidos por empregados dessas empresas; a sua actividade atrai elementos menos bons da sociedade – como atraía quando ela era realizada pelas APN, já que é delas que tendem a vir tais elementos –, e é por isso mesmo que se requer adequada regulação.

empresas muito expostas, como a exploração mineira<sup>71</sup>. A relação entre ESMP e o apoio humanitário surpreenderá alguns<sup>72</sup>:

*"[...] even when (as is often the case) aid workers and firms dislike to rely on PMCs, the alternative is often not to engage in conflict areas. This is not an option. [...] For 'humanitarians' it would imply that they could not work where they are needed. Consequently, both firms and humanitarians rely extensively on PMCs [...] In the UN system the UNHCR, UNICEF, UNDP, WFP amongst others declare to have used private security services [...]"*

Ou, segundo outro autor com experiência directa<sup>73</sup>:

*"Virtually every major international aid organization now employs its own shadow professionals to organize security and logistics. While the advertising and fund-raising pitch may focus on the noble, neutral, and peaceful efforts of the aid groups in zones of conflict, the reality on the ground is much different. [...]"*

*In Somalia, Rwanda, the Sudan, Ethiopia, and numerous other African states, aid organizations must hire armed guards to defend them both while out in the communities and in their base camps."*

Actualmente, é mais comum a privatização da violência por recurso a mercenários e milícias do que a ESMP, pela flexibilidade que permite, num ambiente de secretismo e clandestinidade<sup>74</sup>. Mas o simples aparecimento das PMC nos anos 1990, sugere uma mudança de fundo sobre o mercenário, *free lancer, ad-hoc*, sem escrúpulos e que combate por uma elevada remuneração<sup>75</sup>.

Tudo isto não significa que se ignorem os riscos, por exemplo, de entidades privadas obterem (e virem a usar!) armas indesejáveis – embora deva ser mínimo, se elas estiverem integradas na sociedade; e dificilmente haverá melhor e mais eficaz motivo de integração do que a busca do lucro, sob regulação.

71 Nesse sentido, ver Lilly (2000a); Singer (2001); e O'Brien (2002) p. 8.

72 Cf. Leander (2003) p. 4.

73 Cf. Davis (2000) pp. 179-180.

74 Houve mercenários montenegrinos, sérvios bósnios, franceses, sul-africanos e angolanos na defesa do regime de Mobutu, no Zaire; cf. Ballesteros (1998). E ainda russos na Etiópia, ucranianos na Bósnia, Kosovo e Chechnia; cf. Kelly (2000).

75 Não é raro que mercenários contratados por governos sejam remunerados com longas e exclusivas concessões de minas de metais preciosos; cf. Douglas (1999) pp. 175-200. Ver também Chatterjee (1997); e Cilliers et al (1999).

*Missões a atribuir a privados*

Em geral, uma entidade deve obter externamente algo de que necessita para a sua actividade produtiva se a produção interna tiver uma razão de custos-benefícios superior; raciocínio que é válido para a obtenção de serviços de segurança e defesa por parte de um estado: este pode obter aqueles serviços por contratos com entidades externas privadas, em vez das suas FA, se estas não oferecerem a melhor relação de custos-benefícios<sup>76</sup>. De facto, as FA tradicionais poderão não oferecer a solução mais económica para todas as missões, porque:

- São meios muito caros.
- Demoram muito tempo (meses) a posicionar-se onde são precisas hoje em dia.
- Estão pouco vocacionadas e treinadas para o uso da força com baixa intensidade; a sua maior vocação é a ocupação de território, ou o combate a um ocupante para o desalojar.

Assim, as pessoas numa sociedade podem melhorar o seu bem-estar, se admitirem que a tese do monopólio da força legítima pode ter uma nova interpretação: ao estado caberá o monopólio da responsabilidade e da provisão da força legítima, mas deixará a sua produção a outras entidades, como **empresas de segurança e militares privadas**<sup>77</sup> (ESMP), quando não estejam em causa a defesa nacional propriamente dita. Não só pode aumentar a eficiência económica, como baixar a impopularidade de algumas missões em zonas distantes e pobres, podendo as baixas ser menos sentidas. Desde que sejam definidos bons contratos (mais fáceis do que em relação à defesa), e sendo bem reguladas, não se vê nada de fundamentalmente errado em que empresas prestem serviços militares a governos legítimos.

As **Missões de Petersberg**<sup>78</sup> ou, na NATO, *military operations other than war* (MOOTW), são tipicamente, missões de baixa e média intensidade, estão na fronteira entre acções de

---

76 Este é o tipo de análise, baseado no modelo de gestão empresarial, que uma empresa faz e que a leva a procurar no mercado certas actividades ou tarefas que não são críticas para o seu processo produtivo. E é também um tipo de análise que pode e deve ser aplicado nas APN para aumentar a sua eficiência, e prestar um melhor serviço aos cidadãos-contribuintes.

77 Também chamadas na literatura Transnational Security Corporations (TSC) e Privatized Military Firms (PMF).

78 Definidas na Declaração de Petersberg da União da Europa Ocidental (UEO) de 19-06-1992. Do nome do hotel-castelo perto da capital alemã (Bonn), onde se realizou a cimeira da UEO, que as sistematizou, e que

polícia e combate, não são fáceis de explicar aos contribuintes (que têm de as suportar) e, sobretudo, aos familiares dos militares envolvidos. E é muito difícil para as populações conciliar estas missões com o conceito de soberania que aprenderam na sua formação básica. Por isso, provavelmente, estão na primeira linha da privatização da violência legítima; julga-se que só o Reino Unido está a estudar sem preconceitos novas opções que passam pelas ESMP<sup>79</sup> para estas missões.

Podem sempre conceber-se e organizar-se FA para desempenhar Missões de *Petersberg* ou *MOOTW*, mas subsiste o problema de serem eficazes e eficientes a desempenhar as suas missões tradicionais – de que não são dispensadas – além das novas; tornar as FA capazes de fazer tudo, torna-as ainda mais caras e ineficiente o seu emprego. Note-se que não se mandam equipas de operações especiais de polícia controlar carros estacionados nas ruas<sup>80</sup>: as suas capacidades superam em muito as necessidades da situação, o seu emprego é caro, e a desproporção traduz ineficiência na afectação de recursos.

Também com as polícias há problemas de eficiência, apesar de estarem mais vocacionadas para missões de apoio humanitário. O problema, neste caso, é que os quantitativos globais do seu pessoal não são dimensionados a contar com este tipo de missões transitórias, logo, o pessoal em serviço no exterior faz falta e gera tensões – e se forem dimensionados para estas missões, sendo transitórias, tem-se pessoal subocupado muito tempo.

A existência e expansão das ESMP num sector dominado pelo estado<sup>81</sup> nos últimos duzentos anos, traduz a divisão do trabalho estratégico<sup>82</sup> neste contexto<sup>83</sup>:

*“[...] countries importing security companies gain quick access, with seemingly no political strings attached, to needed military expertise during a crisis. The contracting country can use and dispose of these services readily without concern for the company's political ambitions or for political favors which may need to be repaid. This 'clean hands'*

---

são: missões humanitárias e de evacuação; missões de manutenção da paz e missões de forças de combate para a gestão de crises, incluindo missões de restabelecimento da paz. Ver nº 2 do artº 17º TUE.

79 Nesse sentido, ver *The Economist* (2002) p. 36.

80 A menos que espere que eles estejam armadilhados ou relacionados com crime organizado; isto é, está em causa uma expectativa de um nível elevado de violência, para o qual as forças normais não estão bem preparadas.

81 Uma base de dados neste domínio consta de Isenberg (1997).

82 Tal como proposto por M. Santos (2001) p. 104, aplicando o conceito de divisão do trabalho estratégico referido entre outros por L. Santos (2001) pp. 141-156.

83 Cf. Zarate (1998) p. 75.

*approach to foreign policy appears dangerous to those who see transparent nation-state accountability as essential to controlling human rights violations and the type and quality of military activity throughout the world."*

E mais à frente<sup>84</sup>:

*"[...] the emergence of security companies represents a new form of state agency which will persist as long as governments need military aid."*

### **Mercado de serviços militares**

Goste-se ou não, há um mercado de serviços militares: a procura é composta por indivíduos, governos e organizações humanitárias, entre outros; e a oferta, por mercenários e ESMP. Sabe-se de 15 contratos de 1950 a 1989 e 80 após 1990<sup>85</sup>, concretizados em África (Angola e Serra Leoa), na Ásia (Papua Nova-Guiné e Indonésia), na América do Sul (Colômbia), e na Europa (ex-Jugoslávia). O mercado será mal regulado, terá mau nome e exigirá uma prudente avaliação dos custos directos e, sobretudo, indirectos e no longo prazo<sup>86</sup>. Mas existe e o seu crescimento sugere que a oferta está a satisfazer a procura (que não é pouca, embora não haja informação disponível sobre a dimensão do mercado ou os valores dos contratos). Falta uma boa e adequada regulação, e que as sociedades interiorizem o âmbito de actuação deste mercado.

Podem optar-se por ilegalizar este mercado e punir os infractores, criando um efeito dissuasor; simplesmente, o mercado cruza as fronteiras dos países e se num é proibido, noutro não o será e a oferta muda-se para outro país menos intrusivo e mais tolerante<sup>87</sup> - e não haverá falta de estados que os aceitem, porque há procura<sup>88</sup>:

*"[...] the security companies market has developed because there is a need for such services in the world. Security companies provide valuable services in restoring order and*

---

84 Cf. Zarate (1998) p. 116.

85 Cf. HC (2002) pp. 28-38.

86 Nesse sentido, ver Lewis (1998); Lilly (1998); Sheppard (1998); Adams (1999); IA (1999); Brooks (2002a); Brooks (2002b); Smith (2002).

87 Não é legítimo ler aqui algum tipo de apoio do autor ao funcionamento de mercados ilegais; o que está em causa é reconhecer um facto, para depois determinar a melhor forma da sociedade lidar com ele.

88 Cf. Zarate (1998) p. 152.



*preventing internal conflicts from becoming international in scope in countries often ignored by the rest of the world."*

De facto, as pessoas têm uma capacidade infinita de imaginar e conceber e tratam de resolver os problemas que lhes surgem dos modos que crêem ser os melhores, dado os constrangimentos e a informação que possuem (racionalidade). Assim, desde que haja procura (existe necessidade), oferta contra remuneração (quem esteja a disposto a satisfazê-la, no âmbito duma troca), e desde que ambas se possam encontrar e acordar entre si livremente os termos da troca, há um mercado - apesar de ser socialmente reprovado ou operar na clandestinidade. Por exemplo, a oferta pode adoptar uma fachada legal à luz da jurisdição em que tem sede, mas realizar discretamente outra actividade, essa sim principal.

Eliminar um mercado que pode oferecer soluções económicas para problemas importantes consome recursos que poderão ter melhores usos alternativos; uma boa parte desse consumo terá de se fazer em fiscalização, para dissuadir e punir os infractores. Uma solução mais eficiente - preferida pelas próprias ESMP<sup>89</sup> - passa por inserir o mercado na economia legal, sob um quadro regulador rigoroso e firme, e que incentive a actividade, sem vantagem para a clandestinidade.

#### *A oferta de serviços militares*

A oferta é constituída por todas as entidades que ofereçam serviços de segurança e militares contra remuneração<sup>90</sup>, e está segmentada e esquematizada na tabela I. Mas convém notar que esta segmentação não obsta a que diversas empresas do sector cruzem os limites definidos e estejam presentes em mais do que um segmento. De notar ainda que a sistematização indicada está orientada para a prestação de serviços fora do estado de sede.

---

89 Nesse sentido, ver SI (1998a) e SI (1998b).

90 Para uma perspectiva histórica, ver Avant (2001) e Berndtsson (2001) pp. 11-13.

Tabela I – Segmentação dos serviços militares

	Mercenários	Empresas de Serviços Não-Letais / / NSP	Empresas de Segurança Privadas / /PSC <sup>91</sup>	Empresas Militares Privadas / /PMC
<b>missões</b>	Todo o leque	desminagem apoio logístico avaliação de riscos	segurança de: missões de ajuda humanitária instalações industriais embaixadas treino	desminagem treino militar combate informações militares
<b>exemplos</b>	<i>Clarchus</i> <i>Condottieri</i> <i>Swiss Guards von Rosen</i>	<i>PA&amp;E</i> <i>Brown &amp; Root</i> <i>ICI of Oregon</i>	<i>ArmorGroup</i> <i>Wackenhut</i> <i>Gurkha Security Guards</i>	<i>Executive Outcomes</i> <i>Sandline International</i> <i>MPRI</i>

Fontes: Fawcett ed (1999); Brooks (2002b) p. 3.

A grande diferença entre mercenários e *PMC* activas situa-se no carácter da sua organização: os mercenários são *free lancers* que se associam para executar um contrato, desfazendo-se o grupo no fim, sem responsabilização; as *PMC* deverão ser sujeitas a regulação e ser permanentes (não têm duração definida *a priori*). Depois, a integração das *PMC* na legalidade levá-las-á a evitar oferecer e evitar prestar, os seus serviços a clientes (estados e movimentos revoltosos) que não sejam reconhecidos internacionalmente. A sujeição ao direito e a procura duma regulação justa são meios de obter a respeitabilidade, que não abunda em relação aos mercenários, e que podem assegurar a longevidade do mercado, com mais baixos riscos e custos.

É razoável assumir que as *ESMP*, como empresas e, por consequência, terem fim lucrativo, visam ter uma longa vida de lucros na sua actividade, pelo que é racional que, consistentemente e na sua maioria, se esforcem por criar boa reputação e boa relação com os clientes – autoridades públicas. Claro que, como qualquer outra empresa, as *ESMP* cometem e cometerão erros que prejudicarão a sua reputação; mas aqui, com a inevitável atenção do mundo e dos opositores, será difícil ter mais do que uma oportunidade de errar – e actuar e errar na clandestinidade só vai aumentar os riscos e os custos em relação àquelas *ESMP* que actuam na legalidade.

91 Seguem de perto as empresas nacionais equivalentes, como a Group 4 (no RU) e a Securitas (em Portugal).

As empresas de serviços não-letais não são especialmente relevantes neste contexto. Os mercenários foram já caracterizados acima, pelo que não serão considerados de novo. Importa, porém, analisar os restantes casos<sup>92</sup>:

- **Empresas de Segurança Privadas** ou *Private Security Companies (PSC)*: oferecem assessoria, treino, apoio logístico e segurança e defesa de pessoas e bens em ambientes turbulentos e inseguros. Cresceram muito no século XX, em especial, na segurança de explorações de hidrocarbonetos e de minas em África<sup>93</sup>. As PSC estarão mais vocacionadas para situações de crise humanitária, em que a tensão das pessoas afectadas, tantas vezes em grandes aglomerações, facilita a exaltação e a fermentação de motins, afectando, por exemplo, a distribuição de mantimentos. Pessoal uniformizado, disciplinado e armado – mas não muito – dissuade os agitadores e ajuda os mais exaltados a acalmarem-se. As PSC podem também servir para tomar conta de depósitos de alimentos, dissuadindo os ladrões; ou, em geral, para a segurança física de instalações e entidades.
- **Empresas Militares Privadas** ou *Private Military Companies (PMC)*: efectuam operações militares e podem ser de dois tipos: as **activas**, que realizam operações militares<sup>94</sup>, como desminagem<sup>95</sup>; e **passivas**, orientadas para assessoria e treino militar ou militarizado<sup>96</sup>. São especialmente úteis em países pobres, ou cujos aparelhos de estado entraram em colapso ou grave crise de autoridade. Ficaram famosas a *Executive Outcomes*, criada na República da África do Sul em 1992 e dissolvida em 1999<sup>97</sup> e a *Sandline International*, criada no Reino Unido em 1995. Há ainda muitas mais, criadas por, e integrando, ex-militares sul-africanos, americanos, do Reino Unido, ucranianos e russos<sup>98</sup>, entre outros, em boa parte a partir dos seis milhões de militares desmobilizados desde o fim da Guerra Fria.

---

92 De notar que embora o direito internacional e alguns ordenamentos jurídicos nacionais desprezem a figura do mercenário, as PMC podem ser toleradas e as PSC apreciadas.

93 Cf. O'Brien (2002) p. 8.

94 Por exemplo, quando um estado contrata com uma empresa o combate a forças adversárias ou insurrectos, como sucedeu em Angola com a Executive Outcomes – ver Deen (1997) – ou na Papua-Nova Guiné, com a Sandline International – ver Mbogo (2001).

95 Caso da Executive Outcomes em Angola; cf. HC (2002) p. 8.

96 Por exemplo, o apoio dado pelos EUA no treino das FA croatas tem sido canalizado através da empresa Military Professional Resources Incorporated (MPRI); cf. Kelly (2000).

97 Para uma descrição da história e análise da EO, ver Hasham (2003).

98 Existem cerca de 12 mil PSC registadas na Rússia, onde foram desmobilizados centenas de milhares de soldados com o fim da Guerra Fria; cf. O'Brien (2002) p. 3.

As *PMC* estarão mais vocacionadas para missões de manutenção de paz em ambientes ainda muito voláteis<sup>99</sup>, por exemplo, quando é necessário: render as *FA* que impuseram a paz, para passarem à rectaguarda e serem gradualmente desmobilizadas; interpor uma força entre os beligerantes e se confia que o conflito acalmou; levar ajuda humanitária a pessoas em zonas remotas e inseguras; oferecer treino militar.

### *As barreiras do mercado*

As barreiras à entrada e à saída das *ESMP* não são elevadas, pois as pessoas que operam neste mercado conhecem o meio e saberão como obter pessoal qualificado e armas; além disso, existem economias de escala a explorar, dado que o treino do pessoal e o seu equipamento tende a estar subaproveitado<sup>100</sup>. Por fim, a reduzida regulação<sup>101</sup> contribui ainda para as baixas barreiras.

Neste mercado, os activos mais importantes são de longe as pessoas, com as adequadas (mas dispendiosas) qualificações; nestas, contam-se os conhecimentos técnicos de operações e tática militares, e a capacidade física e psicológica. Sendo a maioria ex-militares, a formação e treino iniciais estão já completos, só tendo que as manter e acompanhar a evolução tecnológica.

Dado o valor do serviço prestado, é normal que os clientes estejam dispostos a recompensá-lo generosamente; por isso, a remuneração dos empregados das *ESMP* pode facilmente ser mais do dobro do que recebiam nas suas *FA*<sup>102</sup> – factor adicional de pressão sobre o recrutamento das *FA* profissionais, já sujeito a forte concorrência com actividades civis e não-bélicas.

Dada a procura crescente, parece provável que a oferta de serviços de segurança e militares tem condições económicas para ser competitivo, pelo que os clientes poderão obter qualidade e inovação, embora mais no caso das *PMC* do que nas *PSC*, pois é mais difícil contratualizar a prevenção, de que estas se ocupam<sup>103</sup>. As *PMC* poderão ser mais rentáveis, pela maior dificuldade e riscos da tarefa, pela menor concorrência,

---

99 Nesse sentido, ver Barber (1999) p. 36; IA (2001b); ou Vaux et al (2001) pp. 11-29. Contra, ver Avant (2002).

100 Cf. Singer (2001) pp. 14-15.

101 A regulação acarreta o reconhecimento implícito (inaceitável para muitas pessoas) e é uma matéria complexa.

102 Cf. Singer (2001) p. 15.

103 Cf. Cummins (2002) p. 7-8.

e pelos maiores benefícios atribuídos pelos clientes aos contratos que têm êxito. Mas muito vai depender da regulação a que o mercado for sujeito.

#### *A procura de serviços militares*

A União Europeia (UE) assumiu no Tratado da União Europeia (TUE) que podia efectuar Missões de *Petersberg* ou *MOOTW*; por isso, com os Estados Membros da UE, os EUA e outros estados do mundo, é uma das entidades que pode constituir a procura neste mercado. Mas a caracterização da procura implica definir também o que o cliente quer, como especificam os seus requisitos e como discrimina e selecciona a oferta.

#### *A regulação do mercado: quadro existente*

A regulação dos serviços de defesa e das ESMP é a questão crucial neste domínio<sup>104</sup>:

*"[...]security companies pose a danger if they are taken out of the state-controlled system"*<sup>105</sup>,

que é como estão neste momento, na maioria dos países. A adequada regulação de licenciamento e acompanhamento do mercado de serviços de segurança e defesa é uma condição essencial da viabilidade do modelo proposto neste ensaio<sup>106</sup>:

*"Given adequate guidelines and regulations, companies offering military services can do much to address the massive security vacuum people in developing countries endure today."*

Para regular este mercado, após situações de alegado emprego de mercenários sul-africanos, muito amplificadas pela comunicação social, a República da África do Sul criou a *Regulation of Foreign Military Assistance Act* de 26-02-1998<sup>107</sup>, uma das

104 Cf. Zarate (1998); e Davis (2000) pp. 182-188.

105 Cf. Zarate (1998) p. 146.

106 Cf. Brooks (2002b) p. 1.

107 Na sequência da qual teve de ser dissolvida a empresa Executive Outcomes.

primeiras leis que regula a prestação de serviços de defesa por entidades privadas no estrangeiro<sup>108</sup>.

Os EUA e Israel já tinham regulação, na qual se juntam os subsectores de serviços e de armas, para efeitos de exportação.

No Reino Unido, está em discussão pública desde 2002 a questão do emprego e regulação das *PMC* por contrato com o governo<sup>109</sup>.

Na Alemanha, embora esteja previsto alargar a presença do sector privado no sector da defesa, o seu passado recente determina que os passos sejam cautelosos, sob o controlo quase directo do estado, e (ainda) não se admite o recurso a *PMC*<sup>110</sup>.

No direito internacional, a questão da privatização da força resume-se praticamente à rejeição dos mercenários, considerando muitas pessoas que as *PMC* (mas não as *PSC*) se identificam com os mercenários. No entanto, há que considerar vários instrumentos em vigor<sup>111</sup>.

Um primeiro, será a **Convenção da Organização de Unidade Africana para a Eliminação do Mercenarismo em África**, de 3-7-1977, e em vigor desde 1985, que poderá considerar os elementos das ESMP como mercenários - logo, criminosos - e privá-los do próprio estatuto de prisioneiro de guerra. Esta convenção tem carácter regional (pelo que só tem força legal perante os Estados que são parte, os quais só poderão ser africanos), e deve ser lida à luz da sua época e da sua história<sup>112</sup>, tendo presente que eram sobretudo governos africanos que contratavam, então, os mercenários e, recentemente, as *PMC*.

O segundo, com alcance quase-universal, é o **Protocolo Adicional à Convenção de Geneve de 12-08-1949, Relativo à Protecção de Vítimas de Conflitos Armados Internacionais**, em vigor desde 07-12-1978. Define o mercenário identicamente à anterior Convenção, mas dá mais ênfase ao fim lucrativo, sem o criminalizar; por fim, também conclui por privá-lo do estatuto de prisioneiro de guerra<sup>113</sup>.

---

108 Ver Zarate (1998) p. 155.

109 Ver HC (2002); Brooks (2002b).

110 Ver Krahmann (2003).

111 Para uma análise crítica destes instrumentos por um profissional do ramo, ver Davis (2000) pp. 34-76. Para uma análise do direito interno e internacional relevante e das questões da regulação, ver Zarate (1998); e Nossal (2001).

112 Para aprofundar o contexto, ver Möller (2001).

113 O nº 1 do artº 47º, determina que um mercenário não é considerado combatente nem lhe é aplicável o estatuto de prisioneiro de guerra; no nº2 desse artigo define-se mercenário por seis critérios cumulativos, dos quais se destacam: interesse privado no conflito; substancial remuneração, superior à que auferem os militares do seu lado no conflito; ausência de ligação às FA em conflito ou dos respectivos aliados.

Pelo seu lado, a AG-ONU adoptou por consenso a **Convenção Internacional contra o Recrutamento, Utilização, Financiamento e Treino de Mercenários**, de 04-12-1989, mas que só entrou em vigor em 20-10-2001<sup>114</sup>, na qual se alarga muito a definição de mercenário.

As referidas convenções têm pouca aplicação prática e por isso não “cristalizaram”<sup>115</sup> nem estimularam a densificação dos conceitos. Exigem a verificação cumulativa de várias condições, a cuja letra não custa escapar, dificultando muito a demonstração da existência de mercenários. Por outro lado, estes instrumentos de direito internacional, centram os critérios nas pessoas e não na actividade, e deixam espaço para a actuação legal de ESMP, que muitas pessoas pretendem terminar com base naqueles instrumentos.

Nesse sentido e visando encerrar a lacuna do direito sobre as PMC (mas não as PSC), são de referir os sucessivos relatórios de **Enrique Ballesteros**, relator especial da ONU, desde 1987, para a questão da “utilização de mercenários como meio de violar os direitos do Homem e de impedir o direito dos povos à sua autodeterminação”. A sua visão do problema vem expressa nos seus relatórios anuais. Em 1998<sup>116</sup>:

*“The State may privatize many things and many services that lie within its competence, but not that which constitutes its very ‘raison d’être’. If it hands over such authority to a private company [...] it is agreeing to a limitation of state sovereignty [...]”*

Em 1999<sup>117</sup>:

*“Problems arise when companies attempt to take over the military role and activities that by definition belong to the State and its security apparatus.”*

E ainda<sup>118</sup>:

*“Any regulation should take into account the situation and needs of each country and respect basic principles such as free enterprise and free trade without going to the extremes in which,*

114 De acordo com o seu artº 19º, que dispõe que a entrada em vigor se fará na data da ratificação pelo 22º Estado signatário, e que ainda há nove signatários que não a ratificaram. Os EUA, o Reino Unido, a França, a Espanha e Portugal não são signatários, mas a Alemanha e Angola são, embora ainda não tenham ratificado a Convenção.

115 Para usar a expressão de Zarate (1998) p. 76.

116 Cf. Ballesteros (1998).

117 Cf. Ballesteros (1999) p. 49.

118 Cf. Ballesteros (1999) p. 50.

*in the name of globalization, everything is possible and everything is permitted. The important thing is to avoid dogmatism and positions of ideological sectarianism.*

*[...] What is not acceptable is [...] in effect, a privatization of war."*

Em 2000<sup>119</sup>:

*"Anything to do with defending national sovereignty, territorial integrity, the right to self-determination and the protection of human rights, is the inalienable responsibility of the State. [...] The State cannot divest itself of its basic obligations in this area, nor can it permit the formation of private armies or the privatization of war."*

Esta é a visão weberiana do estado, e muitas pessoas não se surpreenderão por saber que tem origem num relator da ONU. Contudo, já surpreende que se alegue nos seus relatórios a ocorrência de atrocidades que não aparecem documentadas, ou cujos relatos na comunicação social são muito diversos.

Em 2001, faz apelo a um direito costumeiro de condenação do recurso a mercenários<sup>120</sup>:

*"[...] les règles du droit international coutumier et conventionnel applicables aux activités de mercenaires condamnent en substance le recours à des mercenaires entendu au sens large de contrat d'achat et de vente de services militaires non régis par le droit international humanitaire [...]."*

É de notar alguma evolução: tal como a grande maioria da literatura consultada, já não se exclui liminarmente o emprego de empresas privadas em missões de defesa e segurança, apelando-se antes à criação de adequada regulação. Apenas os grupos cuja visão da sociedade é dominada pelo estado e que crêem, dogmaticamente, que o estado só pode fazer o bem, recusam considerar esta opção.

Ballesteros, ao considerar que a segurança é uma função essencial do estado, por definição, e ao assimilar as PMC a mercenários e privá-las de qualquer legitimidade, limita, ideologicamente, as opções dum governo legítimo que, por exemplo, se vê na situação de não ter FA à altura duma dada ameaça concreta. Quando exclui o recurso

---

119 Cf. Ballesteros (2000) p. 23.

120 Cf. Ballesteros (2001).



a entidades privadas numa situação dessas, por ser, subentende-se, um domínio da soberania que não está disponível para os governos usarem, talvez nada mais lhe reste do que recorrer a FA estrangeiras. Não seria preciso mais do que observar os mesmos países africanos a que se refere Ballesteros, para ver que a intervenção de FA estrangeiras não trouxe melhorias sustentáveis à maioria das crises de segurança em África. Enfim, parece que o dito relator prefere que um estado seja sujeito a uma guerra civil ou seja explorado por outro, antes de se admitir a privatização da violência. Mas esta sua abordagem não é, de resto, partilhada por todos os que estudam há muito esta questão<sup>121</sup>:

*“International Alert recommends that the Commission [on Human Rights] begin to adopt a new approach to the mercenary issue in the context of the forthcoming discussion on the mercenary mandate and seek new measures to address the broader PSS problem.”*<sup>122</sup>

Mais importante ainda é a posição de **Juan Carlos Zarate**, cuja investigação neste domínio constitui uma referência<sup>123</sup>:

*“[...] customary international law banning the use of mercenaries should not apply to security companies that are hired by legitimate governments or by internationally recognized movements of national liberation for either training or combat support. [...] Security companies cannot be considered ‘mercenaries’ because their activities have not challenged the sovereignty of states or the right of populations to self-determination. Instead, security companies have restricted their contracts solely to work for legitimate regimes or organizations. The laws banning mercenaries do not apply to these companies when they are employed in such a capacity.”*

Ao propor que as ESMP efectuem Missões de *Petersberg* ou *MOOTW*, não se pode ignorar que elas terão vocação e capacidade para operações doutro tipo, podendo a sua oferta gerar a procura de governos, movimentos reconhecidos e ONG; por isso, a regulação não pode ser efectuada apenas pela via da procura (de resto, uma forma de regulação pouco transparente e sujeita a enviosamentos).

---

121 Nesse sentido, ver Gaultier et al (2001).

122 Ver IA (2001a).

123 Cf. Zarate (1998) p. 81.

*A regulação do mercado: quadro a criar*

Como as ESMP operam, por definição, por contrato com uma organização internacional ou um estado, no território de outro estado, terão de se sujeitar a normas de direito interno<sup>124</sup> – de um de três estados: aquele em que operam; aquele com o qual contratam; ou aquele onde têm sede –, e de direito internacional, já que ou servem fins de política externa dos estados, ou interferem com eles. O direito internacional existente é pouco eficaz, mas não se afigura que inviabilize a proposta, aqui defendida, de recurso a ESMP em Missões de *Petersberg* ou *MOOTW*<sup>125</sup>.

Em todo o caso, deverá ser estabelecido que, no estado estrangeiro onde está em curso uma daquelas missões da UE, para a qual foram contratadas ESMP, as acções destas no estado sujeito a intervenção são da responsabilidade última de quem as contrata – tal como seria o caso se, em vez de as contratarem usassem as suas FA, tornando as ESMP “*quasi-state actors*”<sup>126</sup> – e se existir alguma disputa no contrato entre ESMP e entidade-contratante, então caberá às jurisdições em que se celebram os contratos conhecer as infracções ou incumprimentos dos contratos e aplicar a lei. Existirá assim uma componente de extraterritorialidade na aplicação da lei, situação que se tem a noção ser complexa e criar problemas novos, mas não insolúvel<sup>127</sup>.

Como as ESMP servirão à UE ou aos EM para realizar Missões de *Petersberg* ou *MOOTW*, as orientações e a regulação devem ser comuns, aprovadas e postas em vigor por directivas comunitárias do Conselho, sendo depois adaptadas por cada EM ao seu ordenamento jurídico.

Para evitar que apenas surjam ESMP e mercenários com preferência pelo risco, é essencial definir um regime que lhes ofereça garantias em relação às missões a realizar num estado que não autorize nem reconheça a sua missão<sup>128</sup> (recorde-se a intervenção no *Kosovo*, em 1999). Isso deve obrigar a rever as convenções existentes neste domínio, sobretudo a Convenção de 1989 da AG-ONU<sup>129</sup>. De resto, será a ONU a orga-

---

124 Nesse sentido, ver Stemmet (1999) pp. 42-46.

125 Nesse sentido, ver Oudraat (2000).

126 Cf. Zarate (1998) p. 146.

127 Nesse sentido, ver Beyani, Lilly (2001).

128 Mesmo que o estado intervencionado reconheça e aceite, pode, durante as missões, pretender responsabilizar uma ESMP por algum facto; estas têm de saber quais são os seus direitos e deveres, para poderem evitar conflitos.

129 Concordando-se com o Livro Verde, HC (2002), e com O'Brien (2002) p. 15.

nização internacional mais adequada para, no seu seio, se produzir o direito internacional de regulação das ESMP; mas é natural que seja mais fácil vir a conseguir consensos eficazes na UE, antes da ONU<sup>130</sup>.

Nesse sentido, a UE deve criar uma entidade reguladora específica para este mercado, sujeita aos seguintes requisitos principais:

- Dispor de competências regulamentares bem delimitadas, sobre o sector.
- Dependendo do Conselho da UE, com delegação da gestão corrente no Sr. PESC. A direcção superior deve ser independente dos EM, para tentar garantir que a UE só tem uma voz na matéria; além disso, visando-se o emprego das ESMP em Missões de *Petersberg* e sendo estas assumidas pela UE, é natural que se regule o sector ao seu nível.
- Com delegações nos EM, integradas na administração indirecta<sup>131</sup>, e sob a tutela conjunta do Conselho da UE e dos ministérios de assuntos exteriores<sup>132</sup>, para autorizar e observar os contratos realizados por ESMP com sede nesses EM com entidades externas à UE.

A regulação deve também favorecer a transparência, como meio e não como fim último. Sem dúvida que a possibilidade de escrutínio das actividades desempenhadas pelas ESMP e dos seus contratos e membros é essencial, para evitar enviesamentos e, na sua ocorrência, para os corrigir; além disso, a transparência é importante para criar credibilidade e confiança na opinião pública. Mas dada a sensibilidade da questão, e o segredo comercial legítimo, será adequado estabelecer que alguma informação deverá estar apenas acessível às entidades de regulação específicas.

A regulação tem de colocar o respeito pelos direitos das pessoas como primeira prioridade, por razões tão óbvias, em estados de direito democráticos, que dispensam

---

130 Será mais difícil que a ONU venha a contratar serviços com PSC do que com PMC; cf. Lilly (2002) p. 3.

131 Não vai ser aqui aprofundada a discussão sobre se uma entidade reguladora deve estar na administração directa ou indirecta; mas importa notar que a experiência parece confirmar a bondade da opção preferida recentemente, pela qual uma entidade reguladora, na administração indirecta do Estado, pode ser mais eficaz a regular técnico-económico-juridicamente um sector se for independente do governo. Nesse sentido, ver Gilardi (2001).

132 É de evitar a dependência hierárquica dos ministérios da defesa, para evitar que a forte presença de militares e ex-militares dos dois lados do sector possa criar uma ideia de secretismo nos processos e nas decisões, de acordo com o princípio de que não basta sê-lo, é preciso parecê-lo. Também é de evitar a dependência hierárquica dos ministérios da economia, para evitar que o apoio às exportações ultrapasse as questões formais e de segurança.

justificação. Por isso, é de proibir que as ESMP empreguem condenados por crimes violentos e ex-militares afastados por causas criminais<sup>133</sup>. A regulação deve ainda estabelecer os critérios operacionais e os tipos de armas inaceitáveis nas operações das *PMC* e a que **regras de empenhamento** da violência estão sujeitas. Atendendo à rápida evolução tecnológica, não faz sentido listar armas proibidas, mas indicar antes efeitos e meios proibidos<sup>134</sup>.

## Conclusão

Neste artigo, discutiu-se a questão do emprego de privados na prestação de serviços de segurança e militares, no exterior, em vez das FA nacionais, em missões de baixa intensidade de violência, como as Missões de *Petersberg* ou *MOOTW*, que a UE abraçou. O ensaio visa mesmo apoiar essa ideia de alargamento, sob regulação, da participação do sector privado na segurança e defesa nacionais, pelos ganhos na eficiência económica que daí poderão advir.

Reconheceu-se a sensibilidade do tema, devido ao princípio weberiano de monopólio da violência legítima do estado e às preocupações que suscitam a ideia de privatização e lucro em relação a funções básicas do estado. Relataram-se os breves levantamento e análise de literatura jornalística, técnica e científica, assim como do direito, relevantes, importando assinalar que, tal como o mercado destes serviços é pouco conhecido, também a literatura o é.

Indicou-se ainda que a privatização no âmbito da segurança interna pode servir de exemplo à regulação a criar no presente mercado, desde logo notando que a mudança ao nível interno não trouxe problemas agravados ou perdas adicionais para as sociedades, mas o contrário.

Sugeriu-se que as FA nacionais, em especial se tiverem uma forte componente de conscritos, são inadequadas para missões que não envolvam claramente a defesa do estado contra ameaças externas, motivo maior da sua existência e manutenção. Além disso, a sua vocação para usar a força com grande intensidade (que pode ser excessiva em diversas situações), o pesado apoio logístico (que demora a posicionar no teatro de operações e custa a sustentar) e a impopularidade das baixas entre as populações,

---

133 O que também só é viável se o mercado for legal e regulado.

134 Seguindo aqui os princípios de o fim justifica os meios e as intenções contam.

podem acabar por levar os estados a não fazer apoio humanitário quando ele seja necessário, por as suas FA não poderem acorrer na prática a essas situações.

Isto é, o recurso a empresas privadas, sob adequada regulação, poderá tornar as FA europeias mais eficientes, e as missões humanitárias mais próximas das necessidades, mais eficazes e mais eficientes; enfim, não custa antecipar que é uma mudança com ganhos globais.

## Bibliografia

**Adams**, Thomas (1999) "The New Mercenaries and the Privatization of Conflict"; *Parameters*; Summer, pp. 103-116.

**Amaral**, Diogo Freitas do (2000) *Curso de Direito Administrativo - Vol.I*, Coimbra: Almedina.  
\_\_\_\_\_ (2002) *Curso de Direito Administrativo - Vol.II*, Coimbra: Almedina.

**Art**, Robert; Robert Jervis, editors (1985), *International Politics. Anarchy, Force, Political Economy and Decision-Making*, Harper Collins Publishers, 2<sup>nd</sup> edition.

**Avant**, Deborah (2001) "Selling Security: Post-Cold War Private Security Services in Historical Perspective", *2001 Annual Meeting of the American Political Science Association*, 30 August-02 September.

\_\_\_\_\_ (2002) "Privatizing Military Training", *Foreign Policy In Focus*, vol.7, n<sup>o</sup>6, pp. 1-3.

**Ballesteros**, Enrique Bernales (1998) *Report on the question of the use of mercenaries as a means of violating human rights and impeding the exercise of the right of peoples to self-determination* E/CN.4/1998/31, 27 January.

\_\_\_\_\_ (1999) "International and Regional Instruments", *Wilton Park Conference*, pp. 48-50.

\_\_\_\_\_ (2000) *Report on the question of the use of mercenaries as a means of violating human rights and impeding the exercise of the right of peoples to self-determination* E/CN.4/2000/14, 21 December 1999.

\_\_\_\_\_ (2001) *Rapport sur la question de l'utilisation de mercenaires comme moyen de violer les droits de l'homme et d'empêcher l'exercice du droit des peuples à disposer d'eux-mêmes, présenté par le Rapporteur spécial, M. Enrique Bernales Ballesteros, conformément à la résolution 2000/3 de la Commission des droits de l'homme*, E/CN.4/2001/19, 11 January.

**Barber**, Martin (1999) "Private Security Companies and Humanitarian Assistance", *Wilton Park Conference*, pp. 35-36.

**Barbosa**, António S. Pinto (1997) *Economia Pública*, Lisboa: McGraw-Hill.

**Beauvau**, François-Xavier (2002) *Les Moyens de la Sécurité Publique*, Paris: Fondation Robert Schuman, Février.

**Berndtsson**, Joakim (2001) *The Future of Peacekeeping or 'Corporate Dogs of War'?*, Göteborg: Göteborgs Universitet, May.

**Beyani**, Chaloka; Damian Lilly (2001) *Regulating Private Military Companies - Options for the UK Government*, London: International Alert, August.

**Bourge**, Christian (2003) "Analysis: Mercenary as Future Peacekeeper?", *United Press International*, 25 August 18:36.

**Brauer**, Jurgen (1999) "An Economic Perspective on Mercenaries, Military Companies, and the Privatization of Force", *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 13, n° 1, Autumn/Winter, pp. 130-146.

**Bronson**, Rachel (2002) "When Soldiers Become Cops", *Foreign Affairs*, vol. 81, n° 6, November-December, pp. 122-132.

**Brooks**, Doug (2002a) "Private Military Service Providers: Africa's Welcome Pariahs", *Nouveaux Mondes*, n°10, Printemps, pp. 69-86.

\_\_\_\_\_ (2002b) "Protecting People: the PMC Potential. Comments and Suggestions for the UK Green Paper on Regulating Private Military Services", *International Peace Operations Association*, Alexandria: VA, 25 July.

**Brown**, Michael; Richard Rosecrance (1999) *The Costs of Conflict*, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

**Chatterjee**, Pratap (1997) "Mercenary Armies and Mineral Wealth", *Covert Action Quarterly*, Fall.

**Cilliers**, Jakkie; Douglas Fraser, eds (1999) *Profit and Plunder: The Privatization of War and Security in Africa*, Pretoria: Institute for Security Studies.

**Coase**, Ronald (1960) "The Problem of Social Cost", *The Journal of Law and Economics*, Out, pp. 1-44.

- Creehan**, Sean (2002) "Soldiers of Fortune 500 International Mercenaries", *Harvard International Review*, Winter.
- Cummins**, Henry (2002) *Perception and Profit: Understanding Commercial Military and Security Service Provision*, University of Birmingham, Discussion Paper, 24 June.
- Davis**, James R. (2000) *Fortune's Warriors. Private Armies and the New World Order*, Vancouver: Douglas & McIntyre.
- Deen**, Thalif (1997) "Disarmament: UN Alarm Over Increase in Mercenaries", *World News-Inter Press Service*, 16 March.
- Douglas**, Ian (1999) "Fighting for Diamonds - PMC in Sierra Leone", in Cilliers, Fraser, eds *Profit and Plunder: The Privatization of War and Security in Africa*, Pretoria: Institute for Security Studies, pp. 175-200.
- Drucker**, Peter (1997) "Introduction. Toward the New Organization", in eds. Hesselbein, Goldsmith Beckhard, *The Organization of the Future*, San Francisco: Jossey Bass Publishers, pp. 1-5.
- Fabricius**, Peter (2000) "Private Security Firms Can End Africa's Wars Cheaply", *Saturday Star* (Johannesburg), 23 September.
- Fawcett**, Bill, editor (1999) *MERCS. True Stories of Mercenaries in Action*, New York: Avon Books.
- Fidler**, Stephen; Thomas Catán (2003) "The Jobs of War", *FT.com*, 10 August 19:27.
- Forsyth**, Frederick (2000) "Send in the Mercenaries", *Wall Street Journal*, 15 May.
- Gilardi**, Fabrizio (2001) *The Mercenary Issue at the UN Commission on Human Rights*, London: International Alert, January.
- Harker**, John (1998) "Private Power, Public Insecurity", *Ploughshares Monitor*, September.
- Hasham**, Mariyam (2003) "Executive Outcomes: An Unconventional Army", *British Army Review*, Issue 132, Summer.
- Herz**, John (1951) *Political Realism and Political Idealism*, University of Chicago Press.
- Hitch**, Charles; Roland McKean (1960) *The Economics of Defense in the Nuclear Age*, Harvard University Press, 11<sup>th</sup> printing (1986).

**House of Commons-HC** (2002) *Private Military Companies: Options for Regulation*, HC 577, London: The Stationery Office, February.

**International Alert-IA** (1999) *The Privatization of Security: Framing a Conflict Prevention and Peacebuilding Policy Agenda*, Wilton Park Conference, 19-21 November.

\_\_\_\_\_ (2001a) *Written Statement to UNCHR*, E/CN.4/2001/NGO/174, 12 March.

\_\_\_\_\_ (2001b) *The Politicisation of Humanitarian Action and Staff Security*, Boston: International Workshop, 23-24 April.

**International Consortium of Investigative Journalists-ICIJ** (2002a) *Privatizing Combat, the New World Order*, The Center for Public Integrity.

\_\_\_\_\_ (2002b) *Marketing the New 'Dogs of War'*, The Center for Public Integrity.

**Isenberg**, David (1997) *Soldiers of Fortune Ltd—A Profile of Today's Private Sector Corporate Mercenary Firms*, Washington: Center for Defense Information, November.

\_\_\_\_\_ (1999) "Have Lawyer, Accountant, and Guns, Will Fight: The New, Post-Cold War Mercenaries", *International Studies Association Convention "Getting Guns Off the Streets of the Global Village panel"*, 19 February.

\_\_\_\_\_ (2000) "Combat for Sale: The New, Post-Cold War Mercenaries", *USA Today*, 01 March, pp. 12-16.

**Jervis**, Robert (1976) *Perception and Misperception in International Politics*, Princeton University Press.

**Jervis**, Robert (1978) "Cooperation Under the Security Dilemma", *World Politics*, vol.30, n°2, January, pp. 186-214. Also in Art; Jervis, editors (1985), *International Politics. Anarchy, Force, Political Economy and Decision-Making*, Harper Collins Publishers, 2<sup>nd</sup> edition, pp. 86-101.

**Keegan**, John (1998) "Private Armies Are a Far Cry From the Sixties Dogs of War", *UK News*, 13 May.

**Kelly**, Jack (2000) "Safety at a Price: Security is a booming, sophisticated, global business", *Post-Gazette National Bureau*, 13 February.

\_\_\_\_\_ (2000) "Safety at a Price: Military Expertise for Sale or Rent", *Post-Gazette National Bureau*, 15 February.



**Krahmann, Elke** (2003) "Controlling Private Military Companies: The United Kingdom and Germany", *International Studies Association Conference*, Portland: Or, March.

**Krugman, Paul**; Maurice Obstfeld (1997) *International Economics: Theory and Policy*, New York: Addison-Wesley, 4<sup>th</sup>.ed.

**Leander, Anna** (2002a) *Global Ungovernance: Mercenaries and the Control over Violence*, Copenhagen Peace and Research Institute, Working Paper n°4.

\_\_\_\_\_ (2002b) "Conditional Legitimacy, Reinterpreted Monopolies: Globalisation and the Evolving State Monopoly on Legitimate Violence", *Annual Convention of the ISA*, 24-27 March.

\_\_\_\_\_ (2003) *The Commodification of Violence, Private Military Companies, and African States*, Copenhagen Peace and Research Institute, Working Paper n°2.

**Lewis, Paul** (1998) "It's Not Just Governments that Make War and Peace Now", *The New York Times*, 28 November.

**Lilly, Damian** (1998) *From Mercenaries to Private Security Companies: Options for Future Policy Research*, London: International Alert, November.

\_\_\_\_\_ (2000a) *The Privatization of Security and Peacebuilding*, London: International Alert, September.

\_\_\_\_\_ (2000b) "The Privatization of Peacekeeping: Prospects and Realities", *Disarmament Forum*, n°3, pp. 53-62.

\_\_\_\_\_ (2002) *Regulating Private Military Companies: The Need for a Multidimensional Approach*, London: International Alert, 24 June.

**Loureiro dos Santos, José Alberto** (2001) *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio*, Mem Martins: Publicações Europa América.

**Machiavelli, Nicolà** (1996) *El Príncipe*, Madrid: Alba, ed.original: 1531.

**Mandel, Robert** (2000) "The Privatization of Security", *Armed Forces and Society*, vol. 28, n° 1, pp. 129-151.

**Marguin, Jean** (2000) "La Privatisation des forces armées: une évolution inéluctable?", *L'Armement*, n° 69, pp. 144-150.

**Markusen, Ann** (2001) "The Case Against Privatizing National Security", *Governance*, June.

**Marques dos Santos**, Victor (2001) "A Privatização da Violência Legítima", *Nação e Defesa*, ano XXVI, nº 98, Verão 2001, pp. 87-113.

**Mateus**, Abel; Margarida Mateus (2002) *Microeconomia: Teoria e Aplicações*, Lisboa: Verbo, 2 vols.

**Mbogo**, Stephen (2000) "Mercenaries? No, PMCs", *West Africa*, 18 September.

\_\_\_\_\_ (2001) "Mercenary Report Card - A New Study of PMC Takes on Tough Questions", *Toward Freedom*, February.

**Micklethwait**, Brian (1982) *In praise of Mercenaries*, Libertarian Alliance, Political Notes nº 11.

**Möller**, Bjorn (2001) *Raising Armies in a Rough Neighbourhood - Soldiers, Guerrillas and Mercenaries in Southern Africa*, Southern African Regional Institute for Policy Studies.

**Moreira**, Adriano (1997) *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra: Almedina, 2ª ed.

**Nossal**, Kim Richard (2001) "Global Governance and National Interests: Regulating Transnational Security Corporations in the Post-Cold War Era", *Melbourne Journal of International Law*, Vol.2, pp. 459-476.

**O'Brien**, Kevin (2002) *PMC - Options for Regulation*, Cambridge: RAND Europe.

**Oudraat**, Chantal de Jonge (2000) *Intervention in Internal Conflicts: Legal and Political Conundrums*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace. Working Paper nº15, August.

**Paulo**, Jorge Silva (2002) "A Economia da Defesa", *Anais do CMN*, Vol.CXXXII, Janeiro-Março, pp. 33-52.

\_\_\_\_\_ (2003) "Custo de Oportunidade - Peso do Serviço Militar Obrigatório", *Economia Pura*, ano VI, nº58, Junho-Julho, pp. 76-78.

**Rapoport**, Anatol (1974) *Conflict in Man-Made Environment*, London: Penguin Books Ltd.

**Samuelson**, Paul; William Nordhaus (1992) *Economia*, Lisboa: McGraw-Hill, 14ªed.

**Sandline International-SI** (1998a) *PMC - Independent or Regulated*, London: SI, July.

\_\_\_\_\_ (1998b) *Should the Activities of PMC Be Transparent?*, London: SI, September.

**Schelling**, Thomas (1966) *Arms and Influence*, Yale University Press.

---

\_\_\_\_\_ (1980) *The Strategy of Conflict*, Cambridge, MA: Harvard University Press (orig: 1960).

**Schulhofer-Wohl**, Jonah (2000) "Should We Privatize The Peacekeeping?", *Washington Post*, 12 May.

**Selber**, Jesse; Kebba Jobarteh (2002) "From Enemy to Peacemaker: The Role of Private Military Companies in Sub-Saharan Africa", *Medicine & Global Survival*, vol. 7, nº 2, February.

**Shearer**, David (1998) *Private Armies and Military Intervention*, New York: IISS, Adelphi Paper 316.

\_\_\_\_\_ (2001) "Privatising Protection", *The World Today*, August/September.

**Sheppard**, Simon (1998) "Foot Soldiers of the New World Order: The Rise of the Corporate Military", *New Left Review*, March/April.

**Sidos**, François-Xavier (2003) "Mercenaire, Espèce en Voie de Disparition?", *Défense Nationale*, Avril.

**Silverstein**, Ken (1997) "Privatizing War. How Affairs of State Are Outsourced to Corporations Beyond Public Control", *The Nation*, 28 July.

**Singer**, Peter Warren (2001) "Corporate Warriors: The Rise and Ramifications of the Privatized Military Industry", *International Security*, Vol. 26, nº3, Winter 2001/2002.

\_\_\_\_\_ (2003) *Corporate Warriors - The Rise of the Privatized Military Industry*, Cornell University Press.

**Smith**, Eugene (2002) "The New Condottieri and US Policy: The Privatization of Conflict and Its Implications", *Parameters*, Winter, pp. 104-119.

**Spicer**, Tim (1999) *An Unorthodox Soldier*, Edinburgh: Mainstream Publishing Company Ltd.

**Stiglitz**, Joseph (1993) *El Papel Económico del Estado*, Madrid: Instituto de Estudios Fiscales (ed. orig: Arnold Heertje, 1989).

*The Economist* (2002) "Mercenaries. Mad Mike comes in from the cold", Vol.365, nº8259, 16 February, pp. 21-23.

**Vaux**, Tony; Chris Seiple, Greg Nakano, Koenraad Van Brabant (2001) *Humanitarian Action and Private Security Companies*, London: International Alert, April.

**Verbo Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura**, vários volumes.

**Warner**, John; Beth Asch (1995) "The Economics of Military Manpower", in eds. Hartley, Sandler, *Handbook of Defense Economics*, Amsterdam: Elsevier Science, pp. 347-398.

**Weber**, Max (1995) *Économie et Société*, Paris: Pocket, 2 tomes (ed.original: Plon, 1971).

**Williamson**, Oliver (1985) *The Economic Institutions of Capitalism*, New York: The Free Press.

**Wrigley**, Christopher (1999) *The Privatization of Violence - New Mercenaries and the State*, CAAT, March.

**Zarate**, Juan Carlos (1998) "The Emergence of a New Dog of War: Private International Security Companies, International Law, and the New World Disorder", *Stanford Journal of International Law*, nº34, Winter, pp. 75-162.

# As Empresas Militares Privadas e a Resolução de Conflitos no Quadro da ONU

Ana Magalhães

*Especialista na área de Defesa. Doutoramento em Segurança Internacional e Defesa na Universidade Católica Portuguesa*

## Resumo

Este artigo discute se as entidades privadas devem ser encorajadas a participar na resolução de conflitos do quadro das Nações Unidas quando a comunidade global é incapaz ou não tem vontade política de o fazer. Na última década, tem-se desenvolvido um fenómeno, talvez o mais interessante na história da guerra nos últimos tempos: o crescimento de Empresas Militares Privadas (EMPs). São empresas que comercializam serviços intrinsecamente ligados à arte da guerra, que vão do apoio logístico ao combate e que tem demonstrado maior capacidade e vontade em cooperar com a ONU na resolução de conflitos. Este artigo tem como objectivo principal mostrar as capacidades, os benefícios e as limitações que as EMPs podem trazer às Nações Unidas. Em primeiro lugar, vai distinguir Mercenários de EMPs. Em segundo lugar, vai descrever brevemente as razões que estão por trás do crescimento desta indústria. Em terceiro lugar, vai contrapor os benefícios às limitações do uso de EMPs em termos de resolução de conflitos no quadro das Nações Unidas. Por último, o trabalho deixa alguns conselhos para o seu possível uso pela ONU.

## Abstract

*This article discusses if private corporations should or not be encouraged to participate in conflict resolution with the United Nations when the international community is unable or it does not have political will to do so. In the last decade, the development of Private Military Companies (PMCs) is one of the most interesting phenomenon in the art of war. PMCs are companies that trade services intrinsically connected to the art of war, such as logistic support and combat. Recently, they have shown interest in co-operating with the United Nations in conflict resolution. This article aims to show the capacities, advantages and limitations of PMCs and what they can bring to the United Nations. First, it will distinguish Mercenaries from PMCs. Second, it will describe briefly the reasons behind the industry's rise. Third, it will analyse the advantages and limitations of the use of PMCs by the United Nations. It concludes by leaving some advises to the United Nations when using PMCs.*



## Introdução

*“Violence breaks out in a small African State. The local government collapses and reports emerge that civilians are being massacred by the tens of thousands. Refugees stream out in pitiable columns. As scenes reminiscent of the Rwanda genocide are played out on the world’s television screens once again, pressure mounts to do something. The U.N.’s calls for action fall on deaf ears. In the U.S., the leadership remains busy with the war on terrorism and Iraq and decides that the political risks of doing nothing are far lower than the risks of losing any American soldier’s lives in what is essentially a mission of charity. Other nations follow its lead, and none are willing to risk their own troops. As the international community dithers, innocent men, women, and children die by the hour.”*

(Singer, 2003b)

Enquanto, nos últimos anos, a atenção internacional se tem centrado no Kosovo, na Chechênia e no Iraque, um conflito muito mais mortal decorria em África, na República Democrática do Congo, sem a atenção mediática esperada. Neste conflito, morreram mais pessoas do que em qualquer outro conflito desde a Guerra Fria, 3.2 milhões segundo o Comité Internacional de Salvação<sup>1</sup>. Limpeza étnica, violações sistemáticas, crianças soldados, exploração massiva dos recursos naturais, conflitos entre “os senhores da guerra” têm feito parte do quotidiano Congolês. Desde 1999, uma pequena operação de *peacekeeping*, totalizando 10.751 capacetes azuis, tem estado operacional. É um número insignificante se considerarmos que o Congo é cinco vezes maior que o Iraque. Este exemplo traduz apenas um dos problemas que a ONU enfrenta actualmente em termos de resolução de conflitos.

O número de intervenções e os seus custos têm vindo a aumentar bem como as dívidas dos Estados-membros à organização. O departamento que controla as operações no terreno é altamente politizado, pobre financeiramente e com falta de pessoal (400 pessoas), metade do departamento de informação pública da ONU. Os Estados-Membros que possuem as tropas mais bem preparadas, como os EUA, Inglaterra ou França estão cada vez mais relutantes a intervir.

---

<sup>1</sup> [http://www.sandline.com/hotlinks/beleaguered\\_peacekeepers.html](http://www.sandline.com/hotlinks/beleaguered_peacekeepers.html)

Quando o Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, disse “when we had need of skilled soldiers to separate fighters from refugees in the Rwandan refugee camps in Goma, I even considered the possibility of engaging a private firm. But the world may not be ready to privatize peace”<sup>2</sup> a questão da privatização das missões voltou a ser “recolocada” na Agenda Política da ONU. Será que entidades privadas devem ser encorajadas a participar na resolução de conflitos quando a comunidade global é incapaz ou não tem vontade política de o fazer?

Na última década, tem-se desenvolvido um fenómeno, talvez o mais interessante na história da guerra nos últimos tempos: o crescimento de Empresas Militares Privadas. São empresas que comercializam serviços intrinsecamente ligados à arte da guerra, que vão do apoio logístico ao combate. À medida que esta indústria se vai desenvolvendo tem demonstrado maior capacidade e vontade em cooperar com a ONU na resolução de conflitos. No entanto, as Nações Unidas desde a sua criação, sempre levantaram objecções contra o uso de entidades militares privadas, tratando-as como mercenários irresponsáveis, propondo mesmo uma convenção contra o seu recrutamento. (Slabbert, 2000) A verdade é que desde o primeiro dos conflitos, os participantes na guerra têm sido quase sempre entidades privadas com fins lucrativos. (Shearer, 1998a:9) De facto, o monopólio do Estado sobre as diversas formas de violência tem sido a excepção e não a regra. O mercenarismo, a prática de venda de atributos militares de soldados profissionais num combate externo ao seu país a troco de dinheiro é tão antigo como a própria guerra.

Este artigo tem como objectivo geral mostrar as capacidades, os benefícios e as limitações que as EMPs podem trazer às Nações Unidas. Em primeiro lugar, vai distinguir Mercenários de EMPs. Em segundo lugar, vai descrever brevemente as razões que estão por trás do crescimento desta indústria. Em terceiro lugar, vai contrapor os benefícios às limitações do uso de EMPs em termos de resolução de conflitos no quadro das Nações Unidas. Por último, o trabalho deixa alguns conselhos para o seu possível uso pela ONU.

---

2 Foreign and Commonwealth Office, United Kingdom, Private Military Companies: options for regulation, London, The Stationery Office, 12 February, 2002, p. 19.



## Empresas Militares Privadas VS Mercenários

O rótulo mercenário é inapropriado quando aplicado a Empresas Militares Privadas. De facto, o crescimento destas tem provocado indignação na imprensa, apelidando-as de “Mercenários” e “Cães de Guerra”. Estas considerações têm sido acrescidas de divulgação de imagens de “Rambos” e foras da lei que espalham desordem e morte. (Cicero, 2003) Chamam-lhes os novos mercenários, o que não são. As EMP são uma realidade nova dentro de outra mais antiga: o uso de entidades privadas na arte da guerra. Os mercenários continuam a existir<sup>3</sup>. Por exemplo na guerra da Jugoslávia, em Angola e na Serra Leoa. (O’ Brien, 1998:82)

Os mercenários são proibidos pelo Artigo 47 do Protocolo I Adicional (1977) da Convenção de Genebra:

- (a) *“é especialmente recrutado localmente ou fora do local de conflito para lutar nesse mesmo conflito”;*
- (b) *“toma de forma directa parte nas hostilidades”;*
- (c) *“é motivado pelo desejo de ganhos privados”;*
- (d) *“não é um nacional da parte em conflito nem um residente do território controlado por uma parte do conflito”;*
- (e) *“não é um membro das forças armadas de uma parte no conflito”.*

O problema com a alínea a) é que tem que ser provado que um recrutamento especial para um determinado conflito ocorreu. (United Nations, 2001:6) Como o pessoal contratado pelas EMPs é, muitas vezes, contratado a longo prazo ou até numa base permanente, não pode, desta forma, ser considerado mercenário. (Shearer, 1998a:17) Com a alínea b) o problema coloca-se relativamente à exclusão de conselheiros e for-

---

3 Os mercenários foram usados na primeira Guerra Púnica em 264 AC e na Pérsia contra Alexandre o Grande em 334 AC. No entanto, foi durante o período da Renascença, em Itália, que os mercenários se tornaram mais proeminentes. Os condottieri lutavam para quem mais lhes pagava. (Adams, 1999) O próprio Napoleão apesar de desaprová-los, usou-os. As melhores tropas que ele enviou para a Rússia eram Italianas. (Coker, 1999:105) O Reino Unido também contratou 30.000 soldados alemães para lutar na Guerra de Independência Americana de forma a evitar usar os seus cidadãos. (Shearer, 1998b:69) Na Segunda Grande Guerra, foram usados contractors em todos os teatros de operações. (Campbell, 2000). Mesmo hoje, no Vaticano, a Guarda Suíça é usada para protecção do papado. (Musah, 2000:5)

madores, entre outros. E como quase todas as EMPs não entram em combate, não podem ser consideradas mercenárias. (United Nations, 2001:6) A alínea c) acrescenta um elemento perigoso: a motivação. É difícil julgar alguém como mercenário argumentando que está envolvido só por desejo de lucro. Não só há mais motivações, como a ideológica ou a política, como também seria fácil mentir neste ponto. Com as alíneas e) e f) a questão seria facilmente resolvida com o Estado cliente dando nacionalidade ou residência ou integrando simplesmente o indivíduo nas forças armadas. (United Nations, 2001:7) Um exemplo deste tipo de prática é a integração dos *Gurkhas* dentro das Forças Armadas Britânicas. (Beyani and Lily, 2001:19) Outro problema com este artigo da Convenção de Genebra é o facto de apenas contemplar conflitos armados internacionais e não guerras civis<sup>4</sup>.

No entanto, as EMPs como não possuem uma definição reconhecida são geralmente colocadas, erradamente, dentro do mesmo artigo. Apesar das semelhanças entre mercenários e EMPs, estas duas realidades divergem em muitos aspectos. Tal como os mercenários, as EMPs são estrangeiras, têm um *background* militar e recebem pagamento pelo seu trabalho. No entanto, ao contrário dos mercenários que tentam esconder os seus serviços, as EMPs estão legalmente registadas e publicam abertamente os seus serviços. (Shearer, 1998a:21) Em segundo lugar, ao contrário dos mercenários que não prestam contas perante os seus clientes, o pessoal das EMPs respondem perante a sua empresa e esta, por sua vez, perante o cliente. (Shearer, 1999:82) Em terceiro lugar, as EMPs são motivadas por lucro a longo prazo enquanto os mercenários tendem a privilegiar o curto prazo. (Brooks, 2000:2; Singer, 2003:43-47) Em quarto lugar, e talvez mais importante de todas as distinções, as EMPs estão organizadas em corporações que incluem directores e accionistas. (O' Brien, 2000)

“The essential difference is the corporatization of military services. PMCs are structured as firms and operate as businesses first and foremost. As business entities, they are often linked through complex financial ties to other firms both within and outside their industry.” (Singer, 2003:40)

---

4 Para uma análise mais detalhada ver o Artigo 47 do Protocolo Adicional I de 1977: United Nations, (2001), “The Right of Peoples to Self-Determination and Its Application to Peoples under Colonial or Alien Domination or Foreign Occupation”, United Nations, Economic and Social Council, Commission on Human Rights, 14 February 2001.

Em quinto lugar, os mercenários só podem operar num teatro de conflito e/ou para um cliente de cada vez (Singer, 2003:42) enquanto as EMPs podem operar em vários teatros e trabalhar para vários clientes em simultâneo. Em sexto, enquanto que os mercenários oferecem um leque de serviços bastante restrito, normalmente é só combate, as EMPs oferecem uma miríade de serviços que pode ir desde o suporte operacional, aconselhamento e/ou treino militar, fornecimento de armas, apoio logístico, serviços de segurança e informações até à prevenção de crime. Finalmente, divergem da forma como são recrutadas. Os mercenários são quase sempre recrutados de uma forma obscura e secreta, de forma a não incorrerem em procedimentos judiciais. Em contraste, os funcionários das EMPs têm contratos legais. Normalmente, os contratos não são permanentes, os funcionários são contratados quando a empresa precisa deles. (Singer, 2003:75) O usual destas empresas é recrutarem a partir de uma base de dados ou através do preenchimento de uma ficha de candidatura normalmente disponível nos *websites* das empresas.

Depois de consideradas todas as diferenças entre mercenários e EMPs, este trabalho define Empresas Militares Privadas como corporações que comercializam serviços intrinsecamente ligados à arte da guerra, que vão desde o plano estratégico, ao treino militar ou a serviços de informação e que têm um impacto estratégico no resultado militar dos seus clientes.

### **Factores que contribuíram para o crescimento da indústria**

O primeiro factor que devemos considerar para compreender a génese da emergência das EMPs é o crescimento normativo da privatização verificado na última década do séc. XX., o resultado da crença de que pela privatização se pode maximizar eficiência. Este movimento global para a privatização arrancou com a eleição de Margaret Thatcher em Inglaterra em 1979. Sendo bem sucedida em Inglaterra, esta dinâmica espalhou-se pelo mundo inteiro. (Mandel, 2002:1) Geralmente é considerado que com a privatização se poupa dinheiro, nas mais diversas áreas, tanto ao nível da saúde como ao da educação, por exemplo. (Isenberg, 1997:14) Como Howe refere “paying for specialists only when needed saves considerable sums in salary, housing and pensions, while the leasing of private equipment, especially airplanes and helicopters, saves storage, insurance and maintenance costs.” (Howe, 1998:5)

Adicionalmente, refira-se que desde o fim da Guerra-fria, tanto os Estados desenvolvidos como subdesenvolvidos não têm tido vontade política para intervirem em guerras não lucrativas:

“In the past, war has often been unprofitable. When fought for national honour or geo-strategic interest it has often been loss making. The Gulf War, after all, was the first in which two governments, the United States and the United Kingdom, were paid for the war effort by Germany, Saudi Arabia and Japan.” (Coker, 1999:108)

Os Estados Unidos foi o país que mais privatizou a sua esfera militar, desde os anos 80, com o fenómeno “*Japan, Inc.*”<sup>5</sup> até aos nossos dias. (Yeoman, 2003) Com a guerra contra o terrorismo esta tendência tem vindo a ser reforçada. O plano americano consiste em focar-se nas “*core competencies*”: combater, fazendo *outsourcing* de todas as outras actividades. (Taibl, 1997:2) De acordo com Peter Singer<sup>6</sup>, o movimento para a privatização não tem precedentes. Ele calcula que na primeira guerra do Golfo o rácio entre funcionários privados e públicos era de 1 para 50 e que nesta última guerra do Golfo o rácio subiu de 1 para 10. (Singer, 2003:15:16:69)

O segundo factor, é o começo do fim da concepção Weberiana de Estado-Nação com o fim da Guerra Fria. Na concepção de Weber, o símbolo da soberania e a própria razão para a existência de um Estado era o monopólio dos meios de violência de forma a fornecer segurança aos seus cidadãos. (Weber, 1964:154) No entanto, o monopólio do Estado sobre a violência tem sido a excepção e não a regra. (Singer, 2002:190) O próprio Clausewitz, na sua análise, não toma em consideração isto, quando refere que o lucro não faz parte da natureza da Guerra. (Coker, 1999:96) Desde o primeiro conflito, os participantes na Guerra têm sido entidades com fins lucrativos.

“The current conjunction of domestic and international force qua nation state monopoly on force is an historical coincidence of the past one hundred or so years. Neither before 1900 nor perhaps much after 2000 should we necessarily expect that all force is properly located only in the public realm.” (Brauer, 1999:133)

---

5 Em resultado de um ambiente altamente competitivo devido aos países asiáticos, muitas empresas tentaram aumentar os seus lucros e eficiência concentrando-se nas “*core-competencies*” fazendo *outsourcing* de tudo o resto.

6 Peter W. Singer é National Security Fellow no Brookings Institute e autor do livro: *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*, Cornell University Press, 2003.

“The idea of looking to the private sector to provide for the defense and protection of the state is far from being a new phenomenon. Indeed, it might be argued that the assumption that armed forces and the provision of national defense is primarily, if not exclusively, a state/public sector responsibility has been more the exception than the rule.” (Edmonds, 1999:115)

O terceiro factor resulta de, no final da Guerra Fria, as forças armadas de quase todos os países do mundo, terem reduzido consideravelmente os meios logísticos de que dispunham. Por exemplo, as forças americanas foram reduzidas em cerca de 40% desde 1989. (Strawbridge, 1999) Simultaneamente, as forças armadas têm sido chamadas a intervir mais vezes. Desde o final da Guerra Fria até hoje, o exército americano, sozinho, já foi utilizado mais de 36 vezes, quando durante todo o período da Guerra Fria apenas foi solicitado para 10 operações. Martin Van Creveld<sup>7</sup> vai mais longe afirmando que com a contínua redução das forças armadas estas tenderão a desaparecer nos seus moldes tradicionais.

“The spread of sporadic small scale war will cause regular armed forces themselves to change form, shrink in size, and wither away. As they do, much of the day-to-day burden of defending society against the threat of low-intensity conflict will be transferred to the booming security business; and indeed the time may come when the organizations that comprise that business will, like the condottieri, take over the state.” (Van Creveld, 1991:270)

Como resultado da diminuição das forças armadas, um grande número de indivíduos não habituados à vida civil e com capacidades e perfis idênticos aos necessitados pelas EMPs encontravam-se desempregados. Muitos indivíduos desmobilizados de unidades militares de elite fizeram uso das estruturas dessas mesmas unidades, já existentes, e formaram as suas próprias empresas.

Em quarto lugar, a transformação da natureza da guerra foi crucial para o crescimento desta indústria. Os conflitos que prevaleceram na última década do séc. XX e que prevalecerão na primeira parte deste século, são conflitos de baixa intensidade, quer sejam entre Estados desenvolvidos, entre Estados em desenvolvimento ou sejam

---

<sup>7</sup> Professor na Universidade Hebraica de Jerusalém e autor de Transformation of War, The Free Press, 1991.

dentro desses mesmos Estados. (Van Creveld, 1991:200-203) Além do mais, o tipo de “guerreiros” que as forças armadas ocidentais têm que enfrentar são geralmente mal organizados, sem comando, sem estrutura ou disciplina e são bem sucedidos em *sniping*, *ambush* e *deception*. As forças armadas americanas não estão preparadas para combater estes “guerreiros”.

“U.S. soldiers are unprepared for the absolute mercilessness of which modern warriors are capable, and are discouraged or forbidden by their civilian masters and their own customs from taking the kind of measures that might be effective against members of the warrior class.” (Peters, 1994:3)

As EMPs, sem o constrangimento de regras de envolvimento em combate que as forças armadas são obrigadas, podem ter uma melhor performance contra estes “guerreiros”. Um exemplo disto é o desempenho dos soldados americanos contra esse tipo de “guerreiros” na Somália. Na ausência de linhas da frente e com uma distinção ambígua entre combatentes e não combatentes as forças americanas viram-se obrigadas a lutar num tipo de guerra que favorecia fortemente o inimigo, neste caso, os “guerreiros” da Somália.

Por último, o fim da Guerra Fria criou um *gap* no mercado da segurança. Conflitos, em várias partes do mundo, foram deixados sem apoio externo enquanto a incapacidade dos chamados “Estados fracos” em responder à violência interna ajudava a criar um mercado para as forças militares privadas. (Musah, 2000:49) Enquanto que durante a Guerra Fria, os EUA, a Inglaterra, a França ou a União Soviética estavam presentes nesses países dando apoio e aconselhamento, agora são as EMPs que executam essas funções. Para além disso, o interesse estratégico das grandes potências em países como Moçambique, Ruanda, e Serra Leoa diminuiu com o fim da Guerra Fria. Os países ocidentais tornaram-se mais relutantes em intervir nos conflitos internos dos chamados “Estados fracos ou falhados”, especialmente depois do resultado desastroso da intervenção na Somália (Brooks, 2000:2) Também os políticos, apresentam cada vez mais reservas para justificar perante o seu eleitorado as baixas em combate:

“The United States continues to enjoy its status as the world’s sole superpower, but is reluctant to use its own military might for humanitarian or peacekeeping efforts in Africa. In previous humanitarian interventions, Americans have been stung when their involvement inevitably raises cries of “neocolonialism” and

“imperialism”, no matter how benevolent their intentions. To maintain the political viability of an operation, the U.S. military is compelled, by domestic opinion, to avoid casualties to all costs, which means its tactics rely on minimum risk through maximum firepower, hardly ideal procedures in humanitarian and peacekeeping operations.” (Brooks, 2000:2)

### **Benefícios/Vantagens do uso de EMPs pela ONU**

“UN peacekeeping efforts all too often turn into multilateral, multi-billion dollar failures, bedeviled by confusion of lines of command and rules of engagement”.

(Lee, 1998)

É verdadeiramente na área de *Peacekeeping* que as EMPs apresentam uma mais valia. Com o fim da Guerra Fria, surgiram fortes indícios de que a ONU iria substituir as superpotências como o grande poder estabilizador mundial. Esta ambição atingiu o seu auge com a publicação do documento “Uma Agenda para a Paz” em 1992. No entanto, e resultado de falhanços operacionais na Bósnia, Somália e Ruanda, muitos governos têm vindo a ganhar uma relutância crescente a comprometerem-se com o envio de tropas em forças multilaterais de *peacekeeping*, excepto quando os seus interesses vitais estão ameaçados em perigo. Como organização voluntária, a ONU fica dependente da vontade política dos seus Estados-membros para o envio de forças. As estatísticas são elucidativas relativamente a este facto: em 1993, a ONU contava com 82.000 *peacekeepers* no terreno, em 1995 esse número desceu para 8000 e em 1990 para 1000. (Jett, 1999:18)

Além do mais, intervir requer tempo, coesão, capacidade e vontade, elementos que muitas vezes não estão presentes. (Singer, 2003b) Adicionalmente, as missões da ONU são, muitas vezes, deixadas a forças militares de segunda categoria que não têm capacidade para executar a missão<sup>8</sup>. (Mbogo, 2000:10:13) Muitas destas forças são lentas a deslocarem-se para o terreno, pobremente treinadas, mal equipadas, pouco eficientes quando em perigo, resultante da falta de entusiasmo ou de um mandato

---

8 Até Julho de 2004 refira-se que os países que mais contribuíram com tropas foram os países em desenvolvimento: Paquistão: 8,544; Bangladesh: 7,163; Nigéria: 3,579; Gana: 3,341; Índia: 2,934; Etiópia: 2,863; África do Sul; 2,480; Uruguai: 1,960; Jordânia: 1,864; Quênia: 1,831 comparado com os países desenvolvidos Reino Unido: 567; Canadá: 564; França: 561; Irlanda: 479; Estados Unidos: 427. (Deen, 2004).

com muitas falhas. O plano de *peacekeeping* no Kosovo é um bom exemplo disso: originalmente, incluía 4780 oficiais de polícia, originários de 42 países e que trabalhariam sob a direcção da ONU. No entanto, em Janeiro de 2000 eram apenas 1970. (Lilly, 2000) Outro exemplo foi o que aconteceu em 2000, onde as forças rebeldes da *Revolutionary United Front* (RUF) na Serra Leoa, apesar de mal armadas, fizeram centenas de reféns entre as forças das Nações Unidas. (Malan, 2000) Assim se demonstra a primeira vantagem que as EMPs poderiam trazer às missões de *peacekeeping* das Nações Unidas: maior potencial de recrutamento. As EMPs podem escolher o pessoal mais adequado para cada operação. (Singer, 2003b)

O segundo benefício que as EMPs podem trazer à ONU é a possibilidade da organização intervir em certos conflitos que de outra forma seria mais complicado. Esta capacidade já foi usada de facto pela ONU em Timor-Leste. Em Timor duas empresas, a *KZN Security* e a *Empower Loss Control Services* forneceram informações locais enquanto que a empresa *DynCorp* forneceu apoio logístico, transporte e comunicação aos capacetes azuis.

A terceira mais-valia que as EMPs poderão representar para a actividade das Nações Unidas, consiste na prestação de um Serviço de Informações. A ONU não tem Serviço de Informações. Diferentes sensibilidades entre os seus membros e discussões entre métodos e fontes têm anulado qualquer esforço prévio de colaboração nesse campo. Com o recurso a EMPs, a ONU pode comprar esta capacidade no mercado e desta forma não ficar dependente do que os seus membros estão dispostos a colaborar. De facto, a ONU já usou esta capacidade em Angola, quando contratou a empresa *Kroll Associates* por US\$100 000 para esta fornecer informações sobre as actividades da UNITA relativas à troca de armas por diamantes. Noutro caso, uma outra empresa, *Space Imaging Inc.* foi contratada para observar e identificar via satélite a localização de armamento no Iraque. (Lynch, 2001)

O quarto benefício relaciona-se com a segurança que as EMPs podem trazer às operações humanitárias da ONU. As operações humanitárias acarretam cada vez mais riscos. Morreram mais funcionários da Cruz Vermelha, nos anos 90, do que militares das forças americanas. (Singer, 2003b) Estas empresas permitem às agências humanitárias agirem de forma mais segura em ambientes hostis. A actividade coordenada entre EMPs e grupos de ajuda humanitária liberta os Estados da pressão de terem adicionalmente que tomar alguma acção para proteger os grupos de ajuda humanitária e os seus bens. Assim, evita-se potencialmente a lógica que levou à intervenção das Nações Unidas/Estados Unidos na Somália. (Howe, 1998) Este benefício oferecido pela in-



dústria já foi usado por alguns órgãos das Nações Unidas. (Isenberg, 1997) A empresa *Defense Systems Limited* (DSL) tem sido utilizada por um grande número de agências humanitárias da ONU, incluindo a *UNICEF* e o *World Food Programme*. (New African, 1998:5)

O quinto benefício do emprego desta indústria induz-se a partir da análise custo-benefício. Não há dúvida que a administração americana está cada vez mais convencida dos seus benefícios face aos custos. O Departamento de Estado americano, por exemplo, contratou a empresa *Military Professional Resources* (MPRI) para o substituir no treino militar a outros países. Neste quadro, a MPRI está a treinar uma força de *peacekeeping* indígena em África (*Africa Crisis Response Initiative* (ACRI)). (Lily, 2000:54) No entanto, o exemplo mais falado é o da Serra Leoa. Em 1995, o governo da Serra Leoa estava quase derrubado pela força rebelde RUF. O governo apoiado pela indústria mineira empregou a empresa militar privada *Executive Outcomes* (EO). No espaço de poucas semanas a EO derrubou o RUF criando a estabilidade necessária para a realização de eleições. Quando o seu contrato terminou, a guerra recomeçou. Em 1999, a ONU foi enviada. Apesar da força enviada pela ONU ser 20 vezes maior e mais cara que a força da EO, demorou muitos mais anos a conseguir o que a EO conseguiu no espaço de semanas.

Um outro benefício consiste na capacidade que as EMPs têm de se tornarem a força de reacção rápida que a ONU ainda não tem. (Gantz, 2003) Um dos grandes problemas que a ONU enfrenta é a falta de resposta rápida a situações de crise. O facto de a ONU ser um corpo político que requer amplos consensos entre os seus órgãos administrativos leva muitas vezes a situações de grande morosidade na resposta a situações de crise. (Lilly, 2000:55) Quando, por exemplo, as partes locais quebram os seus acordos, colocando em risco a operação (como na Serra Leoa onde as forças da ONU foram bloqueadas pelos rebeldes do RUF), as EMPs poderiam assumir-se como “músculo” que os capacetes azuis da ONU não têm.

Um último aspecto assenta na possibilidade das EMPs assumirem por completo as acções de *peacekeeping* da ONU. Muitos entusiastas deste tipo de empresas têm proposto as EMPs como futuros *peacekeepers*. A verdade é que esta lista de entusiastas já incluiu ex-comandantes de acções de *peacekeeping*, agentes humanitários e mesmo aquele que é considerado por muitos o pai fundador das operações de *peacekeeping* das Nações Unidas: Sir Brian Urquart.

Por outras palavras, quando os Estados não estão dispostos a assumirem responsabilidades por uma qualquer operação humanitária e as forças da ONU não estão prontas

ou dispostas a tomar acção, as operações seriam conduzidas por EMPs<sup>9</sup> (Isenberg, 1999). Esta opção foi vivamente discutida durante a crise de refugiados no Ruanda em 1996. De facto, em 1994, a empresa EO fez um plano de como interviria caso viesse a ser chamada para tal<sup>10</sup>. O plano passava por armar tropas no terreno, em 14 dias, e colocar, em 6 semanas, 1500 tropas no terreno suportadas pelo seu próprio poder aéreo e armamento. O objectivo era criar “ilhas seguras” para colocar os refugiados minimizando, assim, o desastre humanitário. O custo previsto era de US\$600 mil por dia (total: US\$150 milhões), mas a proposta não saiu do papel. Esta proposta tinha um custo 5 vezes menor, quando comparada com a da ONU que incluiu unicamente ajuda humanitária, já depois de consumado o genocídio, e que custou a módica quantia de US\$3 milhões por dia.

### Limitações/Desvantagens do uso de EMPs pela ONU

Qualquer tipo de privatização acarreta vantagens e desvantagens. Os problemas contratuais são uma das desvantagens. Obviamente que há incentivos de mercado para as empresas actuarem de acordo com os interesses dos seus clientes. O problema é que os objectivos dos clientes estão muitas vezes em tensão com o objectivo de máximo lucro da empresa. O resultado é que, o que é bom para o cliente pode não ser bom para os interesses da empresa. Não há dúvida que a ONU pode vir a ser explorada financeiramente por estas empresas. Elas podem ainda esconder falhanços, não utilizar a sua máxima capacidade e desta forma não atingir os objectivos pretendidos pela organização.

Outro risco da ONU ao contratar estas empresas verifica-se porque normalmente as intervenções humanitárias têm a tendência de se tornarem mais complexas com o passar do tempo. Uma empresa contratada para estabelecer a ordem, pode verificar que a tarefa está a tornar-se mais complexa, tornando-se não lucrativa e mais perigosa do que havia sido previamente estabelecido. Desta forma, a empresa pode decidir que o melhor, em termos de satisfação dos seus interesses comerciais, é abandonar a operação. O próprio pessoal contratado pela empresa pode considerar que o que recebem

---

9 Isto de facto verificou-se em Outubro de 1998 quando a Administração Americana contratou a empresa militar privada, DynCorp, para substituir as suas forças no contingente militar da OSCE, responsável por verificar a retirada das forças sérvias do Kosovo. Esta decisão foi tomada porque a Administração Americana não queria enviar as suas forças desarmadas para uma situação de conflito. (Steele, 1998)

10 Fonte: Singer, 2003: 186.

não compensa o risco, quebrando o contrato com a empresa. Em qualquer um destes casos, a operação da ONU pode ficar ameaçada.

A indústria ainda não tem uma cultura de *peacekeeping*. Muitos dos contratados pelas empresas não são meros ex-militares, são soldados de unidades de elite, normalmente das forças de operações especiais. Nos Estados Unidos são *ex-Rangers*, *Green Berets*, *Delta Forces* e *SEALs*. No Reino Unido são *ex-Special Air Service*, ex-oficiais de polícia da Escócia (*Scotland Yard's royalty protection squad* (SO14) e ex-membros do Serviço Especial de Barcos (*Special Boat Force*). (Stetz, 2004) Muitos destes indivíduos não tiveram uma formação militar que lhes permitisse ter preocupações humanitárias o que pode entrar em confronto com os seus "instintos" militares. Um dos casos mais falados foi o que aconteceu nos Balcãs. Funcionários da EMP *DynCorp* que foram contratados para serviços de policiamento para a ONU e para a manutenção dos aviões do exército americano, foram acusados de tráfico e prostituição de crianças. Um dos funcionários da *DynCorp* ainda filmou ele próprio a violar duas mulheres. Quando o assunto foi tornado público por outro funcionário da empresa esses indivíduos foram apenas expulsos e não foram julgados em tribunal. (Singer, 2003b)<sup>11</sup>. Obviamente que podem ocorrer abusos dos *peacekeepers* da ONU; a diferença com a privatização é que os *peacekeepers* da ONU são responsáveis perante o código de conduta militar enquanto que os funcionários de uma empresa estão sujeitos apenas às leis do mercado.

Muitos dos argumentos usados para que a ONU não tenha forças armadas permanentes, podem aplicar-se à contratação de forças militares privadas. Por exemplo, não há uma resposta definitiva sobre qual o órgão da ONU que deveria ter o poder de contratar EMPs. O processo de decisão da Assembleia Geral não será o mais apropriado já que seria quase impossível reunir o consenso sobre esta matéria. Limitar o processo de decisão ao Conselho de Segurança deixa a maior parte do mundo em desenvolvimento de fora, onde as operações são mais prováveis de ocorrer.

---

11 Numa entrevista que realizei com um aluno de doutoramento que estava a pesquisar o caso, ele disse-me que não foram apenas os funcionários da empresa que estiveram envolvidos no tráfico de mulheres. Também outras forças militares da coligação estiveram envolvidas, mas os seus países procuraram, de imediato, abafar o caso.

### **Formas de controlo sobre as EMPs a adoptar pela ONU:**

No caso da ONU vir a decidir integrar as EMPs como uma opção nas suas missões seria aconselhável tomar as seguintes medidas:

- \* Colocar no terreno, com as EMPs, equipas independentes de observação;
- \* Elaborar contratos detalhados dos deveres e serviços a prestar pela empresa;
- \* Registrar todas as empresas contratadas;
- \* Requerer a cada empresa uma lista de todos os funcionários que estão no terreno com informação sobre cada um deles. (A ONU deveria ter a possibilidade de vetar alguém que considerassem menos apropriado);
- \* Exigir que fosse assinalado o tipo de armamento usado bem como os números de série de cada arma;
- \* Garantir independência corporativa (só usando firmas que não tivessem negócios com outras empresas que podiam modificar as suas motivações);
- \* Promover a competição de forma a assegurar qualidade e rotação das EMPs contratadas;
- \* Exigir elevados padrões de qualidade;
- \* Fomentar a criação de um sistema internacional de regulação que coloque as EMPs sob a autoridade da lei e dos tribunais internacionais; (Gantz, 2003);
- \* Estabelecer um código de conduta ao qual todas as EMPs teriam que obedecer.

### **Conclusão**

A comunidade internacional tem que ser capaz de admitir as suas fraquezas em termos de resolução de conflitos, assumindo o ónus das escolhas difíceis que deverá e terá que tomar a curto prazo. A inacção neste plano poderá colocar-nos no limbo entre a paz e a desordem. É uma questão de tempo para que ocorra a próxima crise humanitária numa área fora do interesse das grandes potências. Nessa altura, a ONU ver-se-á novamente confrontada com o dilema da privatização.

A ONU deveria equacionar seriamente a possibilidade de usar EMPs nas suas operações. Como foi explicitado, as EMPs não têm nada a ver com os mercenários. Ignorando o seu potencial, chamando-lhes mercenários, o que não são. Rotulá-las com valores morais, apenas apropriados a mercenários, não permite desenvolver uma relação salutar e muito necessária à futuras operações da ONU. Além do mais, os factores que deram origem ao aparecimento da indústria continuam presentes. Cada vez mais as grandes potências não têm vontade de intervir, as forças armadas continuam a reduzir e o número de conflitos não baixa. Não há dúvida que há uma grande procura para os serviços oferecidos pelas EMPs.

Não há dúvida que as EMPs oferecem um potencial à ONU na sua missão que é a resolução de conflitos, principalmente na área de *peacekeeping*. Mas este potencial, como foi descrito, só será bem utilizado se a ONU em vez de ignorar a existência desta indústria, dialogar com ela, estabelecendo um interrelacionamento que lhe permita controlar e definir claramente os limites e o âmbito de actuação das EMPs. E a ONU, devido às dificuldades já referidas, apresenta-se cada vez mais como um potencial cliente/beneficiário destas empresas.

Há dez anos atrás, a sugestão de privatizar as missões de *peacekeeping* seria completamente absurda. Actualmente, essa proposta já deve e pode ser mais facilmente materializável e avaliada de uma forma mais concreta. Obviamente que seria melhor deixar a “guerra com os generais”, mas já que tal não é completamente possível, encaro com bons olhos a possibilidade de uma futura conciliação das necessidades da ONU com as soluções apresentadas pelas EMPs.

## Bibliografia

Adams, Thomas K., (1999), “The New Mercenaries and the Privatization of Conflict”, *Parameters*, Summer 1999, disponível online em:

<http://carlisle-www.army.mil/usawc/Parameters/99summer/adams.htm>

Beyani, Chaloka and Damian Lily, (2001), “Regulating Private Military Companies”, *International Alert*, August 2001, disponível online em:

[http://www.international\\_alert.org/pdf/pubsec/reg\\_pmc.PDF](http://www.international_alert.org/pdf/pubsec/reg_pmc.PDF)

Brauer, Jurgen, (1999), "An Economic Perspective on Mercenaries, Military Companies, and the Privatization of Force", *Cambridge Review of International Affairs*, Outono-Inverno 1999, Vol. XIII, Nº1

Brooks, Doug, (2000), "Write a cheque, end a war: Using private military companies to end African conflicts", *Conflict Trends*, Nº 1, 2000

Brooks, Doug, (2000a), "Messiahs or Mercenaries? The Future of International private Military Services", *International Peacekeeping*, Vol. 7, Inverno 2000, Nº 4

Campbel, Gordon, (2000), "Contractors on the Battlefield: The Ethics of Paying Civilians to Enter Harm's Way and Requiring Soldiers to Depend upon Them", *Joint Services Conference on Professional Ethics 2000*, Springfield, Virginia, 27e 28 Janeiro, 2000, disponível online em: <http://www.usafa.af.mil/jscope/JSCOPE00/Campbell00.html>

Cicero, Philipppics, (2003), "Dogs of War: a profile of the War Profiteers", disponível online em: <http://www.dyncorp-sucks.com/profit.htm>

Coker, Christopher, (1999), "Outsourcing War", *Cambridge Review of International Affairs*, Outono-Inverno 1999, Vol. XIII, Nº 1

Edmonds, Martin, (1999), "Defence Privatization: From State Enterprise to Commercialism", *Cambridge Review of International Affairs*, Outono-Inverno 1999, Vol. XIII, Nº 1

Howe, Herbert, (1998), "Global Order and Security Privatization", *Strategic Forum*, Nº 140, Maio 1998

Isenberg, David, (1997), *Soldiers of Fortune Ltd.: A Profile of Today's Private Sector Corporate Mercenary Firms*, Washington: Center for Defense Information, Novembro 1997

Isenberg, David, (1999), "It's Off to War Again for Big U.S. Contractor", *Wall Street Journal*, 14 de Abril, 1999

Isenberg, David, (2004), "Background Paper for Conference on Private Military Firms, Clingendael Institute", 2 de Junho 2004

Jett, Dennis, (1998), *Why Peacekeeping Fails*, New York, Palgrave, p.18

Lee, Jeffrey, (1998), "Give a Dog of War a Bad Name", *Times*, Londres, 4 de Maio, 1998

Lynch, Colum, (2001), "Private Firms Aid U.N. on Sanctions: Wider Intelligence Capability Sought", *Washington Post*, 21 de Abril, 2001

- Malan, Mark, (2000), "Lean peacekeeping Turns Mean: Crisis and Response in Sierra Leon", Paper presented to ISS security seminar, South Africa, 18 de Maio, 2000
- Mandel, Robert, (2002), *Armies without States*, London: Lynne Rienner Publishers
- Mbogo, Stephen, (2000), "Mercenaries? No, PMCs.", *West African Magazine*, 18 de Setembro, 2000
- Musah, Abbel-Fatau and J. Kayode Fayemi, (2000), *Mercenaries: An African Security Dilema*, London: Pluto Press
- New African, (1998), "Can We Control the Dogs of War", *New African*, 1998
- O'Brien, Kevin, (1998), "Military-Advisory Groups and African Security: Privatized Peacekeeping?", *International Peacekeeping*, Vol. 5, Nº3, Outono
- O'Brien, Kevin, (2000), "PMCs, Myths and Mercenaries: the debate on private military companies", *Royal United Service Institute Journal*, Fevereiro 2000, disponível online em: <http://www.icsa.ac.uk/Publications/pmcs.html>
- Peters, Ralph, (1994), "The New Warrior Class", *Parameters*, Verão 1994, disponível online em: <http://carlisle-www.army.mil/usawc/Parameters/1994/peters.htm>
- Schulhofer-Wohl, Jonah, (2000), "Should We Privatize the Peacekeeping?", *Washington Post*, 12 de Maio, 2000, disponível online em: <http://www.globalpolicy.org/security/peacekpg/general/private.htm>
- Slabbert, J., (2000), "Privatising Peacekeeping Operations: A viable Alternative in Africa for Overextended UN Capacity", disponível online em: [http://www.mil.za/CSANDF/CISupp/TrainingFormation/DefenceCollege/Researchpapers2000\\_02/slabbert.htm](http://www.mil.za/CSANDF/CISupp/TrainingFormation/DefenceCollege/Researchpapers2000_02/slabbert.htm)
- Shearer, David, (1998a), "Private Armies and Military Intervention", *Adelphi Paper 316*, International Institute for Strategic Studies
- Shearer, David, (1998b), "Outsourcing War", *Foreign Policy*, Inverno 1998
- Singer, P.W, (2003), *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*, United State of America: Cornell University Press
- Singer, Peter, (2003b), "Peacekeepers, Inc.", *Policy Review*, Jun/Jul 2003
- Steele, Jonathon, (1998), "US gives Kosovo monitoring job to mercenaries", *The Guardian*, 31 de Outubro 1998

Stetz, Michael, (2004), "It's who we are: War against terror gives former SEALs the chance to resurrect their skills", *San Diego Union-Tribune*, 3 de Junho, 2004

Taibl, Paul, (1997), *Outsourcing & Privatization of Defense Infrastructure*, BENS Special Report, Março 1997, disponível online em: [http://www.bens.org/pubs\\_0397.html](http://www.bens.org/pubs_0397.html)

United Nations, (2001), "The right of Peoples to Self-Determination and Its application to peoples under colonial or alien Domination or Foreign Occupation", *United Nations, Economic and Social Council, Commission on Human Rights*, 14 de Fevereiro 2001

Van Creveld, Martin, (1991), *The Transformation of War*, London: The Free Press

Weber, Max, (1964), *Theory of Social and Economic Organization*, London: Free Press

Yeoman, Barry, (2003), "Soldiers of Good Fortune", disponível online em: <http://www.indyweek.com/durham/2003-07-23/cover.html>



# O Crime Organizado e as Novas Tecnologias: uma Faca de Dois Gumes

Helena Carrapiço

*Investigadora no Instituto da Defesa Nacional. Doutoranda no Instituto Universitário Europeu, Florença.*

## Resumo

O benefício que determinados Estados retiram das novas tecnologias é incalculável. Contudo, não são os únicos a tirar partido dessas vantagens. O crime organizado, e em especial o cibercrime, aproveita as vulnerabilidades dos sistemas de informação, em que as nossas sociedades estão baseadas, para lucro próprio. Apesar dos conhecimentos que já possuímos sobre este tipo de criminalidade, os nossos esforços não têm conseguido travar o número crescente de ataques cibernautas, nem evitar o aumento das perdas das empresas e dos particulares. Não devemos, no entanto, cair no erro pessimista de pensar que não existe nenhuma forma eficiente de combater o cibercrime. Existe todavia, muito trabalho por desenvolver. Desde a consciencialização da população, para os perigos inerentes à Internet, até à formação de recursos humanos mais qualificados, passando pela investigação e a cooperação entre sectores, há sem dúvida muito ainda por fazer. Adoptámos as novas tecnologias, resta-nos agora aceitar por completo as responsabilidades que elas acarretam.

## Abstract

*Numerous States have largely benefited from new technologies. They are, however, not the only one to have done so. Organized Crime, and cibercrime in particular, have also taken advantage of the vulnerabilities of the information system – which constitutes the basis for the functioning of our societies – for their own profit. Although we have managed to gather a considerable amount of knowledge concerning this issue, our efforts have been unsuccessful in controlling the growing number of cyber-attacks and their consequent losses for companies and individuals. Nevertheless, we should not adopt the pessimistic view, according to which there is no efficient way to handle this type of criminality. Naturally, much work remains to be developed: populations have to become more aware of the dangers related to Internet and its consequences; there is a growing need for skilled technicians; research lacks real investment; and the different sectors of society have to deepen their cooperation. After promptly embracing all the benefits that new technologies could foster, we are now confronted with the fact of having to accept, as well, its negative consequences.*



## Introdução

O crime organizado não é um fenómeno recente, mas a sua constante capacidade de adaptação e de sobrevivência permitiu-lhe acompanhar as mudanças das sociedades, alterando a sua forma e os seus métodos. Tendo mantido o lucro como objectivo principal, o crime organizado está já longe da imagem do tradicional *gangster* dos filmes americanos. Aprendeu a dominar as novas tecnologias e a utilizá-las a seu favor, facilitando assim o desenvolvimento das suas actividades ilícitas. A evolução das comunicações permitiu-lhe actuar à distância e estabelecer contactos a nível internacional, enquanto que a informática possibilitou a criação de novos métodos e, até, de novos tipos de crime. À medida que as sociedades foram integrando tecnologias inovadoras no seu quotidiano, foram-se criando igualmente novas fragilidades: estes avanços tecnológicos tornaram-se indispensáveis para o bom funcionamento das instituições-chave dos países, assim como para o dia-a-dia dos cidadãos. Neste sentido, e tendo em consideração que o acesso aos conhecimentos e materiais informáticos é cada vez mais fácil, a possibilidade das sociedades virem a ser vítimas do seu próprio progresso deve ser considerada com alguma seriedade. Da mesma forma, como estas criaram os instrumentos para melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, forneceram ao crime organizado e ao terrorismo as capacidades para as destruírem.

Contudo, e tal como veremos ao longo deste artigo, a tecnologia é uma faca de dois gumes: se pode ser manipulada no âmbito de actividades ilícitas, também pode ser utilizada para combater estas últimas. Por forma a demonstrar este pressuposto, iremos tentar compreender, em primeiro lugar, o que é o crime organizado e quais as suas formas de actuação mais tradicionais, para em seguida analisarmos em maior detalhe a forma como as novas tecnologias influenciaram a sua evolução. Por fim, pretende-se referir alguns dos esforços desenvolvidos no sentido de controlar este problema, nomeadamente o papel que a tecnologia pode ter no combate ao crime organizado, assim como reflectir sobre o que resta ainda fazer.

## I - Definição e Caracterização do Crime Organizado

O fenómeno do crime organizado é alvo de estudo de numerosas obras, sendo algumas mais fictícias do que outras. Dado que se trata de uma área em que é difícil fazer a distinção entre as informações verdadeiras e as falsas, e onde as obras com

rigor científico são raras, optou-se por basear este trabalho nas definições oficiais das Nações Unidas e da União Europeia. De acordo com esta última, “a Criminal Organization means a structured association, established over a period of time, of 2 or more persons, acting in a concerted manner with a view to committing offences which are punishable by deprivation of liberty or a detention order (...) whether such offences are an end in themselves or a means of obtaining material benefits and, where appropriate, of improperly influencing the operation of public authorities”<sup>1</sup>. A descrição das Nações Unidas, embora apresente algumas diferenças, segue as mesmas linhas gerais: “a group activities of 3 or more persons, with hierarchical links or personal relationships, which permit their leaders to earn profits or control territories or markets, internal or foreign, by means of violence, intimidation or corruption, both in furtherance of criminal activity and in order to infiltrate the legitimate economy”<sup>2</sup>.

A partir destas duas definições, é já possível destacar um conjunto de características que têm surgido, de forma recorrente, na literatura sobre este tema. Em primeiro lugar, é de realçar a dedicação a actividades que são ilegais; actividades estas, que são levadas a cabo por mais do que um indivíduo com o intuito de obter lucro<sup>3</sup>. Outra característica importante reside na organização interna destes grupos, descrita como hierarquicamente definida e estruturalmente semelhante à de uma empresa. Desta forma, obtêm a flexibilidade necessária à sua constante adaptação e expansão da sua actividade a novas áreas geográficas e mercados. Ainda no que diz respeito à caracterização deste fenómeno, será relevante sublinhar a questão dos métodos utilizados. Estes têm como principal objectivo destruir os obstáculos à actividade criminosa e passam habitualmente pelo uso de violência selectiva ou de outros meios de intimidação, assim como pelo exercício de influência na política, nos média, na economia e no meio judicial.

Apesar de existirem numerosas teorias relativamente ao aparecimento do crime organizado, e mais recentemente do crime organizado transnacional, é possível apontar-se elementos comuns aos vários autores. Sabe-se, por exemplo, que este fenómeno teve a sua origem em pequenos grupos de tipo gang ou clã, de base étnica, nacional ou familiar<sup>4</sup>.

---

1 Joint Action 98/733/JHA of 21 December 1998, adoptada pelo Conselho com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia; <http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/lvb/133077.htm>

2 United Nations Convention on Transnational Organised Crime (entry into force 29th September 2003).

3 A obtenção de lucro como objectivo primordial do crime organizado é uma característica extremamente relevante para alguns autores, como David Whittaker e Bruce Hoffman, que consideram ser essa a diferença fundamental relativamente aos grupos terroristas.

4 Ingeborg Schroeder, Transnational Organised Crime, Illicit Trade and European Security in Illicit Trade and Organised Crime - new threats to economic security? p. 82.

Graças ao desenvolvimento de um contexto muito específico, esses grupos puderam tornar-se mais sólidos e expandir a sua actividade. As mudanças políticas, económicas, sociais, jurídicas e tecnológicas que o mundo sofreu nos últimos anos constituem uma parte fulcral desse contexto. Tomemos o exemplo da União Europeia: no que diz respeito às primeiras alterações, é de sublinhar, nomeadamente, a desagregação da União Soviética e a consequente degradação das condições de vida nessa região. Naturalmente, o crime organizado que opera na Europa não vem apenas de Leste. Neste sentido, é igualmente relevante tomar em consideração as medidas políticas da União Europeia relativamente à redução das barreiras dentro do espaço europeu. Da mesma forma, não é possível compreendermos o crescimento exponencial deste fenómeno, nesta área geográfica, se não analisarmos igualmente outros factores como a crise de valores nas democracias europeias e a desilusão com a classe política, os quais poderão estar na origem de sociedades menos reactivas em relação à corrupção e ao crime. No que diz respeito às mudanças económicas, é importante referir o aumento drástico das trocas comerciais e da globalização da economia. Com o acesso facilitado a novos mercados, o crime organizado foi gradualmente adquirindo métodos mais profissionais e evoluindo para formas mais complexas (como é o caso do crime organizado transnacional). O resultado desta mutação traduziu-se numa maior dificuldade em detectar as actividades ilegais e em controlar os movimentos dos grupos em questão. Novamente, o Mercado Único surge como um bom exemplo da expansão da disrupção provocada pelo crime organizado. A nível das mudanças sociais, a crescente mobilidade dos cidadãos veio permitir um maior número de contactos a nível internacional e facilitar a exportação das actividades ilícitas para outros países. Ligadas a esta evolução estão também as alterações tecnológicas, em especial nos meios de transporte e de comunicação, que possibilitaram a adopção de métodos de actuação mais sofisticados e anónimos. Por fim, é ainda de mencionar que as mudanças jurídicas também influenciam a actuação do crime organizado, na medida em que este tira partido das diferenças, ainda acentuadas, entre as legislações nacionais.

No que diz respeito às actividades desenvolvidas, é possível observar a existência de, pelo menos, seis áreas distintas: o narcotráfico, os crimes financeiros, o tráfico de seres humanos, a ajuda à imigração, os crimes tecnológicos e o tráfico diverso. De entre estes sectores, o da droga será de longe o mais lucrativo, apresentando um lucro estimado pelas Nações Unidas em 400 biliões de dólares por ano<sup>5</sup>. Seguem-se o tráfico de seres

---

5 United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention, World Drug Report 2000, Oxford University press, Oxford, p. 55.

humanos e o apoio à imigração ilegal. Embora por vezes estreitamente ligadas, estas duas actividades devem ser claramente distinguidas: se a segunda se pode definir como uma prestação de serviços a indivíduos, a primeira implica a existência de uma vítima. De acordo com a Casa Branca, “trafficking in persons is often related to organized crime, and the profits from trafficking enterprises help fuel other illegal activities”<sup>6</sup>. Os crimes financeiros estão classificados como uma actividade de tipo clássico, embora o relatório da Europol de 2004 chame a atenção para o facto de estarem actualmente em franco crescimento devido à utilização de novas tecnologias<sup>7</sup>. No sector do tráfico diverso é possível enquadrar actividades desde o contrabando de bebidas alcoólicas e de tabaco, ao tráfico de armas, passando pelo roubo de veículos. Na conjuntura actual, uma das maiores preocupações é naturalmente a circulação de armas e a sua potencial compra por parte de grupos terroristas. Tendo em consideração o tema deste trabalho, os crimes tecnológicos serão analisados em maior detalhe numa segunda parte.

Ao fazer uma retrospectiva dos últimos anos, e tal como foi mencionado na introdução, é possível afirmar que houve uma evolução do crime organizado no sentido de este se adaptar às mudanças do ambiente político, económico, social, legal e tecnológico em que se encontra. Paralelamente, também se pode observar uma diversificação da panóplia de actividades desenvolvidas. Diversificação esta que passa, não só pela escolha de outras actividades ilegais, mas também pelo desenvolvimento de negócios lícitos com o objectivo de branquear capitais. Ao alcançar um nível de poder antes reservado exclusivamente a Estados, este fenómeno adquiriu a capacidade de desestabilizar económica, social e politicamente os países onde opera. Consequentemente, o crime organizado deixou de ser um simples problema da economia de mercado para passar a ser uma ameaça que diz respeito à sobrevivência dos próprios países e dos seus cidadãos.

## II – A influência das novas tecnologias na actuação do crime organizado

As oportunidades criadas pelas novas tecnologias permitiram às sociedades em geral, e ao comércio em particular, melhorar as suas capacidades e reduzir os seus custos. As últimas décadas representaram um avanço extraordinário na área das tecno-

---

6 The White House, Fact Sheet: trafficking in Persons National Security Presidential Directive, February 25th 2003, <http://usinfo.state.gov/topical/global/traffic/03022502.htm>

7 2004 EU Organised Crime Report, Europol.

logias de informação e telecomunicações, o que levou a uma maior aproximação dos indivíduos e a uma alteração da forma como estes interagem. Actualmente, a quase totalidade das sociedades ocidentais funciona com base em sistemas de informação, que são utilizados nas mais variadas áreas. Contudo, da mesma forma como as trocas lícitas foram beneficiadas, não devemos esquecer que também as ilegais foram favorecidas com esta evolução: “comme toute invention humaine porteuse de progrès, elle engendre dès comportements déviants et une nouvelle forme de délinquance: la cybercriminalité”<sup>8</sup>.

A enorme capacidade de adaptação do crime organizado permitiu-lhe tirar partido do progresso tecnológico, tendo-se tornado até um dos seus principais beneficiários. O desenvolvimento em áreas como as comunicações, os transportes e o ciberespaço aumentaram de forma exponencial o campo em que estes grupos podem operar: “the spread of e-business and the possibility of creating so-called virtual identities facilitates and obscures criminal activities and actors by providing anonymity”<sup>9</sup>. Outra consequência relevante é a constituição de parcerias e a cooperação entre grupos de crime organizado de diferentes regiões do globo: “rather than treat each other as rivals, many criminal organizations are sharing information, services, resources, and market access according to the principle of comparative advantage. By doing so, they can reduce their risks and costs and are better able to exploit illicit criminal opportunities”<sup>10</sup>. Para além deste aspecto, as inovações tecnológicas a nível de software e de impressão permitiram ainda melhorar a produção de moeda, documentos falsos e até cartões de crédito. Como é possível observar, o conceito de novas tecnologias é extremamente abrangente, não se esgotando apenas no campo de actuação do chamado cibercrime ou crime de alta tecnologia. No entanto, parece-nos indicado colocar a ênfase desta segunda parte neste último, tendo em consideração a ameaça que este representa para o estilo de vida das nossas sociedades.

O cibercrime é a denominação dada a um conjunto específico de crimes relacionados com a utilização de computadores e de redes informáticas. Esta expressão pode igualmente ser empregue no que refere à facilitação de actividades ilegais tradicionais através do recurso a meios informáticos. De acordo com o Conselho da Europa, o cibercrime pode ser definido como “criminal activity including offences against computer data and systems, computer-related offences, content offences and copyright offences”<sup>11</sup>. Outra definição, mais completa, poderá ser encontrada no recente artigo do General Claude

---

8 Claude DeChamps, Cybercriminalité, in Defense Nationale, Avril 2005, p. 99.

9 2004 EU Organised Crime Report, Europol.

10 US Government Interagency Working Group, International Crime Threat Assessment, 2000.

11 Council of Europe, Cybercrime Treaty, EST n°185.

DeChamps: “la cybercriminalité est un terme générique qui peut se définir comme l’ensemble des exactions commises par un moyen lié aux nouvelles Technologies, principalement Internet, permettant par réseau filaire, hertzien ou satellite, de voler, détourner, paralyser, contrefaire, modifier, détruire des données ou se procurer, diffuser et échanger des contenus illégaux”<sup>12</sup>. Neste sentido, podem ser identificados três tipos principais de cibercrime: actividades contra indivíduos, contra a propriedade e contra o Estado.

No que diz respeito ao primeiro género, a pornografia, nomeadamente a infantil, será sem dúvida a questão mais premente. A proliferação de *sites Internet* contendo imagens e vídeos de crianças é uma ameaça crescente na União Europeia, especialmente dada a evolução dos sistemas de pagamento electrónicos que permitem, cada vez mais, manter o anonimato, quer do comprador, quer do fornecedor: “le caractère virtuel des échanges sur l’Internet et le semblant d’anonymat favorisent le franchissement des barrières de l’illégalité, les internautes pensant que les normes morales ou légales du monde réel ne s’appliquent pas dans ce cyberspace”<sup>13</sup>. Existe um aumento dos casos de aliciamento de menores através de salas de conversação virtuais, onde estes não estão protegidos contra a possibilidade de serem abordados por pedófilos ou outro tipo de criminosos: “As noted by the FBI, chat rooms may also provide the pedophile with na anonymous means of identifying and recruiting children”<sup>14</sup>. As vítimas costumam ter uma média de idades que ronda os 13 - embora seja cada vez mais frequente o aparecimento de casos envolvendo crianças mais novas - sendo a sua maioria angariada junto de jovens sem abrigo. De acordo com o relatório da Europol de 2004, a grande maioria das vítimas e do material ilegal que circula no interior da UE é originário dos países da antiga União Soviética, do Sul-Este da Ásia e da América do Sul. Outros países de destino como o Canadá e os Estados Unidos não diferem muito quanto à origem das crianças em questão. O tráfico de mulheres, que tem como objectivo a prostituição forçada ou a escravatura, é igualmente fonte de séria preocupação. As novas tecnologias têm também um papel preponderante na angariação de indivíduos para estes fins. Numerosos homens e mulheres são levados a acreditar que irão aceder a melhores mercados de trabalho e a um nível de vida com que sempre sonharam, sendo posteriormente arrastados para esquemas de prostituição e violência.

---

12 Claude DeChamps, *Cybercriminalité*, in *Defense Nationale*, Avril 2005, p. 100.

13 Idem.

14 Jay Albanese, *Commercial Sexual Exploitation of Children*, in *Transnational Crime*, International Studies in Social Sciences, Sitter Publications, 2005.



Os crimes contra indivíduos incluem ainda a extorsão, a fraude e o assédio, sendo que qualquer uma destas três actividades pode ser realizada facilmente através da Internet e de correio electrónico. Será ainda relevante mencionar um último tipo de crime contra o indivíduo, o do roubo de dados pessoais: “defined as the unauthorized collection and use of personal information, usually for criminal purposes. [...] The criminal assumes the victim’s identity to take advantage of his or her established credit rating”<sup>15</sup>. Os casos mais comuns estão ligados a pagamentos electrónicos efectuados através de canais pouco seguros, resultando na captura de informações que poderão ser utilizadas, posteriormente, no financiamento de operações criminosas. Outro método recente, já utilizado em larga escala para a obtenção de dados relativos a cartões de crédito, consiste no envio de mensagens através de correio electrónico. Numa tentativa de se fazer passar por uma entidade bancária, o crime organizado pede aos destinatários das mensagens determinadas informações, alegando estar a proceder a uma reestruturação dos sistemas informáticos. De acordo com a Comissão Federal de Comércio Norte-Americana, das 516,740 queixas apresentadas por cidadãos em 2003, 41% corresponderam a roubo de dados pessoais<sup>16</sup>.

Tal como já foi referido, o segundo tipo de cibercrime tem como objectivo atentar contra a propriedade. Embora seja possível apontar inúmeras actividades passíveis de serem desenvolvidas neste âmbito, optou-se por se referir apenas as principais: o vandalismo informático e a intercepção de dados. Esta última actividade inclui o desvio de informações comerciais e crimes financeiros, dos quais as empresas são geralmente as vítimas mais comuns. Segundo inquéritos realizados a empresas americanas pelo Computer Security Institute do Federal Bureau of Investigation, foram relatadas perdas nos Estados Unidos, com origem em cibercrime, de \$124 milhões em 1999. Este número tem vindo a subir gradualmente, tendo atingido os \$266 milhões, em 2000, e os \$378 milhões em 2001<sup>17</sup>. Este crescimento deve-se, nomeadamente, ao facto deste tipo de crime ser facilmente posto em prática, de ser acessível a um número importante de indivíduos e da aplicação das legislações, quer nacionais, quer internacionais, ser extremamente insuficiente. No que diz respeito ao primeiro tipo de actividade, o

---

15 Criminal Intelligence Service Canada, *Technology and Crime*, 2001, p. 3, <http://www.cisc.gc.ca/AnnualReport2001/Cisc2001/technology2001.html>

16 Tony Aeilts, *Defending Against Cybercrime and Terrorism: a new role for universities*, FBI Law Enforcement Bulletin, Jan. 2005.

17 Dorothy E. Denning, “Information, Technology and Security”, in *Grave New World*, Edited by Michael E. Brown, p. 93.

vandalismo informático, este consiste na propagação de vírus susceptíveis de danificar seriamente os computadores e os site Internet visados: “many attacks are extremely costly. According to Computer Economics of Carlsbad, California, the *ILOVEYOU* virus and its variants, which crippled computers in May 2000, were estimated to have cost \$8.5 billion in damages, vastly exceeding the damages from any previous virus”<sup>18</sup>. É importante sublinhar que para além de provocar danos directos às suas vítimas, este tipo de ataque também constitui uma ameaça à economia global no sentido em que mina a confiança pública no comércio electrónico e nas novas tecnologias em geral. É, no entanto, curioso observar que nem o vandalismo informático, nem a intercepção de dados constam da lista de ameaças do mais recente relatório da Europol sobre crime organizado.

Os Estados podem igualmente ser vítimas de vandalismo informático, de fraude ou de intercepção de dados, pois o processo utilizado é exactamente o mesmo. Tal como foi referido na primeira parte, o crime organizado interessa-se tradicionalmente pelo lucro e não por questões políticas. Qual o seu interesse, então, em atacar Estados? É verdade que os Estados têm recursos financeiros que podem ser mais aliciantes que os dos indivíduos; contudo, estes constituem apenas uma parte das motivações do crime organizado. O factor mais importante reside no facto dos governos disporem de informações preciosas que, se interceptadas, podem ser uma mais-valia para outros Estados ou terroristas, mais-valia esta, que se traduz em remunerações extremamente elevadas. Contudo, o acto de visar Estados acarreta consequências muito diferentes. Um ataque dirigido contra uma instituição governamental, civil ou militar, pode afectar gravemente a segurança nacional, especialmente se estiverem em causa informações confidenciais. O exemplo apresentado por Dorothy E. Denning no seu artigo é revelador: “Before and during the Gulf War, [...] hackers from the Netherlands penetrated computer systems at thirty-four American military sites on the Internet, including sites that were directly supporting Operations Desert Storm and Desert Shield. They browsed through files and obtained information about the exact location of US troops, the types of weapons they had, the capabilities of the Patriot missile, and the movement of American warships in the gulf region”<sup>19</sup>. Este episódio, que mais parece saído de um filme, é, no entanto, apenas uma pequena parte da realidade. Segundo a Joint Task Force Computer Network Operations do Departamento da Defesa Americano, o número de tentativas para entrar

---

18 Idem.

19 Dorothy E. Denning, “Information, Technology and Security”, in *Grave New World*, Edited by Michael E. Brown, p. 95.

no sistema deste último, em 2000, foi de 28 106, das quais 369 foram bem sucedidas<sup>20</sup>. Um ataque deste tipo a infra-estruturas chave de um Estado (central eléctrica ou rede de distribuição da água) teria, portanto, consequências devastadoras para toda a sua população. Naturalmente, tentativas como esta não são comuns, mas só o facto de esta possibilidade existir leva-nos a reflectir seriamente sobre o nosso nível de preparação para fazer frente a esta ameaça.

### III - O papel das novas tecnologias na luta contra o crime organizado

O ciberespaço e, em especial a Internet, são habitualmente encarados como um mundo virtual sem ligação ao real, com um espaço e um tempo próprios, sem fronteiras nem regras e, conseqüentemente, sem segurança. Esta visão, embora tenha alguns traços de verdade, não é totalmente correcta. Os pontos de acesso a este mundo virtual, os computadores, têm uma existência física e como tal podem ser controlados de determinadas formas. No entanto, seria alimentar uma falsa esperança pensar-se que é possível vencer o crime organizado, de forma definitiva, no campo da informática. Nenhum sistema é totalmente inviolável e, como tal, existe sempre a possibilidade de alguém o poder aceder: "The bottom line is that we will never have secure systems. The underlying technology will always have vulnerabilities and people will always make mistakes. [...] Thus an important component of any security program is the capability to detect and respond to security breaches that do occur"<sup>21</sup>. Tendo em consideração estas duas visões, analisemos quais as possíveis estratégias de combate ao crime organizado.

De acordo com Dorothy E. Denning, a capacidade reactiva das autoridades é um dos seus poucos meios de acção para fazer frente a futuros ataques. Na sequência de uma brecha na segurança de um sistema, é desenvolvido um outro mais avançado, em que as fragilidades do anterior são colmatadas. Seguem-se novas tentativas, por parte do crime organizado, para aceder ao sistema desejado. Assim que este é penetrado, as autoridades voltam a concentrar os seus esforços para melhorar os pontos fracos,

---

20 Defense Information and Electronics Report, JTF-CNO Battles Surging Tide of More Destructive Computer Attaks, 7 de Set. 2001, <http://delphi.dia.ic.gov/admin/EARLYBIRD/010910/s20010910jtf.htm>

21 Dorothy E. Denning, "Information, Technology and Security", in *Grave New World*, Edited by Michael E. Brown, p. 102.

criando-se, desta forma, um círculo vicioso. O problema da capacidade reactiva é, tal como o seu nome o indica, o facto de ser posterior à acção ilegal e, portanto, de não ser capaz nem de a prever, nem de a evitar. Esta asserção leva-nos a questionar-nos se não será realmente possível fazer mais a nível preventivo. Contrariamente a Dorothy E. Denning, Peter Grabosky do Australian Institute of Criminology defende que sim, que as tecnologias de vigilância, detecção e bloqueio podem ser uma grande mais-valia neste campo<sup>22</sup>. Da mesma forma como passaram a existir, por exemplo, detectores de metais nos aeroportos, deverão ser cada vez mais comuns os mecanismos de prevenção da criminalidade no ciberespaço. Nos últimos anos, tem-se desenvolvido toda uma indústria dedicada a esta área: criptografia, biometria, programas antivírus e bloqueadores de intrusos, têm custos cada vez mais acessíveis ao cidadão comum, cuja consciência do problema parece estar a aumentar. A vigilância é outro aspecto da prevenção no qual as autoridades têm investido de forma considerável. Perante a actual situação, os serviços de segurança nacionais optaram por formar agentes cuja única função é patrulhar a Internet, permitindo assim a detecção de pornografia infantil ou de outro tipo de actividade ilegal. Outra aplicação das novas tecnologias no combate contra o cibercrime é a utilização da Internet como canal de comunicação privilegiado entre a população e as autoridades. Estas últimas podem agora mais facilmente fazer passar mensagens relevantes sobre vírus em expansão ou informar os indivíduos sobre a quem recorrer em caso de serem vítimas de crime. As populações têm igualmente a possibilidade de cooperar neste esforço através da denúncia de sites ilegais com os quais tenham deparado: "Online hotlines now facilitate the reporting of activities as diverse as fraud and child pornography"<sup>23</sup>.

No que diz respeito ao enquadramento destas iniciativas, vários países têm vindo a desenvolver estratégias de combate ao cibercrime, dada a crescente preocupação com este problema. Os Membros do Conselho da Europa, por exemplo, desenvolveram uma convenção internacional apenas dedicada a este tema, cujo texto final foi assinado, por 26 países, a 23 de Novembro de 2001<sup>24</sup>. Estes países pretendiam, desta forma, encorajar uma abordagem comum a este tipo de crime. A União Europeia, por seu lado, deu igualmente um passo relevante neste campo ao adoptar o eEurope Action Plan 2002 e, posteriormente, o eEurope Action Plan 2005, ambos com o objectivo de desen-

---

22 Peter Grabosky, *Technology & Crime*, in *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, nº78, January 1998.

23 *Idem*.

24 *International Convention on Cyber Crime*.

volver - com base numa infra-estrutura de informação segura - serviços públicos presentes na Internet, assim como um ambiente dinâmico para o comércio electrónico com acesso de banda larga, a preços competitivos<sup>25</sup>. Os Estados Unidos, por seu lado, têm vindo a desenvolver elementos mais especificamente no âmbito do combate ao cibercrime. Note-se, em especial, a criação do Protection Board (Outubro de 2001) - um órgão que coordena os programas de protecção dos sistemas de informação pertencentes às instituições vitais do país<sup>26</sup> - e do FBI's Cyber Crimes Program, que inclui iniciativas como o InfraGard, uma cooperação entre esta agência e o sector privado, e a **Innocent Images National Initiative, cujo objectivo é controlar os crimes sexuais informáticos contra crianças**. É ainda de sublinhar, apesar de já não ser recente (1997), a iniciativa do grupo G8 que consistiu na compilação de dez princípios a ser seguidos no combate ao crime de alta tecnologia e na proposta de um plano de acção com base nestes últimos. Este mesmo grupo de países está neste momento a analisar uma proposta conjunta da França, Irlanda, Suécia e Reino Unido sobre a retenção de dados relativos ao tráfico em geral.

Estas iniciativas têm sido, no entanto, ainda muito limitadas, sendo necessário desenvolver mais esforços por forma a garantir que as novas tecnologias possam evitar mais crimes do que facilitam. Neste sentido, propõe-se o seguinte conjunto de recomendações: em primeiro lugar, é necessário reconhecer que não existe ainda uma perfeita consciência, por parte do público em geral, dos perigos das novas tecnologias e, em especial da Internet. Muitos utilizadores são vítimas de crimes que poderiam ser facilmente evitados se estivessem correctamente informados: "The negative phenomenon of misusing information technologies is very often enabled by the lack of preparedness of the society for the ever more intensive linkage between ordinary activities and new technology"<sup>27</sup>. Por forma a colmatar esta falta, deverão ser investidos mais fundos em campanhas de alerta, tendo em atenção que um número crescente de cibernautas são adolescentes e até crianças. Essas campanhas deverão, contudo, ser bem adaptadas ao público-alvo para evitar cair-se no ridículo de produzir, por exemplo, brochuras informativas extremamente detalhadas para regiões com elevadas taxas de iliteracia. A responsabilidade pela divulgação da informação não deverá, no entanto, recair,

---

25 [http://europa.eu.int/information\\_society/eeurope/2005/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/information_society/eeurope/2005/index_en.htm)

26 Dorothy E. Denning, "Information, Technology and Security", in *Grave New World*, Edited by Michael E. Brown, p. 107.

27 Czech Ministry of the Interior, *Strategy of Combating Crime in the Area of Information Technology*, June 2001, Prague, p. 2. [http://www.mvcr.cz/odbor/bezp\\_pol/english/dokument/konc\\_eng.html](http://www.mvcr.cz/odbor/bezp_pol/english/dokument/konc_eng.html)

como é habitual pensar, apenas nos ombros dos Estados. Só serão atingidos bons resultados se toda a sociedade se sentir envolvida neste processo, o que implica recorrer igualmente a empresas, instituições privadas não comerciais e até indivíduos. Aliás, a maioria dos especialistas informáticos não se encontra ao serviço do Estado (muito pelo contrário), sendo portanto uma mais-valia poder contar com o seu apoio.

Em segundo lugar, existe outra área em que a cooperação entre o sector privado e o sector público deveria ser reforçada: “One of the challenges [...] is that industry has been reluctant to share information out of concern for its confidentiality. In particular, companies are concerned that sensitive information provided voluntarily might not be adequately protected”<sup>28</sup>. É necessário que as empresas compreendam que a segurança da sociedade deve estar acima dos seus interesses particulares e que um sistema de maior partilha de informações só as poderá beneficiar a longo termo. Naturalmente, esta cooperação deverá ser desenvolvida por forma a não sacrificar a competitividade das indústrias. É igualmente importante que tomem consciência da verdadeira capacidade policial neste campo, assim como da existência de respostas adequadas aos seus problemas. Muitas empresas evitam informar as autoridades de que foram vítimas de crimes de alta tecnologia pois não acreditam, por um lado, que estas estejam dotadas com os instrumentos necessários à resolução das ocorrências e, por outro, porque receiam que os seus casos sejam tratados com alguma ligeireza, levando assim a uma diminuição do seu prestígio junto do público: “consequently, agencies may not adequately capture cyber-related crime statistics, and the gross impact of this type of crime, generally, may appear understated”<sup>29</sup>.

Por fim, deve ser referido o problema dos recursos humanos. Só é possível combater o cibercrime se houver especialistas em segurança informática. Por esta razão, deve ser incentivada (através, por exemplo, de bolsas) a entrada de jovens em cursos universitários e profissionais passíveis de lhes dar uma formação adequada. Ligadas a esta questão estão ainda o reduzido investimento na área da investigação, sem a qual não poderão surgir novas tecnologias menos vulneráveis, e a falta de material moderno nas instituições responsáveis pelo combate deste tipo de criminalidade. São já numerosos os autores que sugerem cooperações com instituições universitárias com vista, quer à obtenção de apoio especializado, quer como fonte de recrutamento para os seus

---

28 Dorothy E. Denning, “Information, Technology and Security”, in *Grave New World*, Edited by Michael E. Brown, p. 108.

29 Tony Aeilts, *Defending Against Cybercrime and Terrorism: a new role for universities*, FBI Law Enforcement Bulletin, Jan. 2005, p. 16.

quadros: "law enforcement administrators should identify university faculty and staff as a significant training resource, as well as one in support of high-tech criminal investigations"<sup>30</sup>.

## Conclusão

O benefício que determinados Estados retiram das novas tecnologias é incalculável. Contudo, não são os únicos a tirar partido dessas vantagens. O crime organizado, e em especial, o cibercrime, aproveita as vulnerabilidades dos sistemas de informação, em que as nossas sociedades estão baseadas, para lucro próprio. Apesar dos conhecimentos que já possuímos sobre este tipo de criminalidade, os nossos esforços não têm conseguido travar o número crescente de ataques cibernautas, nem evitar o aumento das perdas das empresas e dos particulares. Não devemos, no entanto, cair no erro pessimista de pensar que não existe nenhuma forma eficiente de combater o cibercrime. Existe todavia, muito trabalho por desenvolver. Desde a consciencialização da população, para os perigos inerentes à Internet, até à formação de recursos humanos mais qualificados, passando pela investigação e a cooperação entre sectores, há sem dúvida muito ainda por fazer. Adoptámos as novas tecnologias, resta-nos agora aceitar por completo as responsabilidades que elas acarretam.

## Bibliografia

Jay Albanese, *Commercial Sexual Exploitation of Children*, in *Transnational Crime*, International Studies in Social Sciences, Sitter Publications, 2005.

Barnett, N.; *The Criminal threat to Stability in the Balkans*, in *Janes's Intelligence Review*, Vol.14, number 4, April 2002.

Bauer, A. & Raufur, X.; *La Guerre ne fait que commencer*; Folio Documents; Gallimard; 2002.

Boniface, P.; *Les Guerres de Demain*; Editions du Seuil; 2001.

---

30 Tony Aeilts, *Defending Against Cybercrime and Terrorism: a new role for universities*, FBI Law Enforcement Bulletin, Jan. 2005, p. 17.

Brown, M. (editor); *Grave New World – Security Challenges in the 21st Century*; Georgetown University Press; Washington; 2003.

Cárter, F. & Tullett, T.; *The Sharp End – the fight against organised crime*; The Bodley Head London; 1988.

Conselho da Europa; *Cybercrime Treaty*, EST nº185.

Concelho da União Europeia; *EU Actions against Organised Crime in the Western Balkans*; Ref. 14768/03 CRIMORG 79; 2 de Dezembro de 2003; Bruxelas.

Courmont, B.; *L'emergence de nouveaux acteurs asymétriques*, in *La Revue Internationale et Stratégique*, nº51, automne 2003.

Criminal Intelligence Service Canada, *Technology and Crime*, 2001, p. 3

<http://www.cisc.gc.ca/AnnualReport2001/Cisc2001/technology2001.html>

Czech Ministry of the Interior, *Strategy of Combating Crime in the Area of Information Technology*, June 2001, Prague.

[http://www.mvcr.cz/odbor/bezp\\_pol/english/dokument/konc\\_eng.html](http://www.mvcr.cz/odbor/bezp_pol/english/dokument/konc_eng.html)

DeChamps, C., *Cybercriminalité*, in *Defense Nationale*, Avril 2005.

Defense Information and Electronics Report, JTF – CNO Battles Surging Tide of More Destructive Computer Attacks, 7 de Set. 2001

<http://delphi.dia.ic.gov/admin/EARLYBIRD/010910/s20010910jjtf.htm>

Denning, D.; *Information, Technology and Security*, in *Grave New World*, Edited by Michael E. Brown.

Europol; *2003 EU Organised crime Report*; <http://europa.eu.int>.

Europol; *2004 EU Organised crime Report*; <http://europa.eu.int>.

Europol; *Trafficking of Human Beings: a Europol Perspective*; January 2004.

Europol; *Organised Illegal Immigration into the European Union*; January 2004.

Fiorentini, G. & Peltzman, S.; *The Economics of Organised Crime*; Centre for Economic Policy Research; Cambridge University Press; 1997.

Kaldor, M.; *New and Old Wars – organised violence in a global era*; Stanford University Press; 1998.



Galeotti, M.; *Albanian Gangs gain Foothold in European Crime underworld*; in Jane's Intelligence Review; vol.13; number 11; Novembro de 2001.

Godson, R.; *Transnational Crime, Corruption and Security*, in *Grave New World - Security Challenges in the 21st Century*; 2003.

Grabosky, P.; *Technology & Crime*, in Trends and Issues in Crime and Criminal Justice, nº 78, January 1998.

Makarenko, T.; *Terrorism and Transnational Organised Crime: the emerging nexus*, in Paul Smith (ed), *Transnational Violence and Seams of Lawlessness in the Asia-Pacific: Linkages to Global Terrorism* (Hawaii: Asia Pacific Centre for Security Studies, Forthcoming). Disponível em [www.st-andrews.ac.uk/academic/intrel/research/cstpv/pdf/files/APCSS%20%20crime%20terror%20contin.pdf](http://www.st-andrews.ac.uk/academic/intrel/research/cstpv/pdf/files/APCSS%20%20crime%20terror%20contin.pdf)

Makarenko, T.; *Tracing the Dynamics of the Illicit arms trade*, in Jane's Intelligence Review, September 2003.

Makarenko, T.; *A Model of terrorist-criminal relation*, in Jane's Intelligence Review, vol.15, nº8, Agosto 2003.

Margalho Carrilho, M. N. J.; *Narcotráfico e terrorismo* in Anais do Clube Militar Naval; 2001.

Nações Unidas, *United Nations Convention on Transnational Organised Crime*.

United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention, *World Drug Report 2000*; Oxford University press; 2000.

Politi, A.; *Russian Organised and European Security in Illicit Trade and Organised Crime - New threats to economic security?*; European Commission-Directorate-General for External Relations; Office for Official Publications of the European Communities; 1998.

Pratt, A. N.; *Human Trafficking: the Nadir of an Unholy Trinity*; European Security; vol. 13; Spring-Summer 2004; numbers 1-2.

Proença Garcia, F. & Saraiva, M. F.; *O Fenómeno da Guerra no Novo Século - uma perspectiva*; Revista Negócios Estrangeiros; 2004.

Rotberg, R. (editor); *When States Fail - causes and consequences*; Princeton University Press; 2004.

Schmid, A. P.; *Links between terrorism and drug trafficking: a case of "narco-terrorism"*, in Turkish Policy Quarterly, vol.3, nº2, Summer 2004.

Schroeder, I.; *Transnational Organised Crime, Illicit Trade and European Security in Illicit Trade and Organised Crime – New threats to economic security?*; European Commission-Directorate-General for External Relations; Office for Official Publications of the European Communities; 1998.

Sum Tzu; *The Art of War*; Dover Publications; 2002.

US Government Interagency Working Group, *International Crime Threat Assessment*, 2000.

White, J. B.; *Uma Ameaça Diferente – Reflexões sobre a Guerra Irregular*; Military Review; Edição brasileira; 1st Quarter 2004.

Whittaker, D. (editor); *The terrorism Reader*; Routledge; 2001.

### **Referências Internet**

Joint action 98/733/JHA of 21 December 1998, adoptada pelo Conselho com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, <http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/lvb/l33077.htm>

A common EU approach to the fight against organised transnational crime,  
[http://europa.eu.int/comm/justice\\_home/fsj/crime/wai/fsj\\_crime\\_intro\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/justice_home/fsj/crime/wai/fsj_crime_intro_en.htm)

Justice and Home Affairs issues are an important feature of the Stabilisation and the Association Process. [http://europa.eu.int/comm/justice\\_home/fsj/external/balkans/wai/fsj\\_external\\_balkans\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/justice_home/fsj/external/balkans/wai/fsj_external_balkans_en.htm)

The White House, Fact Sheet: trafficking in Persons National Security Presidential Directive, February 25th 2003, <http://usinfo.state.gov/topical/global/traffic/03022502.htm>

# Comunicação e Conflito na Era Digital

Joám Evans Pim

*Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, IGESIP.*

## Resumo

Hoje a Internet consolidou-se como campo predilecto para a comunicação e para os fluxos de informação internacionais. Em tempo de conflito armado, tanto os agentes dos meios de comunicação como os militares e os governos, estão conscientes disso, convertendo-se a “rede” num campo de batalha virtual na conquista da opinião pública mundial.

Nesta comunicação, pretende-se examinar como a Internet é utilizada pelos actores implicados nos conflitos internacionais (militares, governos, meios de comunicação, partidos políticos e ONG's, entre outros), para conseguir os seus fins, tendo em conta a nova natureza da guerra e o papel que se espera dos cidadãos nas democracias ocidentais.

## Abstract

*Today the Internet has reinforced itself as the preferential field for international communication and information flows. In time of armed conflict, the agents of the media, the military and governments are specially conscious about this, transforming the Web into a virtual battlefield for the conquest of world public opinion.*

*In this paper we will try to examine how the Internet is used by the actors of international conflicts (military, governments, media, political parties and NGO's) to achieve their aims, considering the new nature of war and the roll expected from citizens in the western democracies.*



*“The bottom line is that the Internet now directly involves American journalists – and citizens – as never before in the activities and operations of its armed forces, in peace and war.”*

Edward Offley

## 1. Introdução

Dias antes de começar a última ofensiva contra o Iraque, as palavras «guerra» e «Iraque» destronaram, pela primeira vez em bastante tempo, outras mais populares como «sexo» ou «Britney Spears» nos motores de busca comerciais da Internet.

Esta crise internacional fez com que os internautas, durante o período no qual durou o conflito, utilizassem a rede não tanto como um instrumento de diversão, mas como uma fonte de informação e, em alguns casos, também de mobilização. Segundo revelou um estudo do motor de busca “Yahoo!” realizado com uma mostra dos Estados Unidos, a palavra mais procurada foi «Iraque», seguida de «NCAA Basketball»<sup>1</sup>.

Nuno Mira Vaz, do Instituto da Defesa Nacional português, considera os meios de comunicação como um factor absolutamente decisivo na conformação das ideias que o cidadão comum possui sobre os cenários de conflagração, uma vez que estes – especialmente a televisão, mas também os novos meios como a Internet – apresentam o campo de batalha à opinião pública, ilustrando os comportamentos dos diversos interventores<sup>2</sup>.

A nova natureza da guerra, como assinalam Young e Jesser, libertou o cidadão das obrigações existentes nas guerras do passado<sup>3</sup>. A população, melhor formada e mais crítica, espera, como um direito, ter acesso à informação de qualquer tema da actualidade, acostumando-se (isso quando já não se faz adepta) a receber um fluxo constante e imediato de notícias procedentes de um espectro mediático cada vez mais internacionalizado, mas não livre de perigos. Como expõe o Tenente Coronel Juan Andrés Toledano:

---

1 IV Curso de Estado Mayor 2002-2003: «Estudio preliminar da operação: Libertad para Irak». Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003, p. 229.

2 Mira Vaz, Nuno: «Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI», Nação e Defesa (Lisboa), 107 / Primavera 2004, 2ª Série. Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, p. 100.

3 Peter Young; Peeter Jesser: «The Media and the Military from the Crimeia to Desert Strike». New York: St. Martin's Press, 1997, p. 17.

“Los medios de comunicación desempeñan ahora un papel decisivo en la formación de una comunidad imaginaria, tanto en el plano nacional como en el mundial, un mito por el que millones de seres distintos encuentran su identidad común en un “nosotros” y nos sirven una dieta informativa que se legitima en “nuestra” necesidad de saber, aunque, de hecho, lo único que nos muestran es lo que cabe en los límites visuales y cronológicos del género. En ese círculo vicioso, los informativos se convalidan como un sistema de autoridad, una institución nacional con el poder de proporcionar a la nación una identidad y de tomarle el pulso a diario<sup>4</sup>”.

A Internet emergiu como um actor decisivo na hora de cobrir esta necessidade de informação, proporcionando uma diversificação (tanto nas fontes como nos suportes) que dificilmente outros meios poderiam cobrir. Os diversos actores que intervêm nos conflitos armados estão conscientes disto, e cada vez destinam mais recursos para atingir os seus pontos de vista.

As partes envolvidas nestes conflitos (não somente militares e governos, mas também ONG’s e outros organismos) tentam às vezes aproveitar as vantagens deste meio para chegar directamente à opinião pública. No entanto, os meios de comunicação social têm sabido responder, criando os seus próprios portais de informação e elaborando produtos competitivos.

São estes problemas, assim como os conflitos e problemáticas que deles emanam, o objecto de estudo deste artigo.

## 2. A guerra na Era Digital

Clausewitz definiu a guerra como “um acto de violência com a função de obrigar o adversário a realizar os nossos desejos”<sup>5</sup>. Esta definição apresenta a guerra como um prolongamento da política, uma vez que a diplomacia tenha fracassado. Na Escola Realista, a guerra é um instrumento racional da política do Estado. Racional em termos económicos, instrumental no sentido de consecução de um objectivo determi-

---

4 Juan Andrés Toledano Manchego: «Michael Ignatieff. La creación de un nuevo universo moral a través de los medios de comunicación social». In «Cuadernos de Estrategia: Seguridad y defensa en los medios de comunicación social» [Instituto Español de Estudios Estratégicos]. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica, 2003, p. 113.

5 Karl von Clausewitz: «Vom Kriege (On War)». Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1997, p. 6.

nado, e nacional no sentido em que o objectivo seja benéfico para a consolidação do Estado Nacional e de modo que a totalidade dos recursos do Estado seja mobilizada para sua consecução<sup>6</sup>. A vontade de fazer a guerra é, assim, uma vontade política. A decisão de entrar nesta condição excepcional, na qual a vontade política se realiza, é uma decisão política em sua forma primaria: é a decisão política definitiva<sup>7</sup>.

É obvio que a natureza da guerra mudou radicalmente desde os tempos de Clausewitz até os dias actuais. Hoje são maioritários os chamados “conflitos de baixa intensidade”, conceito desenvolvido nos Estados Unidos nos anos ’70, para descrever um novo estilo de actividade político-militar por debaixo da guerra convencional moderna<sup>8</sup>.

Hoje, a aplicação da “força adequada” é um conceito que contraria a clausewitziana “Lei da ascensão aos extremos”, que necessita de ajustes profundos, sobretudo no que se refere às formas como os políticos e militares têm encarado até agora os seus respectivos papéis em relação ao campo de batalha (Mira Vaz, 2004, 104). As “actualizações” não param por aí. Federico Montanari afirma que “é a comunicação mesma a que pode converter-se em continuação da guerra por outros meios”, de modo que,

“Hoy es la política la que pasa a ser una prolongación de las distintas formas de conflicto, pero atención: no es cierto que el conflicto se haga hoy presente en la política; lo que se da es más bien una continua reversibilidad entre política y guerra, entre guerra y política convertida en comunicación<sup>9</sup>”.

De todas as formas, não se pode esperar dos conflitos de carácter limitado a geração (espontânea) do tipo de apoio universal existente durante as guerras clássicas do passado. A legitimidade de uma acção determinada pode ser questionada abertamente, convertendo-se numa decisão do indivíduo o apoiar ou não o seu governo. Trata-se apenas de uma eleição intelectual sem os imperativos que impunha a salvaguarda dos próprios interesses nas guerras de sobrevivência do passado.

6 Rogério Castro e Silva: «Estratégia». Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1972, p. 11.

7 Friedrich August von der Heydte: «Modern Irregular Warfare in Defence Policy and as a military phenomenon». New York: New Benjamin Franklin House, 1986, p. 7.

8 Os conflitos de baixa intensidade consistem numa variedade de situações que vão desde as operações para manter a paz e demonstrações de força até operações militares convencionais com objectivos limitados ou de curta duração. Estes conflitos, em princípio, devem ser localizados geograficamente ainda que tenham implicações regionais ou globais. Costumam ter duração limitada e utilizam, além dos meios militares, meios políticos, económicos e os media.

9 Federico Montanari: «Guerra y Comunicación», Revista de Occidente (Madrid), 232 (2000), 46-59, p. 47.

O resultado, como sucedeu no Vietname e na última invasão do Iraque, é a existência de oposição aos conflitos por um segmento mais ou menos representativo da população. Esta oposição, e a cobertura mediática que atrai, pode ser suficiente para constituir uma recusa do mandato de governo inerente ao contrato social, ameaçando assim a sua base de legitimidade (Young; Jesser, 1997, 10).

Os pressupostos de submissão da população em tempo de guerra têm sido questionados pelos que John Rawls chama “objetos de consciência”<sup>10</sup>. Rawls apoia-se numa forma do contrato social na qual o cidadão está isento de obrigações políticas, somente tendo deveres naturais baseados num conceito individual do justo. Aqui se incluem princípios como a igualdade das nações, o direito à autodeterminação, direito à autodefesa no caso de ataques externos, o dever de observar os tratados, de não utilizar a violência de forma desproporcionada em tempo de guerra e a exclusão de ganâncias económicas, expansão territorial ou glória nacional como motivos justificativos de uma conflagração.

Segundo isto, o cidadão pode apelar ao princípio de justiça para argumentar a sua negação, por motivos de consciência, a participar no que entende como uma guerra injusta (Parekh, 1982, 174).

Ainda assim, e com a exceção de Rawls, o pensamento político predominante nas democracias ocidentais continua sendo o de que os cidadãos e os meios de comunicação devem empatizar com o Estado em tempo de guerra ou conflito, na defesa de supostos interesses comuns de segurança e sobrevivência.

Segundo Young e Jesser, esta é uma atitude ultrapassada na qual as democracias liberais têm caído ao longo do século XX (e ainda no século XXI) cada vez que comprometeram as suas forças armadas num conflito bélico (Young; Jesser, 1997, 12).

A atitude militar de impor uma censura prévia à transmissão ou publicação de informação sobre disposições táticas ou estratégicas, inteligência militar, baixas, reforços, logística, armamento, pontos fracos, etc. resulta compreensível, mas continua apoiando-se nas teorias anteriormente descritas, que se revelam superadas quando se encontra ante um conflito limitado ao qual se pode opor grande parte da opinião pública. A este problema se soma o facto de que em tempos de conflitos limitados, as liberdades (como a de viajar, comunicar ou receber informações através de periódicos ou transmissões de rádio, televisão ou Internet) não podem ser suprimidas pelos problemas técnicos e políticos que implicariam. A difusão global de informação é praticamente ininterrupta ante um público “armado” com as últimas tecnologias em comunicações e ansioso por conhecer mais sobre os acontecimentos que os rodeiam.

---

10 B. Parekh: «Contemporary Political Thinkers». Oxford: Martins Robertson, 1982, p. 172-4.



### 3. Quando os militares (re)descobriram a Internet

É bem sabido que as origens da Internet residem no exército dos EUA, que desenvolveu esta rede visando a sua utilização com fins militares<sup>11</sup>. Hoje, quando o número de utilizadores se contabiliza próximo dos 500 milhões em todo o mundo, e se espera um crescimento de até 850 milhões para o ano de 2005 e 1,8 bilhões para o ano de 2010, os militares começaram a descobrir outras finalidades para o seu invento, desta vez para lutar por esse “objectivo tático” chamado opinião pública.

Apesar da instabilidade política global, resultante do “11 de Setembro” e as subsequentes operações militares, o papel da tecnologia da informação e da Internet na difusão de notícias sobre temas militares em formato multimedia (texto, fotografia, gráficos, vídeo, etc.) acelerou consideravelmente, como era de esperar, ainda que não se possa considerar esta tendência como nova. Desde aquela data, no entanto, os organismos de defesa têm revisto as suas páginas na rede, tentando eliminar qualquer informação considerada delicada<sup>12</sup>.

Sem sair desse ano chave, podemos recorrer ao caso da colisão aérea entre o avião de reconhecimento da Armada dos EUA do tipo EP-3 e de um caça F-8 chinês (1 de Abril de 2001) para exemplificar o uso que fazem os governos, neste caso os de Washington e Pequim, das tecnologias da informação em geral, e Internet em particular, para disseminar os seus pontos de vista, dando início a uma intensa cobertura mediática mundial. No momento do incidente, a posição adoptada por cada um dos governos era radicalmente distinta. Enquanto os chineses insistiam em que a culpa era da tripulação do EP-3, o Pentágono (que escondeu muitos detalhes até a libertação dos pilotos) manteve que a colisão havia sido causada pelo piloto chinês, que havia falecido depois de colidir seu avião com um dos motores do EP-3<sup>13</sup>.

O que surpreende neste acontecimento é o facto de como a informação de ambas as partes foi rapidamente posta à disposição da imprensa mundial. Anos atrás, um aconte-

---

11 Ainda que a história da invenção da Internet seja mais complexa, oficialmente, a sua origem reside num programa da Advanced Research Projects Agency (ARPA), do departamento americano de Defesa, com o que se pretendia desenhar uma rede de comunicações resistente a um ataque nuclear e à falha de qualquer das suas partes, pois ao não existir nenhum controlo central, cada unidade teria autonomia. Para mais informações, ver Sahagún, 1998, p. 327-332.

12 É o caso da Armada dos Estados Unidos que suprimiu a informação sobre a posição dos seus navios de guerra num nível global.

13 Edward Offley: «Pen & Sword: A Journalist's Guide to Covering the Military». Illinois: Marion Street Press, 2001, 195.

cimento similar teria sido, senão impossível, desde logo muito complicado de noticiar<sup>14</sup>, tendo em conta a localização remota onde sucederam os factos, a rapidez do evento<sup>15</sup> e a cortina de secretismo que havia coberto as questões militares durante a Guerra Fria.

Contudo, devido à revolução na tecnologia da informação dos últimos anos (especialmente o crescimento da Internet, a comercialização dos serviços de fotografia, a transmissão digital via-satélite, etc.), as notícias deste incidente disseminaram-se velozmente pelos meios de comunicação ao redor do globo, incluindo os meios chineses. Ainda que as restrições nas informações fossem consideráveis, não tinham nem comparação com as exercidas há tão somente uma década atrás.

O papel das novas tecnologias foi crucial no desenvolvimento deste acontecimento. Tanto o uso de páginas *web* e portais pelos governos implicados para difundir informação, como a publicação de fotografias de satélites civis, o uso da videoconferência pela CNN (cobrindo ao vivo a libertação dos pilotos americanos) e a fusão de vídeo, áudio e texto (em autênticas apresentações multimedia) por parte de periódicos digitais e portais de meios de comunicação na rede, foram cruciais. Poucas horas depois da colisão, o Pentágono lançava uma página monográfica sobre o incidente e os esforços para libertar os prisioneiros ([www.defencelink.mil](http://www.defencelink.mil)) enquanto o comando americano no Pacífico fazia o mesmo ([www.pacom.mil](http://www.pacom.mil)).

Este último organismo, no mesmo dia, criou também uma página na qual se ofereciam os comunicados de imprensa e fotografias digitais, entre outros dados<sup>16</sup>. Assim mesmo, criaram-se ligações às informações e comunicados vinculados ao tema que apareciam nas páginas dos Departamentos de Estado e de Defesa ou da Casa Branca. No total, entre o início do incidente até a devolução do avião à sua base, três meses depois, apareceram mais de 65 peças de informação na página sobre o EP-3 (Offley, 2001, 197).

Por sua vez, o governo de Pequim utilizou as páginas *web* governamentais para publicar comunicados de imprensa e artigos, mostrando a sua visão do incidente (condenando também uma suposta incursão de agentes americanos no seu território). O Pentágono e a Armada também estavam satisfeitos com o modo como

---

14 Deve-se pensar no derrube, pela União Soviética, do voo 007 das Linhas Aéreas Coreanas ou dos sucessivos encontros navais entre as frotas soviética e americana.

15 Entre o momento da colisão e a aterragem de emergência do EP-3 na base aérea chinesa da Ilha de Hainan passaram apenas 20 minutos.

16 Sirva como exemplo a difusão pelo Pentágono (em 13 de Abril) de um vídeo digital em que se mostrava um encontro anterior (de 24 de Janeiro) entre um caça chinês e outro EP-3, e se apreciava uma atitude agressiva e temerária por parte do piloto chinês.

a Internet lhes permitiu manter “informados” os jornalistas durante os 11 dias que durou a crise.

No entanto, a utilização da rede para disseminar informação sobre eventos concretos não era novidade para eles. Meses antes, a Armada daquele país havia criado uma página específica para dar informação sobre o caso do pesqueiro chinês *Ehime Maru*, naufragado depois de colidir com um submarino americano, e sobre a acção armada irregular contra o navio de guerra *USS Cole*, afundado no Iémen, em finais de 2000.

A oposição da opinião pública contra os exercícios militares da ilha porto-riquenha de Vieques e o escândalo, difundido pela agência de notícias AP, em finais de 1999, sobre massacres de civis sul-coreanos por tropas americanas, foram respondidos pelos militares utilizando páginas *web* monográficas que permitiam uma rápida difusão dos seus pontos de vista. Ainda assim, e como comenta o investigador em temas de defesa William Arkin,

“the Internet is an electronic embarrassment of riches and a truly revolutionary change in the way information flows in our society. Yet as a research tool, the Internet is not everything. It is not comprehensive, not very historical, and it is by no means selective. What is on-line is there because someone has placed it there, not because it has been published or because it is deemed important by the academic expert world. Good and bad information therefore reside comfortably together, and what is on-line is hardly a comprehensive reflection of what there is<sup>17</sup>.”

Além da presença do que uns podem considerar perigos e outros vantagens, é obvio que a Internet revolucionou o jornalismo de guerra, já que o acesso a certas informações e dados teria sido praticamente impossível por outras vias. Não é por pura coincidência que, nos Estados Unidos, o domínio *.mil* é dos que mais rapidamente cresce em proporção com os conteúdos, já que, desde o Pentágono, utiliza-se extensamente a Internet, tanto para as comunicações externas, como para as internas (Offley, 2001, 205).

Um exemplo ilustrativo de como os jornalistas podem recorrer às páginas de organizações militares é o que Edward Offley descreve (sendo protagonista) no marco da ofensiva de mísseis ordenada pela administração Clinton contra supostas bases da

---

17 William M. Arkin: «National Security Research on the Internet». Baltimore: Center for Strategic Education, The Johns Hopkins University, 2000.

*al-Qaeda* no Afeganistão e no Sudão (Agosto de 1998) como resposta aos atentados contra várias das suas embaixadas em África.

Apesar do silêncio informativo imposto pelo Pentágono, este autor afirma que, em somente 5 minutos, por meio de dados não-confidenciais, contidos nas páginas de acesso público do Pentágono, conseguiu averiguar exactamente que navios de guerra estavam a lançar os *Tomahawk* <sup>18</sup>.

#### 4. Da rede às ruas: a Internet como instrumento de mobilização

As mobilizações contra a invasão do Iraque mostram, em parte, as capacidades da Internet como instrumento de organização política e social. Nesta ocasião, houve um rol nuclear na difusão da mensagem antibélica, que motivou e mobilizou a população, servindo, além disso, para comunicar dados como horários e meios para chegar às distintas convocatórias. Páginas como <[www.antelaguerraactua.com](http://www.antelaguerraactua.com)> e <[www.nodo50.org/paremoslaguerra/](http://www.nodo50.org/paremoslaguerra/)>, no Estado espanhol, ou <[www.notinourname.net](http://www.notinourname.net)> e <[www.truemajority.com](http://www.truemajority.com)> em outros lugares do mundo, canalizaram os protestos, substituindo os panfletos de uma década atrás<sup>19</sup>.

Por sua vez, tanto governos como partidos políticos utilizaram este meio para lançar as suas posições. Os primeiros informavam sobre a sua postura no conflito do ponto de vista institucional, enquanto os segundos argumentavam as suas razões para se oporem ou apoiar a postura dos primeiros.

Também os militares, como se viu noutros exemplos no item anterior, utilizaram a rede para proporcionar dados sobre os resultados das acções armadas, o armamento utilizado e outras questões não consideradas críticas para a segurança das operações.

---

18 A informação que proporcionavam as páginas, indicava que havia somente dois grupos de navios na zona do Golfo Pérsico imediatamente antes do ataque: o USS Abraham Lincoln e outros navios de guerra menores destinados à Força Naval do Médio Oriente (METF). Assim como a maioria dos grandes navios de guerra, o Abraham Lincoln tinha já naquele momento uma página web para informar a tripulação, seus familiares e o público em geral sobre as suas actividades, incluindo, além disso, informação sobre os demais barcos do grupo de combate e, inclusive, biografias dos comandantes. A página continha também referências exactas sobre a posição do navio dia a dia. As coordenadas precisas foram omitidas abruptamente durante as operações, mas indicava-se que o navio continuava no Golfo. Conhecendo-se as características técnicas dos navios de guerra que acompanhavam o Lincoln (informação pública também disponível na rede) pode-se deduzir quais estavam armados com mísseis Tomahawk... Eureka! (Offley, 2001, 207-208).

19 IV Curso de Estado Mayor 2002-2003: «Estudio preliminar da operação: Libertad para Irak». Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003, p. 232.

As forças policiais também recorrem à rede para recolher informação sobre as diferentes organizações e sobre as mobilizações previstas, com a intenção de prever possíveis alterações da ordem pública.

Além de diversos movimentos populares e organizações internacionais, as ONG's também utilizaram a rede para obter fundos ou voluntários e informar os cibercidadãos sobre os seus pontos de vista sobre o conflito. E que sirva como exemplo o já mencionado portal <[www.antelaguerraactua.org](http://www.antelaguerraactua.org)>, posto em prática conjuntamente pelos Médicos Sem Fronteiras, *Greenpeace*, Intermon-Oxfam, Amnistia Internacional entre outros organismos para “ser ponto de informação e espaço de participação e mobilização cidadã”, como afirmavam no seu comunicado. Dentro de Nodo 50, que agrupa mais de meio milhão de organizações, também se criou uma plataforma virtual (“Paremos a guerra”) na qual se difundiam convocatórias, comunicados e artigos contra a guerra.

Noutros países, em particular nos EUA, criaram-se páginas cujo objectivo era precisamente o de apoiar a intervenção no Iraque onde, ao contrário das acima mencionadas, se elencavam razões para levar a cabo a invasão. É o caso de “Patriotas pela Defesa da América”, “Estudantes pela Guerra” ou o portal “Give War a Chance”.

Mas a internet, apesar das possibilidades que oferece não está livre de censura ou de ataques. Nos EUA algumas páginas foram desligadas pelos seus servidores ao difundir fotografias de soldados capturados e, em Israel, a directora de censura Rachel Dolev enviou cartas às redacções de vários meios de comunicação digitais instruindo os editores a não publicar informações confidenciais sobre a guerra ou a posição israelita<sup>20</sup>.

Antes e durante a guerra também se estenderam os chamados “bombardeios electrónicos” através do correio e outros tipos de “ciberataques”, perpetrados por activistas contrários ou partidários do conflito contra as páginas *web* dos que consideravam seus oponentes.

O já citado estudo do Curso de Estado Maior assinala que, durante a primeira semana do conflito armado se registraram até 30.000 alterações em páginas *web*. Sirva como exemplo Al-Jazeera (<[www.aljazeera.net](http://www.aljazeera.net)>) que, ainda que tenha conseguido restaurar a versão árabe em poucos dias, permaneceu com a página inglesa desactivada durante muito mais tempo.

Apesar de todas estas dificuldades, às quais se deve acrescentar a difusão de curiosos vírus que portavam lemas a favor ou contra a guerra, a internet serviu como meio eficaz

---

20 IV Curso de Estado Mayor 2002-2003: «Estudio preliminar da operação: Libertad para Irak». Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003, p. 234.

para que os cidadãos buscassem as suas próprias fontes de informação. A rede permite acesso imediato não só a meios de comunicação digitais de todo o mundo (com a consequente variedade de discursos e pontos de vista), mas a informações (e desinformações) oferecidas pelos próprios actores do conflito e às organizações interessadas em difundir uma ou outra posição<sup>21</sup>.

## 5. *Warblogs*, jornalismo digital e informação de guerra

A impossibilidade da observação directa dos conflitos, o controle da informação por autoridades militares, as contradições entre os distintos porta-vozes e os argumentos pouco firmes da Guerra do Iraque foram alguns dos motivos que levaram os cidadãos a desconfiar das notícias transmitidas pelos meios de comunicação convencionais. Desta forma, a falta de informação confiável, o seu próprio questionamento e o aumento do número de meios fez com que os géneros de divulgação de notícias se expandissem rapidamente (Machado; Pereira, 2003).

Neste contexto, surgem com força os chamados *weblogs*, ou simplesmente *blogs*, como uma Ágora virtual para desenvolver debates, protestos, crítica e polémicas. Este fenómeno, que leva já alguns anos em expansão, representa uma quebra nos paradigmas do jornalismo e, mais importante ainda, tem influenciado o modo como o jornalismo é praticado.

Como explica Raquel da Cunha Recuero (2003), “esta influência se tornou muito mais clara a partir do início da guerra no Iraque, com o aparecimento na mídia e no ciberespaço dos *warblogs*. Esses *weblogs* têm como foco central a questão da Guerra, sob as suas mais diversas formas”. Recuero (2003) destaca o facto de que estas páginas, de fácil construção ao seguir modelos “pré-programados”, são escritas na maioria das ocasiões por pessoas que não são jornalistas, ainda que as suas características possam avaliar-se através de outros elementos.

O primeiro destes elementos seria o da personalização da informação. Trata-se de discursos pessoais em que alguém aporta a sua visão sobre um determinado evento,

---

21 Salvador Gómez García; Julio Montero Díaz: «A Guerra de Irak en el horizonte: cambios en la red para los usuarios de a pie». In: VI Congreso da Asociación de Historiadores da Comunicación: Comunicación y Guerra en la Historia - Abstracts. Pontevedra: Faculdade de Ciências Sociais e da Comunicação da Universidade de Vigo, 2003, p. 3.

sem pretensões de emitir uma informação “neutra”. Neste sentido, o *blog* alcança uma dimensão a que o jornalismo digital (*on-line*) às vezes não consegue chegar, apesar dos pressupostos de “customização” ou de personalização ao utilizador dos produtos jornalísticos disponíveis na rede. A personalização da informação nos *warblogs* (e *weblogs* em geral) passa pela inclusão de aspectos da personalidade ou da visão do autor, aproximando-se do género opinativo.

Relacionada com isto está a possibilidade de interacção, de modo que os leitores possam interferir directamente naquilo que é publicado. Certo é que a interactividade é uma característica intrínseca da Internet, pelo que seria um atributo comum ao jornalismo digital e aos *blogs*; mas poderia-se afirmar que estes últimos incorporam esta característica de forma mais patente que os periódicos, que parecem ainda re-crear permitir o desenvolvimento de uma interacção directa entre os seus jornalistas com os seus leitores e outros jornalistas (Recuero, 2003). Os *warblogs* convertem-se, assim, num espaço de discussão sobre a informação relacionada com a guerra, que permite não somente o debate entre o leitor e “jornalista-blogger” mas entre os leitores.

A interactividade e a componente multimedia da rede possibilitam outra característica essencial dos *warblogs*: a contextualização da informação. Em muitas páginas deste tipo a função principal é a de buscar, compilar e publicar notícias, com ou sem comentários, incluindo um *link* directo às fontes (que podem ser notícias anteriores que permanecem armazenadas na memória virtual da rede), o que proporciona uma contextualização valiosa.

Trata-se de uma vertente acrescida ao exposto no item anterior, em referência às maiores possibilidades de participação (na acção de informar[-se]) do cidadão, ao poder não só conhecer as opiniões dos autores da página, mas aceder directamente à fonte de informação que este utilizou (contratando as diferentes versões). De este modo, a informação publicada, graças às possibilidades hipertextuais da internet, está contextualizada com a apresentação franca das fontes ao leitor, coisa que nem sempre sucede no jornalismo digital convencional.

O contraponto, no entanto, está na credibilidade, pois um *warblog* que não esteja apoiado por um meio de comunicação “profissional” ou “reconhecido” geraria dúvidas em alguns, podendo ser uma farsa. Os *blogs* são um meio “democrático” para difundir ideias, no sentido de que qualquer pessoa com acesso a um computador com internet e uns conhecimentos básicos pode criar um, mas, em contrapartida, carecem da legitimidade dos periódicos *on-line*, precisamente por constituir um fluxo de comunicação hori-

zontal (Recuero, 2003). A melhor forma de examinar esta questão é através de alguns exemplos.

Tanto no início da Guerra do Iraque, como durante os meses em que a actividade militar alcançou o seu pico e na actualidade (a que alguns se referem como pós-guerra), os *warblogs* estiveram e estão presentes. Existem das mais variadas ideologias, intenções e formatos, desde os realizados por cidadãos iraquianos, até activistas políticos (a favor ou contra a guerra) de todo o mundo, passando por jornalistas e militares.

Entre os do primeiro tipo, um em concreto converteu-se num autêntico fenómeno. Trata-se de um suposto iraquiano de Bagdad que, sob o pseudónimo de “Salam Pax” lançou um *blog* chamado “Where is Raed?”<sup>22</sup> no qual, desde Dezembro de 2002, conta o dia-a-dia da sua vida na cidade.

Outro *warblog* curioso é o que supostamente escreve um soldado americano destacado no Iraque que se identifica como Will. No *blog*, titulado “A minute Longer – A soldier’s tale”<sup>23</sup>, o autor relata as suas experiências bélicas sem entrar, isto sim, em detalhes como a sua localização ou outros dados deste tipo.

Partidários e detratores da acção armada da Coligação também utilizaram este sistema para difundir as suas opiniões. Sirva como exemplo Peaceblogs.org<sup>24</sup> que surgiram em resposta aos *bloggers* partidários do governo americano, Blogsofwar.com<sup>25</sup>.

No entanto, não são só os “jornalistas aficionados” os autores destas páginas. Em muitas ocasiões, jornalistas profissionais utilizam este sistema para difundir informação. É o caso de Christopher Albritton, com o seu “Back to Irak 2.0”<sup>26</sup>, lançado num primeiro momento para arrecadar as contribuições suficientes para ir ao Iraque como *freelancer* independente, sem o apoio de nenhum jornal. O conteúdo é puramente pessoal, transmitindo as suas impressões da viagem e da estada no Iraque e nos países vizinhos. No obstante, os meios de comunicação convencionais souberam, em muitos casos, estar à altura do fenómeno, montando *blogs* para os seus próprios correspondentes. Estas páginas funcionam como um diário do dia a dia dos jornalistas no Iraque, cujos relatos imprimem uma forte marca pessoal, (ainda que não tanto como nos *blogs* mencionados anteriormente). Servem como exemplos o *warblog* colectivo

---

22 “Where is Raed?” está disponível em: <[http://dear\\_raed.blogspot.com/](http://dear_raed.blogspot.com/)>.

23 “A minute longer – A soldier’s tale” está disponível em: <<http://www.rooba.net/will/>>.

24 Disponível em: <[www.peaceblogs.org/list.php](http://www.peaceblogs.org/list.php)>.

25 Disponível em: <<http://www.blogsofwar.com>>.

26 “Back to Irak 2.0” está disponível em: <<http://www.back-to-iraq.com>>.



dos correspondentes da BBC no Iraque, “Reporter’s Log”<sup>27</sup>, ou o dos jornalistas do “Seattle Post Intelligencer” cobrindo a guerra<sup>28</sup>.

Os *warblogs* tiveram um papel importante na informação de guerra no conflito do Iraque, e tudo parece indicar que no futuro continuarão a desenvolver-se. Como comenta Raquel da Cunha Recuero (2003):

“Actuando como filtros e como motores do debate na sociedade, os *warblogs* parecem conter uma importante mudança, principalmente para o jornalismo, através das características da personalização, da opinião, da contextualização através da pluralidade de informações e de fontes e do debate sobre essas informações. Ao mesmo tempo, vários veículos de mídia tradicionais acabam por perceber essa mudança de paradigmas, investindo em *blogs* para os seus jornalistas cobrirem a guerra.”

## 6. Internet na Guerra Irregular: Terroristas, guerrilheiros ou insurgentes

Não somente as forças armadas convencionais, como se viu anteriormente, utilizam a rede para difundir as suas actividades, ideias ou objectivos. Outros grupos armados, há algum tempo, recorrem também a estes sistemas para fazer manifestos públicos, comunicados ou, como se vê hoje em dia no Iraque, vídeos e fotografias de sequestros, execuções e diversas acções armadas. Para grupos deste tipo, a internet converteu-se na única via de aceder a uma parte dos media internacionais ávido por informações. Antes de abordar esta questão, no entanto, parece necessário realizar algumas esclarecimentos sobre os grupos que estão por detrás, na maioria das ocasiões rotulados como “terroristas”.

Terrorismo é um termo que, ao que se percebe, torna-se extremamente difícil de se definir, sobretudo a “elasticidade” que se vem dando a esta palavra desde a década de oitenta: terrorismo económico, terrorismo sexual, terrorismo telefónico..., inclusive chegou-se a denominar terrorismo à presença nas ruas, há poucos anos, de determinadas raças de cães consideradas perigosas. Os responsáveis desta confusão são, em parte, os meios, que às vezes, por sensacionalismo, outras vezes por desconhecimento e outras por interesse, aplicam ou não este termo, dependendo da ocasião.

27 BBB “Reporter’s Log” está disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/in\\_depth/world/2003/reporters\\_log/default.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/world/2003/reporters_log/default.stm)>.

28 Disponível em: <<http://seattlepi.nwsource.com/iraq2003/weblogs/>>.

A palavra “terrorismo” não pode ser utilizada como um termo técnico e neutro para definir uma categoria específica de violência. Trata-se de uma expressão com uma enorme carga emotiva condenatória que politicamente implica a ausência de qualquer legitimidade na violência em questão<sup>29</sup>.

De acordo com o *Oxford English Dictionary*, “terrorista” e “terrorismo” foram utilizadas pela primeira vez em 1795, para caracterizar o reinado de terror da França pós-revolucionária. Também se utilizou durante os distúrbios rurais na Irlanda durante o século XIX e no assassinato do Czar Alexandre II em 1881.

De qualquer forma, como Caleb Carr (2002), se se entender terrorismo como a violência que grupos armados exercem indiscriminadamente contra civis (definição precária, crê-se), este remontaria ao princípio dos tempos, desenvolvendo-se sem pausa desde o Império Romano até os dias actuais.

Uma definição bastante completa, mas que, no entanto, pode tornar-se um tanto imprecisa, devido ao uso do termo “violência” - que tampouco é isento de controvérsias<sup>30</sup> é a de Schmid:

“Terrorism is an anxiety-inspiring method of repeated violent action, employed by (semi-) clandestine individual, group, or state actors, for idiosyncratic, criminal, or political reasons, whereby - in contrast to assassination - the direct targets of violence are not the main targets. The immediate human victims of violence are generally chosen randomly (targets of opportunity) or selectively (representative or symbolic targets) from a target population, and serve as message generators. Threat and violence-based communications processes between terrorist (organization), (imperilled) victims, and main targets are used to manipulate the main target (audience(s)), turning it into a target of terror, a target of demands, or a target of attention, depending on whether intimidation, coercion, or propaganda is primarily sought<sup>31</sup>.”

---

29 Para uma visão crítica e panorâmica desta questão recomenda-se ver: GUELKE, Adrian: *The Age of Terrorism and the International Political System*. London: Tauris Publishers, 1998.

30 Existem formas de violência amplamente aceites, como o tiranicídio ou o poder das forças da ordem pública exercendo violência contra crimes nas democracias liberais. O assassinato de um chefe de estado de um país sob este regime político ou as práticas de forças da ordem em ditaduras, dificilmente teriam esta legitimidade sob consenso.

31 Alex P. Schmid (et Albert J. Jongman): «Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories and Literature». Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1998, p. 28. Citado por Adrian Guelke (1998).

Nesta definição, pode-se discernir a importância do aspecto comunicativo das ações deste tipo, já que, em muitas ocasiões o objectivo mesmo é o de alcançar a opinião pública (local ou mundial). Neste sentido, as novas tecnologias, e em particular a internet, oferecem aos grupos armados vias alternativas (ou melhor, complementares) para difundir as suas mensagens.

Um dos primeiros grupos a fazer uso destas facilidades foram os guerrilheiros ou terroristas (dependendo do ponto de vista) peruanos do Movimento *Sendero Luminoso*.

Nos anos anteriores a 1996, “pocas cosas han sido mais difíciles [...] que hacerse con documentos oficiales deste grupo” afirma Sahagún (1998, 336), mas desde Abril desse ano, qualquer utilizador poderia aceder a uma grande quantidade de documentos e informações, em espanhol e em inglês, a partir de uma página americana chamada “New Flag”. O Movimento Zapatista no México também se adaptou rapidamente, seguindo-se um variadíssimo espectro de organizações armadas de todo o tipo.

Ainda que não seja um fenómeno novo, acentuou-se muito o uso que os grupos de resistência (ou de insurgência, ou como se queira denominar) do Iraque fazem da rede, pois cada dia se faz referência às suas páginas nos meios de comunicação de todo o mundo. O “*Al-Tawhid wa Jihad*” (liderado por Abu Musab Al-Zarqawi), os “Bandeiras Negras”, “Resposta Islâmica” ou o “Exército de *Ansar al-Sunnah*”, entre outros, fizeram uso da internet durante o último ano para difundir as suas mensagens, comunicados e, mais importante ainda, vídeos e fotografias de seus atentados, sequestros e execuções.

Ainda assim, as suas páginas não são fáceis de encontrar (ao contrário dos vídeos, disponíveis em muitas páginas de conteúdo “gore”) já que, como é de supor, são perseguidas por governos e indivíduos, mantendo-se pouco tempo no mesmo endereço<sup>32</sup>.

O conteúdo das gravações variou bastante desde o início da campanha de resistência/insurgência, de modo que o que, no princípio, constituía demonstrações de força e intenções, tornou-se algo mais macabro, como as decapitações, fuzilamentos e degolações.

Da mesma forma, os suportes mudaram: no princípio, o mais frequente era o envio de fitas a meios de comunicação (*Al-Jazeera* ou outros canais árabes na sua maior parte),

32 “Al-Tawhid wa Jihad”, por exemplo, utilizou até meados do ano <www.anbaar.net>, actualmente *off-line*, e no momento em que se redigiu este artigo (Setembro/Outubro de 2004) estava a utilizar uma página saudita <www.tajdeed.net> para difundir os seus documentos. O “Exército de Ansar al-Sunnah” recorreu a várias direções: <http://ansar-alsunnah.i8.com/>; <http://alsar-alsunnah.8m.com/>; <http://ansar-alsunnah.8k.com/> que foram desarticuladas. “Ajnad al-Islam” esteve temporariamente em: <http://www.ajnad.50megs.com> e actualmente em <http://www.al-muslman.com> e é utilizada em numerosas ocasiões como “caixa de correio”.

actualmente evoluiu-se para os meios próprios, isto é, as páginas *web*, em que podem colocar qualquer material, em qualquer suporte, sem restrição alguma e de forma imediata.

Isto deve-se, em parte, ao facto de que as televisões não emitem os seus vídeos ou comunicados integralmente, nem expõem em “seus termos” os motivos e exigências.

Outro recorte por parte dos meios, sobre o qual não há tanto consenso, é o de omitir os endereços das páginas *web* onde aparecem os comunicados (inclusive nos meios digitais) com a justificação de “não seguir o jogo dos terroristas” difundindo as suas mensagens. Esta conduta é censurável em parte, pois está a tentar-se monopolizar uma informação a que os cidadãos deveriam poder aceder para comparar as notícias.

Na última semana de Setembro, e somente depois de muitos cibernautas encontrarem os vídeos originais, surgiu a polémica de que alguns dos vídeos eram montagens, observação que os meios de comunicação não fizeram na altura.

Para finalizar este item, parece oportuno comentar alguns destes vídeos com mais detalhe. Para isso, seleccionou-se uma das primeiras gravações que o “Exército de *Ansar al-Sunnah*”<sup>33</sup> difundiu em Fevereiro de 2004, que tem a particularidade de conter a reivindicação das mortes de sete agentes secretos espanhóis no Iraque. No documento pode-se escutar em voz-off, o Emir Abdullah al-Hassan Ibn Mahmoud, líder do grupo, e várias gravações de membros da organização<sup>34</sup> falecidos em ocasiões que remontam a Maio de 2003, chegando até a uma operação contra agentes britânicos e canadianos de princípios de Janeiro de 2004. Continuavam mostrando vários excertos onde aparecem documentos diversos pertencentes ao grupo dos sete agentes secretos espanhóis, atacados em Bagdad Oeste no dia 11 de Novembro de 2003.

Os últimos documentos pertencem, no entanto, ao ataque de Janeiro antes mencionado. Finalmente, aparece uma série de explosões numa estrada cujos objectivos são uma escolta militar (o primeiro) e um camião passando uma ponte.

A qualidade destas gravações é pobre na maioria das ocasiões, pois, além de ser feitas pelos próprios grupos armados em condições de clandestinidade, a resolução piora na conversão para formatos apropriados para a rede. Ainda assim, constituem documentos extraordinários ao alcance, apesar da censura, de qualquer cidadão utilizador da internet.

---

33 O nome que o grupo costuma utilizar poderia ser traduzido como “Estandartes da Verdade dos Mujahidines Ansar al-Sunnah no Iraque” (الجيش أنصار السنة).  
(الجيش أنصار السنة).

34 Os cinco membros são Berway al-Kurdi, Abu Abdullah al-Dosari, Abu Saleh, Abu Thabet al-Muhajir e Abu Hafs al-Najdi, todos eles pertencentes à Unidade Bahs de Ansar al-Sunnah.

Lamentavelmente, em parte devido à barreira linguística, os meios de comunicação não realizam grandes esforços na interpretação independente destas fontes informativas, valendo-se dos dados proporcionados pelas agências.

## 7. Conclusões

A Internet oferece um novo espectro de possibilidades na hora de cobrir um conflito armado.

Para os jornalistas, converte-se numa valiosa fonte de informação, permitindo o acesso directo, desde qualquer parte do mundo, aos dados proporcionados pelas partes implicadas. Comunicados, vídeos e fotografias são colocadas na internet pelos responsáveis militares ao mesmo a imprensa, sendo, em ocasiões, a tela de fundo a única diferença.

Para o cidadão, a rede também oferece possibilidades até há pouco tempo impensáveis. Além de ter acesso aos meios de comunicação eletrónicos de todo o mundo, podem aceder à mesma informação que utilizam os jornalistas e a muitas outras páginas que lhes permitem a formação de uma opinião crítica e fundamentada.

Com base nisto, a internet oferece ao utilizador a possibilidade de se converter num sujeito activo no conflito, utilizando páginas web, grupos de notícias, chats, correio eletrónico e, os agora famosos, blogs, para transmitir as suas próprias opiniões e pontos de vista. A rede também se converteu numa ferramenta útil para que as organizações e iniciativas populares transformem informação e reflexão em acção e mobilização, anunciando convocatórias e lançando campanhas.

Os militares, tanto os integrados nos exércitos regulares dos estados, como os que formam parte de movimentos guerrilheiros ou insurgentes - em muitas ocasiões identificados por meios e governos como terroristas, também souberam tirar partido das novas tecnologias da informação: passaram dos comunicados, muitas vezes silenciados, a sites que atraem os olhares do mundo e que, em virtude de (trágicos), acontecimentos chegam a converter-se no próprio sujeito da notícia.

Pela sua parte, os governos e exércitos convencionais não são alheios aos novos usos do seu "invento", percebendo as suas possibilidades para chegar directa ou indirectamente à opinião pública mundial.

## Bibliografia

ARKIN, William M.: *National Security Research on the Internet*. Baltimore: Center for Strategic Education, The Johns Hopkins University, 2000.

CARR, Caleb: *The Lessons of Terror. A History of Warfare against civilians: Why it has always failed and why it will fail again*. London: Little, Brown, 2002.

CLAUSEWITZ (von), Karl: *On War*. Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1997.

GÓMEZ GARCÍA, Salvador; MONTERO DÍAZ, Julio: *La Guerra de Irak en el horizonte: cambios en la red para los usuarios de a pie*. In VI Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación: Comunicación y Guerra en la Historia - Abstracts. Ponte-Vedra: Faculdade de Ciências Sociais e da Comunicação da Universidade de Vigo, 2003.

GUELKE, Adrian: *The Age of Terrorism and the International Political System*. London: Tauris Publishers, 1998.

HEYDTE (von der), Friedrich August: *Modern Irregular Warfare in Defence Policy and as a military phenomenon*. New York: New Benjamin Franklin House, 1986.

MACHADO, Irene; PEREIRA (Feitoza), Mirna: *Design da Comunicação no Jornalismo de Guerra* [Em linha]. XXVI INTERCOM, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003 [Consulta: 15 de Setembro de 2003]. Disponível em: <[http://intercom.locaweb.com.br/papers/congresso2003/pdf/2003\\_NP15\\_machado.pdf](http://intercom.locaweb.com.br/papers/congresso2003/pdf/2003_NP15_machado.pdf)>.

MONTANARI, Federico: *Guerra y Comunicación*. In Revista de Occidente (Madrid), 232 (2000), p. 46-59.

OFFLEY, Edward: *Pen & Sword: A Journalist's Guide to Covering the Military*. Illinois: Marion Street Press, 2001, 195.

PAREKH, B.: *Contemporary Political Thinkers*. Oxford: Martins Robertson, 1982.

RECUERO, Raquel da Cunha: *Warblogs: Os Blogs, a Guerra no Iraque e o Jornalismo on-line* [Em linha]. XXVI INTERCOM, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003 [Consulta: 15 de Setembro de 2003]. Disponível em: <<http://www.pontomidia.com.br/raquel/warblogs.pdf>>.

SAHAGÚN, Felipe: *De Gutenberg a Internet: La Sociedad Internacional de la Información*. Madrid: Estudios Internacionales de la Universidad Complutense de Madrid, 1998.

SILVA (Castro), Rogério: *Estratégia*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1972.

TOLEDANO MANCHEGO, Juan Andrés: *Michael Ignatieff. La creación de un nuevo universo moral através de los medios de comunicación social*. In Cuadernos de Estrategia: Seguridad y defensa en los medios de comunicación social [Instituto Español de Estudios Estratégicos]. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003.

VAZ (Mira), Nuno: *Reflexões sobre o Campo de Batalha no Século XXI*. In Revista Nação e Defesa, 107, Primavera 2004, 2ª Série. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, p. 89-113.

VV.AA. (IV Curso de Estado Mayor 2002-2003): *Estudio preliminar de la operación: Libertad para Irak*. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaria General Técnica, 2003.

YOUNG, Peter; JESSER, Peter: *The Media and the Military from the Crimea to Desert Strike*. New York: St. Martin's Press, 1997.





## REVISTA NAÇÃO E DEFESA

### Números temáticos editados

1998	84	Inverno	Uma Nova NATO numa Nova Europa
	85	Primavera	Portugal e o Desafio Europeu
	86	Verão	O Desafio das Águas: Segurança Internacional e Desenvolvimento Duradouro
	87	Outono	O Estado em Mudança
1999	88	Inverno	Mulheres nas Forças Armadas
	89	Primavera	Portugal na NATO: 1949-1999
	90	Verão	Economia & Defesa
	91	Outono	Operações de Paz
2000	92	Inverno	Portugal e as Operações de Paz na Bósnia
	93	Primavera	Novos Rumos da Educação para a Cidadania
	94	Verão	Democracia e Forças Armadas
	95/96	Outono-Inverno	Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz
2001	97	Primavera	Nova Ordem Jurídica Internacional
	98	Verão	Forças Armadas em Mudança
	99	Outono	Segurança para o Século XXI
	100	Inverno	De Maastrich a Nova Iorque
2002	101	Primavera	Europa e o Mediterrâneo
	102	Verão	Repensar a NATO
	103	Outono-Inverno	Novos Desafios à Segurança Europeia
	Extra	Dezembro	Cooperação Regional e a Segurança no Mediterrâneo (C4)
2003	104	Primavera	Evolução das Nações Unidas
	Extra	Abril	A Revolução nos Assuntos Militares
	105	Verão	Soberania e Intervenções Militares
	106	Outono-Inverno	A Nova Carta do Poder Mundial
2004	107	Primavera	Forças Armadas e Sociedade. Continuidade e Mudança
	Extra	Julho	Educação da Juventude. Carácter, Liderança e Cidadania
	108	Verão	Portugal e o Mar
	109	Outono-Inverno	Segurança Internacional & Outros Ensaios
2005	110	Primavera	Teoria das Relações Internacionais







## ***EUROpress***

**Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.**

Rua João Saraiva, 10-A • 1700-249 Lisboa

Tel.: 21 844 43 40 • Fax: 21 849 20 61

[europress@mail.telepac.pt](mailto:europress@mail.telepac.pt)











# NAÇÃO E DEFESA

Revista quadrimestral

Nome/Name \_\_\_\_\_

Morada/Address \_\_\_\_\_

Localidade/City \_\_\_\_\_

Cód. Postal/Zip \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Country \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Tel./Phone \_\_\_\_\_

Renovação/Renewal – Assin. n.º/Subscrip. nr. \_\_\_\_\_

Nova assinatura/New subscription (nrs. 112, 113, 114)

Assinatura/Signature \_\_\_\_\_

Data/Date \_\_\_\_\_

## Assinatura Anual/Annual Subscription (3 n.ºs /issues)

Instituições/Institutions 20,00 €

Individuais/Individuals 15,00 €

Estudantes/Students 12,50 € (anexar comprovativo deste ano)

## Números Anteriores/Previous Issues – 7,50 € cada/each

## Pré-Pagamento/Prepayment

Numerário

Cheque n.º \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_ à ordem do IDN

Transferência Bancária NIB 0781 0112 0000000777720

Bank Transfer (compulsory for foreign subscriptions)

IBAN - PT5000 3500270006863043049

BIC CODE – CGD IPT PL

**INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL**

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa  
PORTUGAL

[www.idn.gov.pt/publicacoes.asp](http://www.idn.gov.pt/publicacoes.asp)  
[publicacoes@idn.mdn.gov.pt](mailto:publicacoes@idn.mdn.gov.pt)

tel. + 351 21 392 46 00 Fax + 351 21 392 46 58



O artigo proposto para publicação pode ser enviado via correio electrónico para [publicacoes@idn.mdn.gov.pt](mailto:publicacoes@idn.mdn.gov.pt) ou ser remetido em disquete, por via postal, para o Instituto da Defesa Nacional.

O texto terá de observar as seguintes normas:

- Ter entre 15 e 25 páginas ou 30.000 a 50.000 caracteres (espaços excluídos) em Word for Windows, letra Times New Roman tamanho 12, entrelinha 1,5.
- Os trabalhos finais do Curso de Defesa Nacional (CDN) aprovados para publicação, deverão ser editados na íntegra, dentro dos limites que as próprias normas do CDN definem para a extensão desses mesmos trabalhos.
- Ser acompanhado de um resumo em português e de um *abstract* em inglês (12 a 15 linhas).

O artigo, sem indicação do autor e acompanhado pela Ficha de Identificação (disponível em [www.idn.gov.pt/fichadeautor.doc](http://www.idn.gov.pt/fichadeautor.doc)) devidamente preenchida, será apreciado em regime de anonimato pelo Conselho Editorial da revista.

Os artigos aprovados pelo Conselho Editorial pressupõem o direito de publicação exclusiva na revista *Nação e Defesa*.

A revista *Nação e Defesa* poderá publicar artigos já editados noutras publicações mediante autorização por parte da respectiva Editora.

Todo o artigo publicado é da inteira responsabilidade do autor, sendo a revisão das provas tipográficas da responsabilidade do Instituto da Defesa Nacional.

O pagamento dos honorários aos autores (149,64 € por artigo) será efectuado por transferência bancária até 30 dias após a edição da revista. Cada autor receberá quatro exemplares da revista e dez separatas do seu artigo na morada indicada.

Os casos não especificados nestas Normas de Colaboração deverão ser apresentados ao Editor Executivo da *Nação e Defesa*.

### PUBLICATION NORMS

The submitted article will have to be sent as a Microsoft Word document by email to [publicacoes@idn.mdn.gov.pt](mailto:publicacoes@idn.mdn.gov.pt) or by mail in floppy disk to the *Instituto da Defesa Nacional*.

The text should obey to certain requirements:

- It should have 15 to 25 pages or between 30,000 and 50,000 characters (spaces excluded), Font Times New Roman 12, space between lines 1,5 and must be presented as a Microsoft Word document.
- The final works of the National Defence Course approved for publication, must be edited integrally within the limits the norms of the Course establish for the same works.
- The author should provide a 12 to 15 lines abstract of the article.

The article should not contain any reference to its author. The sole means of identifying the author is a duly filled ID form ([www.idn.gov.pt/fichadeautor.doc](http://www.idn.gov.pt/fichadeautor.doc)), so its submission is compulsory.

The magazine's Editorial Board, on an anonymous basis, will appraise the text. The article's approval by the Editorial Board implies the possession of exclusive publishing rights by *Nação e Defesa*. The publication of non-exclusive articles by this magazine depends upon acknowledgment of the legitimate holder of the article's publishing rights.

The author shall hold full responsibility for the content of the published article. The *Instituto da Defesa Nacional* is responsible for the article's typographical revision.

The author's honorarium for each published article (149,64 €) will be paid by bank transfer up to 30 days after the article's publication. Four issues of the magazine and ten offprints will be sent to the address indicated in the ID form.

All cases not envisioned by in these Norms should be presented to the Executive Publisher of *Nação e Defesa*.

VOLUME ANTERIOR

A Propósito do Conceito de Império  
Luís Moita

A Metamorfose do Sistema Vestefaliano  
e o Domínio Teórico das Relações Internacionais:  
Alguns Desafios Metodológicos  
Luís Lobo-Fernandes

A Rússia e a Segurança Europeia  
Carlos Gaspar

Regional Security and the Nagorno-Karabakh Conflict  
Teresa Cierco  
Maria Raquel Freire

A Europa da Defesa: o Fim do Limbo  
Laura C. Ferreira-Pereira

Dissuasão no Estreito de Taiwan: 2004-2010  
Alexandre Carricho

Economia e Defesa. A Defesa Económica  
como Componente da Defesa Nacional  
Henrique Veríssimo

Establishment of the Hungarian Air Force  
and the Activity of the Hungarian Royal "Honvéd"  
Air Force in World War II Respectively  
Szabó Miklós



ISSN 0870-757X

